

**UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE  
SERGIPE**



# **RELATÓRIO DE GESTÃO 2019**

**UFS: NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E  
PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SERGIPANO**



**2020**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

**Reitor**

Prof. Dr. Ângelo Roberto Antonioli

**Vice-Reitora (2016-2019)**

Prof. Dra. Iara Maria Campelo de Lima

**Vice-Reitor (2019-2020)**

Prof. Dr. Valter Joviniano de Santana Filho

**Chefe de Gabinete do Reitor**

Prof. MsC. Marcionilo de Melo Lopes Neto

**Pró-Reitor de Planejamento**

Prof. Dr. Rosalvo Ferreira Santos

**Pró-Reitor de Administração**

Adm. Abel Smith Menezes

**Pró-Reitor de Assuntos Estudantis**

Prof. Dr. Mario Adriano dos Santos

**Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Alaíde Hermínia de Aguiar Oliveira

**Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa**

Prof. Dr. Lucindo José Quintans Júnior

**Pró-Reitor de Graduação**

Prof. Dr. Dilton Candido Santos Maynard

**Pró-Reitora de Gestão de Pessoas**

Prof<sup>a</sup>. M<sup>a</sup>. Ednalva Freire Caetano

**Superintendente de Infraestrutura**

Prof. Dr. Antônio Américo Cardoso Junior

**Diretora do Hospital Universitário**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ângela Maria da Silva

**Procurador Federal**

Bel. Paulo Celso Rego Léo

Foto da capa: Dayanne Carvalho/bolsista Ascom UFS



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

**RELATÓRIO DE GESTÃO 2019**

**CONFORME PORTARIA Nº 145-GR DE 31 DE JANEIRO DE 2019**

**Equipe técnica**

Kleber Fernandes de Oliveira (Coordenador) – COPAC/PROPLAN  
Rosalvo Ferreira Santos – PROPLAN  
Geovânia Moura – COPRO/PROPLAN  
Alaíde Hermínia Aguiar Oliveira – PROEXT  
Guidionaldo Pinto Lírio Junior – CECAC/PROEXT  
Mario Adriano dos Santos – PROEST  
Carlos Roberto Rodrigues Santos – PROEST  
Gustavo Dier – ASTEC/PROGRAD  
Roberto Wagner Xavier Souza – PROGEP  
Abel Smith Menezes – PROAD  
Adriana de Lima – DEFIN/PROAD  
Lucindo José Quintans Junior – POSGRAP  
Liliane Santos Araújo – POSGRAP  
Andrés Ignacio Martinez Menéndez – NTI

**CONFORME PORTARIA Nº 017-GR DE 28 DE JANEIRO DE 2019**

**Operadores do Sistema E-Contas**

**Apresentador de contas com poder de delegação**

Rosalvo Ferreira Santos – Pró-Reitor de Planejamento  
Kleber Fernandes de Oliveira – Coordenador de Planejamento e Avaliação Acadêmica  
Adriana de Lima – Pró-Reitoria de Administração

**Apresentador de contas**

Cristiane Feitoza Dantas - Pró-Reitoria de Administração

**LISTA DE TABELAS**

---

Tabela 1 - Desempenho acadêmico dos alunos por situação de benefício e ano de ingresso - UFS 2019.....	45
Tabela 2 - Dimensões, componentes, pesos e origem das informações para a construção do Conceito Preliminar de Curso .....	78
Tabela 3 - Componentes do Índice Geral de Cursos da UFS, anos-bases 2010 a 2018... 80	
Tabela 4 - Síntese dos componentes do Conceito Preliminar de Cursos (CPC) - Valores em escala discreta - UFS, 2018.....	82
Tabela 5 - Síntese dos componentes do Conceito Preliminar de Cursos (CPC) - Valores em escala discreta - UFS, 2015.....	83
Tabela 6 - Síntese dos componentes do Conceito Preliminar de Cursos (CPC) – Variação dos componentes - UFS, 2015-2018 .....	84
Tabela 7 - Renda domiciliar per capita segundo acesso ao ensino superior e categoria do ensino - Sergipe, 2009 e 2018 .....	93
Tabela 8 - Definição do universo de análise segundo o Centro e a partir da variável renda domiciliar per capita - UFS.....	95
Tabela 9 - Média de curso dos alunos ativos ingressantes em 2015 a 2018, segundo cota de ingresso na UFS, 2019 (Posição em julho de 2019) .....	98
Tabela 10 - Índices de eficiência no período letivo e na carga horária dos alunos ingressantes de 2015 a 2018, segundo cota de ingresso na UFS, 2019 (Posição em julho de 2019).....	100
Tabela 11 - Média de curso, índice de eficiência na carga horária e no período letivo dos alunos ativos ingressantes em 2015 a 2018, segundo dependência administrativa da escola de egresso, 2019 (Posição em julho de 2019) .....	102
Tabela 12 - Alunos da graduação presencial por Centro e status, segundo situação no Cadastro Único, UFS 2019 .....	103
Tabela 13 - Alunos da graduação presencial por Centro e status, segundo situação no Cadastro Único e Bolsa UFS, 2019.....	104
Tabela 14 - Média de curso (MC) e Índice de eficiência de carga horária (IECH) dos alunos da graduação presencial por Centro, segundo situação no Cadastro Único, UFS 2019	106
Tabela 15 - Custo com pessoal, participação relativa e contribuição de cada vínculo para a variação total – UFS, 2018 e 2019 .....	129
Tabela 16 - Composição do Ativo .....	147
Tabela 17 - Composição do Ativo Circulante .....	148
Tabela 18 - Composição do Ativo Não Circulante.....	148
Tabela 19 - Composição do Passivo e Patrimônio Líquido .....	149
Tabela 20 - Composição do Passivo Circulante.....	149
Tabela 21 - Composição das Obrigações Contratuais .....	150
Tabela 22 - Composição das Obrigações Contratuais – Por Contratado.....	150
Tabela 23 - Composição do Passivo Não Circulante .....	150
Tabela 24 - Composição das Receitas Correntes.....	151
Tabela 25 - Composição das Despesas Orçamentárias .....	152
Tabela 26 - Composição do Saldo dos RPNP .....	153

Tabela 27 - RPNP – Recursos de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Lei Calmon)	153
Tabela 28 - Composição dos Ingressos	154
Tabela 29 - Composição dos Dispendios	154
Tabela 30 - Composição do Resultado Financeiro – Metodologia 1	155
Tabela 31 - Composição do Resultado Financeiro – Metodologia 2	155
Tabela 32 - Resultado Patrimonial no Período	155
Tabela 33 - Composição das Variações Patrimoniais Aumentativas	156
Tabela 34 - Composição das Variações Patrimoniais Diminutivas	156
Tabela 35 - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa – Saldo Inicial e Final	158
Tabela 36 - Composição dos Ingressos das Atividades Operacionais	158
Tabela 37 - Composição dos Desembolsos das Atividades Operacionais	159

## LISTA DE QUADROS

---

Quadro 1 - Escala de probabilidades	36
Quadro 2 - Escala de consequências	36
Quadro 3 - Escala de consequências	37
Quadro 4 - Monitoramento, meta e análise de risco da taxa de sucesso, evasão e retenção na graduação - UFS, 2016-2020	40
Quadro 5 - Monitoramento, meta e análise de risco do conceito médio da organização didático-pedagógica (ENADE) e índice de alinhamento da carga horária dos cursos de graduação aos currículos mínimos - UFS, 2016-2020	42
Quadro 6 - Monitoramento, meta e análise do desempenho acadêmico de ingressantes nos últimos 2 anos e que são ou foram beneficiados pela assistência estudantil na graduação - UFS, 2016-2019	48
Quadro 7 - Monitoramento, meta e análise de risco do ensino-pesquisa-extensão - UFS, 2018-2019	51
Quadro 8 - Monitoramento, meta e análise de acompanhamento da relação com o mercado de trabalho - UFS, 2016-2019	54
Quadro 9 - Monitoramento, meta e análise de acompanhamento da relação com infraestrutura de salas de aulas e laboratórios - UFS, 2016-2019	56
Quadro 10 - Monitoramento, meta e análise de acompanhamento do acervo bibliográfico - UFS, 2016-2019	58
Quadro 11 - Monitoramento, meta e análise de acompanhamento da governança de Tecnologia de Informação - UFS, 2016-2019	65
Quadro 12 - Monitoramento, meta e análise de acompanhamento da relação aos Observatórios Sociais - UFS, 2016-2019	73
Quadro 13 - Monitoramento, meta e análise de acompanhamento da relação à Carta de Serviços ao Cidadão - UFS, 2016-2019	76
Quadro 14 - Indicadores adicionais - Proex	126

## LISTA DE FIGURAS

---

Figura 1 - Prioridades da Gestão da UFS .....	11
Figura 2 - Principais resultados da Gestão da UFS .....	12
Figura 3 – Organograma do Subsistema Administrativo da UFS .....	15
Figura 4 - Organograma do Subsistema Acadêmico da UFS .....	16
Figura 5 - Estrutura educacional de Países selecionados, Nordeste e Sergipe .....	23
Figura 6 - Modelo de negócio da UFS: produção de valor para a sociedade .....	24
Figura 7 - Principais resultados da UFS 2018 e 2019 .....	29
Figura 8 - Visão, Princípios e Ações Estratégicas da UFS .....	31
Figura 9 – Estrutura de Governança da UFS.....	32
Figura 10 - Matriz de classificação de riscos.....	36
Figura 11 - Evolução da Pós-graduação 2017-2019: cursos, docentes e alunos .....	108
Figura 12 - Evolução da Pós-graduação 2017-2019: conceito médio, tempo médio de defesa e número de cotas de bolsa.....	109
Figura 13 - Evolução do PIBIC de 2017-2019.....	113
Figura 14 - Principais atividades desenvolvidas pela CINTTEC e produtos gerados...	116
Figura 15 - Principais atividades desenvolvidas pela CINTTEC e produtos gerados (cont.) .....	117
Figura 16 - Principais atividades e resultados gerados pela CORI .....	118
Figura 17 - Processo de inclusão e manutenção de alunos na assistência estudantil..	120
Figura 18 - Principais resultados da extensão UFS, 2019.....	127

## LISTA DE GRÁFICOS

---

Gráfico 1 - Custo corrente da Universidade Federal de Sergipe, com e sem Hospital Universitário - Exercícios 2010-2019 (IPCA, dez 2019=100) .....	25
Gráfico 2 - Aluno equivalente - UFS - 2010-2019 .....	26
Gráfico 3 - Custo corrente real por aluno equivalente da Universidade Federal de Sergipe, com e sem Hospital Universitário - Exercícios 2010-2019 (IPCA, dez 2019=100).....	26
Gráfico 4 - Índice de qualificação do corpo docente da Universidade Federal de Sergipe - Exercício 2010-2019.....	27
Gráfico 5 - Taxa de sucesso na graduação da Universidade Federal de Sergipe - Exercício 2010-2019 .....	28
Gráfico 6 - Dominância estocástica de primeira ordem para renda domiciliar per capita segundo existência de aluno em nível superior – Sergipe, 2018.....	90
Gráfico 7 - Dominância estocástica de primeira ordem para renda domiciliar per capita segundo dependência administrativa da instituição de ensino superior – Sergipe, 2018 .....	91
Gráfico 8 - Dominância estocástica de primeira ordem para renda domiciliar per capita segundo existência de aluno em nível superior – Sergipe, 2009.....	92

Gráfico 9 - Dominância estocástica de primeira ordem para renda domiciliar per capita, segundo dependência administrativa da instituição de ensino superior – Sergipe, 2009 (INPC dez/2018=100) .....	92
Gráfico 10 - Renda domiciliar per capita média dos alunos segundo Unidade - UFS, 2019 .....	96
Gráfico 11 - Distribuição quantílica da renda domiciliar per capita média dos alunos por Unidade - UFS, 2019.....	96
Gráfico 12 - Comparativo entre total de benefícios e bolsas/aluno executados em 2017, 2018 e comparados com o exercício de 2019 .....	121
Gráfico 13 - Comparativo da execução de auxílios, individualizados por tipo, entre os anos de 2018 e 2019. As unidades são alunos/benefício (parte 1) .....	121
Gráfico 14 - Comparativo da execução de auxílios, individualizados por tipo, entre os anos de 2018 e 2019. As unidades são alunos/benefício (parte 2) .....	122
Gráfico 15 - Distribuição de alunos do Programa Bolsa Permanência por grupo: Indígenas (14), Quilombolas (46) e Medicina (124) .....	123
Gráfico 16 - Percentual de alunos participantes de programas de bolsas e auxílios, com recursos vinculados ao Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.....	124
Gráfico 17 - Total da Execução Orçamentária Anual.....	130
Gráfico 18 - Grupos de despesas, 2019.....	131
Gráfico 19 - Despesas empenhadas e liquidadas em 2017, 2018 e 2019.....	132

## SUMÁRIO

---

Palavra do Reitor .....	11
1 Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo .....	14
1.1 Identificação da Unidade Prestadora de Contas .....	14
1.2 Estrutura organizacional da UFS .....	15
1.3 Ambiente externo.....	21
1.4 Modelo de negócios.....	24
2 Planejamento Estratégico e Governança.....	30
2.1 Atuação da Audint.....	32
2.2 Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos.....	33
2.3 Medidas administrativas para Apuração de Responsabilidade por Danos ao Erário .....	34
2.4 Canais de comunicação com a sociedade.....	34
3 Gestão de Riscos e Controles Internos .....	35
3.1 Qualidade e desempenho acadêmico .....	37
3.1.1 Desempenho acadêmico.....	37
3.1.2 Organização didático-pedagógica.....	41
3.1.3 Assistência estudantil .....	43
3.1.4 Ensino, pesquisa e extensão .....	49
3.1.5 Mercado de trabalho .....	53
3.2 Infraestrutura de ensino, pesquisa e extensão .....	55
3.2.1 Infraestrutura de laboratórios e salas de aula.....	55
3.2.2 Acervo bibliográfico .....	57
3.2.3 Governança de Tecnologia da Informação .....	59
3.3 Relação com a comunidade acadêmica e com a sociedade.....	66
3.3.1 Observatórios sociais.....	66
3.3.2 Carta de serviços ao cidadão .....	75
4 Resultados da Gestão .....	77
4.1 A UFS e o Índice Geral de Cursos .....	78
4.2 Evolução das componentes do IGC .....	79
4.3 Desempenho e conceito preliminar de curso .....	80
4.4 Campus Prof. Alberto Carvalho (Campus de Itabaiana, Cursos de Administração e Ciências Contábeis).....	85
4.4.1 Desempenho dos estudantes .....	85
4.4.2 Corpo docente .....	85
4.4.3 Percepção do processo formativo.....	85

4.4.4 Conceito Preliminar de Curso .....	86
4.5 Campus de São Cristóvão .....	87
4.5.1 Desempenho dos estudantes .....	87
4.5.2 Corpo docente .....	87
4.5.3 Percepção do processo formativo.....	88
4.5.4 Conceito Preliminar de Curso (CPC).....	88
4.6 O desempenho acadêmico e as cotas .....	88
4.6.1 Diferencial de renda domiciliar dos alunos do ensino superior .....	89
4.6.2 O impacto da política de cotas no acesso ao ensino público .....	91
4.6.3 Política de cotas, renda domiciliar e desempenho acadêmico .....	94
4.7 Resultados da Pró-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa - POSGRAP .....	107
4.7.1 Coordenação de Pós-graduação - COPGD .....	107
4.7.2 Coordenação de Pesquisa - COPES .....	112
4.7.3 Coordenação de inovação e transferência de tecnologia - CINTTEC .....	114
4.7.4 Coordenação de relações internacionais - CORI .....	118
4.8 Resultados da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - Proest .....	119
4.8.1 Previsão e execução da meta física para o exercício 2019 na assistência estudantil .....	120
4.8.2 Outros programas e iniciativas vinculadas a assistência estudantil .....	122
4.8.3 Considerações sobre o desempenho no exercício 2019 .....	123
4.8.4 Resumo dos resultados obtidos frente à meta física e execução orçamentária .....	124
4.9 Resultados da Pró-Reitoria de Extensão - PROEXT .....	125
5 Alocação de Recursos e Áreas Especiais da Gestão.....	128
5.1 Gestão de pessoas .....	128
5.2 Gestão orçamentária e financeira .....	130
6 Demonstrações Contábeis .....	134
6.1 Declaração Anual do Contador .....	134
6.2 Base de Preparação das Demonstrações Práticas Contábeis.....	136
6.2.1 Resumo dos Principais Critérios .....	137
6.3 Principais Mudanças de Práticas Contábeis .....	139
6.4 Demonstrativos Contábeis.....	140
6.5 Notas Explicativas do Balanço Patrimonial .....	147
6.5.1 Ativo Total .....	147
6.5.2 Ativo Circulante .....	147
6.5.3 Ativo Não Circulante .....	148
6.5.4 Passivo e Patrimônio Líquido .....	149

6.5.5 Passivo Circulante .....	149
6.5.6 Passivo Não Circulante.....	150
6.5.7 Patrimônio Líquido .....	151
6.6 Notas Explicativas ao Balanço Orçamentário .....	151
6.6.1 Receitas Orçamentárias .....	151
6.6.2 Despesas Orçamentárias .....	152
6.6.3 Restos a Pagar .....	152
6.7 Notas Explicativas ao Balanço Financeiro.....	153
6.7.1 Ingressos e Dispêndios Financeiros .....	153
6.7.2 Resultado Financeiro .....	155
6.8 Notas Explicativas à Demonstração das Variações Patrimoniais .....	155
6.8.1 Variações Patrimoniais Aumentativas.....	156
6.8.2 Variações Patrimoniais Diminutivas .....	156
6.9 Notas Explicativas à Demonstração dos Fluxos de Caixa .....	157

## PALAVRA DO REITOR

A Universidade Federal de Sergipe tem como missão institucional “Contribuir para o progresso da sociedade por meio da geração de conhecimento e da formação de cidadãos críticos, éticos e comprometidos com o desenvolvimento sustentável”. Todas essas palavras só fazem sentido se ambientadas na democracia.

Produzir conhecimento inclusivo é essencialmente fortalecer as liberdades e garantir que as gerações seguintes sejam menos desiguais, posto que nenhuma sociedade pode ser plenamente livre quando o acesso ao conhecimento é diferencial por classe social.

Um importante ciclo se encerra e outro igualmente decisivo se abre. É imperativo que todos estejamos a serviço da sociedade brasileira, em especial a sergipana, buscando em cada ação valorizar a excelência no serviço público, reforçando as liberdades e renovando o compromisso com legalidade e transparência das ações. Permite-se, contudo, que a única intransigência cultivada seja promover a formação científica e cultural de qualidade. O único compromisso institucional é, reafirme-se, com o desenvolvimento social e econômico do estado de Sergipe.

A Universidade Federal de Sergipe, única universidade pública do estado, tem claro a sua função social: produção, difusão e conservação de conhecimentos em favor da democracia e da melhoria das condições de vida da população.

O desempenho acadêmico foi definido pela comunidade acadêmica como prioridade da atual Gestão da UFS. Para este fim, estão mobilizadas todas as instâncias organizacionais e suas respectivas áreas de apoio para o atendimento das prioridades definidas pela comunidade acadêmica no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI-UFS) 2016-2020<sup>1</sup>.

**Figura 1 - Prioridades da Gestão da UFS**



Fonte: COPAC/PROPLAN, 2020,

Nota: Baseado no PDI-UFS 2016-2020.

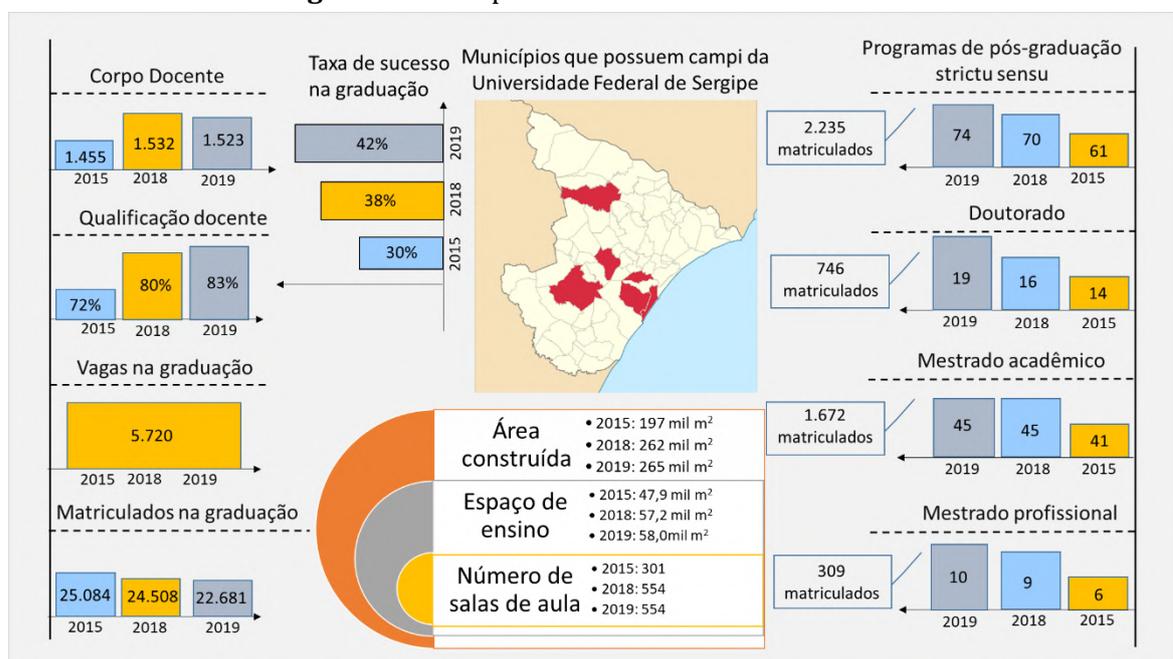
<sup>1</sup> Disponível em: <http://oficiais.ufs.br/pagina/20004-plano-de-desenvolvimento-institucional-2016-2020>

O marco decisório do PDI-UFS 2016-2020 foi construído a partir da constatação de que a fase de intenso processo de expansão e interiorização da UFS daria lugar a um período de grandes desafios tanto no âmbito estrutural, quanto didático-pedagógico. Tinha-se evidente que o aumento do número de cursos de graduação, de programas de pós-graduação demandaria cada vez mais estruturas físicas e recursos humanos. Não obstante o quadro de restrição orçamentária que atinge a todas as instituições de ensino federal do país, a UFS continuou ampliando suas fronteiras, diminuindo seus muros, incluindo. Prova disto é a implantação do Campus do Sertão.

A qualificação docente é um diferencial para a melhoria dos indicadores de desempenho acadêmico nos cursos de graduação e da melhoria dos programas de mestrado e doutorado. A cada ano amplia-se a proporção de docentes doutores, o que logo atingirá sua plenitude. Isto aumentará o escopo das atividades de pesquisa e extensão, mediante sistemática e profunda integração com as atividades de ensino com vistas a obter taxas de sucesso na graduação compatíveis com os investimento e recursos públicos aplicados.

Essa equação, de fato, possui componentes exógenos ao ambiente universitário. Lutamos pela igualdade, mas não desprezamos as forças contrárias: conformismo, oportunismo e achismo. Nossa realidade é desigual, e contra isto servem o conhecimento, a Ciência.

**Figura 2 - Principais resultados da Gestão da UFS**



Fonte: COPAC/PROPLAN, 2020.

O desafio de superar as desigualdades históricas pela Educação não é trivial, requer compromisso institucional e responsabilidade dos gestores públicos nos seus diferentes níveis. A Universidade é parte da solução dessa complicada sentença, a quem cabe a função de pavimentar os caminhos e marcar o ritmo envolvente. Permitir a todas as pessoas acessar ao ensino público de qualidade é a forma mais democrática e legítima de superação das desigualdades sociais e econômicas.

A síntese aqui apresentada apenas ilustra a grandeza de nossa UFS. Demonstra inequivocamente que a Universidade Federal de Sergipe trilha caminhos sólidos

sustentados no empenho de docentes, técnicos administrativos, alunos e servidores terceirizados. Sem eles não haveria motivo de existir e tampouco seríamos destaque no cenário regional, nacional e internacional como uma universidade de referência no campo do ensino, da pesquisa e da extensão.

A UFS há muito tempo não é apenas vista como centro de excelência na formação de nosso povo. É um pedaço da nossa história que a cada dia se funda na alma e no orgulho do sergipano.



**Prof. Dr. Ângelo Roberto Antonioli**  
**Reitor da UFS**



Fachada da Reitoria (Foto: Adilson Andrade, Ascom/UFSE)

## **1 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO**

---

### **1.1 Identificação da Unidade Prestadora de Contas**

A Universidade Federal de Sergipe, oficialmente instalada em 15 de maio de 1968, está registrada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob nº 13.031.547/0001-04, situada a Avenida Marechal Rondon, s/n, São Cristóvão (SE).

- Códigos contábeis
  - Unidade Orçamentária: 26281
  - Unidade de Gestão: 154.050
  - Gestão: 15267
- Campus São Cristóvão
  - Cidade Univ. Prof. José Aloísio de Campos, Av. Marechal Rondon, s/n, Jd. Rosa Elze, São Cristóvão/SE, CEP 49100-000, Contato +55 79 3194-6600.
- Campus Aracaju
  - Campus Prof. João Cardoso Nascimento, Rua Cláudio Batista, s/n, Cidade Nova, Aracaju/SE, CEP 49060-108, Contato +55 79 2105-1700.
- Campus Itabaiana
- Campus Prof. Alberto Carvalho, Av. Vereador Olímpio Grande, s/n, Itabaiana/SE, CEP 49506-036, Contato +55 79 3432-8200.
- Campus Laranjeiras
  - Praça Samuel de Oliveira, s/n, Centro, Laranjeiras/SE CEP 49170-000, Contato +55 79 3281-2939.

- Campus Lagarto
  - Campus Prof. Antônio Garcia Filho, Av. Governador Marcelo Déda, 13, Centro, Lagarto/SE, CEP 49400-000, Contato +55 79 3632-2072.
- Campus Nossa Senhora da Glória
  - Campus do Sertão, Rodovia Engenheiro Jorge Neto, km 3, Silos, Nossa Senhora da Glória/SE, CEP 49680-000, Contato +55 79 98107-7646.

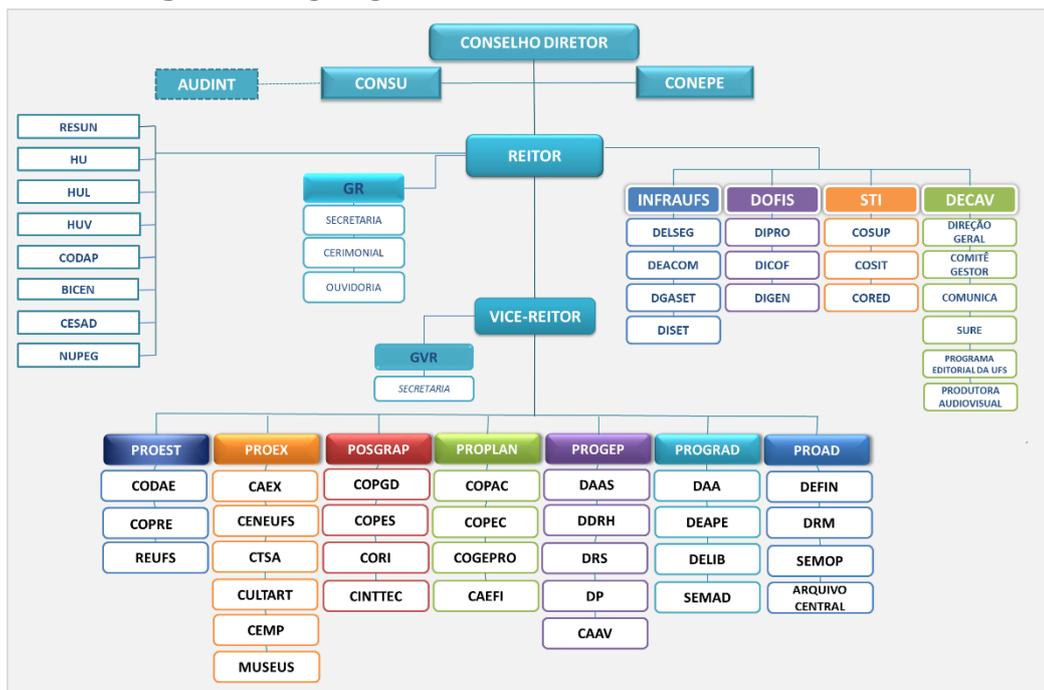
No formato de Educação à Distância são oferecidas outras 2.600 vagas em cursos situados em 15 polos do estado: Arauá, Areia Branca, Brejo Grande, Estância, Japarutuba, Laranjeiras, Lagarto, Poço Verde, Porto da Folha, São Domingos, Carira, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora da Glória, Propriá e São Cristóvão.

## 1.2 Estrutura organizacional da UFS

O Decreto Lei nº 269/1967 estabelece que a administração da UFS seja realizada por meio de um Conselho Diretor, sendo este o órgão máximo da Instituição. Este conselho tem por finalidade a execução da administração e a superintendência das atividades financeiras da Instituição. Baseada em seu Estatuto<sup>2</sup> (Edição 2014), organicamente a UFS é constituída por dois subsistemas interdependentes: Subsistema de Administração Geral e Subsistema de Administração Acadêmica.

O Subsistema de Administração Geral, representado na Figura 3, é composto pelos Conselhos Superiores (Diretor, CONSU e CONEPE) e pela Reitoria (com seus respectivos órgãos e setores, designados conforme Regimento Interno<sup>3</sup>).

**Figura 3 – Organograma do Subsistema Administrativo da UFS**



Fonte: PROPLAN, 2019.

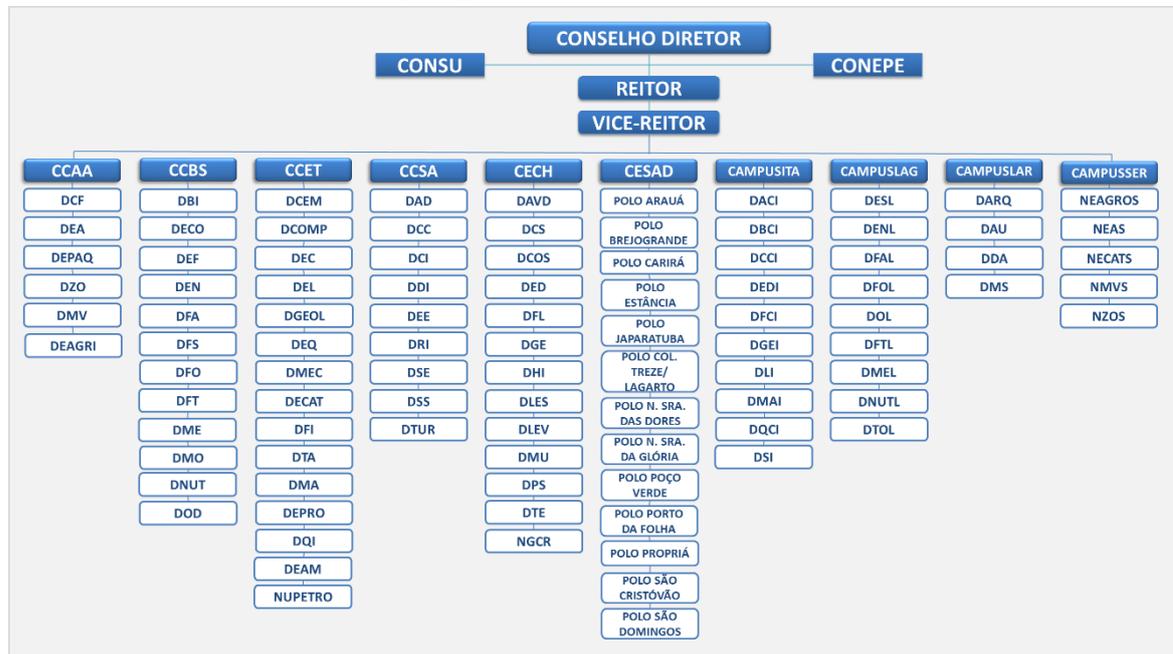
Nota: Baseado no Regimento Interno da Reitoria da UFS.

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.sigrh.ufs.br/sigrh/public/colégiados/anexos/estatutoUFS2014.pdf>

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.sigrh.ufs.br/sigrh/public/documentos/ufs/regimentoInternoReitoria.pdf>

O subsistema da Administração Acadêmica é composto pelos órgãos voltados às atividades acadêmicas, ensino, pesquisa e extensão, nomeadamente os Conselhos Acadêmicos, os Centros e Departamento e os Órgãos Suplementares da direção geral da Universidade e à implementação dos meios necessários a consecução de seus objetivos, sendo estes os Conselhos Superiores e a Reitoria.

**Figura 4 - Organograma do Subsistema Acadêmico da UFS**



Fonte: PROPLAN, 2019.

## GESTÃO DA UFS



Prof. Dr. Ângelo Roberto Antonioli  
Reitor

Missão Institucional: Promover a governança da Instituição de forma coordenada com as demais instâncias sob a égide da responsabilidade, transparência pública e otimização dos recursos.



Prof.ª Dr.ª Iara Maria Campelo de Lima  
Vice-reitora (2016-2019)



Prof. Dr. Valter Joviniano de Santana Filho  
Vice-reitor (2019- 2020)

Missão Institucional: Auxiliar no gerenciamento institucional, zelando pela organicidade, valorizando as competências e identificando potenciais de desenvolvimento universitário.



Prof. Dr. Rosalvo Ferreira Santos  
Pró-reitor de Planejamento

Missão Institucional: Coordenação do planejamento institucional da Universidade. É composto pelas subunidades: Coordenação de Planejamento e Avaliação Acadêmica (COPAC); Coordenação de Programação Orçamentária (COPRO); Coordenação de Sustentabilidade Institucional (COSINT); Coordenação de Programas, Projetos e Convênios (COPEC);

Gestão de contratos; Secretaria de Apoio Administrativo; Assessoria Técnica e as divisões das respectivas subunidades.



Adm. Abel Smith Menezes  
Pró-reitor de Administração

Missão Institucional: Coordenar o planejamento, supervisão e execução das atividades de administração, recursos financeiros e materiais da Universidade. É composto pelas subunidades: Serviço Geral de Comunicação e Arquivo (SECOM); Arquivo Central (ARQUIVO); Departamento de Recursos Materiais (DRM); Departamento de Recursos Financeiros (DEFIN); Secretaria de Apoio Administrativo; Assessoria Técnica e as divisões das respectivas subunidades.



Prof. Dr. Mario Adriano dos Santos  
Pró-reitor de Assuntos Estudantis

Missão Institucional: Coordenar o planejamento, supervisão de assistência e de integração dos discentes às atividades universitárias, bem como a complementação do desenvolvimento físico, cultural e recreativo dos integrantes do Corpo Discente da Universidade. É composto pelas subunidades: Coordenação de Assistência e Integração do Estudante (CODAE); Coordenação de Promoções Culturais e Esportivas (COPRE); Secretaria de Apoio Administrativo; Assessoria Técnica e as divisões das respectivas subunidades.



Prof.ª Dr.ª Alaíde Hermínia de Aguiar Oliveira  
Pró-reitora de Extensão

Missão Institucional: Unidade encarregada do planejamento, coordenação e supervisão das atividades de extensão acadêmica, através das subunidades: Coordenação de Atividades de Extensão (CECAC); Coordenação de Cultura e Arte (CCART); Coordenação de Tecnologias Sociais e Ambientais (CTSA); Secretaria de Apoio Administrativo; Assessoria Técnica e as divisões das respectivas subunidades.



Prof. Dr. Dilton Cândido Santos Maynard  
Pró-reitor de Graduação

Missão Institucional: Órgão encarregado do planejamento, coordenação, supervisão e integração das atividades de pesquisa e didático-científicas relacionadas com o ensino da pós-graduação. É composto pelas subunidades: Departamento de Administração Acadêmica (DAA); Departamento de Apoio Didático Pedagógico (DEAPE); Departamento das Licenciaturas e Bacharelados (DELIB); Secretaria de Apoio Administrativo; Secretaria de Atividades das Didáticas; Assessoria Técnica e das respectivas subunidades.



Prof. Dr. Lucindo J. Quintans Junior  
Pró-reitor de Pós-graduação

Missão Institucional: Unidade voltada ao planejamento, coordenação, supervisão e integração das atividades de pesquisa e das didático-científicas relacionadas com o ensino da Pós-Graduação lato-sensu e stricto-sensu presenciais. É composto pelas subunidades: Coordenação de Pós-Graduação (COPGD); Coordenação de Pesquisa (COPES); Coordenação de Relações Internacionais (CORI); Coordenação de Inovação e Transferência de Tecnologia (CINTTEC); Secretaria de Apoio Administrativo; Setor de Atendimento; Assessoria Técnica e as divisões das respectivas subunidades.



Ednalva Freire Caetano  
Pró-reitora de Gestão de Pessoa

Missão Institucional: Órgão responsável pelo planejamento, desenvolvimento, recrutamento, seleção e controle de pessoal. É composto pelas subunidades: Departamento de Pessoal (DP); Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos (DDRH); Departamento de Assistência ao Servidor (DAAS); Departamento de Recrutamento e Seleção de Pessoal (DRS); Secretaria de Apoio Administrativo; Assessoria Técnica e as divisões das respectivas subunidades.



Prof.ª Dr.ª Ângela Maria da Silva  
Superintendente do Hospital Universitário

Missão Institucional: Garantir educação e saúde por meio da oferta de serviços médico-hospitalares de referência e contrarreferência no âmbito do Sistema Único de Saúde.



Prof. Dr. Gilson Rambelli  
Diretor do Campus de Laranjeiras

Missão Institucional: Promover a formação superior na área de Arqueologia, Museologia, Arquitetura e Urbanismo, levando o conhecimento para áreas fora do Campus Sede e induzir o desenvolvimento social e municipal.



Prof. Dr. Marcelo Alves Mendes  
Diretor do Campus de Itabaiana

Missão Institucional: Promover a formação superior na área das licenciaturas e bacharelados, levando o conhecimento para áreas fora do Campus Sede e induzir o desenvolvimento social e municipal.



Prof.ª Dr.ª Adriana Andrade Carvalho  
Diretora do Campus de Lagarto

Missão Institucional: Promover a formação superior na área da saúde, levando o conhecimento para áreas fora do Campus Sede e induzir o desenvolvimento social e municipal.



Prof. Dr. Jodnes Sobreira Vieira  
Diretor do Campus do Sertão

Missão Institucional: Promover a formação superior na área das Ciências Agrárias, levando o conhecimento para áreas fora do Campus Sede e induzir o desenvolvimento social e municipal.



Prof. Dr. Antônio Américo Cardoso Júnior  
Superintendente de Infraestrutura

Missão Institucional: Órgão responsável pela administração dos Campi Universitários. É composto pelas subunidades: Departamento de Serviços Gerais (DSG); Departamento de Obras e Fiscalização (DOFIS); Departamento de Manutenção (DEMAN); Secretaria de Apoio Administrativo; Assessoria Técnica e as divisões das respectivas subunidades.

### 1.3 Ambiente externo

A universidade pública brasileira sempre teve papel de destaque na formação intelectual, produção de conhecimento, progresso científico, combate à pobreza e redução da desigualdade social. Países que lograram desenvolver rapidamente puseram a educação no centro de todas as ações políticas de Estado, não apenas de Governo.

O Brasil amarga lento crescimento econômico, baixo desenvolvimento tecnológico e frágil competitividade internacional, talvez por falhar sucessivamente na produção de educação básica de qualidade e na pouca capacidade de formação técnica secundária. O ensino superior, por sua vez, recebe estudantes com reconhecida defasagem intelectual e vê-se no dilema entre produzir e ampliar conhecimento ou tentar remediar defasagens intelectuais, estas muitas vezes são responsáveis pelo elevado nível de reprovação em disciplinas que envolvam métodos quantitativos ou interpretação e decorrente evasão.

Os desafios que a universidade pública enfrenta não estão circunscritos apenas à formação intelectual e produção de conhecimento. Nos últimos anos, tem se deparado com questionamentos contundentes acerca de sua eficiência, da qualidade dos docentes e do conhecimento que produz. Por ser um ente público, não deve estranhar que a sociedade exija conhecer todos os movimentos das universidades, mas chama atenção que eles também se originem de quem justamente é responsável pela inexistência de políticas claras de desenvolvimento educacional em todos os níveis.

Comodamente, os críticos do ensino público tendem a ignorar que o desempenho acadêmico não é função apenas do que se pratica em sala de aula e do ambiente acadêmico. Um pouco de esforço intelectual seria suficiente para entender que fatores como estrutura familiar, classe social, educação parental e liberdade de pensamento são variáveis intervenientes substantivas<sup>4</sup>. A vasta literatura disponível mostra isso peremptoriamente. No entanto, desconsideram que a desigualdade social é, em última instância, o câncer a ser combatido. O estorno não é a universidade, mas o conhecimento rudimentar.

Deveria ser consensual perceber que a educação constitui o principal caminho para o desenvolvimento e deve ser entendida como um instrumento essencial para emancipação da pobreza e redução da desigualdade (OIT, 2005). Isto até aparece em afirmações genéricas. No entanto, ignora-se que as regiões brasileiras apresentam diferentes estágios de desenvolvimento socioeconômico, sendo o Nordeste a área historicamente conhecida pela cristalizada estrutura social (Andrade, 1964), incapacidade de combater os efeitos periódicos da seca (Coelho, 1985) e o uso da miséria como instrumento de manutenção no poder político (Leal, 2009).

Tais fatores tornam precário o ambiente em que a educação se desenvolve. Fragilidades educacionais estruturais desfecham na formação também precária de educadores, principalmente daqueles que atuam em áreas interioranas ou mais afastadas das capitais. A gestão escolar em parte é feita de forma amadora, contando mais com o empenho dos docentes e gestores escolares que propriamente orientação teórica e metodológica continuada. Assim, o ciclo degradante da educação se reforça.

Isto talvez explique o fato de Sergipe manter estrutura educacional quase inalterada àquela verificada em 1980 (veja Figura 5 - 5.1 a 5.4). Segundo Sanches-Paramo e Schady (2003) é possível identificar fases do desenvolvimento educacional

---

<sup>4</sup> A esse respeito veja Teachman (1987).

conforme padrões descritos a seguir. Ressalte-se que a Figura 5 - 5.1 a 5.4 considera o nível educacional mais elevado obtido pelo adulto:

- **Estágio 1:** O formato em pirâmide da distribuição educacional é indicativo de baixa escolaridade, uma vez que predominam as pessoas em condição de analfabetismo ou com o ensino primário concluído. Nesta situação encontravam-se a maioria dos países nos anos 1960.
- **Estágio 2:** Ocorre um leve estreitamento da base e aumento da importância relativa dos adultos com educação secundária, ainda que a configuração seja piramidal. Tal padrão seria correspondente aos Tigres Asiáticos nos anos 1980 e alguns países latino-americanos nos anos 2000.
- **Estágio 3:** Caracterizada pelo estreitamento da base e aumento substancial da população com nível secundário concluído, cujo formato assemelha-se a um “diamante”, e nessa condição há mais adultos com nível secundário que primário e analfabetos. Tal formato seria representativo à Finlândia e alguns países asiáticos, exceto a Malásia. Destaque-se que nenhum país latino-americano apresenta essa configuração.
- **Estágio 4:** Quando o acesso à universidade tão amplo que mais adultos possuem educação superior que propriamente secundária ou primária, a distribuição educacional assume o formato de “pirâmide invertida” é o caso de países como Canadá e Estados Unidos, onde metade dos adultos possuem educação universitária.

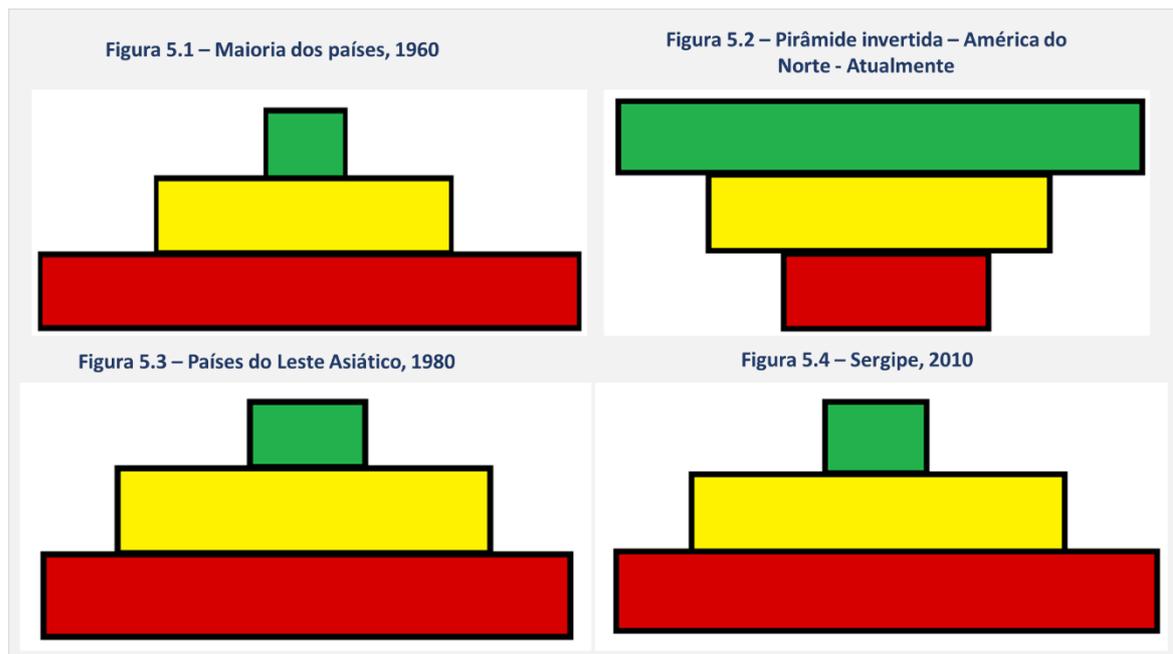
A estrutura educacional de Sergipe em 2010, como se observa, é ainda piramidal<sup>5</sup>. Não obstante tenha melhorado relativamente aos anos 1960, predomina a baixa escolaridade: 68% dos adultos (entre 15 e 65 anos) possuem o ensino fundamental completo, menos de 25% concluíram o ensino médio, portanto possuem escolaridade suficiente para ingressar no nível superior, e apenas 7,5% possuem o terceiro grau.

O ambiente externo à universidade configura-se pela extrema carência educacional. Entre a população com idade entre 15 e 65 anos, 12,5% de analfabetos absolutos e 23% possuem menos de 4 anos de estudo (318 mil pessoas).

Em ambientes como o verificado em Sergipe, são ainda mais decisivas as ações das universidades públicas e nesse sentido a UFS tem papel fundamental. Seja na produção de conhecimento, formação de mão de obra para o mercado de trabalho, serviços prestados à população através de atividades de extensão, atendimento médico e hospitalar, formação docentes e mesmo contribuindo para redução das desigualdades regionais através da interiorização dos campi.

---

<sup>5</sup> A escolaridade média da Coreia passou de 3,2 anos para 10,5 anos, entre 1960 e 2000, enquanto no Brasil o crescimento foi de 1,7 ano, no mesmo período (SANCHES-PARAMO; SCHADY, 2003).

**Figura 5 - Estrutura educacional de Países selecionados, Nordeste e Sergipe**

Fonte: Sanches-Paramo e Schady (2003) - Figuras 5.1 e 5.2. Tabulações próprias - Figuras 5.3 e 5.4.

O Plano de Desenvolvimento Institucional da UFS 2016-2020 formaliza o conhecimento acerca desse cenário e estabelece um conjunto de ações para melhorar o desempenho acadêmico, o que objetivamente é representado pela Taxa de Sucesso na Graduação. Propõe, portanto, que a taxa de sucesso avance de 35% para 50%, entre 2016 e 2019.

Na data de elaboração deste relatório, com base nas informações de 2019, a taxa de sucesso observada foi de 42%, sendo plenamente factível alcançar 50% em 2021-22. Ainda que esse resultado esteja abaixo da meta (50%), não se pode desprezar a substantiva recuperação observada a partir de 2014, cuja taxa de sucesso era de 31%, resultado das ações previstas no PDI, sendo de destacar alguns fatores principais.

O principal deles é o caráter socialmente inclusivo do crescimento da UFS. Contrariando algumas percepções equivocadas, de que o desempenho dos cotistas influenciaria negativamente nos indicadores acadêmicos<sup>6</sup>, levantamentos institucionais realizados pela Coordenação de Planejamento e Avaliação Acadêmica (COPAC) mostram, em duas pesquisas anuais, que não há diferença importante entre os cotistas e não-cotistas, bem como entre os egressos de escola pública ou privada.

Os referidos documentos mostram, por seu turno, a existência de uma abissal distância entre o desempenho de alunos da área da saúde, usualmente oriundos de classes sociais mais ricas, e alunos das Ciências Exatas, por exemplo. Neste caso, tal diferença de desempenho reside na própria desigualdade social que evidentemente é refletida dentro da UFS.

<sup>6</sup> Leia a publicação Radar nº 2 de junho de 2018. Acesso: [http://indicadores.ufs.br/uploads/page\\_attach/path/4540/Radar\\_n2\\_jun18.pdf](http://indicadores.ufs.br/uploads/page_attach/path/4540/Radar_n2_jun18.pdf) e [http://indicadores.ufs.br/uploads/page\\_attach/path/7004/Radar\\_n4\\_2019\\_v2\\_vers\\_o\\_final.pdf](http://indicadores.ufs.br/uploads/page_attach/path/7004/Radar_n4_2019_v2_vers_o_final.pdf).

## 1.4 Modelo de negócios

O conceito de modelo de negócios apresentado pelo TCU (2019) propugna que sejam descritos “o sistema de transformação dos insumos em produtos ou impacto por meio das atividades de uma unidade, a fim de cumprir seus objetivos estratégicos e gerar valor ao longo do tempo”. Em síntese, apresentar como recursos, processos de trabalho, produtos ou serviços envolvidos na atividade fim de uma instituição geram seus valores, no caso da universidade, formação acadêmica: ensino, pesquisa e extensão.

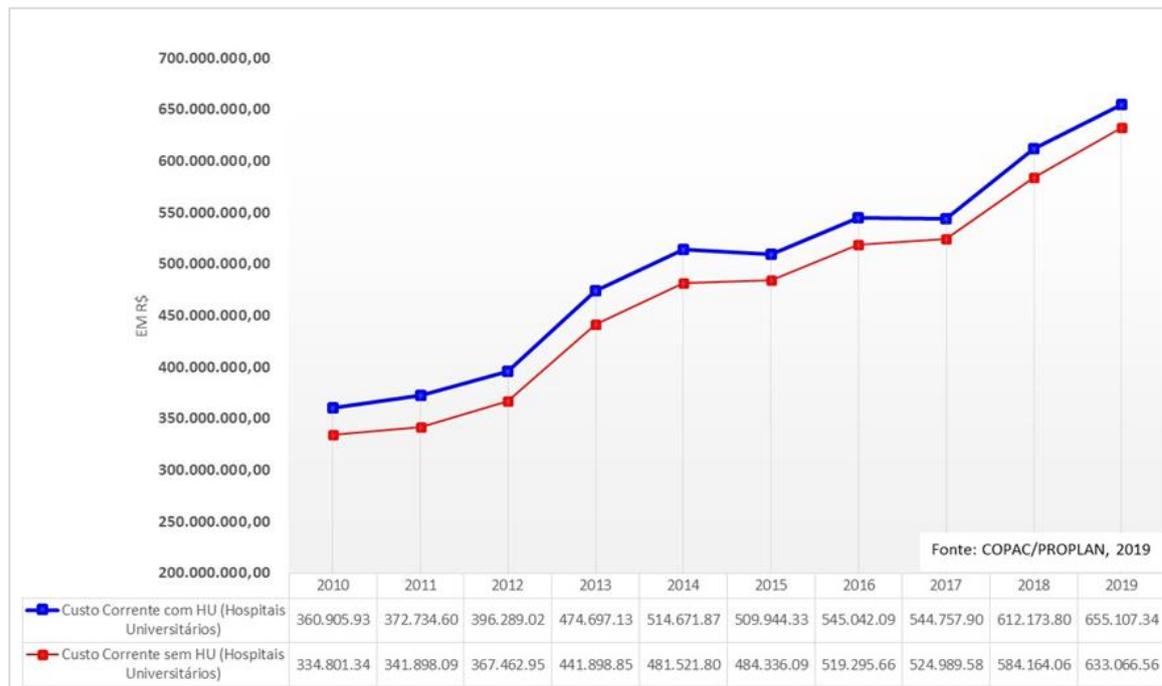
**Figura 6 - Modelo de negócio da UFS: produção de valor para a sociedade**



Fonte: COPAC/PROPLAN, 2020.

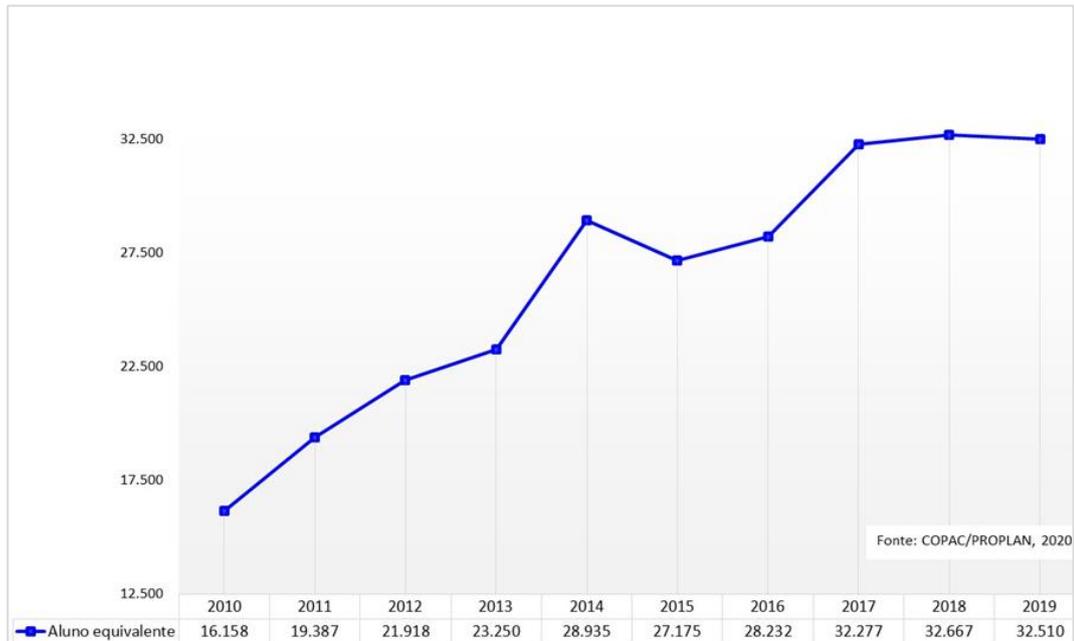
O custo corrente por aluno equivalente pode ser entendido como o esforço financeiro da UFS para ofertar seus serviços e funcionamento da instituição, envolvendo o conjunto de despesas que vão desde o pagamento de energia elétrica, pagamento de contratos de terceirizados, até os salários dos docentes e técnico-administrativos. Entre 2010 e 2019, o curso corrente real da UFS (incluindo o Hospital Universitário) passou de R\$ 360,9 milhões para R\$ 655,1 milhões, o que representa crescimento anual de 6,8%, e de 81,5% no período. Já o custo sem o Hospital Universitário passou de R\$ 334,8 milhões para R\$ 633,1 milhões, sendo a taxa anual de crescimento de quase 7,3%, e de 89,1% no período.

**Gráfico 1 - Custo corrente da Universidade Federal de Sergipe, com e sem Hospital Universitário - Exercícios 2010-2019 (IPCA, dez 2019=100)**



Fonte: COPAC/PROPLAN, 2019.

O incremento anual dos gastos, especialmente a partir de 2012, decorre fundamentalmente do importante processo de expansão tanto na infraestrutura física, quanto na expansão do número de opções de cursos e de ingressantes. A inflexão ocorrida em 2015 em relação a 2014, deve-se a restrições orçamentárias cujos impactos nas despesas de custeio e de capital foram enfrentados com redução de despesas não obrigatórias e priorização dos investimentos em obras. Entre 2017 e 2019 observa-se o aumento de 20,2% no custo corrente incluindo o HU e de 20,5% sem o HU, decorrendo principalmente dos custos de manutenção e uso de insumos (energia, água, material de consumo etc.) necessários ao funcionamento da Instituição. A esse respeito vale destacar que o gasto com energia elétrica, que em 2017 apresentou média mensal de R\$ 856 mil, somando R\$ 10,3 milhões, aumentou para 1,1 milhão por mês e acumulou gasto de R\$ 13,7 milhões (representa crescimento de 33%), no ano seguinte. Em 2019, com a entrada em funcionamento de estação de distribuição, o custo com energia mensal médio foi de R\$ 919,7, o que representa o total de R\$ 13,7 milhões. Note a redução do custo anual de energia entre 2018 e 2019, representando economia de quase R\$ 2,7 milhões.

**Gráfico 2 - Aluno equivalente - UFS - 2010-2019**

Fonte: COPAC/PROPLAN, 2020.

A relação custo corrente real por aluno equivalente permite compreender o esforço institucional na busca constante por eficiência. Entre 2010 e 2017 é clara a tendência de redução, caindo de R\$ 21,8 mil para R\$ 17,2 mil. Em 2018, passa R\$ 18,7 mil e chega R\$ 20,2 mil em 2019. Esse incremento nos custos correntes é influenciado pelos contratos de serviços, cujo valor em 2019 foi de R\$ 35 milhões. Ainda assim, o custo por aluno em 2019 (R\$ 20,2 mil) mantém-se inferior ao realizado em 2010 (R\$ 21,8 mil) (Gráfico 3).

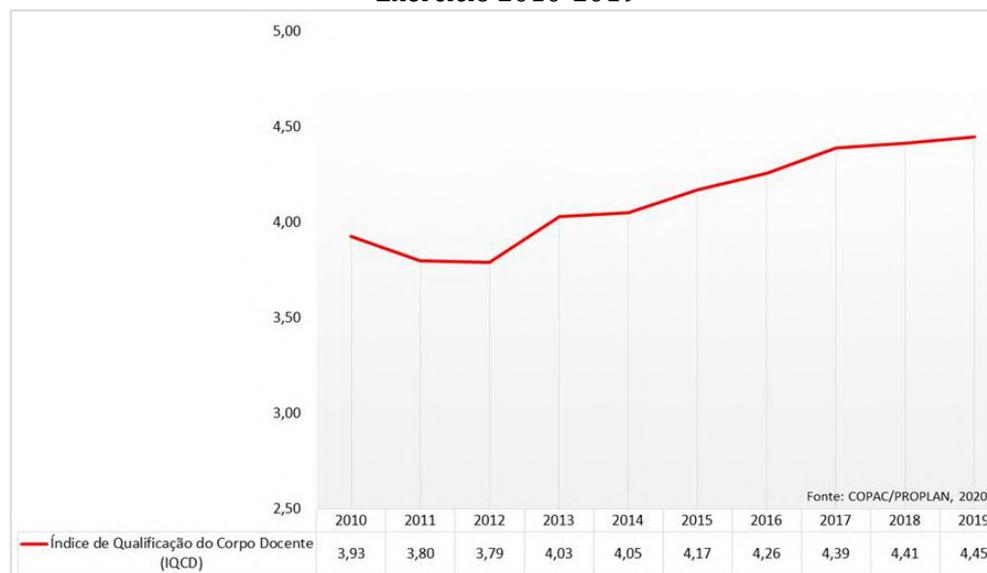
**Gráfico 3 - Custo corrente real por aluno equivalente da Universidade Federal de Sergipe, com e sem Hospital Universitário - Exercícios 2010-2019 (IPCA, dez 2019=100)**

Fonte: COPAC/PROPLAN, 2020.

A eficiência nos gastos desse período não desprezou a qualidade do corpo docente. Nos últimos 9 anos, conforme o Gráfico 4, o índice de qualificação docente (IQCD) passou de 3,93 para 4,45. Atualmente, 80% dos docentes efetivos possuem título de doutor. Esse avanço na qualificação docente resulta na crescente participação da UFS no cenário científico nacional. Em 2019, a UFS foi laureada com o “Prêmio Web of Science Group” como a quarta universidade do Brasil com alto índice de impacto em pesquisas de modo geral, dentre as 15 instituições com os melhores desempenhos. Ficou atrás somente da Universidade Federal do ABC (UFABC), a de São João del-Rei (UFSJ) e a de Juiz de Fora (UFJF). Na área da saúde, a UFS é a instituição de ensino superior que apresenta maior impacto em pesquisas do Brasil. A universidade superou, na etapa final, outras duas instituições: a federal de Pelotas (UFPel), com 1.72 de impacto, e a de Santa Catarina (UFSC) que obteve 1.98, segundo o relatório *Research in Brazil: Funding Excellence* da *Clarivate Analytics*. O prêmio leva em conta publicações realizadas no intervalo entre os anos de 2013 e 2018<sup>7</sup>.

A qualidade do ensino superior da UFS foi atestada também pelo ranking internacional da *Times for Education*<sup>8</sup>. De acordo com esse levantamento, os artigos científicos produzidos por docentes da UFS colocaram a instituição em primeiro lugar no Brasil e nono na América Latina. No computo dos demais critérios, a UFS ficou na 62<sup>o</sup> posição, à frente ou muito próxima de outras grandes universidades da região, como a Universidade Autônoma do Chile (61<sup>o</sup>), a Universidade Federal do Pará (64<sup>o</sup>), a Universidade Autônoma do Estado do México (67<sup>o</sup>) e a Universidade Federal de Juiz de Fora (70<sup>o</sup>). Entre as universidades brasileiras, a UFS ocupa a 30<sup>o</sup> posição e 5<sup>o</sup> no Nordeste, obtendo as seguintes notas: 96,7 em citações, 38,5 em ensino, 36,6 em pesquisa, 35,5 em transferência de conhecimento e 24,6 em visão internacional, perfazendo uma nota geral de 47,2.

**Gráfico 4 - Índice de qualificação do corpo docente da Universidade Federal de Sergipe - Exercício 2010-2019**



Fonte: COPAC/PROPLAN, 2020.

<sup>7</sup> Mais informações em: <http://www.ufs.br/conteudo/64141-ufs-e-a-instituicao-de-maior-impacto-do-brasil-em-pesquisas-de-ciencias-da-saude>

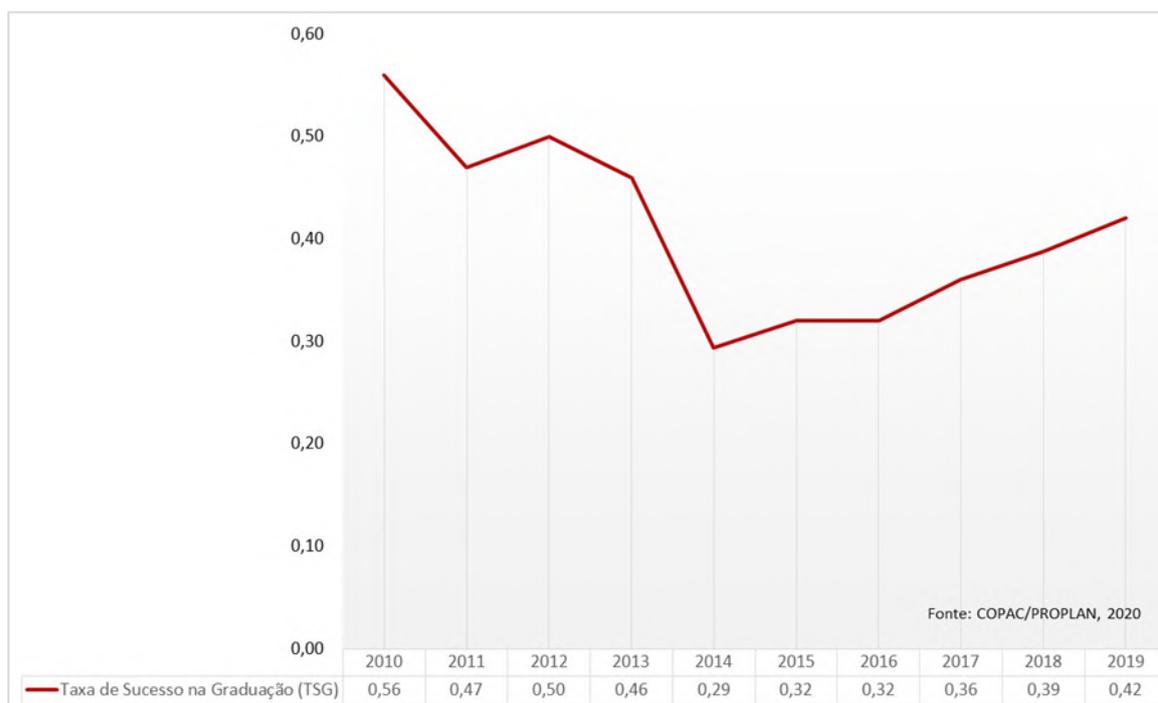
<sup>8</sup> Mais informações em: <http://www.ufs.br/conteudo/65573-ufs-e-primeira-do-brasil-no-quesito-citacoes-segundo-latin-america-university-rankings-2020> e [https://www.timeshighereducation.com/world-university-rankings/2020/latin-america-university-rankings#!/page/0/length/25/sort by/rank/sort\\_order/asc/cols/undefined](https://www.timeshighereducation.com/world-university-rankings/2020/latin-america-university-rankings#!/page/0/length/25/sort%20by/rank/sort_order/asc/cols/undefined)

A taxa de sucesso na graduação, dada a simplicidade de cálculo e facilidade de interpretação, é talvez o melhor indicador que apresenta uma síntese do desempenho acadêmico. Resultados mais próximos de 1 indicam que na trajetória do aluno reprovações foram baixas ou a retenção foi insignificante, bem como não houve evasão. O Gráfico 5 mostra que entre 2010 e 2014 houve redução da taxa de sucesso, caindo de 0,56 para 0,29. A partir de então, a taxa de sucesso volta a crescer continuamente e atinge 0,42 em 2019.

A redução da taxa de sucesso entre 2010 e 2014 é explicada pelo elevado número de ingressantes por outras formas, nomeadamente portadores de diploma, cujo volume em 2010 foi de 1.955 alunos. Sabe-se que os portadores de diploma diferem essencialmente na idade, tempo disponível para estudos e aspirações de formação. Assim, o expressivo número de ingressantes com esse perfil passa a impactar negativamente nas taxas de sucesso dos anos seguintes, principalmente em 2014.

Em termos gerenciais, a Pró-reitoria de Graduação voltou atenção à necessidade de regularização cadastral, tratando de forma específica aqueles alunos que ultrapassaram ou estão prestes a exceder o prazo de integralização. Após editais de convocação, intervenções didático-pedagógicas junto aos centros e ações institucionais, a taxa de sucesso, como dito, melhora continuamente, sendo factível supor que em 2022 recuperará o nível de 0,56.

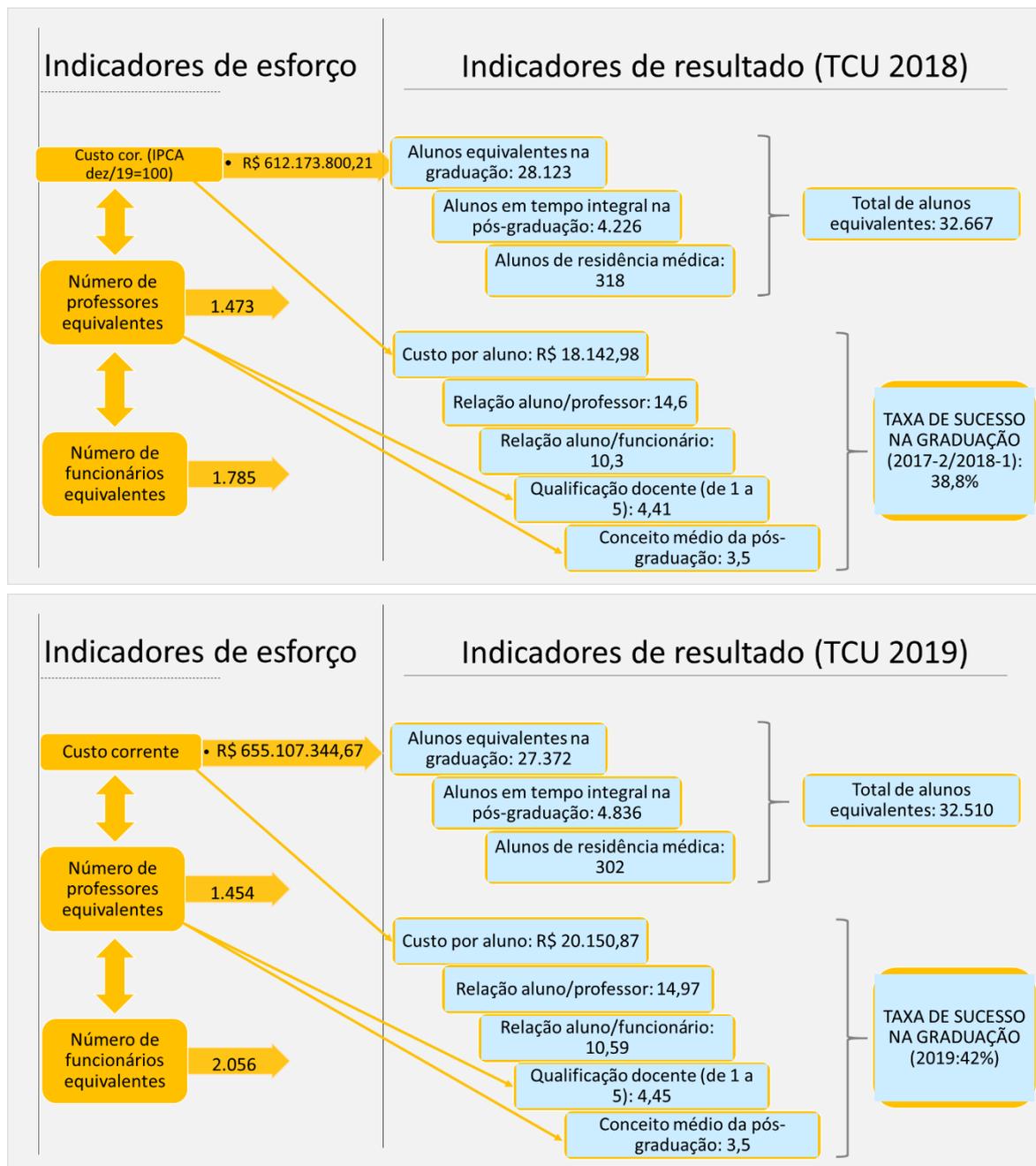
**Gráfico 5** - Taxa de sucesso na graduação da Universidade Federal de Sergipe - Exercício 2010-2019



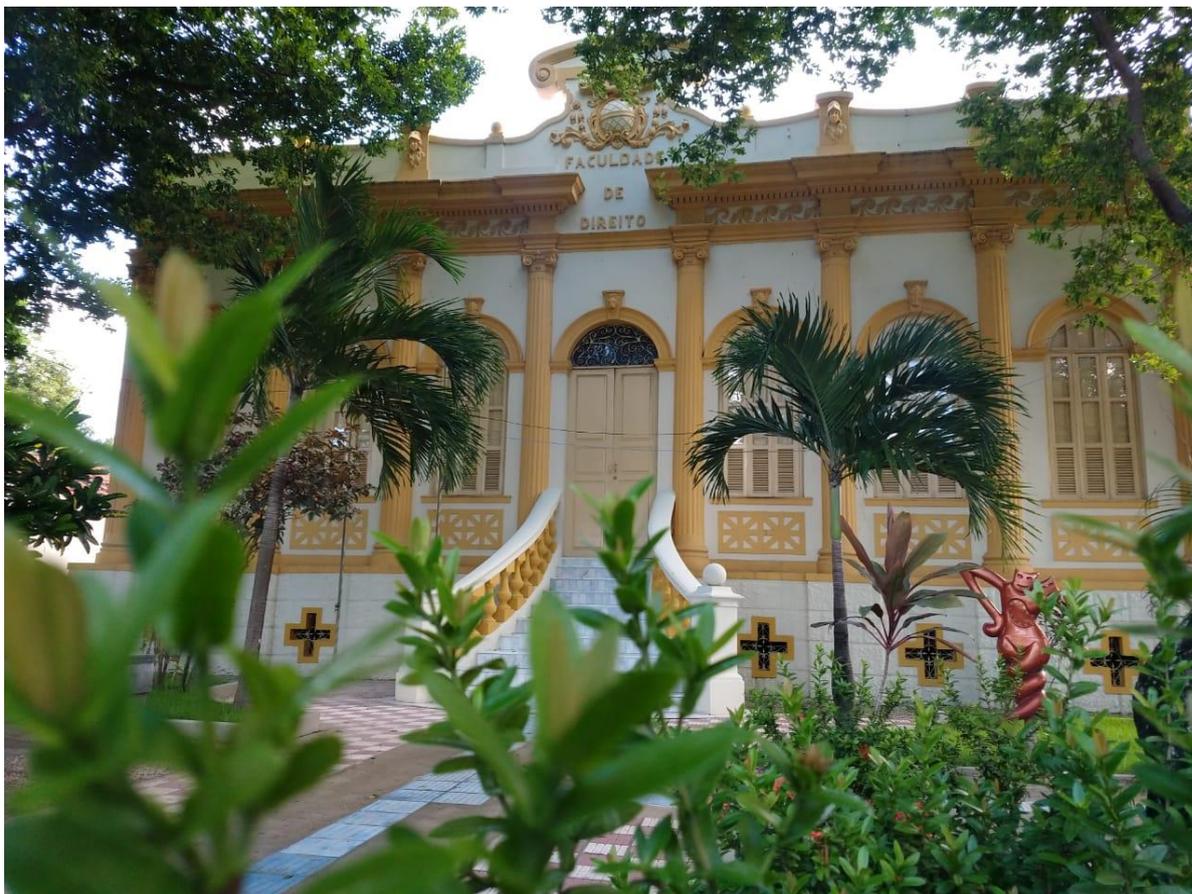
Fonte: COPAC/PROPLAN, 2020.

O infográfico abaixo sumariza os resultados acima descritos e centra atenção em 2018 e 2019.

Figura 7 - Principais resultados da UFS 2018 e 2019



Fonte: COPAC/PROPLAN, 2020.



Fachada do Centro de Cultura e Arte da UFS (Foto: DIPRO/UFS)

## 2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

---

A estrutura de governança da UFS é composta por instâncias colegiadas que formam dois grandes processos, quais sejam:

I – Processo de Administração Geral – composta pelos órgãos voltados para a direção geral da Universidade e para a implementação dos meios necessários à consecução de seus objetivos:

- Conselho Diretor
- Conselhos Superiores – CONSU e CONEPE
- Reitoria
- Auditoria Interna (AUDINT)

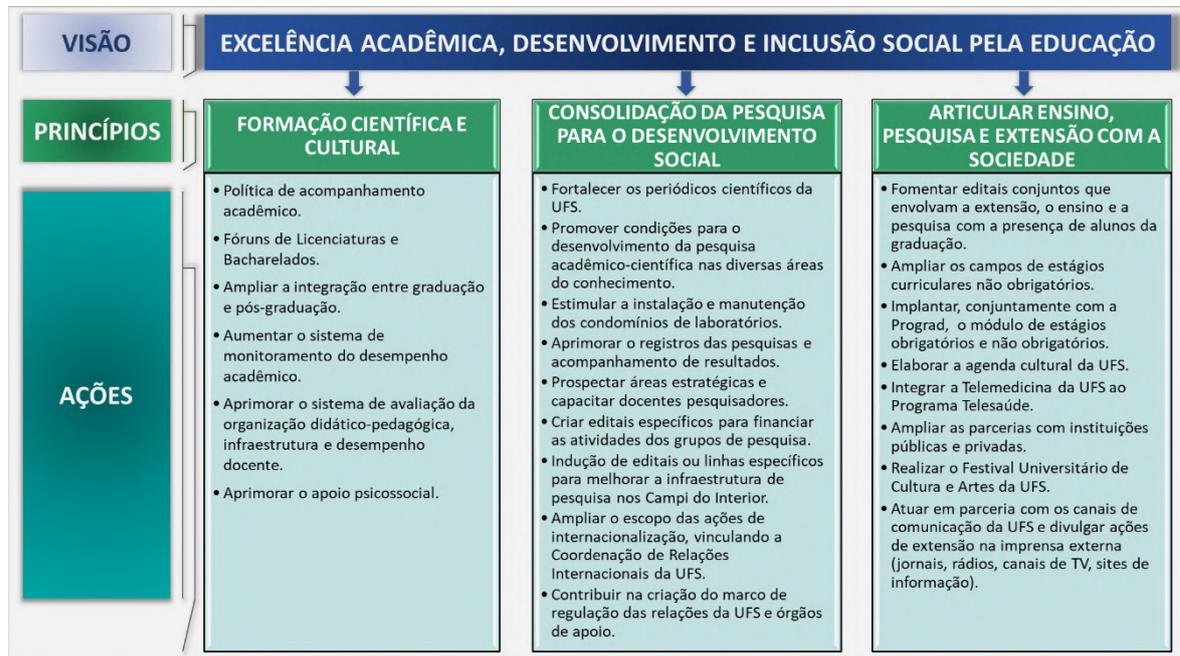
II - Processo de Administração Acadêmica - composta pelos órgãos orientados para as atividades de ensino, pesquisa e extensão:

- Conselhos Acadêmicos
- Centros e Departamentos
- Órgãos Suplementares

A estrutura de governança age consoante ao planejamento estratégico da UFS estabelecido em dois documentos formais. O primeiro de caráter político-institucional é delineado no Plano de Gestão 2016-2020 e pode ser sintetizado conforme infográfico abaixo. Em síntese, a visão estratégica consiste em buscar a excelência acadêmica à luz

do desenvolvimento social e inclusão pela educação. Os princípios que norteiam as ações são o aprimoramento da formação científica e cultural, consolidação da pesquisa como instrumento de promoção do desenvolvimento, tendo ainda as ações de extensão como elo entre a universidade e a comunidade.

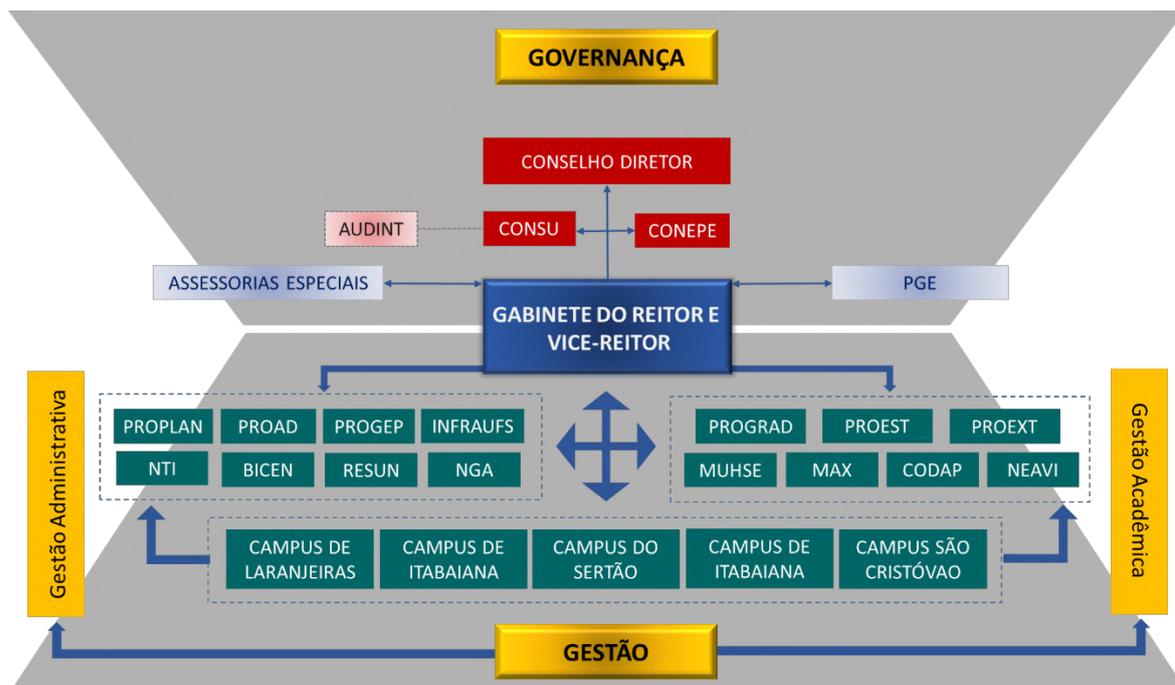
**Figura 8 - Visão, Princípios e Ações Estratégicas da UFS**



Fonte: COPAC/PROPLAN, 2020.

O segundo documento circunscreve no âmbito operacional a visão estratégica da UFS conforme Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2020, que define metas a serem alcançadas por cada Pró-Reitoria e suas instâncias. A estrutura de governança abaixo ilustra como as instâncias de gestão administrativa e acadêmica formam a rede de atuação institucional. Mais à frente serão analisados os principais resultados assentes no PDI-UFS 2016-2020.

Figura 9 – Estrutura de Governança da UFS



Fonte: COPAC/PROPLAN, 2020.

## 2.1 Atuação da Audint

A Auditoria Interna (AUDINT) é um órgão de acompanhamento e assessoramento do Conselho Universitário, que constitui a maior instância normativa, consultiva e deliberativa da FUFES em matéria administrativa e política universitária. As principais atribuições da AUDINT são: realizar atividades de auditoria, conforme o Plano Anual de Auditoria Interna previamente aprovado pelo CONSU; auxiliar os auditores da Controladoria-Geral da União e do Tribunal de Contas da União quando realizam atividades na FUFES; assessorar os gestores dos diversos escalões no atendimento aos questionamentos, recomendações e determinações oriundas dos órgãos de controle interno e externo (CGU e TCU); auxiliar os gestores em consultas sobre a legislação em geral, além de analisar e emitir parecer sobre a prestação de contas da FUFES. Atualmente, a AUDINT é composta por sete membros efetivos, sendo: um Auditor-Chefe, dois Auditores, um Administrador, um Técnico em Secretariado e dois Assistentes em Administração.

Seguindo as mais recentes orientações e normativos federais relacionados ao processo de implementação dos princípios basilares da governança pública, a AUDINT vem adotando, em suas auditorias, procedimentos voltados à observação do processo de governança estabelecido no âmbito de cada unidade auditada. Para tanto, atenta-se à existência de políticas definidoras de diretrizes, à instituição de procedimentos formalizados, ao alinhamento das metas e objetivos da unidade aos da UFS, etc., recomendando a adoção de medidas apropriadas para melhoria do processo de governança nas unidades auditadas.

Ao longo do exercício de 2019, foram realizadas auditorias nas seguintes áreas: processos de aquisição de bens e serviços; manutenção predial; cartão corporativo; administração acadêmica (gestão de disciplinas nos cursos de graduação); bolsa PIBID; cessão de servidores a outros órgãos; gestão operacional do DIASE; gestão de

produtos/resíduos químicos de uso controlado; e canais de integração com o cidadão (e-OUV e e-SIC).

Com base nas auditorias realizadas ao longo de 2019, é possível verificar que os controles internos, no âmbito da FUFES, vêm gradativamente sendo reestruturados e aperfeiçoados. É possível, ainda, observar o amadurecimento da atuação da AUDINT como ator estratégico para auxiliar os gestores da FUFES ao entregar informações qualificadas (a partir das técnicas apropriadas e reconhecidas de auditoria interna) e que agregam valor à instituição.

Nesse sentido, pode-se destacar dois exemplos da interação positiva entre a atuação da AUDINT e a gestão da FUFES. O primeiro é a Pró-Reitoria de Graduação, na qual foram realizados dois trabalhos específicos de auditoria no exercício de 2019, um sobre a gestão acadêmica e o outro sobre bolsas PIBID. Durante a realização dessas ações de auditoria, foi estabelecido um diálogo construtivo com a pró-reitoria a fim de mitigar algumas inconsistências, gerando aprimoramento de rotinas e procedimentos internos do setor.

O outro exemplo é a Ouvidoria, que, desde a realização da atividade de auditoria “Transparência Ativa” no exercício 2018, tem adotado iniciativas para solucionar as deficiências no tema e obteve grande avanço constatado por esta AUDINT na atividade realizada no exercício de 2019 sobre o tema “Canais de Integração”. Destaca-se, ainda, os esforços da Ouvidoria (em conjunto com outros setores da FUFES) em adequar a instituição para as novas demandas dos órgãos de controle interno e externo (CGU e TCU), como por exemplo, a operacionalização dos “Dados Abertos”, em que a Auditoria Interna pôde participar de reuniões a fim de auxiliar no desenvolvimento dessa ferramenta de transparência e controle social.

É oportuno destacar, ainda, a constante atualização/capacitação técnica da equipe da AUDINT, proporcionando à FUFES um quadro de servidores qualificado para proporcionar aos gestores e aos membros do Conselho Universitário informações confiáveis para a tomada de decisões estratégicas.

A busca perene por entregar à gestão da FUFES um trabalho cada vez mais técnico ajuda a compensar os desafios enfrentados pela AUDINT. Dentre esses desafios, pode-se destacar a equipe reduzida frente à quantidade e complexidade de macroprocessos desenvolvidos pela instituição; as recentes mudanças nos normativos federais voltados ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal (o que tem impulsionado a AUDINT a promover as mudanças internas necessárias objetivando o cumprimento da legislação) e a necessidade de ferramentas tecnológicas específicas para o desenvolvimento de suas atividades (o que, atualmente, a AUDINT aguarda a liberação, para uso das auditorias internas da administração indireta federal, do sistema desenvolvido pela CGU).

## **2.2 Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos**

A Comissão Permanente de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar (CPSPAD) é o setor responsável pela apuração das irregularidades praticadas por servidores da UFS e alunos, que são levadas ao conhecimento do Magnífico Reitor.

No ano de 2018 foram instaurados 06 (seis) processos disciplinares, 03 (três) sindicâncias investigativas e 01 (uma) sindicância punitiva. Em 2019 foi instaurado 01 (um) processo disciplinar e 03 (três) sindicâncias investigativas, todos devidamente

cadastrados no Sistema CGU/PAD em consonância com o que dispõe a Portaria CGU nº 1.043, de 24/07/2007.

### **2.3 Medidas administrativas para Apuração de Responsabilidade por Danos ao Erário**

Quando no curso dos processos administrativos disciplinares é detectado dano ao Erário, a Comissão registra a ocorrência no relatório final para que a reparação seja efetuada. No ano de 2019 não houve comprovação de danos ao Erário nos processos apurados pela CPSPAD.

### **2.4 Canais de comunicação com a sociedade**

#### **Carta de serviços ao Cidadão**

A Carta de Serviços ao Cidadão, instituída pelo Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, tem sido instrumento de informação ao grande público e usuários dos serviços disponibilizados pela Universidade Federal de Sergipe.

A disponibilidade dessas informações oficiais é ininterrupto através do site <http://acessoinformacao.ufs.br/pagina/5946-carta-de-servicos-ao-cidadao>. Acrescente-se também que o próprio site da UFS contém informações sobre todos os setores administrativos e acadêmicos, bem como dos Campi do interior e fora da sede.



Fachada do Auditório do Campus Itabaiana (Foto: Adilson Andrade, Ascom/UFS)

### 3 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

---

A gestão de risco na UFS compreende três momentos distintos e complementares: identificação do risco, análise do risco e tratamento do risco.

A análise de risco consiste em compreender a natureza e determinar o nível de risco contido em cada meta. Define-se o risco como sendo o resultado da probabilidade de ocorrência e o impacto que teria sobre a instituição ou partes dela. Formalmente, o risco é:

$$Risco = f(\text{Probabilidade} * \text{impacto}) \quad (1)$$

A sentença acima é facilmente aplicável a circunstâncias que envolvam métricas quantitativas. Ocorre que em instituições de ensino nem sempre isto é possível, sendo necessário recorrer a abordagens qualitativas, que dependem da percepção das pessoas para estabelecer a métrica, ou ainda de abordagens semiquantitativas. Neste caso, são combinados indicadores com a percepção individual traduzida por escalas numéricas. O presente documento utiliza esta última abordagem.

O passo inicial para estruturar a abordagem semiquantitativas é apresentar as escalas de probabilidades (Quadro 1) e de consequências (Quadro2). A combinação dessas duas escalas origina a matriz de riscos (Figura 9).

**Quadro 1 - Escala de probabilidades**

Probabilidade	Descrição da probabilidade, desconsiderando os controles	Peso
MUITO BAIXA	Improvável. Em situações excepcionais, o evento poderá até ocorrer, mas nada nas circunstâncias indica essa possibilidade	1
BAIXA	Rara. De forma inesperada ou causal, o evento poderá ocorrer, pois as circunstâncias pouco indicam essa possibilidade	2
MÉDIA	Possível. De alguma forma, o evento poderá ocorrer, pois as circunstâncias indicam moderadamente essa possibilidade	5
ALTA	Provável. De forma até esperada, o evento poderá ocorrer, pois as circunstâncias indicam fortemente essa possibilidade	8
MUITO ALTA	Praticamente certa. De forma inequívoca, o evento ocorrerá, as circunstâncias indicam claramente essa possibilidade	10

Fonte: TCU, 2018.

**Quadro 2 - Escala de consequências**

Probabilidade	Descrição do impacto nos objetivos, caso o evento ocorra	Peso
MUITO BAIXO	Mínimo impacto nos objetivos (estratégicos, operacionais, de informação/comunicação/divulgação ou de conformidade)	1
BAIXO	Pequeno impacto nos objetivos (idem)	2
MÉDIO	Moderado impacto nos objetivos (idem), porém recuperável	5
ALTO	Significativo impacto nos objetivos (idem), de difícil reversão	8
MUITO ALTO	Catastrófico impacto nos objetivos (idem), de forma irreversível	10

Fonte: TCU, 2018.

**Figura 10 - Matriz de classificação de riscos**

IMPACTO	<b>Muito alto - 10</b>	10 - RM	20 - RM	50 - RA	80 - RE	100 - RE
	Alto - 8	8 - RB	16 - RM	40 - RA	64 - RA	80 - RE
	Médio - 5	5 - RB	10 - RM	25 - RM	40 - RA	50 - RA
	Baixo - 2	2 - RB	4 - RB	10 - RM	16 - RM	20 - RM
	Muito baixo - 1	1 - RB	2 - RB	5 - RB	8 - RB	10 - RM
<b>MATRIZ DE RISCOS</b>		Muito baixo - 1	Baixo - 2	Médio - 5	Alto - 8	<b>Muito alto - 10</b>
<b>POSSIBILIDADE DE OCORRÊNCIA</b>						

Fonte: TCU, 2018.

Legenda:

<b>RB (Risco Baixo)</b>	<b>RM (Risco Médio)</b>	<b>RA (Risco Alto)</b>	<b>RE (Risco Extremo)</b>
0 - 9,99	10 - 39,99	40 - 79,99	80 - 100

**Quadro 3 - Escala de consequências**

Nível de confiança (NC)	Avaliação do desempenho e implementação dos controles (Atributos do controle)	Risco de controle (RC)
Inexistente - NC =0% (0,0)	Controles inexistentes, mal desenhados ou mal implementados, isto é, não funcionais	Muito alto - 1,0
Fraco - NC =20% (0,20)	Controles têm abordagens ad hoc, tendem a ser aplicados caso a caso, a responsabilidade é individual, havendo elevado grau de confiança no conhecimento das pessoas.	Alto - 0,8
Intermediário - NC =40% (0,40)	Controles implementados mitigam alguns aspectos do risco, mas não contemplam todos os aspectos relevantes do risco devido a deficiências no desenho ou nas ferramentas utilizadas.	Médio - 0,6
Satisfatório - NC 60% (0,40)	Controles implementados e sustentados por ferramentas adequadas e, embora passíveis de aperfeiçoamento, mitigam o risco	Baixo - 0,4
Forte - NC 80% (0,80)	Controles implementados podem ser considerados a "melhor prática", mitigando todos os aspectos relevantes do risco.	Muito baixo - 0,2

Fonte: TCU, 2018.

A Pró-reitoria de Planejamento (PROPLAN) é responsável por setores estratégicos da gestão universitária. Suas atividades são executadas pela Coordenação de Planejamento e Avaliação Acadêmica (COPAC), Coordenação de Programação Orçamentária (COPRO), Coordenação de Programas, Convênios e Contratos (COPEC), Coordenação de Sustentabilidade Institucional (COSINT), Secretaria de Apoio e Assessoria Técnica.

As coordenações acima são fundamentais para a gestão institucional, sendo a COPAC dedicada ao planejamento acadêmico. Desta forma a primeira fase da implantação da gestão de risco envolve os setores e unidades para as quais existam metas e indicadores definidos no PDI-UFS 2016-2020.

### 3.1 Qualidade e desempenho acadêmico

#### 3.1.1 Desempenho acadêmico

Responsável: Coordenação de Planejamento e Avaliação Acadêmica (COPAC).

A Coordenação de Planejamento e Avaliação Acadêmica, de acordo com o Regimento Interno da Reitoria é responsável pela base de dados acadêmicos e pela construção, análise e monitoramento dos indicadores de desempenho acadêmico e institucional.

O trabalho sistemático da COPAC pode ser sintetizado nas seguintes ações:

- Realização do Censo do Ensino Superior: levantamento anual, coordenado pelo Ministério da Educação, cujas informações servem para compor o quadro do ensino superior brasileiro e auxiliar na repartição dos recursos financeiros através da matriz de orçamento, custeio e capital (OCC).
- Produção de indicadores de desempenho acadêmico (Anuário Estatístico, Relatórios analíticos: Radar, Painel e Monitor)<sup>9</sup>: a produção sistemática e periódica de indicadores de desempenho acadêmico é um importante meio de comunicação entre a gestão acadêmica e a comunidade. São produzidos relatórios descritivos com periodicidade mensal e semestral, enviados

<sup>9</sup> Disponível em: <http://indicadores.ufs.br/pagina/20154-apresentacao>

através de e-mail institucional a todos aqueles que integram a UFS e publicitados à comunidade no site da universidade.

- c) Programa de Atividade Docente (PAD): trata-se de um processo de coleta de informações sobre as atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão a serem desenvolvidas pelos docentes. Essa programação é institucional, com portaria de abertura e resolução específicas. Este procedimento confere publicidade às atividades docentes e permite que a comunidade acompanhe de forma transparente todas as atividades desenvolvidas pelos nossos docentes.
- d) Avaliação Institucional: coleta informações semestrais discentes sobre autoavaliação, organização didático-pedagógica, infraestrutura e desempenho docente. Esse levantamento é inteiramente on-line, o que garante anômia e cobertura integral aos alunos que cursaram o semestre anterior e se matricularam no posterior. Esse tipo de levantamento confere precisão no diagnóstico sobre melhorias nas dimensões pesquisadas, como também serve para monitorar as respostas às adequações físicas, estruturais, aprimoramentos didático-pedagógicos e ações de assistência e de extensão.

A essas atividades não explicitadas objeto do PDI-UFS 2016-2020, mas são correlativamente importantes para a gestão considerar suas possíveis ameaças e estabelecer correspondentes ações mitigadoras, quais sejam:

- a) Censo do Ensino Superior: Ameaça: Por se tratar de levantamento censitário, o risco envolvido diz respeito a falhas ou imprecisões no cadastro dos alunos. Ação mitigadora: O monitoramento da qualidade das informações cadastrais é suficiente para evitar que tais inconsistências ponham em risco as informações a serem prestadas.
- b) Indicadores de desempenho acadêmico (Anuário Estatístico, Relatórios analíticos: Radar, Painel e Monitor): Ameaça: A produção de indicadores impõe que a base de dados utilizada seja plenamente confiável e atualizada. Assim, em tal procedimento, e uma vez que são utilizadas metodologias oficiais, não há risco importante envolvido em tal atividade. Ação mitigadora: Manter atualização quanto à legislação pertinente.
- c) Programa de Atividade Docente: Ameaça: A perda de adesão por parte dos docentes em tornar pública suas atividades ou a prestação de informações imprecisas são os principais riscos envolvidos no PAD. Ação mitigadora: Enviar mensagens prévias alertando para a necessidade da prestação correta das informações.
- d) Avaliação Institucional: Ameaça: O desinteresse em avaliar cabalmente a instituição por parte dos alunos, bem como a imprecisão das respostas são riscos que se efetivados podem comprometer as ações derivadas. Ação mitigadora: Ampliar a conscientização sobre a importância dessas informações para as ações institucionais. Este risco, pela sua própria característica, não é mensurável.

A avaliação dos resultados de 2019 inicia com os três mais conhecidos indicadores de desempenho da graduação: taxa de sucesso, taxa de evasão e taxa de retenção (ver monitoramento no Quadro 4).

A taxa de sucesso na graduação, que apresenta evolução desde 2017, mede a proporção dos alunos que finalizaram o curso na duração padrão. O risco envolvido ao não atingimento dessa meta mantém-se médio (10) e nível de confiança forte (80%). Em ambos os períodos foram adotadas medidas administrativas de saneamento cadastral, que consistiam basicamente em identificar alunos que estavam próximos ou extrapolaram o prazo máximo de integralização. No primeiro caso, foram oferecidos meios regimentais para cursar disciplinas faltantes em determinado prazo. No segundo, os alunos acordaram com a UFS um novo prazo para conclusão, que não poderia exceder 2 anos. Após isso, seria aberto processo de jubramento.

Esse processo de regularização cadastral terá seus efeitos mais evidentes a partir de 2020, quando expiram os termos do acordo aluno-PROGRAD/UFS. Deve-se ressaltar, entretanto, que o desempenho do aluno é também influenciado por fatores externos à universidade. Em termos de risco, não são relevantes motivos que piorassem a percepção de ameaça ao atingimento da meta.

A taxa de evasão da graduação é a proporção de alunos que evadiram de seus cursos no decorrer do primeiro ano. Em 2016, a evasão era de 12%, baixou para 10% em 2017, aumentou para 12% em 2018 e manteve-se em 2019. É possível que em 2017 tenha sido um ano atípico. O risco envolvido com essa meta foi estimado em médio (25).

A taxa de evasão é um indicador que não necessariamente reflete falha na vida acadêmica do aluno. Em alguns casos, dada atual diversidade de cursos oferecidos pela UFS, a evasão de um curso está relacionada com o imediato ingresso em outro da própria UFS, ou seja, pode ser entendida também como uma mudança qualitativa de trajetória universitária. Não se quer encobrir com esse argumento que haja também evasão por problemas de desempenho inadequação com ensino superior, defasagem entre conhecimento individual e o exigido na graduação, e mesmo problemas comuns às universidades brasileiras já amplamente conhecidos.

A taxa de retenção é a proporção de alunos que ultrapassaram o tempo máximo para integralização. O tempo máximo para integralização é definido como a duração padrão de cada curso acrescida de 50%. No denominador figuram os alunos ativos no ano de referência. Por conta de alteração nesta métrica em 2016, as análises de resultados ficam prejudicadas, sendo apenas possível definir que para os anos de 2017 a 2019 as metas serão 7%, 5% e 4%, respectivamente.

Em 2019, a retenção mantém o mesmo nível de 2018, 7%. Vale ressaltar que esse indicador deve ser considerado sob ressalvas, dado que é mais aplicado em cursos sequenciais. O risco envolvido para 2019 é estimado em médio (10), resultado de baixa probabilidade (5) e médio impacto (2). A COPAC mantém monitoramento sistemático dos indicadores e estima que o nível de confiança de atingimento das metas é de 80% (Forte).

**Quadro 4 - Monitoramento, meta e análise de risco da taxa de sucesso, evasão e retenção na graduação - UFS, 2016-2020**

Indicador	Definição do indicador	Diagnóstico situacional	Objetivo	2016		2017		2018					2019					
				Diagnóstico	Meta	Realizado	Meta	Análise de risco			Realizado	Análise de risco						
								Probabilidade (Peso)	Impacto (Peso)	Risco		Nível de confiança(NC)	Meta	Probabilidade (Peso)	Impacto (Peso)	Risco	Nível de confiança(NC)	Realizado
Taxa de sucesso na graduação	Mensura o nível de conclusão no período padrão de duração de cada curso da IES	Queda de 40% para 29% da taxa de sucesso na graduação, entre 2010 e 2014	Atingir 50% da taxa de sucesso na graduação até 2020	35%	40%	36%	45%	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	80%	39%	50%	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	(Forte) 80%	42%
Taxa de evasão no curso de graduação	Mensura o percentual de alunos que evadem no primeiro ano dos cursos de graduação, por período	Para o ano de 2014, a taxa de evasão foi de 13,4%	Reduzir a taxa de evasão para 5% até 2020	12%	10%	7%	7%	Média (5)	Média (5)	Média (25)	80%	12%	6%	Média (5)	Média (5)	Média (25)	(Forte) 80%	12%
Taxa de retenção (Indicador reformulado)*	Mensura o percentual de alunos que ultrapassaram, dado um ano de referência, o tempo máximo para integralização. O tempo máximo para integralização é definido como a duração padrão de cada curso acrescida de 50% desta duração. No denominador figuram os alunos ativos no ano de referência*	Para o ano de 2014, a taxa de retenção foi de 11%*	Reduzir para 4%*	8%*	7%	7%	5%	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	80%	7%	4%	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	(Forte) 80%	7%

Fonte: Indicadores Forplad, 2015.

Nota:

\*A metodologia deste indicador foi revista, implicando na reformulação das metas. Por conta disto, para o ano de 2017 não foi possível avaliar se houve ou não melhoria.

### **3.1.2 Organização didático-pedagógica**

Responsáveis: Coordenação de Planejamento e Avaliação Acadêmica (COPAC) e Divisão de Métodos e Técnicas de Ensino (DEAPE).

A organização didático-pedagógica dos cursos é neste relatório composta por duas variáveis. O conceito médio obtido pelos cursos da UFS no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (no Ensino Superior) e o índice de alinhamento das cargas horárias dos cursos aos currículos mínimos. Ambos aspectos têm sido objeto de análises substantivas por parte da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), que conta com o apoio informacional da COPAC.

Os indicadores do ENADE são periodicamente analisados comparativamente aos dados da autoavaliação institucional, esta última realizada semestralmente pelos alunos da graduação. Interessa saber, por exemplo, se as adequações baseadas nas diretrizes do MEC e conduzidas pelos departamentos apresentam resultados positivos. Considera-se a pontuação dos alunos em conhecimentos específicos e gerais frente a avaliação que eles fazem acerca da organização didático-pedagógica.

A nota média que os alunos atribuíram à organização didático-pedagógica dos cursos em 2016 foi de 2,2 (numa escala de 1 a 5). No PDI-UFS 2016-2020 consta como metas para 2017, 2018 e 2019 as notas 2,6, 2,8 e 3,0, respectivamente. No Quadro 5, a seguir, consta que em 2017 a nota média atribuída aos cursos avaliados foi de 2,2 sendo a meta 2,6; em 2018, aumentou para 2,6, ainda assim ficou abaixo da meta 2,8 pontos. Já em 2019, a nota média dada pelos discentes foi 2,4, sendo a meta estabelecida em 3.

Chama atenção, conforme será visto no tópico 4, que o desempenho em conhecimentos específicos ou gerais seja superior à avaliação que eles fazem da organização didático-pedagógica. Isto sinaliza a necessidade a busca continuada por melhorias neste quesito, mas também pode sugerir aumento no grau de exigência por parte dos alunos, dado que seja pouco provável bom desempenho em ambientes com organização didática deficiente.

Os resultados do ENADE são analisados não apenas pelas instâncias da gestão, mas também pela Comissão Própria de Avaliação (CPA). A comunidade acadêmica recebe sistematicamente relatórios descritivos e as bases de dados são disponibilizadas, seja para fins de comprovação e transparência, seja para uso científico. A ampla divulgação desses resultados, além de aproximar a comunidade acadêmica a questões normativas e de desempenho, intenta cultivar a necessidade de envolvimento de cada aluno com a instituição e avaliações superiores as quais são submetidos.

Em termos da gestão de risco, em 2019 foi considerado médio (10), resultado da baixa probabilidade (2) e médio impacto (5). O nível de confiança é forte (80%), indicando que os controles são suficientes para mitigar os riscos.

O segundo indicador é o índice de alinhamento das cargas horárias dos cursos aos currículos mínimos. Mede o esforço empregado pelos departamentos ao atendimento das regras definidas pelo MEC. Partindo do diagnóstico de 2016, onde consta 80% de alinhamento, chega-se a 2019 com 95% dos cursos em alinhamento.

Para 2019, o risco de alcançar essa meta é estimado como médio (10), já que a possibilidade é baixa (2) e o impacto é médio (5).

**Quadro 5 - Monitoramento, meta e análise de risco do conceito médio da organização didático-pedagógica (ENADE) e índice de alinhamento da carga horária dos cursos de graduação aos currículos mínimos - UFS, 2016-2020**

Indicador	Definição do indicador	Diagnóstico situacional	Objetivo	2016	2017		2018						2019					
				Diagnóstico	Meta	Realizado	Meta	Análise de risco				Realizado	Meta	Análise de risco				Realizado
								Probabilidade (Peso)	Impacto (Peso)	Risco	Nível de confiança(NC)			Probabilidade (Peso)	Impacto (Peso)	Risco	Nível de confiança(NC)	
Conceito médio na dimensão Organização Didático-pedagógica (ENADE)	Mensura a qualidade do projeto pedagógico e sua adequação com as diretrizes curriculares	A média dos valores obtidos no ENADE 2013 e 2014 foi 2,00	Aumentar a média para 3,00 até 2019	2,2	2,6	2,2	2,8	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	80%	2,6	3,0	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	80%	2,4
Índice de alinhamento das cargas horárias dos cursos de graduação aos currículos mínimos	Mensura o nível de alinhamento das cargas horárias dos cursos de graduação aos currículos mínimos previstos nas diretrizes nacionais	80%	Atender às determinações MEC	85%	90%	92%	95%	Baixa (2)	Alto (8)	Médio (16)	80%	95%	100%	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	80%	95%

Fonte: Indicadores UFS, 2020.

### 3.1.3 Assistência estudantil

A assistência estudantil representa em qualquer universidade, principalmente naquelas localizadas em áreas de economia depreciada e de elevada desigualdade social, um dos mais importantes suportes à formação superior.

Os avanços dos últimos anos na política assistencial nas universidades brasileiras fizeram crescer também a necessidade de monitoramento e avaliação dos resultados e impactos dos investimentos públicos realizados. O acompanhamento sistemático do desempenho dos alunos da UFS, executado pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Pró-Reitoria de Graduação passa agora ser realizado no âmbito das políticas institucionais sem desprezar a estrutura de registro e controle até então utilizada.

A estruturação de banco de dados que permita avaliar a importância dos benefícios dos programas e bolsas sobre o desempenho acadêmico é questão central na justificativa e na defesa dos investimentos na educação superior. A abordagem a esse problema será feita na UFS em dois estágios. No primeiro, dedica-se a investigar se o desempenho médio dos alunos incluídos em algum programa estudantil ou bolsa de pesquisa é diferente do verificado nos demais alunos, verificar se existe diferença entre o desempenho dos alunos beneficiados. No segundo estágio, as análises serão refinadas através de técnicas de avaliação de políticas públicas (Propensity Score Matching).

Os auxílios ofertados pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis são:

- i) Auxílio Moradia e Programa Residência Universitária - programa de residência oferecido a estudantes matriculados em todos os campi da UFS. Para ser selecionado para o programa, deve ficar comprovada a necessidade de concessão do auxílio através de análise da situação socioeconômica do aluno. O estudante selecionado receberá mensalmente o valor de R\$ 200 como auxílio para custear suas despesas com moradia, durante seu período de graduação.
- ii) Auxílio Creche - auxílio destinado à estudante mãe ou pai com filho(s) com idade entre três meses e seis anos incompletos e que detenham sua guarda. Valor: R\$ 200. A seleção é feita mediante avaliação socioeconômica e o estudante é incluído no programa de acordo com a disponibilidade de vagas e orçamentária. A seleção é realizada pelos assistentes sociais da CODAE após abertura de processo.
- iii) Auxílio Alimentação (residência) - destinado a estudantes inseridos no programa de Residência Universitária. Cada núcleo residencial recebe um valor mensal proporcional ao número de residentes do núcleo (R\$ 400 para oito residentes), para despesas com alimentação no café da manhã e finais de semana. Auxílio Alimentação (Individual) - destinado a estudantes dos Campi da UFS sem instalações do RESUN (Itabaiana, Laranjeiras, Lagarto e Campus da Saúde [HU]). Cada estudante recebe mensalmente o valor de R\$ 200.
- iv) Auxílio Inclusão – para receber o auxílio inclusão (R\$ 400), o aluno deve ser selecionado e comprovar deficiência e/ou com necessidades educativas especiais matriculados na UFS.
- v) Auxílio Transporte - para receber o auxílio transporte (R\$ 50), o estudante deve ter necessidade de deslocamento em transporte coletivo de sua residência até a universidade e não possuir, até parente em primeiro grau, transporte próprio.

- vi) Auxílio Manutenção Acadêmica - através do auxílio manutenção acadêmica (R\$ 50), o estudante selecionado receberá auxílio mensal para aquisição de seu material de estudo.
- vii) Auxílio Esporte e Auxílio Cultura - para receber o Auxílio Esporte (R\$ 400), o estudante deve ter aptidão necessária para participar de modalidade esportiva, tendo sua habilidade avaliada por uma Comissão formada especialmente com essa finalidade, segundo a especificidade de sua modalidade esportiva e participar de treinamento e atuação em competições locais, regionais e nacionais. Já no Auxílio Cultura (R\$ 400), o estudante deve ter aptidão necessária para participar de grupos musicais, teatrais ou de dança, tendo sua habilidade avaliada por uma Comissão formada especialmente com essa finalidade, segundo a especificidade de sua escolha e participar de ensaios e atuação em apresentações locais, regionais e nacionais.
- viii) Auxílio apoio acolhimento – auxílio de caráter esporádico, com base em disponibilidade orçamentária, destinados a todos os alunos ingressantes no vestibular por meio das cotas de renda familiar. No início do semestre letivo os alunos ingressantes deste grupo recebem de uma única vez o equivalente a quatro meses de auxílio alimentação, manutenção acadêmica e transporte, totalizando R\$ 1.200 de auxílio.
- ix) Auxílio inclusão digital - auxílio de caráter esporádico, destinado a alunos vulneráveis previamente selecionados nos auxílios, manutenção acadêmica, moradia, residência universitária e apoio pedagógico. O valor depende de disponibilidade orçamentária.

As modalidades de bolsas permanência são:

- i) Bolsa Prodap - o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aprendizagem Profissional tem por finalidade a concessão de bolsas destinadas à participação de estudantes de cursos de graduação presencial, em atividades de 20h semanais que propiciem o desenvolvimento de habilidades voltadas para a complementação da formação profissional, no âmbito da UFS.
- ii) Bolsa Pibit, Bolsa Paex, Bolsa CNPq – Pibic, Bolsa Capes – Pibic, Bolsa Fapitec – Pibic – são reguladas por editais próprios.
- iii) Bolsa Apoio Pedagógico - trata-se uma bolsa no valor de R\$ 400 concedida a estudantes selecionados através de avaliação socioeconômica para a participação em atividades acadêmicas complementares, dando ou recebendo apoio em disciplinas ou temas relacionados com sua área de graduação. O estudante bolsista deverá desenvolver a cooperação discente em 08 (oito) horas semanais de atividades acadêmicas, podendo oferecer apoio didático a colegas em uma disciplina que já tenha cursado e obtido um bom rendimento, ou receber apoio didático de colegas em uma disciplina que estejam cursando; bem como, no caso das licenciaturas, oferecer apoio a estudantes da educação básica.
- x) Bolsa apoio inclusão - para receber o auxílio inclusão (R\$ 400), o aluno deve prestar apoio acadêmico aos estudantes com deficiência e/ou com necessidades educativas especiais matriculados na UFS.

As bolsas e auxílios acima descritos formam os marcadores que identificam 6.270 alunos atendidos por pelo menos um dos auxílios e bolsas, e para os quais serão

estimados o índice de evasão do curso, índice reprovação, média de conclusão, índice de eficiência na carga horária e índice de eficiência no período letivo.

Os indicadores acima serão comparados diretamente com os obtidos pelos demais alunos, neste primeiro momento. Evidentemente que essa abordagem é metodologicamente frágil porque não permite concluir se eventuais diferenças em favor dos assistidos resultam da assistência estudantil e atividades de pesquisa ou decorrem de outros fatores. Ainda assim, vale a pena lançar um primeiro olhar – ainda que em preto e branco ou mesmo borrado – sobre esses números e perceber que existem diferenças no desempenho acadêmico em favor dos alunos beneficiados.

A média de conclusão em 2019 dos alunos ingressantes em 2017 e 2018 que recebem benefícios ou bolsas manteve-se em torno dos 7 pontos, enquanto que entre os não beneficiados variou entre 5,6 e 6 pontos. A eficiência da carga horária para os beneficiados permaneceu 0,88 nos dois anos considerados, enquanto que entre os não beneficiados aumentou de 0,68 para 0,74. O índice de eficiência no período letivo entre os beneficiados aumentou de 0,84 para 0,87 e entre os não beneficiados, de 0,64 para 0,69. Quando se consideram os alunos que ingressaram entre 2000 e 2019, a média de curso entre os beneficiários é também superior à dos não beneficiários.

**Tabela 1** - Desempenho acadêmico dos alunos por situação de benefício e ano de ingresso - UFS 2019

Índice de desempenho*	Ingresso em 2017		Ingresso em 2018		Ingressantes entre 2000 e 2019	
	Beneficiado	Não beneficiado	Beneficiado	Não beneficiado	Beneficiado	Não beneficiado
Média de conclusão	7,05	5,62	7,06	6,01	6,90	6,30
Índice de eficiência na carga horária	0,88	0,68	0,88	0,74	0,86	0,76
Índice de eficiência no período letivo	0,84	0,64	0,87	0,69	0,81	0,66

Fonte: COPAC/PROPLAN, 2020\*\*.

Nota:

\*Exclui os cancelados.

\*\*Baseado nos microdados do cadastro de alunos e beneficiados 2020.

Conhecidas essas diferenças, pode-se agora avaliar os resultados obtidos pela assistência estudantil. Note que os indicadores do Quadro 6 a seguir são diferentes daqueles dois apresentados originalmente no PDI-UFS 2016-2020 (Quadro 8, p. 73). Tal mudança é justificada pela necessidade de apresentar informações mais detalhadas e com maior precisão.

O índice de evasão representa a proporção de alunos beneficiados que não realizaram matrícula ou trancamento. Em 2016, os dados recalculados (os apresentados no PDI-UFS 2016-2020 são estimativas frágeis para primeiro trimestre) indicam que essa proporção foi de 15%. Por conta da qualidade da estimativa, não foi estabelecida meta para 2017, mas o realizado nesse ano foi de 16%. Para 2018 foi estabelecida a meta de 10%, sendo que o realizado ficou em 13%. Essa meta foi mantida para 2019, que novamente realizou a taxa de 13%.

A análise de risco para o atingimento dessa meta em 2019 pode ser classificada como média (10), já que a possibilidade de não atingimento da meta é média (5) e o impacto é baixo (2). O nível de confiança é forte (80%), já que no âmbito dos controles implementados está o monitoramento do desempenho acadêmico e o acompanhamento psicossocial dos alunos. Para 2019, avalia-se que tanto a meta quanto o quadro de risco permanecem inalterado.

O índice de reprovação é um tema central na política institucional da UFS. Ao invés de persistir em discussões que buscam “culpar” as carências educacionais acumuladas pelos alunos ao longo de sua formação básica e média, a Pró-Reitoria de Graduação juntamente com os Centros e Departamentos lançaram-se a pesquisar os fatores relacionados com o baixo desempenho dos alunos. Complementando essa iniciativa, a PROGRAD iniciou o processo de regularização cadastral dos alunos que ultrapassaram o prazo máximo de integralização, procedendo inclusive o desligamento daqueles que ignoraram as chamadas ou prazos legais. Se de um lado busca-se entender quais fatores internos influenciam no desempenho escolar, de outro impede-se que alunos utilizem o vínculo acadêmico com a UFS para lograr benefícios individuais.

Essas iniciativas devem impactar positivamente no desempenho dos alunos no médio prazo, sobretudo através de iniciativas que disponibilizam aulas de reforço para disciplinas com maior nível de reprovação. A partir destas iniciativas, as metas para 2018 e 2019, quando essas ações tiveram maior adesão, foram estabelecidas em 20% e 18%, respectivamente, sendo que a realização ficou em 22% e 20%, na mesma ordem. O não atingimento da meta parece indicar a necessidade de calibrar ainda mais essas ações à realidade dos alunos beneficiários de auxílios, dado que são reconhecidamente mais vulneráveis às influências externas.

O risco envolvido nessa meta para 2019 foi estimado em alto (40), uma vez que a possibilidade de não atingimento é alta (8), dado que o desempenho dos alunos não deriva apenas de seu esforço, mas também de fatores externos à universidade; e o impacto é médio (5) porque envolve parte importante dos alunos.

A média de conclusão é indicador de desempenho do aluno e desde 2015 substitui o indicador “média geral ponderada” (MGP). Isto ocorreu porque até então a MGP considerava as notas obtidas pelos alunos exclusivamente em disciplinas nas quais lograram aprovação. A partir desse ano, o indicador média de curso considera todas as disciplinas, com ou sem aprovação.

Conforme visto na Tabela 1, as médias de curso em 2019 dos alunos ingressantes nos 2 anos anteriores (2017 e 2018) e assistidos são 7,05 e 7,06 pontos, respectivamente. O risco de não atingimento dessas metas foi estimado como médio (25), resultado de chance média (5) porque o desempenho do aluno não depende apenas de fatores acadêmicos e os alunos assistidos são reconhecidamente mais vulneráveis que os demais, como também o impacto admitido foi médio (5) por envolver parte importante dos alunos assistidos.

O índice de eficiência na carga horária é também um indicador de desempenho e mensura o nível de aprovação na carga horária solicitada. Também calculada para os ingressantes em 2017 e 2018, cuja meta era de 0,89 e 0,90, respectivamente, alcança 0,88 nos dois anos.

O risco envolvido ao atingimento dessas metas foi estimado como médio (25), uma vez que o nível de probabilidade é médio (5) e o impacto também médio (5). Deve-se ressaltar que a eficiência na carga horária tende a diminuir ao longo da vida acadêmica na medida em que os alunos acumulem reprovações. Mesmo assim, dadas as ações propostas e já iniciadas pela Pró-Reitoria de Graduação e suas instâncias pedagógicas auxiliares, entende-se ser factível melhoria no nível de eficiência da carga horária.

O índice de eficiência no período letivo teve como meta em 2018 e 2019 os níveis 0,88 e 0,90, tendo alcançado 0,84 e 0,87, respectivamente. A possibilidade de não atingir essas metas nesses dois anos também foi estimada com média (25), uma vez que

o nível de probabilidade é médio (5) e o impacto também médio (5). Tal como no indicador anterior, admite-se o nível de controle de 80%, tanto para 2018 como 2019.

O acompanhamento sistemático desses indicadores, diretamente pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis em conjunto com a Pró-Reitoria de Graduação e Coordenação de Planejamento e Avaliação Acadêmica, permite admitir como factível o nível de controle de 80%, tanto para 2018 como 2019.

**Quadro 6 - Monitoramento, meta e análise do desempenho acadêmico de ingressantes nos últimos 2 anos e que são ou foram beneficiados pela assistência estudantil na graduação - UFS, 2016-2019**

Indicador	Definição do indicador	Diagnóstico situacional	Objetivo	2016		2017		2018					2019					
				Diagnóstico	Meta	Realizado	Meta	Análise de risco			Realizado	Meta	Análise de risco			Realizado		
								Probabilidade (Peso)	Impacto (Peso)	Risco			Nível de confiança(NC)	Probabilidade (Peso)	Impacto (Peso)		Risco	Nível de confiança(NC)
Índice de evasão	Mensura o nível de evasão dentre os alunos beneficiados pela assistência estudantil	A evasão dentre os alunos assistidos não era mensurada sistematicamente, ainda que avaliações pontuais indicassem estar entre 20% e 30%.	Acompanhar a efetividade da aplicação dos recursos destinados à assistência estudantil	0,15	Sem definição	0,16	0,10	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	80%	0,13	0,10	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	80%	0,13
Índice de reprovação	Mensura o nível de reprovação dentre os alunos beneficiados pela assistência estudantil	A não reprovação é um dos condicionantes da manutenção de auxílios. Por conta disto, esse indicador sempre figurou entre 20% e 30% do alunos assistidos.	Acompanhar a efetividade da aplicação dos recursos destinados à assistência estudantil	0,23	Sem definição	0,28	0,20	Alto (8)	Médio (5)	Alto (40)	80%	0,22	0,18	Alto (8)	Médio (5)	Alto (40)	80%	0,20
Média de conclusão	Mensura o rendimento acadêmico final obtido pelas componentes curriculares, ponderada pela carga horária das componentes	A então estrutura do banco de dados em 2016 não permitia avaliar o desempenho dos alunos assistidos. As recentes melhorias implementadas possibilitaram uma boa aproximação a esse indicador: a média de curso dos ingressantes em 2016 e 2017.	Acompanhar a efetividade da aplicação dos recursos destinados à assistência estudantil	7,07	Sem definição	7,05	7,3	Média (5)	Médio (5)	Médio (25)	80%	7,05	7,5	Média (5)	Médio (5)	Médio (25)	80%	7,03
Índice de eficiência na carga horária	Mensura o aproveitamento da carga horária considerando a carga horária com aprovação e carga horária utilizada	A então estrutura do banco de dados em 2016 não permitia avaliar o desempenho dos alunos assistidos. As recentes melhorias implementadas possibilitaram uma boa aproximação a esse indicador: o índice de eficiência na carga horária dos ingressantes em 2016 e 2017.	Acompanhar a efetividade da aplicação dos recursos destinados à assistência estudantil	0,88	Sem definição	0,88	0,89	Média (5)	Médio (5)	Médio (25)	80%	0,88	0,90	Média (5)	Médio (5)	Médio (25)	80%	0,88
Índice de eficiência no período letivo	Mensura a carga horária acumulada em relação à carga horária esperada	A então estrutura do banco de dados em 2016 não permitia avaliar o desempenho dos alunos assistidos. As recentes melhorias implementadas possibilitaram uma boa aproximação a esse indicador: o índice de eficiência no período letivo dos ingressantes em 2016 e 2017.	Acompanhar a efetividade da aplicação dos recursos destinados à assistência estudantil	0,86	Sem definição	0,86	0,88	Média (5)	Médio (5)	Médio (25)	80%	0,84	0,90	Média (5)	Médio (5)	Médio (25)	80%	0,87

Fonte: Indicadores UFS, 2015 (reformulação 2018).

### 3.1.4 Ensino, pesquisa e extensão

A Extensão Universitária é a ação da Universidade junto à comunidade que possibilita o compartilhamento, com o público externo, do conhecimento adquirido por meio do ensino desenvolvido na instituição. A ação extensionista da UFS se materializa em inúmeras ações.

Com base nos indicadores estabelecidos pelo IBEU de Avaliação das Atividades de Extensão e de acordo com a disponibilidade dos dados no Sistema de Informação Acadêmica (SIGAA), a PROEX, que estabeleceu um crescimento anual de 20% do ano de 2018 para 2019, apresenta os seguintes indicadores:

- Alcançabilidade de ações extensionistas: aferir o total de ações que foram executadas e concluídas devidamente no respectivo ano.
- Articulação extensionista entre projeto e ações: identificar o percentual de ações articuladas com projeto. Seu cálculo será realizado através do número total de projetos realizado nos respectivos anos pela Proex dividido número total de ações extensionistas.

PJ = Todos os projetos aprovados e realizados no ano base.

TA = Total de ações responsáveis pela PROEX no respectivo ano base.

- Articulação extensionista entre cursos e ações: identificar o percentual de ações articuladas com a cursos. Seu cálculo será realizado através do número total de projetos realizado nos respectivos anos pela Proex dividido número total de ações extensionistas.

CS = Todos os cursos aprovados e realizados no ano base.

TA = Total de ações responsáveis pela PROEX no respectivo ano base.

- Articulação extensionista entre eventos e ações: identificar o percentual de ações articuladas com eventos. Seu cálculo será realizado através do número total de projetos realizados nos respectivos anos pela Proex dividido número total de ações extensionistas.

EV = Todos os eventos aprovados e realizados no ano base.

TA = Total de ações responsáveis pela PROEX no respectivo ano base.

- Proporção de ações com Financiamento Interno: avaliar o número de ações extensionistas que foram realizadas recebendo financiamento interno. Será realizado o cálculo com base no número de ações que receberam auxílio de bolsas pelo total de ações durante seus respectivos anos.

AF = Ações com financiamento interno através de Editais.

TA = Total de ações extensionista no respectivo ano base.

- Proporção de discentes bolsistas em projetos: medir a quantidade de alunos que participam de projetos extensionista e recebem remuneração. O cálculo será feito através do número total de alunos bolsistas (Pibix e/ou Piaex) pelo número total de alunos em projetos no respectivo ano.

DB = Discentes Bolsistas; apenas os alunos que recebem o auxílio da PROEX.

TD = Total de discentes considerando bolsistas e voluntários.

- Número de discentes na equipe da ação: quantificar o total de discentes no plano de trabalho na execução da ação.
- Número de participantes externos em ações: avaliar o número de participantes fora da UFS que participam de atividades extensionistas.

- Público alcançado: número de pessoas que foram atingidas pela ação de extensão iniciada nos respectivos anos.
- Alcance de docentes envolvidos na ação: avaliar o nível de participação dos docentes internos por nível nas ações de extensão. Os níveis envolvem mestrado, doutorado, especialização, pós-doutorado e docentes sem titulação.
- Proporção de Técnicos envolvidos na ação: avaliar a participação direta dos servidores em ações de extensão, exercendo funções como analista de operações, auxiliar técnico, colaborador, entre outros.
- Alcance de ações por Área Temática: mensurar as ações realizadas de acordo com as áreas temáticas (Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho).

Dados os indicadores acima, note-se que no Quadro 7 as metas para 2018 e 2019, por sua vez, foram estabelecidas e, de acordo com os dados até outubro, tem-se que a análise de risco para todos os indicadores foi estimada em média (10), dado a probabilidade de não atingimento foi calculada como baixa (2) e o impacto médio (5).

Quadro 7 - Monitoramento, meta e análise de risco do ensino-pesquisa-extensão - UFS, 2018-2019

Indicador	Definição do indicador	Diagnóstico situacional	Objetivo	2018				2019							
				Meta	Realizado	Análise de Risco			Meta	Realizado	Análise de Risco				
						Probabilidade (Peso)	Impacto (Peso)	Risco			Nível de Confiança (NC)	Probabilidade (Peso)	Impacto (Peso)	Risco	Nível de Confiança (NC)
Alcanceabilidade de ações extensionistas	Mensurar a efetividade das ações propostas	Indicador reformulado	Aferir o total de ações que foram cadastradas e executadas	1.479	1.679	Baixa(2)	Médio(5)	Médio(10)	80%	1.775	2.070	Baixa(2)	Médio(5)	Médio(10)	80%
Articulação extensionista entre pesquisa e ações	Mensurar o grau de articulação entre pesquisa e extensão	Indicador reformulado	Identificar o percentual de ações articuladas com a pesquisa	32,59%	23,80%	Baixa(2)	Médio(5)	Médio(10)	80%	39,11%	16,38%	Baixa(2)	Médio(5)	Médio(10)	80%
Articulação extensionista entre cursos e ações	Mensurar o grau de articulação entre cursos e extensão	Indicador reformulado	Identificar o percentual de ações articuladas com os cursos	25,26%	28,70%	Baixa(2)	Médio(5)	Médio(10)	80%	30,31%	23,14%	Baixa(2)	Médio(5)	Médio(10)	80%
Articulação extensionista entre eventos e ações	Mensurar o grau de articulação entre eventos e extensão	Indicador reformulado	Identificar o percentual de ações articuladas com os eventos	42,15%	47,60%	Baixa(2)	Médio(5)	Médio(10)	80%	50,58%	60,48%	Baixa(2)	Médio(5)	Médio(10)	80%
Proporção de ações com Financiamento Interno	Mensurar o nível de investimento institucional em ações de extensão	Indicador reformulado	Avaliar o número de ações que foram realizadas através de Editais	14,69%	14,70%	Baixa(2)	Médio(5)	Médio(10)	80%	17,63%	12,17%	Baixa(2)	Médio(5)	Médio(10)	80%
Proporção de discentes bolsistas em projetos	Mensurar o nível de participação dos alunos em ações de extensão	Indicador reformulado	Medir a quantidade de alunos que participam de projetos extensionista e recebem remuneração	39,84%	39,80%	Baixa(2)	Médio(5)	Médio(10)	80%	47,81%	44,68%	Baixa(2)	Médio(5)	Médio(10)	80%
Número de discentes na equipe da ação	Mensurar o nível de participação de docentes por equipes em ações de extensão	Indicador reformulado	Quantificar o total de discentes nas equipes de execução da ação	6.157	3.420	Baixa(2)	Médio(5)	Médio(10)	80%	7.388	1.813	Baixa(2)	Médio(5)	Médio(10)	80%
Número de participantes externos em ações	Mensurar o nível de participação de externos em ações de extensão	Indicador reformulado	Avaliar o número de participantes fora da UFS que participam de atividades extensionistas	1.359	1.359	Baixa(2)	Médio(5)	Médio(10)	80%	1.631	1.895	Baixa(2)	Médio(5)	Médio(10)	80%
Público alcançado	Mensura o alcance das ações de extensão	Indicador reformulado	Número de pessoas que foram atingidas pela ação de extensão iniciada nos respectivos anos	102.647	632.703	Baixa(2)	Médio(5)	Médio(10)	80%	123.176	89.356	Baixa(2)	Médio(5)	Médio(10)	80%

Continua ...

Continuação...

Indicador	Definição do Indicador	Diagnóstico situacional	Objetivo	2018						2019						
				Meta	Realizado	Análise de Risco				Meta	Realizado	Análise de Risco				
						Probabilidade (Peso)	Impacto (Peso)	Risco	Nível de Confiança (NC)			Probabilidade (Peso)	Impacto (Peso)	Risco	Nível de Confiança (NC)	
Alcance de docentes por nível envolvidos na ação	Mensura a participação por qualificação docente em ações de extensão	Indicador reformulado	Avaliar o nível de participação dos docentes internos por titulação nas ações de extensão	1.676	1.087	Baixa(2)	Médio(5)	Médio(10)	80%	2.011	887	Baixa(2)	Médio(5)	Médio(10)	80%	
Técnicos envolvidos na ação	Mensura a participação de técnicos em ações de extensão	Indicador reformulado	Avaliar o nível de participação direta dos servidores em projetos de extensão	402	175	Baixa(2)	Médio(5)	Médio(10)	80%	482	147	Baixa(2)	Médio(5)	Médio(10)	80%	
Alcance de ações por Área Temática	Comuni-cação	Mensurar as ações em Comunicação	Indicador reformulado	Avaliar as ações em Comunicação	44	53	Baixa(2)	Médio(5)	Médio(10)	80%	53	108	Baixa(2)	Médio(5)	Médio(10)	80%
	Cultura	Mensurar as ações em Cultura	Indicador reformulado	Avaliar as ações em Cultura	165	207	Baixa(2)	Médio(5)	Médio(10)	80%	198	313	Baixa(2)	Médio(5)	Médio(10)	80%
	Direitos Humanos e Justiça	Mensurar as ações em Direitos Humanos e Justiça	Indicador reformulado	Avaliar as ações em Direitos Humanos e Justiça	47	64	Baixa(2)	Médio(5)	Médio(10)	80%	56	85	Baixa(2)	Médio(5)	Médio(10)	80%
	Educação	Mensurar as ações em Educação	Indicador reformulado	Avaliar as ações em Educação	585	661	Baixa(2)	Médio(5)	Médio(10)	80%	702	671	Baixa(2)	Médio(5)	Médio(10)	80%
	Meio Ambiente	Mensurar as ações em Meio Ambiente	Indicador reformulado	Avaliar as ações em Meio Ambiente	71	89	Baixa(2)	Médio(5)	Médio(10)	80%	85	156	Baixa(2)	Médio(5)	Médio(10)	80%
	Saúde	Mensurar as ações em Saúde	Indicador reformulado	Avaliar as ações em Saúde	341	352	Baixa(2)	Médio(5)	Médio(10)	80%	409	364	Baixa(2)	Médio(5)	Médio(10)	80%
	Tecnologia e Produção	Mensurar as ações em Tecnologia e Produção	Indicador reformulado	Avaliar as ações em Tecnologia e Produção	154	174	Baixa(2)	Médio(5)	Médio(10)	80%	185	235	Baixa(2)	Médio(5)	Médio(10)	80%
	Trabalho	Mensurar as ações em Trabalho	Indicador reformulado	Avaliar as ações em Trabalho	72	80	Baixa(2)	Médio(5)	Médio(10)	80%	86	138	Baixa(2)	Médio(5)	Médio(10)	80%

Fonte: Indicadores UFS, Proex, 2020.

### **3.1.5 Mercado de trabalho**

Avaliar o grau de inserção dos egressos da UFS no mercado de trabalho é fundamental para a gestão de políticas pedagógicas. No âmbito acadêmico, permite que a universidade aprimore a sua capacidade de formar pesquisadores consoante as questões locais e regionais mais emergentes. Na área técnica, aduz ao grau de empregabilidade que a formação superior confere aos acadêmicos e estimula a abordagem temas associando teoria e prática.

Acompanhar a vida profissional do egresso da UFS é, entretanto, uma tarefa que tem como limitador o retorno informacional. A informação que antes era obtida via sistema UFS, passa a depender de outros canais de comunicação e do desejo do egresso em prestar as informações solicitadas.

Em 2014 a Coordenação de Planejamento e Avaliação Acadêmica realizou um levantamento com tal finalidade. Dos 15.497 alunos que concluíram suas graduações entre 2004 e 2013, foram enviadas mensagens para 8.092 alunos com e-mail informado em seu cadastro UFS; ao fim do período de coleta foram registrados 2.455 respondentes, o que equivale a 30,3% das mensagens enviadas.

Cabem ainda duas ressalvas às análises dos resultados. A primeira é que esse tipo de coleta não permite qualquer tipo de inferência, ou seja, as análises referem-se aos respondentes. Em segundo lugar, cumpre alertar para o fato de que a não aleatoriedade entre os respondentes tende a introduzir viés nas respostas.

Feitas estas considerações, tem-se como resultado que o setor público absorve mais de 62% dos egressos da UFS, cabendo ao setor privado os outros 38%. Considerando a situação de estudo do egresso, o setor público mantém sua importância empregando quase 69% dos que continuam estudando e 56,14% dos que não estudam. Ressalte-se que o levantamento não traz informação sobre a condição de ocupação do egresso, sendo tal informação também afetada pelo viés acima mencionado.

Identificadas as dificuldades nessa edição da pesquisa, optou-se por não realizar o levantamento nos anos seguintes até que um delineamento amostral mais eficiente fosse definido. O levantamento será realizado em 2020 e adotará procedimento amostral probabilístico de forma a conferir à pesquisa maior precisão e possibilidade de inferência estatística, bem como tornar mais específica a variável de interesse através da separação entre “continuar estudando” ou “inserção no mercado de trabalho”.

Na ausência de levantamentos mais recentes admite-se como proxy os dados do levantamento de 2014. Parte-se, portanto, da estimativa diagnóstica para 2016 como sendo em 0,6 o índice de alunos diplomados que esteja trabalhando ou estudando. Não havendo estimativa para 2017, admite-se provisoriamente a meta de 0,65 para 2018 e 0,68 para 2019 (Quadro 7).

O risco envolvido no atingimento das metas em 2018 e 2019 foram admitidos como alto (40), resultante da probabilidade alta (8), dado que a pesquisa pode ser influenciada pela desatualização dos e-mails dos alunos ou mesmo falta de interesse em prestar informações, e impacto médio (5).

**Quadro 8** - Monitoramento, meta e análise de acompanhamento da relação com o mercado de trabalho - UFS, 2016-2019

Indicador	Definição do indicador	Diagnóstico situacional	Objetivo	2016	2017		2018				2019					
				Diagnóstico	Meta	Realizado	Meta	Análise de risco				Análise de risco				
								Probabilidade (Peso)	Impacto (Peso)	Risco	Nível de confiança(NC)	Meta	Probabilidade (Peso)	Impacto (Peso)	Risco	Nível de confiança(NC)
Índice de alunos diplomados empregados ou continuando os estudos doze meses subsequentes à conclusão do curso	Mede o grau de inserção no mercado de trabalho ou de continuidade nos estudos	Estudo preliminar desenvolvido pela DIAVI mostra que 60% dos egressos estão no mercado de trabalho.	Avaliar de forma contínua a inserção profissional dos egressos da UFS	0,6	0,65	0,62	0,65	Alta (8)	Médio (5)	Alto (40)	Médio (0,6)	0,68	Alta (8)	Médio (5)	Alto (40)	Médio (0,6)

Fonte: Indicadores UFS, 2015 (reformulação 2018).

## 3.2 Infraestrutura de ensino, pesquisa e extensão

### 3.2.1 Infraestrutura de laboratórios e salas de aula

O processo de expansão da infraestrutura física da UFS foi acompanhado por avanços qualitativos na estrutura já existente. A construção de didáticas e prédios departamentais, a climatização e instalação de projetores multimídias em todas as salas do Campus de São Cristóvão, a qualidade das construções do Campus de Lagarto e as adequações nos Campi de Itabaiana e Laranjeiras materializaram as mudanças recentes na universidade (PDI-UFS 2016-2020).

As melhorias resultantes dos investimentos resultaram na avaliação positiva por parte da comunidade acadêmica. Os indicadores que sustentam essa afirmação foram obtidos das avaliações institucionais semestrais aplicadas aos alunos desde 2015, sendo tais resultados objeto de discussão na Comissão Própria de Avaliação (CPA) e amplamente divulgados à comunidade acadêmica.

Os resultados da Avaliação Institucional<sup>10</sup> referente a 2016 mostram que para 48,5% dos alunos a infraestrutura das salas de aula são regulares e 39,3% satisfatória, o que indica aprovação por 87,8% dos alunos. Em 2019, a avaliação em regular diminuiu para 47,4%, mas a satisfatória aumentou para 43,3%, resultando na aprovação por 90,7% dos alunos. Nos laboratórios houve também melhoria na avaliação discente. Em 2016, 44,3% dos alunos julgaram-na como regular e 28% disseram satisfeitos, somando 72,3% de aprovação. Em 2019, a avaliação regular permaneceu praticamente inalterada (44,2%) e a avaliação satisfatória aumentou para 33,1%, que elevou o nível de aprovação para 77,3%.

As metas estabelecidas no PDI consideraram apenas a avaliação satisfatória. Assim, foi diagnosticado que em 2016, 40% dos alunos manifestaram tal percepção sobre as salas de aula e 30% referente aos laboratórios. Não foram estabelecidas metas para 2017, mas os resultados da avaliação institucional mostram que 42% dos alunos manifestaram-se satisfeitos com a infraestrutura das salas de aula e 31% com os laboratórios. As metas para os anos seguintes são de crescimento da satisfação com salas de aula para 50% e 55% bem como referente aos laboratórios para 47% e 50%, respectivamente. Contudo, apesar desses indicadores apresentarem os maiores valores em relação aos anos anteriores, estas metas não foram atingidas: as salas de aula passaram de 43% de satisfação em 2018 para 44,3% e, referente aos laboratórios, subiu de 31,5% de satisfeitos para 33,1% em 2019.

O risco envolvido na realização das metas acima, em 2018 e 2019, foram definidos como médio (20), uma vez que é crescente o reconhecimento da comunidade acadêmica aos investimentos realizados. Assim, é factível avaliar como baixa possibilidade (2) de não realização e que afetaria de forma média (10) a comunidade acadêmica, no atingimento das metas para infraestrutura de sala de aula e laboratórios, tanto em 2018 quanto em 2019.

---

<sup>10</sup> Disponível em:

[http://indicadores.ufs.br/uploads/page\\_attach/path/2206/RADAR\\_N\\_1\\_2017\\_v2.pdf](http://indicadores.ufs.br/uploads/page_attach/path/2206/RADAR_N_1_2017_v2.pdf)

**Quadro 9** - Monitoramento, meta e análise de acompanhamento da relação com infraestrutura de salas de aulas e laboratórios - UFS, 2016-2019

Indicador	Definição do indicador	Diagnóstico situacional	Objetivo	2016		2017		2018					2019					
				Diagnóstico	Meta	Realizado	Meta	Probabilidade (Peso)	Impacto (Peso)	Risco	Nível de confiança(NC)	Realizado	Meta	Probabilidade (Peso)	Impacto (Peso)	Risco	Nível de confiança(NC)	Realizado
Índice de satisfação quanto a infraestrutura das salas de aula	Mede o grau de satisfação dos alunos quanto à infraestrutura de sala de aula	A pesquisa de avaliação discente apontou que 40% dos alunos estão satisfeitos com infraestrutura	Identificar as necessidades relacionadas com as condições de infraestrutura de sala de aula	0,40	-	0,42	0,50	Baixa (2)	Muito alto (10)	Médio (20)	80%	0,43	0,55	Baixa (2)	Muito alto (10)	Médio (20)	80%	0,44
Índice de satisfação quanto a infraestrutura de laboratórios	Mede o grau de satisfação dos alunos quanto à infraestrutura dos laboratórios	A pesquisa de avaliação discente apontou que 30% dos alunos estão satisfeitos com laboratórios	Identificar as necessidades relacionadas com as condições de infraestrutura de laboratórios	0,30	-	0,31	0,47	Baixa (2)	Muito alto (10)	Médio (20)	80%	0,32	0,50	Baixa (2)	Muito alto (10)	Médio (20)	80%	0,33

Fonte: Indicadores UFS, 2020.

### 3.2.2 Acervo bibliográfico

O crescimento e diversificação do acervo bibliográfico da UFS acompanhou sincronicamente a expansão do número de alunos, docentes e cursos dos últimos anos. Seja através da aquisição de títulos impressos ou em meio digital, o acervo disponível à comunidade acadêmica é crescentemente utilizado como material de pesquisas de pós-graduação ou atividades que consolidem o aprendizado na graduação.

O recurso de consulta e acesso ao material bibliográfico remotamente, via internet, pelos docentes e alunos, não diminuiu a frequência física à biblioteca. Isto pode ser explicado pelo grau de atualização dos títulos disponíveis e pelo número de exemplares de um mesmo título, este último acessado via empréstimos. A esse respeito, vale também ressaltar que em todas as edições da avaliação institucional é a biblioteca a unidade com melhor avaliação por parte dos alunos dentre os itens da infraestrutura<sup>11</sup>.

O diagnóstico do acervo bibliográfico é composto pelo número de exemplares de livros, número de empréstimos e periódicos especializados. Admitiu-se como meta o crescimento anual de 5% para todos esses indicadores a partir de 2017, sendo que o diagnóstico para 2016 era de 246.028 exemplares de livros, 328.913 empréstimos e 6.391 títulos especializados. Em 2017, a meta nos três indicadores foi superada, uma vez que o acervo de livros contou com 263.688 (crescimento de 7,1%), 345.359 empréstimos (crescimento de 5,3%) e o número de títulos especializados somou 6.711 (crescimento de 4,9%).

Em 2018, a meta nos três indicadores foi superada, uma vez que o acervo de livros contou com 268.488 (crescimento de 2%), 403.556 empréstimos (crescimento de 17%) e o número de títulos especializados somou 9.503 (crescimento de 42%). O ano seguinte, 2019, houve crescimento menor no número de exemplares de livros, 270.504 (crescimento de 1%), redução no número de empréstimo 373.773 (-8%), talvez reflexo do uso da plataforma digital. Já o número de títulos de periódicos passou para 9.831 (crescimento de 3,5%). O risco envolvido ao atingimento da meta em 2018 e em 2019 foi admitido como médio (20) nos três indicadores, resultando da baixa probabilidade (2) e do alto impacto (10).

---

<sup>11</sup> Veja nas várias edições do Radar. Disponível em: <http://indicadores.ufs.br/pagina/20164-radar>

**Quadro 10 - Monitoramento, meta e análise de acompanhamento do acervo bibliográfico - UFS, 2016-2019**

Indicador	Definição do indicador	Diagnóstico situacional	Objetivo	2016		2017		2018					2019					
				Diagnóstico	Meta	Realizado	Meta	Análise de risco				Meta	Análise de risco					
								Probabilidade (Peso)	Impacto (Peso)	Risco	Nível de confiança (NC)		Realizado	Meta	Probabilidade (Peso)	Impacto (Peso)	Risco	Nível de confiança (NC)
Número de exemplares de livros	Número de exemplares de livro por área de conhecimento	Base de dados a ser atualizada	Ampliar o acervo bibliográfico e incentivar o seu uso	246.028	258.329	263.688	276.872	Baixa (2)	Muito alto (10)	Médio (20)	80%	268.488	290.716	Baixa (2)	Muito alto (10)	Médio (20)	80%	270.504
Número de empréstimos de livros	Número de empréstimo de livro por área de conhecimento	Base de dados a ser atualizada		328.913	345.359	346.568	363.896	Baixa (2)	Muito alto (10)	Médio (20)	80%	403.556	382.091	Baixa (2)	Muito alto (10)	Médio (20)	80%	373.773
Número de títulos de periódicos especializados	Número de títulos de periódicos por área de conhecimento	Base de dados a ser atualizada		6.391	6.711	6.706	7.041	Baixa (2)	Muito alto (10)	Médio (20)	80%	9.503	7.393	Baixa (2)	Muito alto (10)	Médio (20)	80%	9.831

Fonte: Indicadores UFS, 2020.

### 3.2.3 Governança de Tecnologia da Informação

Desde a sua concepção em 1970, o Centro de Processamento de Dados (CPD) foi o setor responsável pela implantação da política de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) institucional, sendo estruturado para atender as necessidades de infraestrutura tecnológica vigente.

Novas atualizações foram efetuadas na estrutura organizacional da UFS em 2014, conforme Resolução nº 03/2014/CONSU que altera o Art. 136 do Regimento Geral da Instituição. Dentre essas, o CPD foi redenominado, redesignado e reformulado, passando a se chamar Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI), vinculado diretamente ao Vice-Reitor. Mais recentemente, em 21/12/2018, com a publicação do novo Regimento Interno da Reitoria, através da Resolução nº 40/2018/CONSU, o NTI foi reformulado para a sua forma atual, chamando-se agora de Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) e vinculado ao Gabinete do Reitor.

A STI, por sua vez, tem por objetivo a criação e manutenção das condições para o funcionamento sistêmico das atividades ligadas à TIC dentro da universidade, apoiando o desenvolvimento do Ensino, Pesquisa, Extensão, gestão e serviços à comunidade, de acordo com as diretrizes da instituição.

Definido como um setor estratégico e especializado, a função da STI é a centralização das ações de TIC, tais quais:

- Definir e gerenciar a aquisição de hardware e software.
- Contratar serviços e elaborar de projetos de TIC.
- Criar e adaptar sistemas de informação.
- Elaborar normas de comportamento relacionado ao uso da estrutura de TI.
- Proporcionar suporte à rede de dados, de telefonia e de equipamentos de microinformática.

Poucos são os setores que conseguem causar grandes impactos na sua comunidade. O setor de Tecnologia de Informação e Comunicação das instituições é um deles. Quando recursos em TIC são investidos e aplicados com assertividade, os resultados são muito positivos. A STI da UFS recebeu investimentos em infraestrutura, software e pessoas, trazendo excelentes resultados tanto para a área administrativa quanto para a área acadêmica. Alguns projetos não tiveram visibilidade aparente, mas são imprescindíveis, como os que foram feitos para melhorar a segurança tanto da rede quanto do parque computacional. Já outros projetos tiveram impactos profundos, como os processos eletrônicos que permitem que uma boa parte do trabalho possa ser feita de forma remota.

Os recursos foram revertidos em melhores serviços ou na criação de serviços novos. Mas a caminhada ainda não acabou, muito pelo contrário. A STI tem projetos em andamento e uma equipe de técnicos trabalhando sempre em prol da comunidade acadêmica.

#### **Internet patrocinada**

A chegada da pandemia apresentou um novo problema para a gestão da UFS: muitos alunos não têm acesso à internet em casa. Dessa forma, a STI foi incumbida de achar uma solução que permitisse acesso aos sistemas de UFS por parte dos alunos. Após alguns estudos, a solução encontrada chama-se internet patrocinada. A UFS terá que adaptar o app eUFS e contratar as operadoras de telefonia para que todo o tráfego que

for originado do aplicativo não seja cobrado do usuário. Dessa forma, mesmo que o aluno não tenha plano de dados ele poderá acessar o conteúdo da turma virtual pelo eUFS. Além disso, será colocado também o acesso aos cursos do CESAD (ensino a distância) da UFS, bem como o Google Classroom. Isto vai ajudar na inclusão digital de alunos mais carentes.

### **Matrícula Digital**

A matrícula institucional é um dos principais processos da UFS. Ela requer um planejamento e uma grande logística para atender os mais de 5000 alunos que ingressam na universidade. Embora esteja com muitos processos informatizados, o processo inteiro foi analisado e está sendo modificado para que se torne mais célere, sem papel e com mais qualidade das informações que estão sendo recolhidas dos ingressantes. O processo deverá funcionar em sua plenitude para os ingressantes de 2021.

### **Instalação do controlador de domínio**

Em 2019 a UFS implantou o controlador de domínio e está colocando em todas as máquinas (desktops e notebooks) da instituição. O objetivo é melhorar a segurança dos equipamentos e permitir que somente a comunidade acadêmica possa ter acesso aos recursos computacionais. Vários problemas são resolvidos com o controlador de domínio, incluindo “quem” fez alguma coisa em algum momento em uma determinada máquina. Além de ter sido uma recomendação da CGU no relatório feito em 2018. Atualmente temos em torno de 2100 máquinas no domínio da UFS.

### **Integração dos SIG com ferramentas de colaboração Office 365 e GSuite**

A UFS firmou convênio em 2018 com as duas principais ferramentas de colaboração que são o Microsoft Office 365 e o Google GSuite. As duas ferramentas permitem criação e compartilhamento de documentos, repositórios ilimitados (Google Drive e One Drive), ferramentas para ajuda em sala de aula (Google Classroom e Microsoft Teams), ferramentas de formulários, além de videochamadas e videoconferências.

A comunidade acadêmica da UFS já pode criar a sua conta institucional nas duas plataformas e usar a que achar mais adequada. Atualmente estamos iniciando a integração com o SIG, a partir de onde poderemos exportar uma turma completa para ser usada como complemento de sala de aula nas duas plataformas.

### **Site backup (ativo) com sistemas críticos fora da UFS**

A UFS atualmente não possui um site backup que possa ser colocado em funcionamento caso aconteça um incidente grave no data-center. Em um acontecimento como esse, a UFS teria o backup dos dados, mas não teria servidores (máquinas) onde restaurá-los para que a comunidade pudesse continuar usando os sistemas. Com o investimento de novos servidores de hiperconvergência, feito pela gestão no final de 2019, a UFS hospedará o site backup no ar, após a pandemia, dentro do contêiner do HU-Ebserh. Como contrapartida estamos oferecendo ao HU-Ebserh um espaço de igual tamanho dentro do nosso novo data-center.

### **Novo data-center**

O data-center da UFS foi sendo adaptado ao longo dos últimos anos. Com o crescimento, principalmente a partir de 2010, a sala do data-center foi ficando pequena,

inadequada e insegura, principalmente no tocante a infiltrações, energia e refrigeração. Como uma das grandes metas, a gestão apoiou fortemente a TIC e investiu em um novo espaço de 36m<sup>2</sup> para o data-center o qual possui controle de acesso, monitoramento por vídeo, alertas automáticos, controle de precisão de temperatura, energia e quadro elétrico próprio, gerador com capacidade de até 48h sem intervenção de reabastecimento, entre várias outras melhorias. Dentro do mesmo projeto de expansão, a sala dos técnicos de infraestrutura saiu de pouco mais de 30m<sup>2</sup> para 96m<sup>2</sup> fornecendo um espaço adequado de trabalho. Este novo espaço da STI foi inaugurado em abril de 2019.

### **Central telefônica digital**

Em 2020 a (DITEL) Divisão de Telecomunicações da STI está trocando os últimos aparelhos telefônicos analógicos por telefones digitais. Esse projeto trouxe uma economia de aproximadamente R\$ 900.000,00 ao longo dos últimos 3 anos tanto na renovação da central analógica e suas licenças, quanto em chamadas interurbanas e para celulares. Além disso, com a central digital foi possível transferir chamadas dos ramais internos da UFS para ramais instalados em celulares dos servidores, o que permitiu que chamadas pudessem ser atendidas mesmo que o servidor esteja em trabalho remoto. A DITEL irá implantar a URA (atendimento automático), ainda em 2020, para direcionar quem liga para o número geral da UFS para o setor que ela deseja ser atendida.

### **Diplomas digitais**

No final de 2019 o MEC determinou a implantação de diplomas digitais nas universidades até 2021. A UFS já está em desenvolvimento da criação de diplomas digitais seguindo a nota técnica do MEC. Porém, o projeto não se limita apenas a criação dos diplomas digitais. O processo de registro de diploma será 100% digital, facilitando o requerimento, registro e coleta de assinaturas, sem a necessidade da presença física de nenhum dos envolvidos. Utilizando o estado da arte da arquivística de preservação de documentos nato-digitais.

### **BI-UFS**

A STI está desenvolvendo o projeto de Business Intelligence (BI) da UFS, onde poderá visualizar dados agregados e em forma de gráfico das Pró-Reitorias. Isso permitirá acompanhar os principais indicadores para que a tomada decisão seja embasada nos números. No mês de maio foi dado acesso a PROGRAD ao BI, onde os principais painéis são referentes a matrículas de alunos, carga horária e avaliação de professores, taxa de sucesso, abandono/retenção e formandos. Com todas as informações podendo ser filtradas e relacionadas, dando uma ampla visão de como está a andamento da graduação na instituição. Após a implantação na PROGRAD, a STI deverá iniciar o BI da Pró-Reitoria de Planejamento.

### **Virtualização de Desktops - VDI**

O termo VDI se refere a Virtualização de Desktops. Com essa tecnologia é possível criar máquinas virtuais dentro do data-center da UFS e que podem ser acessadas por qualquer dispositivo tanto na rede interna quanto fora da UFS. Enquanto outras instituições levaram semanas para conseguir iniciar o trabalho remoto de suas equipes, a STI fez isso com sua equipe em apenas um dia.

A tecnologia do VDI provê várias vantagens, mas a principal delas é conseguir colocar mais memória, processador ou disco nas máquinas virtuais com apenas alguns

cliques. Com isso não seria necessário comprar novos desktops uma vez que é possível utilizar máquinas com pouco poder de processamento somente como forma de acesso ao VDI. A STI também fez a aquisição de computadores de baixo custo, também conhecidas como thin-client, com as quais também podemos ter acesso ao VDI. Está em andamento uma licitação para ampliar o número de licenças da solução.

### **Agendamento de refeição nos restaurantes/refeitórios**

Com a chegada de novos refeitórios à vários *campi*, a STI desenvolveu dentro do eUFS a possibilidade do aluno agendar sua refeição para um determinado dia e horário. A principal vantagem é que a UFS saberá antecipadamente quantas refeições terão que ser fornecidas, trazendo uma enorme economia financeira e evitando o desperdício de alimentos. Como subproduto teremos filas menores nos refeitórios pois o aluno indica o horário que fará a refeição evitando aglomerações. A solução já está disponível no app eUFS e deverá funcionar assim que as aulas presenciais forem retomadas.

### **Chamada online pelo eUFS**

A STI iniciará em breve a construção do aplicativo eUFS professor, com o qual o professor poderá fazer o registro de presença dos alunos, atualizar notas, enviar comunicados para a turma, entre várias outras funcionalidades. Assim como o eUFS e o Caixa Postal UFS, o app eUFS professor será colocado na loja de aplicativos do egov seguindo a portaria do governo federal de migrar todos os aplicativos criados nas instituições da administração direta e autarquias. A UFS foi a segunda universidade do Brasil a atender a portaria.

### **Controle de energia das salas de aulas online**

O projeto de construção de salas inteligentes foi concebido em 2018, mas devido a problemas em diversas licitações, os equipamentos necessários para início do projeto chegaram somente no segundo semestre de 2019. A fábrica de software abarcou o projeto e está com um protótipo em funcionamento no campus Itabaiana. O software controla o ar-condicionado da sala e permite que seja ativado exclusivamente em horários que estejam reservados no SIGAA e que tenha pessoas dentro da sala. Para conseguir isso utiliza sensores de presença e placas controladoras conectadas aos aparelhos, que por sua vez se conectam ao software de controle que está interligado com o SIGAA. O projeto ainda não tem estimativa e precisa de redução de custos, mas espera-se que o consumo tenha uma forte diminuição pois a conferência manual de todas as salas é uma tarefa custosa e passível de erros. Estima-se que as primeiras salas controladas estejam em funcionamento até o final de 2020.

### **Processo de estágio 100% digital**

O processo de estágio foi reformulado para torná-lo completamente digital. O processo de oferta de estágio pelas empresas, a busca de estágios pelos alunos, a celebração do contrato e todo o processo de assinaturas pelas partes agora é feito totalmente online e sem uso de papel. Simplificando a vida dos gestores da UFS, das empresas e dos alunos, tudo isso integrado dentro do próprio SIGAA.

### **Novo sistema para abertura de chamados**

Atualmente as aberturas de chamados são feitas dentro do SIPAC, mas o sistema deixa um pouco a desejar, principalmente quanto ao acompanhamento do andamento do chamado. A STI fez um levantamento no mercado buscando por soluções que

estivessem em consonância com as melhores práticas de gerenciamento de serviços de TI recomendadas pelo Information Technology Infrastructure Library (ITIL). O sistema escolhido foi o GLPI e ele começou a ser customizado para atender a demandas tanto da STI quanto da INFRAUFS. O catálogo de serviços junto com o tempo de atendimento (SLA) foram inseridos e em breve o sistema deverá entrar em produção.

### **Leitura automática das placas dos veículos**

Atualmente o campus São Cristóvão não possui controle de acesso de veículos nas suas dependências e isto permite que, por exemplo, um veículo roubado possa entrar na universidade. A instalação de novas câmeras, que já foram adquiridas, de melhor precisão e que permitem capturar a placa de veículos em movimento possibilitará a integração com o sistema de segurança pública do estado para indicar se o veículo possui alguma restrição. Além disso, a comunidade irá cadastrar, no eUFS, placas de veículos que ele costuma se dirigir até a universidade como forma de alerta da entrada e saída do veículo. A previsão é que a solução esteja implantada até o final de 2020.

### **Fábrica de software**

A fábrica de software foi projetada para hospedar projetos de inovação na área de engenharia de software, mas cujo objetivo final sejam produtos de software para a própria UFS ou soluções para o mercado. Fisicamente a fábrica está localizada no antigo prédio do DCOMP e conta com uma estrutura que comporta no mínimo dez estações de trabalho fixas. O arcabouço legal foi proposto de forma a facilitar que projetos possam ser financiados com bolsas de pesquisa/inovação para docentes, técnicos e alunos. Além disso, o SIGAA foi modificado de forma a facilitar a submissão do projeto e extensão e que dentro do fluxo possam alimentar a parte de convênios e contratos do SIPAC, finalizando na FAPese para execução da parte financeira das bolsas.

A fábrica de software foi batizada de Knuth e já tem em andamento alguns projetos, entre eles a matrícula digital e as salas inteligentes para controle de energia. Três produtos já foram entregues: (a) o Monitora SUS que é software para controle e acompanhamento dos exames que a UFS está fazendo de COVID-19, mas que foi projetado para que possa ser usado por qualquer secretaria de saúde do Brasil; (b) painel de acompanhamento da COVID-19 da Secretaria de Saúde de Aracaju e (c) O site que será usado pelo escritório de processos da UFS onde estarão mapeados todos os processos da UFS no formato BPM, bem como manuais dos sistemas, quando houver.

A infraestrutura de servidores da fábrica de software será dentro do datacenter da UFS, que também poderá usar as ferramentas de desenvolvimento disponíveis para a STI, bem como outras que a UFS possui convênio mas que não são utilizadas pela STI, como o Visual Studio da Microsoft ou o AWS da Amazon.

Existem projetos que estão esperando o melhor momento para iniciar junto à Prefeitura Municipal de Aracaju, Secretaria de Segurança Pública e Secretaria do Estado da Saúde, mas que as tratativas iniciais já foram feitas.

### **Escritório de processos**

O escritório de processos é um conceito que tem como objetivo institucionalizar o uso de ferramentas, especialmente do BPM, para mapear os processos da UFS. Para isso deve ser criado um setor especificamente com esse objetivo. O escritório de projetos deve ser liderado por um Chief Process Officer (CPO), que é responsável por solucionar problemas na implantação do BPM. Além do CPO, a equipe de trabalho deve ser

composta por Analistas de Processos, que são responsáveis pela análise e licitação de requisitos e modelagem dos processos.

Os principais objetivos da criação do escritório de processos são: (a) promover melhores práticas em gestão de processos; (b) promover a melhoria contínua e inovação de processos; (c) garantia de qualidade na aplicação da gestão de processos; (d) eliminação de possíveis gargalos em processos; (e) gerenciar o desempenho de processos através de indicadores; (f) tornar público os processos institucionais. Além desses objetivos apoiará fortemente as ações da STI na implantação de sistemas informatizados dos processos mapeados. A meta é constituir formalmente o escritório de processos no segundo semestre de 2020.

### **Indicadores de governança**

Os três indicadores abaixo estão relacionados especificamente ao atendimento, proteção e continuidade dos serviços prestados pela STI. O índice de interrupção de serviços (redes e sistemas) teve como diagnóstico em 2016 a falta de monitoramento, avaliação e gerenciamento de risco. Fez a proposta de criação de grupo de trabalho para apresentação de soluções e em 2017 cria rotinas de monitoramento de interrupção de rede e dos sistemas, de tal forma que o índice ficasse abaixo de 10%. Não houve análise de risco para 2017. A meta permaneceu inalterada para os anos de 2018 e 2019, definindo como risco médio (10) de não atingimento porque a probabilidade é baixa (2) e o impacto é médio (5). A nova sala do data-center foi fator decisivo para que o índice de interrupção dos serviços atingisse os valores definidos.

O índice de proteção e segurança da informação, que mensura o grau de exposição à perda ou direcionamento equivocado de informação, foi diagnosticado como ausente em 2016 e em 2017. Em 2018, tem-se a perspectiva de construir parte do Plano de Política de Segurança da Informação (50%) e sua conclusão ocorrer em 2019. A análise de risco de não conclusão foi estimada em baixa (5) dada a possibilidade muito baixa (1) e médio impacto (5). Diversas ferramentas foram adquiridas tanto para melhorar a segurança dos equipamentos cliente (desktops e notebooks) quanto dos servidores no data-center. Firewall de 4ª geração para mitigar ataques, software antivírus atualizado, rede wi-fi federada são alguns exemplos.

O plano de continuidade de negócio, dedicado a planejar e responder a incidentes de interrupção de negócios também foi constatado como inexistente em 2016 e estruturado em 2017 de tal forma que foi apontada uma lista de tarefas e de recursos necessários. Para 2018, a meta estabelecida foi de funcionamento parcial. Análise de risco para 2018 e 2019 foi estimada como tendo risco médio (10) dado que a probabilidade é baixa (2) e o impacto é médio (5). O plano de continuidade foi criado e faz parte do documento PDTIC.

O nível de confiança para os três indicadores acima foi estimado como mediano (40%), posto que os controles implementados mitigam alguns aspectos do risco, mas não contemplam todos os aspectos relevantes do risco devido a deficiências no desenho ou nas ferramentas utilizadas.

**Quadro 11 - Monitoramento, meta e análise de acompanhamento da governança de Tecnologia de Informação - UFS, 2016-2019**

Indicador	Definição do indicador	Diagnóstico situacional	Objetivo	2016		2017		2018				2019						
				Diagnóstico	Meta	Realizado	Meta	Análise de risco				Meta	Análise de risco					Realizado
								Probabilidade (Peso)	Impacto (Peso)	Risco	Nível de confiança (NC)		Probabilidade (Peso)	Impacto (Peso)	Risco	Nível de confiança (NC)		
Índice de interrupção de serviços (Redes e Sistemas)	Mensura o número de ocorrências de queda da rede e dos sistemas ao longo do ano	Falta de monitoramento, avaliação e gerenciamento de risco	Elevar o padrão de eficiência informacional e segurança da rede e sistemas	Criação do grupo de trabalho para apresentação de possíveis soluções	< 10%	Criação de rotinas de monitoramento de interrupção da rede e dos sistemas	< 10%	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	Mediano (40%)	< 10%	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	Mediano (40%)	SIM. O índice de interrupção está em torno de 4%	
Índice de proteção e segurança da informação	Mensura o grau de exposição ao risco de perda ou direcionamento equivocado da informação	Ausência de orientações sobre normas e procedimentos relativos à classificação da informação.	Definir níveis e critérios adequados de proteção às informações, garantindo a confidencialidade e segurança	Não foi feito o Plano de Política de Segurança da Informação	50%	Não foi feito o Plano de Política de Segurança da Informação	50%	Muito baixa (1)	Médio (5)	Médio (5)	Mediano (40%)	80%	Muito baixa (1)	Médio (5)	Médio (5)	Mediano (40%)	SIM. O índice de proteção está em torno de 90%	
Plano de Continuidade de Negócio	Capacidade de planejar e responder a incidentes e interrupções de negócio de forma a manter suas operações em nível aceitável.	Inexistência de um plano	Elaborar o plano de continuidade de Negócio	Definição de papéis e responsabilidades	Alcançar o estágio "Existe e funciona parcialmente"	Definição dos recursos necessários; definição da lista de tarefas	Alcançar o estágio "Existe e funciona parcialmente"	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	Mediano (40%)	Alcançar o estágio "Existe e funciona plenamente"	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	Mediano (40%)	SIM. O plano foi incorporado ao PDTIC.	

Fonte: Indicadores UFS, 2020.

### 3.3 Relação com a comunidade acadêmica e com a sociedade

#### 3.3.1 Observatórios sociais

Os Observatórios Sociais se constituem como estrutura administrativa da Universidade Federal de Sergipe que tem por missão elaborar, instituir e acompanhar programas e políticas de ensino, pesquisa e extensão que, de forma integrada, consolidem e ampliem a relação entre a Universidade e a sociedade sergipana. Teve sua criação instituída pelo Conselho Superior da Universidade através da Resolução nº 39/2018/CONSU, a fim de integrar ações de pesquisa, ensino e extensão, visando o compartilhamento do conhecimento e dos seus benefícios com a sociedade sergipana.

São objetivos:

- I. fortalecer o intercâmbio com organizações da sociedade, estabelecendo mecanismos de troca de experiências e informações;
- II. criar canais de interlocução entre a Universidade e a sociedade, para que a instituição absorva as demandas comunitárias na elaboração, implementação e acompanhamento de ações de ensino, pesquisa e extensão;
- III. intensificar a interação da Universidade com o setor produtivo, com a comunidade local e com os segmentos populares a partir do levantamento de demandas e da elaboração de projetos e programas;
- IV. produzir diagnósticos e ações para a solução de problemas sergipanos, com a melhoria da qualidade de vida, com a preservação do meio ambiente e com a busca do desenvolvimento com sustentabilidade;
- V. estimular a integração dos Programas de Ensino, Pesquisa e Extensão, e,
- VI. promover a democratização do acesso aos conhecimentos produzidos e acumulados na academia, através do Repositório Institucional, vinculando as bases de dados e as informações sobre a UFS para a comunidade acadêmica e a sociedade em geral.

Tais objetivos têm por meta a produção de diagnósticos e ações para a solução de problemas do Estado de Sergipe, com a melhoria da qualidade de vida, a preservação do meio ambiente e a busca do desenvolvimento com sustentabilidade.

Igualmente busca promover a democratização do acesso aos conhecimentos produzidos e acumulados na academia, através do Repositório Institucional, vinculando as bases de dados e as informações sobre a UFS para a comunidade acadêmica e a sociedade em geral.

##### 3.3.1.1 Eventos realizados pelos Observatórios Sociais da UFS

#### **II Colóquio Constituição, Direitos Fundamentais e Desigualdades: conexões entre o Jurídico e o Econômico.**

Data: 29/05/2019 a 30/05/2019.

Local: Auditório da Didática VII, Universidade Federal de Sergipe.

Carga Horária: 20 horas.

Parcerias: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Ministério Público do Trabalho, FAPITEC/SE, Programa de Pós-Graduação em

Direito (PRODIR) e em Economia (NUPEC) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Resumo: Na abertura, com a participação do Reitor Ângelo Roberto Antonioli, os Observatórios Sociais da UFS foram oficialmente instalados. As discussões levantadas nesse evento tiveram o intuito de fomentar o diálogo entre o Direito e a Economia, no que tange ao desenvolvimento e implementação de políticas públicas voltadas para a inclusão social.

### **Conferência Políticas Públicas para Adolescentes e Jovens: direitos e responsabilidades.**

Data: 22/08/2019.

Local: Auditório do Departamento de Geografia.

Carga Horária: 4 horas.

Parcerias: Programa de Pós-Graduação em Direito (PRODIR), em Antropologia (PPGA) e em Sociologia (PPGS).

Resumo: Este evento buscou integrar os Observatórios Sociais a Programas de Pós-Graduação da UFS que compartilham a preocupação com as questões da adolescência e da juventude no âmbito das políticas públicas. A conferência contou com a participação de Mário Volpi, Oficial de Projetos do Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF).

### **Conferência de Abertura da VI Semana Acadêmico-Cultural da UFS (SEMAC): os desafios da Sociedade do Conhecimento – o papel da Educação Pública e do Ensino Superior.**

Data: 04/11/2019.

Local: Auditório da Didática VII, Universidade Federal de Sergipe.

Carga Horária: 4 horas.

Resumo: Palestra proferida pelo Prof. Dr. Ricardo Henriques que atua como economista e Superintendente Executivo do Instituto Unibanco. Foi Secretário Nacional de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação e Secretário Executivo do Ministério de Desenvolvimento Social, quando coordenou o desenho e a implantação inicial do programa Bolsa Família. Foi assessor especial do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), pesquisador e diretor adjunto da área social do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e, durante mais de 30 anos, professor do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

### **Apresentação dos Observatórios Sociais da UFS e assinatura do Protocolo de Intenções entre a Universidade Federal de Sergipe e o Governo do Estado de Sergipe no âmbito do Plano Sergipe 2050.**

Data: 07/11/2019.

Local: Auditório da Didática VII, Universidade Federal de Sergipe;

Carga Horária: -4 horas.

Parcerias: Governo do Estado de Sergipe, Observatório de Sergipe e IBGE.

Resumo: Na ocasião, a Profa. Dra. Karyna Sposato, coordenadora dos Observatórios Sociais apresentou a estrutura e as formas de atuação dos Observatórios. Posteriormente, o Assessor Especial de Planejamento do Governo do Estado de Sergipe, Guilherme Rebouças, expôs o "Plano Sergipe 2050". Após a apresentação do Assessor, o superintendente de Estudos e Pesquisas, vinculado à Secretaria de Planejamento,

Orçamento e Gestão (Seplag), Ciro Brasil, apresentou os Observatórios de Sergipe, os quais ele coordena. Ao fim desta apresentação, o coordenador do "Censo 2020" Sergipe, Prof. Dr. Nelson Wellausen Dias, relatou como ocorrerá a coleta de dados para o censo. Em seguida, a vice-governadora, Eliane Aquino, juntamente ao Reitor da UFS, Ângelo Antonioli, assinaram o termo de compromisso entre o Governo do Estado e a Universidade para a efetivação do Plano "Sergipe 2050". Iniciativa que integra a atuação dos Observatórios Sociais.

### *3.3.1.2 Projetos em Editais*

#### **Edital Brazil Foundation**

##### **Título da Proposta: Estratégias de Desenvolvimento Integradas em Comunidades Costeiras e Ribeirinhas do Pólo Turístico Costa dos Coqueirais - Sergipe.**

A proposta visa à criação de um Plano de Desenvolvimento local voltado para as comunidades costeiras e ribeirinhas com cadeias de turismo e pesca de base comunitária, as quais possuem um papel relevante na economia regional. O principal objetivo é agregar a tecnologia e a inovação nessas comunidades, especialmente em dois municípios: Brejo Grande e Pacatuba, pertencentes ao Polo Turístico Costa dos Coqueirais em Sergipe, para promover um maior desenvolvimento econômico e social, por meio do fortalecimento e incentivo das suas atividades produtivas. Ademais, devido ao derramamento de óleos nas praias nordestinas em agosto de 2019, o que prejudicou gravemente o Polo Turístico Costa dos Coqueirais, a proposta contribuirá na execução de um desenvolvimento econômico sustentável, tanto em aspectos turísticos como humanos. Assim, esperam-se como resultados, a promoção de direitos e a melhoria da qualidade de vida das populações locais.

#### **Edital Capes entre Mares**

##### **Título da Proposta: Estratégias de Desenvolvimento Integradas em Comunidades Costeiras e Ribeirinhas do Pólo Turístico Costa dos Coqueirais - Sergipe.**

A proposta visa à criação de um Plano de Desenvolvimento local voltado para as comunidades costeiras e ribeirinhas com cadeias de turismo e pesca de base comunitária, as quais possuem um papel relevante na economia regional. O principal objetivo é agregar a tecnologia e a inovação nessas comunidades, especialmente em dois municípios: Brejo Grande e Pacatuba, pertencentes ao Polo Turístico Costa dos Coqueirais em Sergipe, para promover um maior desenvolvimento econômico e social, por meio do fortalecimento e incentivo das suas atividades produtivas. Ademais, devido ao derramamento de óleos nas praias nordestinas em agosto de 2019, o que prejudicou gravemente o Polo Turístico Costa dos Coqueirais, a proposta contribuirá na execução de um desenvolvimento econômico sustentável, tanto em aspectos turísticos como humanos. Assim, esperam-se como resultados, a promoção de direitos e a melhoria da qualidade de vida das populações locais.

#### **Ford Foundation (Fluxo Contínuo)**

A proposta visa estimar os impactos socioeconômicos do derramamento de óleo no Nordeste brasileiro, uma das regiões mais pobres e desiguais do país. Isso porque esse desastre ambiental possui proporções incomensuráveis. A medida que são gerados impactos ambientais, acarreta-se em prejuízo a milhares de pessoas. Ao contaminar inmensuráveis vidas locais, tanto da fauna quanto da flora, há o impacto significativo na

vida dos indivíduos que possuem a pesca e o turismo como única forma de renda. O principal objetivo é avaliar os impactos socioeconômicos dos derramamentos de óleo no Nordeste brasileiro, levando em consideração tanto a estrutura econômica das regiões costeiras (principalmente turismo e pesca), como também a extensão esperada do derramamento. Assim, os resultados esperados dizem respeito à projeção dos efeitos socioeconômicos dos derramamentos de óleos no Nordeste brasileiro e à promoção de medidas mais eficazes para mitigar esses impactos.

### **Edital de Convocação Pública - 4ª Edição da série “Justiça Pesquisa”**

#### **Título da Proposta: Cartografia da privação de liberdade em territórios vulneráveis.**

A proposta visa apresentar um mapa de correlação de fatores determinantes para a privação de liberdade de adolescentes, jovens e adultos em territórios de violência e a correspondente ausência de políticas públicas nos territórios das cidades analisadas. O estudo preliminar mostra que jovens brasileiros se encontram mais propícios a sofrerem com a violência quando marginalizados socialmente. Inclusive, os índices de mortalidade da população juvenil crescem de maneira mais intensa do que o restante da população. O principal objetivo consiste na identificação e comparação dos territórios de maior vulnerabilidade social nas 07 cidades brasileiras, ao tomar como indicadores: a) o índice de mortes de adolescentes e jovens e seus locais de residência; b) o perfil social de adolescentes; c) jovens e adultos privados de liberdade, com especial destaque aos seus locais de residência; e d) origem, a inexistência nestas mesmas localidades de equipamentos de assistência social e de políticas públicas sociais. Dessa forma, pretende-se comparar os dados de Sergipe com as capitais de Belém, Brasília, São Paulo, Porto Alegre, Salvador e Recife. Ademais, pretende-se analisar em que medida os altos índices de mortalidade juvenil se correlacionam com a falta de acesso às políticas públicas em territórios vulneráveis e correspondem ao mesmo universo de sujeitos selecionáveis pelo sistema punitivo criminal. Assim, esperam-se como resultados, promover políticas públicas que consigam mitigar o índice elevado de encarceramento e de violência dessa parcela da população.

### **Open Society (Fluxo Contínuo)**

#### **Título da Proposta: Observatórios Sociais da UFS.**

O projeto está estruturado na formação de 03 Observatórios Temáticos: a) Segurança e Cidadania; b) Desenvolvimento local e inovação; c) Universidade – Sociedade. Assim, a proposta visa produzir diagnósticos e ações para a solução de problemas do Estado de Sergipe, com a melhoria da qualidade de vida, a preservação do meio ambiente e a busca do desenvolvimento com sustentabilidade. O principal objetivo é promover a democratização do acesso aos conhecimentos produzidos e acumulados na academia, através do Repositório Institucional, vinculando as bases de dados e as informações sobre a Universidade Federal de Sergipe para a comunidade acadêmica e a sociedade em geral. Como resultados esperados, há a criação de um Repositório Institucional de Projetos e Pesquisas e um Acervo de programas e políticas públicas locais em desenvolvimento. Ademais, a sistematização de dados, a realização de diagnósticos e o monitoramento das políticas públicas no estado de Sergipe são resultados esperados para contribuir no papel da Universidade no cenário local e colaborar com a melhoria dos índices, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Sergipe. Também o aumento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

(IDEB) e a diminuição nas taxas de homicídio são indicadores que devem ser acompanhados para aferir futuros cenários.

### *3.3.1.3 Parcerias Firmadas*

#### **Instituto Banese (Museu da Gente Sergipana)**

Fundado em 2009 sob a forma de associação, o Instituto Banese realiza várias ações de caráter sociocultural, tanto através da realização de projetos próprios, a exemplo do Museu da Gente Sergipana Gov. Marcelo Déda, como também por meio do apoio a projetos de outros entes.

Dito isso, o Instituto Banese tem o comprometimento convergente com o dos Observatórios Sociais. Isso porque tal instituto visa atuar enquanto agente de transformação social, além de fonte de conhecimento e cultivo de expressões artísticas e culturais.

A parceria proposta pelos Observatórios com o Instituto Banese visa a realização do projeto “UFS TALKS/Conecta UFS”. Resumidamente, será cedido o espaço do Museu da Gente Sergipana, mais especificamente o Auditório que tem capacidade de 90 pessoas, para a realização de eventos temáticos dirigidos a atingir o setor produtivo, coletivos, terceiro setor e gestores públicos. Nesse sentido, tem-se a contribuição para uma maior aproximação entre a Universidade e a Sociedade Sergipana.

#### **Fundação de Cultura e Arte Aperipê de Sergipe (Funcap/SE) - Fundação Aperipê**

Ao promover e difundir a produção cultural e intelectual, a Fundação de Cultura e Arte Aperipê de Sergipe busca o fortalecimento da identidade local manifestada em seus diversos aspectos. A Fundação Aperipê também possui a missão de fornecer, com excelência, conteúdos capazes de estimular a reflexão crítica, produzida com a participação da sociedade.

Nessa perspectiva, os Observatórios Sociais da UFS pretendem produzir conteúdo mensal televisivo de interesse público e relacionado às pesquisas e ações que são desenvolvidas no âmbito da Universidade.

#### **United Nations Academic Impact (UNAI)**

A UNAI é uma iniciativa que une as instituições de ensino superior com as Nações Unidas. Como resultado, são estabelecidas ações para atender a objetivos como a promoção e proteção dos direitos humanos, o acesso à educação, a sustentabilidade e a resolução de conflitos.

A Universidade Federal de Sergipe passou a integrar a plataforma de Impacto Acadêmico das Nações Unidas (UNAI) através dos Observatórios Sociais da UFS. Com tal adesão, a Universidade Federal de Sergipe está ao lado de mais de 130 instituições de ensino superior, o que possibilitará o aperfeiçoamento das atividades acadêmicas, científicas e institucionais visando maior impacto social.

#### **Instituto de Pesquisas em Tecnologia e Inovação (IPTI)**

O IPTI é uma organização sem fins lucrativos, que busca gerar inovações capazes de promover o desenvolvimento humano, a partir da criação de tecnologias sociais nas áreas de educação básica, educação empreendedora e saúde básica.

A colaboração entre o IPTI e os Observatórios Sociais da UFS está situada no âmbito do Projeto Avaliação de impacto de Tecnologias Sociais em Educação Básica e Educação Empreendedora - Projeto MCTIC/CNPq- COCHS/CGCHS/DEHS.

A proposta caracteriza-se como uma pesquisa de avaliação dos impactos gerados a partir da execução das Tecnologias Sociais Synapse (alfabetização) e TAG (sistema informatizado de gestão escolar) – e em Educação Empreendedora – Arte Naturalista (ilustração), CLOC (programação e robótica) e PLOC (música digital).

#### *3.3.1.4 Participação em Conselhos, Comitês e Projetos Colaborativos*

##### **Conselho Gestor do Programa Sergipe 2050**

É uma instância consultiva formada por membros da indústria, comércio, tecnologia, educação e terceiro setor com o intuito de auxiliar a implantação do Programa Sergipe 2050. Compõem o Conselho: Sebrae/SE, Fies, Fecomércio, Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Tiradentes (Unit), Instituto Banese e Instituto de Pesquisa em Tecnologia e Inovação (IPTI). A iniciativa cumpre com os objetivos dos Observatórios Sociais da UFS que resumem-se na união entre a pesquisa e a extensão universitária para que ambas possam atuar em prol da sociedade sergipana, além de atender a Agenda 2030 no que diz respeito aos objetivos de desenvolvimento sustentável, como, por exemplo, o objetivo de número 9, indústria, inovação e infraestrutura, e o objetivo de número 11, cidades e comunidades sustentáveis.

##### **Comitê de Crise OAB**

A criação do comitê busca a continuidade conjunta da atuação travada pela OAB/SE desde o início da pandemia, com uma série de recomendações expedidas às autoridades públicas sugerindo a atuação estatal na saúde, na garantia dos direitos fundamentais das pessoas em situação de rua, no sistema de segurança, na solicitação e atendimento da proibição do corte de serviços essenciais de água e energia enquanto perdurar a pandemia, além de diversas outras ações em defesa da sociedade e dos direitos humanos.

##### **COAPAZ MP/SE**

A Coordenadoria de Autocomposição e Paz (COAPAZ) do Ministério Público de Sergipe (MP/SE) foi criada com o objetivo de fomentar a cultura da humanização através da implantação de uma política permanente de incentivo e aperfeiçoamento dos mecanismos de autocomposição, de forma que a negociação, a mediação, a conciliação se tornem instrumentos efetivos de pacificação social, resolução e prevenção de litígios. Os membros da coordenadoria estão em constante treinamento e aperfeiçoamento através do Curso de Formação de Mediadores Judiciais, nos moldes da Resolução 125 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O MP investe no trabalho de conciliação e mediação na promoção de práticas restaurativas. A equipe da COAPAZ se aperfeiçoa para desenvolver um trabalho responsável, de alta qualidade técnica e embasados nos mais rígidos princípios éticos.

##### **COMPIN/UFS**

A Comissão Permanente de Internacionalização (COMPIN) foi criada com o objetivo de criar e debater diretrizes para o melhor desenvolvimento e aproveitamento das ações de cooperação internacional da UFS, mapeando e produzindo indicadores que permitam o diagnóstico dos sucessos e das limitações da internacionalização já concretizada pela UFS. Além disso, tem como proposta mapear tendências, dificuldades e lacunas por área de conhecimento e setor administrativo da UFS, no que toca à dinâmicas de internacionalização; prospectando e induzindo novas oportunidades.

### 3.3.1.5 Projetos em Andamento

#### **Projeto Avaliação de Impacto de Tecnologias Sociais em Educação Básica e Educação Empreendedora (IPTI)**

A Pesquisa de avaliação dos impactos gerados a partir da execução das Tecnologias Sociais Synapse (alfabetização) e TAG (sistema informatizado de gestão escolar) – e em Educação Empreendedora – Arte Naturalista (ilustração), CLOC (programação e robótica) e PLOC (música digital), adotando como referência os protocolos da metodologia quantitativa e qualitativa, se insere também no contexto de pesquisa documental, uma vez que busca sistematizar o processo de implantação das tecnologias sociais em Educação Básica – Synapse (alfabetização) e TAG (sistema informatizado de gestão escolar) – e em Educação Empreendedora – Arte Naturalista (ilustração), CLOC (programação e robótica) e PLOC (música digital) – todas elas em fase de escala. Também pretende analisar a situação das políticas públicas no território das experiências realizadas, a partir dos dados já existentes nas redes públicas de educação, saúde e assistência social. Para avaliar os impactos produzidos, de forma qualitativa pretende-se realizar grupos focais com atores envolvidos.

#### **EpiSERGIPE**

O programa EpiSERGIPE é baseado nos estudos do EPICOID19-BR, desenvolvido pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), estudo esse que é considerado o maior estudo populacional em relação a COVID-19 no país. Tendo isso em vista, o programa Epi Sergipe é fruto da parceria entre a Universidade Federal de Sergipe e o Governo do Estado de Sergipe, que através do referido programa, pretendem realizar o monitoramento do nível de infecção pelo novo corona vírus no Estado e seus impactos econômicos e sociais, a princípio, durante um ano, em 15 municípios selecionados pela Secretaria Estadual de Saúde, sendo eles: Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão, Capela, Estância, Itabaianinha, Propriá, Tobias Barreto, Simão Dias, Lagarto, Itabaiana, Nossa Senhora da Glória, Canindé e Porto da Folha.

Com relação à Universidade Federal de Sergipe, através dos Observatórios Sociais, encontra-se em andamento uma análise dos impactos do COVID-19 em populações e grupos que já se encontram em situação de vulnerabilidade, tendo em vista que estudos recentes revelam que a COVID-19 irá aprofundar ainda mais os índices de desigualdade no Brasil. Sendo assim, pretende-se acompanhar a situação de grupos vulneráveis atingidos pela pandemia do COVID-19 em Sergipe, tendo como foco os contextos de pobreza, privação de liberdade e violência, mais especificamente, adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, população carcerária masculina e feminina, população de rua e idosos que vivem em instituições de longa permanência. Dessa forma, será possível traçar possíveis políticas públicas e ações que se voltem para amenizar os impactos socioeconômicos para essas populações em situação de vulnerabilidade.

Quadro 12 - Monitoramento, meta e análise de acompanhamento da relação aos Observatórios Sociais - UFS, 2016-2019

Indicador	Definição do indicador	Diagnóstico situacional	Objetivo	2016		2017		2018					2019								
				Diagnóstico	Meta	Realizado	Meta	Análise de risco				Realizado	Meta	Análise de risco							
								Probabilidade (Peso)	Impacto (Peso)	Risco	Nível de confiança (NC)			Probabilidade (Peso)	Impacto (Peso)	Risco	Nível de confiança (NC)				
Instalação dos Observatórios Sociais	Número de Observatórios criados e em funcionamento.	Não há em Sergipe um fórum que discuta os temas relevantes ao desenvolvimento social, em que pese a carência e relevância.	Discutir e propor ações e diretrizes no campo das políticas públicas	Os observatórios sociais não estavam em funcionamento	Instalação	Não concluído	Normativa de constituição e funcionamento	Muito Alto (11)	Médio (5)	Alto (30)	80%	RESOLUÇÃO Nº 39/2018/CONS-U	Criação da Unidade Acadêmica Observos	Médio (5)	Médio (5)	Médio (25)	80%	Criação da Unidade Acadêmica Observos			
													Instalação de estrutura física								Instalação na didática 7, quinto andar
Identidade Visual	Conjunto de características visuais que distinguem os Observatórios Sociais da UFS de outras unidades	Como instância de mobilização, os Observatórios Sociais necessitam de uma identidade para reconhecimento externo e interno	Estruturar a representação dos Observatórios Sociais a fim de facilitar o seu reconhecimento frente aos demais órgãos e promover adesão às suas iniciativas										Desenvolvimento da Identidade Visual dos Observatórios Sociais da UFS	Médio (5)	Médio (5)	Médio (25)	80%	Logomarca dos Observatórios Sociais e de mais peças de divulgação			
Formação de Equipe	Constituição de equipe de discentes, docentes e técnico para a realização das atividades dos Observatórios Sociais	A realização das iniciativas dos Observatórios demanda o trabalho conjunto e distintos membros.	Promover as ações dos Observatório e formação de pessoal habilitado.										Captação de 05 Bolsas para atuação junto aos Observatórios	Médio (5)	Médio (5)	Médio (25)	80%	Captação de 05 Bolsas no Edital 03/2019/PRODEST Captação de Bolsas CNPQ			
Divulgação e informações institucionais	Meios de comunicação dos Observatórios Sociais	De forma geral, há uma imensa valorização das redes sociais e outras plataformas de comunicação.	Estruturar formas de contato dos Observatórios Sociais com os demais entes, coletar sugestões para novas iniciativas e promover adesão nas ações já realizadas.										Portal dos Observatórios e página	Médio (5)	Médio (5)	Médio (5)	80%	Página de Divulgação Portal UFS			
																					Instagram @observatoriosocialsuvs
																					Entrevistas Rádio UFS
Divulgação Técnico-Científica	Eventos de caráter acadêmico e social de integração da Academia com a comunidade	Neccesidade de maior integração entre projetos de pesquisa e ações de extensão de forma interdisciplinar	Fomentar grupos de pesquisa e projetos de caráter interdisciplinar										Realização de Conferências e Eventos Científicos	Médio (5)	Médio (5)	Médio (5)	80%	Conferência Políticas Públicas para Adolescentes Conferência de Abertura da SEMAC Apresentação dos Observatórios SEMAC Encontro Estadual ODS			

Continua...

Continuação...

Indicador	Definição do indicador	Diagnóstico situacional	Objetivo	2016		2017		2018				2019					
				Diagnóstico	Meta	Realizado	Meta	Análise de risco			Meta	Análise de risco					
								Probabilidade (Peso)	Impacto (Peso)	Nível de Risco - confiança (NC)		Realizado	Probabilidade (Peso)	Impacto (Peso)	Risco	Nível de confiança (NC)	Realizado
Parceria e Colaboração com Governo Local	Ações colaborativas entre os Observatórios Sociais com o Governo Local, a fim de possibilitar o desenvolvimento de Sergipe	Necessidade de maior integração entre a gestão pública e o conhecimento científico produzido na Universidade	Aumentar o Impacto Social das Ações da Universidade em prol do desenvolvimento sustentável do Estado									Desenvolvimento de Projetos de colaboração com Executivo estadual e municipais	Médio(5)	Médio(5)	Médio(5)	80%	Termo de Cooperação Governo do Estado de Sergipe / Programa Sergipe 2050
Captação de Recursos para Projetos Temáticos	Operação de captação de recursos de outros entes para a execução de ações específicas, por parte dos Observatórios Sociais	O apoio de certas instituições diminuiu o impedimento de mecanismos para a realização de projetos, em especial os que atendem demandas específicas.	Possibilitar ações dos Observatórios Sociais frente a assuntos especiais									Desenvolvimento de Projetos Temáticos nas áreas de a) Segurança e Cidadania; b) Desenvolvimento local e inovação; c) Educação e	Médio(5)	Médio(5)	Médio(5)	80%	Participação Edital COCHS/CGOHS/DBHS - MCTIC/CNPQ Participação em Editais Públicos (CNI / CAPES Entre Mães / Bizmill Foundation) Envio de Propostas de Fluxo Contínuo (Open Society / Ford Foundation)
Desenvolvimento de Projetos Temáticos nas áreas de a) Segurança e Cidadania; b) Desenvolvimento local e inovação; c) Educação e Inclusão Social	Formação de Observatórios Temáticos	Áreas estratégicas do Desenvolvimento local ainda carentes de políticas públicas integradas	Contribuir ativamente na melhoria de indicadores sociais e de desenvolvimento no Estado nas áreas de a) Segurança e Cidadania; b) Desenvolvimento local e inovação; c) Educação e Inclusão Social									01 projeto piloto	Médio(5)	Médio(5)	Médio(5)	80%	Projeto Avaliação de Impacto de Tecnologias Sociais em Educação Básica e Educação Empreendedora - Projeto MCTIC/CNPQ COCHS/CGOHS/DBHS
Parcerias Institucionais	Conjunto de ações conjuntas com outras instituições	Necessidade de aumentar a capacidade de impacto social das ações da	Possibilitar maior impacto social das Ações da Universidade e contribuir para a									Estabelecer parcerias estratégicas na área de atuação dos	Médio(5)	Médio(5)	Médio(5)	80%	Parceria Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe e Escola do Legislativo Parceria Instituto BANESE para desenvolvimento de atividades e UFS Talis Parceria Fundação Aperipê
Desenvolvimento de Ações da Agenda 2030 (ONU)	Integração das Ações da Universidade aos 17 objetivos da Agenda 2030 (ONU)	Ausência de sistematização das ações já realizadas tomando por base os	Sistematizar as Ações da Universidade de forma integrada									Trabalhar os 17 objetivos de desenvolvimento	Médio(5)	Médio(5)	Médio(5)	80%	Adesão à Plataforma UNAI - United Nations Academic Impact Participação da REDE ODS Universidades Participação no Movimento Sergipe ODS

Fonte: Indicadores UFS, 2020.

### 3.3.2 Carta de serviços ao cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão (CSC) da UFS foi instituída pelo Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, e tem por objetivo informar aos usuários acerca dos serviços prestados, as formas de acesso, bem como os respectivos compromissos e padrões de qualidade de atendimento aos cidadãos.

O diagnóstico realizado em 2015-16 indicava a necessidade de formulação da Carta que efetivamente trouxesse informações relevantes à comunidade, mas que também fosse capaz de monitorar o grau de satisfação do usuário quanto aos serviços prestados. O passo inicial foi, portanto, construir o documento e disponibilizá-lo no site da UFS<sup>12</sup>, onde também foram dispostos documentos institucionais importantes: Estatuto, Regimento Geral da UFS, Regimento da Reitoria e organização Administrativa.

A disponibilização da Carta no decorrer de 2017 cumpriu parte substantiva do que se estabeleceu no PDI-UFS 2016-2020. A realização de pesquisa de satisfação, dada a diversidade dos serviços prestados pela UFS, mostrou a necessidade de determinar quais os serviços seriam avaliados inicialmente. Optou-se então por adiar a realização do monitoramento, com previsão de realização até a vigência desse quadriênio do planejamento.

A possibilidade de não realização da pesquisa até 2020 é estimada como alta (10) e o impacto é admitido como médio (5), resultando em alto (50) risco. Para 2019-2020, sob a perspectiva de que a pesquisa seja realizada, estima-se como baixa a chance de não ocorrência (2) e com médio impacto (5), representando risco médio (10).

**NOTA: A dimensão Governança do sistema audiovisual não será analisada nesta edição. Já as dimensões Redes institucionais de cooperação e divulgação das pesquisas e atividades de extensão já foram em parte contempladas no tópico 3.1.4.**

---

<sup>12</sup> Carta de Serviço ao Cidadão, disponível em: <http://acessoainformacao.ufs.br/pagina/5946-carta-de-servicos-ao-cidadao>

**Quadro 13** - Monitoramento, meta e análise de acompanhamento da relação à Carta de Serviços ao Cidadão - UFS, 2016-2019

Indicador	Definição do indicador	Diagnóstico situacional	Objetivo	2016	2017		2018				2019					
				Diagnóstico	Meta	Realizado	Meta	Análise de risco			Meta	Análise de risco				
								Probabilidade (Peso)	Impacto (Peso)	Risco		Nível de confiança (NC)	Probabilidade (Peso)	Impacto (Peso)	Risco	Nível de confiança (NC)
Existência do documento	Serviços prestados pela UFS constantes da Carta de Serviços ao Cidadão	Insuficiência de informações	Ampliar os níveis de informação dos serviços prestados pela UFS à comunidade	Insuficiência de informações	implantar pesquisa de satisfação por tipo de serviço prestado pela UFS	Implantação da carta e publicação no site da UFS(1)	Atingir níveis de satisfação e conhecimento superiores a 60%	Alta (10)	Mé dio (5)	Alto (50)	80%	Atingir níveis de satisfação e conhecimento superiores a 60%	Baixa (2)	Mé dio (5)	Mé dio (10)	80%

Fonte: COPAC/PROPLAN, 2020.



Fachada do Campus de Laranjeiras (Foto: Ascom/UFS)

## 4 RESULTADOS DA GESTÃO

---

A Universidade é o local de produção de conhecimento que se concretiza gradualmente desde o ingresso no ensino superior e não se interrompe com a colação de grau ou obtenção de títulos de mestrado ou doutorado. A formação acadêmica, por sua vez, envolve outras atividades admitidas como indiretas que vão desde o setor de licitações, projetos, passando pela administração das unidades, limpeza, manutenção, segurança, transporte, gerências, coordenações, diretorias e alta gestão.

No portfólio de atividades da gestão administrativa e acadêmica quase todas as ações contam com indicadores de esforço, monitoramento e avaliação. Nesse complexo sistema é fundamental que todas as engrenagens funcionem com o mínimo de sincronia, sob pena de o produto final - a formação no ensino superior - sofrer perdas de eficiência. Em síntese, quando tudo funciona bem e quando os seus atores estão alinhados os resultados aparecem.

Cabe aqui uma ressalva. Em que pese o ano-exercício deste relatório ser 2019, alguns resultados de desempenho são divulgados pelo INEP/MEC com alguma defasagem temporal. Desta forma, com vistas a prestar a melhor informação possível, apresentam-se a seguir os principais resultados da gestão da UFS com base nos indicadores oficiais produzidos pelo Ministério da Educação (MEC) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Observe-se que os resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) 2018 foi divulgado em 2019, e só no final de 2020 teremos os resultados de 2019.

#### 4.1 A UFS e o índice Geral de Cursos

O resultado obtido no Índice Geral de Cursos da Instituição (IGC)<sup>13</sup> é fruto do desempenho da Graduação (Conceitos Preliminares de Curso - CPC) e da Pós-Graduação (Conceitos CAPES), ponderados pela proporção da matrícula nos respectivos níveis.

Os indicadores originais são padronizados e interpolados de tal forma que variem entre 1 e 5, notas mínimas e máximas, respectivamente. Para facilitar o entendimento, serão apresentados a seguir apenas as principais funções e resultados.

Formalmente, o IGC é dado por<sup>14</sup>

$$IGC_{IES} = \alpha * G_{IES} + \beta * M_{IES} + \gamma * D_{IES} \quad (1)$$

Onde:

$\alpha$  = Proporção de matrículas na graduação (alunos com status cursando ou formado no ano de referência do CPC);

$G_{IES}$  = Média dos conceitos preliminares de curso (CPC) do triênio 2014-2015-2016;

$\beta$  = Proporção de matrículas no programa de mestrado;

$M_{IES}$  = Nota média do mestrado da IES (Avaliação trienal da Capes 2016);

$\gamma$  = Proporção de matrículas no programa de doutorado;

$D_{IES}$  = Nota média do doutorado da IES (Avaliação trienal da Capes 2016).

Observe que o CPC entra nesse cômputo ao se calcular o conceito médio da graduação, ou seja, a nota média da graduação é resultante das notas dos conceitos preliminares de curso (NCPC) ponderados pela proporção de matriculados na IES:

$$G_{IES} = \sum_{j=1}^n NCPC_j * \varphi_j \quad (2)$$

O cálculo da nota contínua do conceito preliminar de curso resulta da soma ponderada de oito indicadores referentes ao desempenho dos estudantes, corpo docente e percepções discentes sobre as condições do processo formativo, cujos pesos estão na Tabela 2.

Observe que 30% do indicador são atribuídos à qualificação docente, enquanto que outros 70% são obtidos do desempenho discente e da sua percepção sobre as condições de formação.

**Tabela 2** - Dimensões, componentes, pesos e origem das informações para a construção do

<sup>13</sup>O documento pode ser acessado através da página do INEP: <<http://portal.inep.gov.br/educacao-superior/indicadores/cpc>>.

<sup>14</sup>Note que o IGC 2014 e 2015 (equação 1) diferem daquela utilizada no cálculo do IGC 2013, conforme abaixo

$$IGC_{IES} = \alpha G_{IES} + \frac{(1-\alpha)\beta}{2} (M_{IES} + 5) + \frac{(1-\alpha)(1-\beta)}{3} + (D_{IES} + 10)$$

Onde:  $\alpha$ =Proporção de graduandos;  $G_{IES}$ =Conceito médio da graduação;  $\beta$ =Proporção de mestrandos equivalentes;  $M_{IES}$ =Conceito médio do mestrado da IES;  $D_{IES}$ =Conceito médio do doutorado da IES (Nota técnica nº 73 - INEP/MEC, 2014).

## Conceito Preliminar de Curso

Dimensão	Componentes	Peso		Origem
		Componente	Dimensão	
Desempenho dos estudantes	Nota dos concluintes do ENADE (NC)	20,0%	55,0%	Enade
	Nota do indicador de diferença entre os desempenhos observado e esperado (NIDD)	35,0%		Enem, Enade e questionários do estudante Enem e Enade
Corpo docente	Nota de proporção de mestres (NM)	7,5%	30,0%	Censo da Educação Superior
	Nota de proporção de doutores (ND)	15,0%		
	Nota de regime de trabalho (NR)	7,5%		
Percepções discentes sobre as condições do processo formativo	Nota referente à organização didático-pedagógica (NO)	7,5%	15,0%	Questionário do estudante do ENADE
	Nota refere à infraestrutura e instalações físicas (NF)	5,0%		
	Nota referente às oportunidades de ampliação da formação acadêmica e profissional (NA)	2,5%		

Fonte: Nota técnica nº 75 - INEP/MEC, 2015.

Os conceitos médios do Mestrado e Doutorado são obtidos através de dois procedimentos. O primeiro consiste em multiplicar o número de alunos matriculados no programa "j" pela nota atribuída pela CAPES ao respectivo programa. O segundo procedimento é o cálculo do número de mestrando ou doutorando em termos de alunos equivalentes. Observe na Tabela 2, a seguir, que este procedimento foi adotado até 2013. Para 2014 e 2015 a ponderação foi feita com as proporções de matriculados na graduação ( $\alpha$ ), mestrado ( $\beta$ ) e doutorado ( $\gamma$ ).

#### 4.2 Evolução das componentes do IGC

A UFS integra, desde 2011, o grupo de universidades com conceito 4 no IGC (na escala de 1 a 5), mas por trás desse importante resultado estão avanços importantes a serem conhecidos e desafios que devem ser apropriados pela comunidade acadêmica.

A decomposição do Índice de Geral de Cursos (IGC) é essencial para entender como e em que medida cada variável contribuiu para esse resultado. Conforme será visto, todos os indicadores apresentaram melhorias e evidenciam que a manutenção dessa tendência passa necessariamente pelo aumento do conceito médio da graduação.

No período entre 2010 e 2018 são evidentes a ampliação da cobertura de avaliações: observe-se que o número de cursos com ENADE aumentou de 59 para 68, e os cursos com CPC passou de 34 para 87. Avaliando-se quase o triplo de cursos, a UFS chega ao conceito 4 no IGC, comportamento que, conforme será visto a seguir, evidencia que esse crescimento não se deu às expensas da qualidade.

No desempenho acadêmico da UFS a graduação é ponto-chave. Respondendo por 85% do total de matrículas e 92% dos recursos financeiros, o conceito médio da graduação aumentou de 2,50 para 2,98, ou seja, 0,48 ponto entre 2010 e 2018. Ainda que seja resultado positivo, variou pouco quando comparado com os conceitos médios

do mestrado, cujo conceito médio aumentou de 3,40 para 4,30, e do doutorado, com aumento de 3,40 para 4,68, no mesmo período.

Levando-se em consideração que os conceitos médios da graduação e pós-graduação variam entre 1 e 5, é fácil notar que dada a excelente colocação da pós-graduação, qualquer esforço nessa dimensão pouco contribuiria para o ICG; dito de outra forma, teria o desempenho da graduação maior efeito sobre o ICG. Como resultado, haveria mudança positiva da UFS na matriz de orçamento e custeio, o que poderia aumentar a capacidade de consolidação do desenvolvimento institucional.

Dada a distância entre graduação e pós, um questionamento é recorrente: como explicar que a graduação tenha nota tão abaixo daquela obtida pela pós-graduação sendo os mesmos docentes envolvidos? Será que essa diferença é tributável apenas ao perfil ou condições de vida do aluno? Será que nós, docentes, dedicamos a mesma atenção à graduação e pós-graduação? Quais lições poderíamos tirar da pós-graduação? É possível proceder comparações diretas essas duas instâncias da formação educacional? Não haveria nesse resultado algum efeito de composição que, se ignorado, produz conclusões equivocadas?

**Tabela 3 - Componentes do Índice Geral de Cursos da UFS, anos-bases 2010 a 2018**

Componentes	Anos									
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
Nr. De cursos com ENADE nos últimos três anos	59	69	65	68	68	68	68	68	68	68
Número de cursos com CPC nos últimos três anos	34	56	60	60	60	60	74	88	87	
G - Conceito médio da graduação	2,50	2,86	2,86	2,86	2,81	2,79	2,84	2,87	2,98	
M - Conceito médio do mestrado	3,40	3,40	3,34	3,60	4,26	4,28	4,27	4,30	4,30	
D - Conceito médio do doutorado	2,00	2,00	2,00	2,32	4,64	4,64	4,64	4,69	4,68	
Proporção de graduandos no total da IES (Aluno equivalente - $\alpha$ )	0,858	0,893	0,889	0,861	0,866	0,830	0,829	0,806	0,797	
Proporção de mestrandos no total da Pós-graduação da IES (Aluno equivalente) - $\beta$	0,75 (a)	0,78 (a)	0,75(a)	0,76(a)	-	-	-	-	-	
Proporção relativa às matrículas nos programas de mestrado da IES - $\beta$	-	-	-	-	0,036(b)	0,107	0,110	0,123	0,128	
Proporção relativa às matrículas nos programas de doutorado da IES - $\gamma$					0,095(b)	0,054	0,061	0,071	0,075	
IGC contínuo	2,740	2,994	3,004	3,052	3,018	3,057	3,108	3,178	3,278	
<b>IGC Faixa (Conceito)</b>	<b>3</b>	<b>4</b>								

Fonte: INEP/MEC, 2011 a 2020.

Nota:

(a) Calculados para os anos entre 2010 a 2013.

(b) Calculados a partir de 2014.

É certo que o baixo desempenho da graduação tem origem em vários fatores, e parte deles originados fora da instituição. Entretanto, há outros que devem ser objeto de reflexão em cada instância acadêmica e merecedores de ações imediatas, sob pena de estagnação da trajetória de melhoria do desempenho.

A análise das dimensões do Conceito Preliminar de Curso indica quais pontos devem ser objeto preferencial de ações, sobretudo a partir de ações coordenadas entre departamentos, centros e pró-reitorias.

### 4.3 Desempenho e conceito preliminar de curso

O conceito preliminar de curso (CPC) é a soma ponderada dos oito indicadores referentes ao desempenho dos estudantes, corpo docente e percepções discentes sobre as condições do processo formativo, conforme detalhado há pouco na Tabela 3.

A análise comparativa desses indicadores para os anos de 2015 e 2018 é realizada com base nas Tabelas 4 e 5. Note que a apresentação dos resultados para os cursos presenciais contém as notas padronizadas e coloridas segundo as categorias: Insuficiente, em vermelho, figurando nas classes 1 e 2, tendo obtido abaixo de 1,945 pontos; Suficiente, em amarelo, figurando na classe 3, com pontuação entre 1,945 e 2,944; Muito bom e Excelente, em azul, nas faixas 4 e 5 para notas acima 2,945.

A Tabela 6 tem por objetivo indicar em que sentido ocorreram as modificações nos indicadores. As células em vermelho indicam que houve diminuição da nota e conseqüente piora do indicador, já as em azul indicam melhoria e em amarelo, manutenção. Vale ressaltar que se trata de uma simples ilustração do comportamento de cada indicador, devendo ser utilizada apenas como um guia de como e onde agir prioritariamente.

**Tabela 4 - Síntese dos componentes do Conceito Preliminar de Cursos (CPC) - Valores em escala discreta - UFS, 2018**

Campus	Código do curso	Curso	Formação geral (Enade)	Conhec. Específico (Enade)	Conceito Enade (Faixa)	IDD (Padronizada)	Mestres (Padronizado)	Doutores (Padronizado)	Regime de Trabalho	Org. didático-pedagógica (Padronizada)	Infra e inst. físicas (Padronizada)	CPC contínuo	CPC Faixa
Itabaiana	95033	ADMINISTRAÇÃO	2,691	2,930	2,871	2,627	4,723	1,739	5,000	2,272	1,876	2,798	3,000
	95044	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	2,079	2,729	2,567	2,443	4,550	1,111	5,000	2,322	1,861	2,578	3,000
São Cristóvão	305	ADMINISTRAÇÃO	3,961	3,978	3,974	2,828	4,032	2,174	5,000	2,288	2,373	3,147	4,000
	20762	ADMINISTRAÇÃO	3,961	3,978	3,974	2,828	4,032	2,174	5,000	2,288	2,373	3,147	4,000
	308	DIREITO	4,690	4,694	4,693	2,552	4,822	3,026	5,000	1,082	1,133	3,203	4,000
	20765	DIREITO	4,690	4,694	4,693	2,552	4,822	3,026	5,000	1,082	1,133	3,203	4,000
	307	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	2,483	1,766	1,945	2,316	3,863	3,023	5,000	2,538	2,324	2,692	3,000
	20764	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	2,483	1,766	1,945	2,316	3,863	3,023	5,000	2,538	2,324	2,692	3,000
	52852	PSICOLOGIA	4,114	3,408	3,584	2,313	5,000	4,545	5,000	1,243	1,947	3,197	4,000
	306	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	3,034	2,859	2,903	2,798	3,988	1,667	5,000	2,331	2,479	2,854	3,000
	1108064	DESIGN	3,528	3,060	3,177	2,711	2,549	2,353	5,000	2,940	2,013	2,884	3,000
	99420	TURISMO	2,203	2,360	2,321	2,607	4,408	2,105	5,000	2,698	3,195	2,846	3,000
	99418	SECRETARIADO EXECUTIVO	1,912	2,228	2,149	1,913	4,000	2,222	5,000	3,595	3,835	2,657	3,000
	116324	RELAÇÕES INTERNACIONAIS	4,322	5,000	4,831	3,203	3,393	2,500	5,000	3,700	3,764	3,640	4,000
	1116573	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1,727	2,439	2,261	2,697	3,333	2,455	5,000	1,487	2,505	2,669	3,000
	80420	JORNALISMO	2,869	3,663	3,464	2,659	4,600	3,200	5,000	2,398	2,455	3,184	4,000
	116216	PUBLICIDADE E PROPAGANDA	3,764	3,493	3,561	2,397	3,214	1,645	5,000	2,451	2,207	2,772	3,000

Fonte: INEP/MEC, 2019.

Legenda:

Cor	Escala	Conceito
	Menor que 1,945	Insuficiente
	de 1,945 a menos de 2,945	Suficiente
	Acima de 2,45	Muito bom e excelente

**Tabela 5 - Síntese dos componentes do Conceito Preliminar de Cursos (CPC) - Valores em escala discreta - UFS, 2015**

Campus	Código do curso	Curso	Formação geral (Enade)	Conhec. Específico (Enade)	Conceito Enade (Faixa)	IDD (Padronizada)	Mestres (Padronizado)	Doutores (Padronizado)	Regime de Trabalho	Org. didático-pedagógica (Padronizada)	Infra e inst. físicas (Padronizada)	CPC contínuo	CPC Faixa
Itabaiana	95033	ADMINISTRAÇÃO	2,723	2,161	2,301	2,302	3,854	1,172	5,000	0,708	1,032	2,253	3,000
	95044	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	2,362	1,501	1,716	2,237	4,115	1,256	5,000	2,407	2,010	2,758	3,000
São Cristóvão	305	ADMINISTRAÇÃO	2,275	2,489	2,436	1,922	4,500	2,386	5,000	1,132	1,732	2,728	3,000
	20762	ADMINISTRAÇÃO	2,532	2,625		0,753	4,083	2,438	5,000	0,958	1,604	1,615	3,000
	308	DIREITO	3,709	4,076	3,984	1,725	4,284	3,034	5,000	1,596	0,938	1,759	3,000
	20765	DIREITO	3,565	3,782	3,728	2,229	4,305	2,598	5,000	0,461	0,822	3,167	3,000
	307	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	0,868	0,320	0,457	0,611	3,280	2,568	5,000	1,555	2,390	2,212	2,000
	20764	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	1,290	0,989	1,064	0,960	3,128	2,500	5,000	1,035	1,863	2,334	2,000
	52852	PSICOLOGIA	3,646	3,504	3,539	2,641	4,487	4,006	5,000	1,200	1,772	0,000	4,000
	306	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	1,910	2,024	1,996	2,026	3,157	1,477	5,000	1,698	1,821	2,772	3,000
	1108064	DESIGN	0,496	2,876	2,281	2,281	3,395	1,667	5,000	2,332	2,221	2,881	3,000
	99420	TURISMO	2,562	2,651	2,629	2,634	3,333	1,667	5,000	2,998	2,797	2,865	3,000
	99418	SECRETARIADO EXECUTIVO	1,861	2,201	2,116	2,900	3,246	2,506	5,000	2,833	2,712	2,780	3,000
	116324	RELAÇÕES INTERNACIONAIS	2,886	2,918	2,910	2,491	3,036	3,571	5,000	1,428	1,875	2,444	3,000
	1116573	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2,353	2,412	2,397	2,397	5,000	3,438	5,000	0,661	2,391	2,229	3,000
	80420	JORNALISMO	1,278	2,422	2,136	2,008	3,656	2,581	5,000	1,818	1,848	0,000	3,000
116216	PUBLICIDADE E PROPAGANDA	2,158	2,755	2,606	1,986	2,708	1,536	5,000	1,218	1,448	0,000	3,000	

Fonte: INEP/MEC, 2019.

**Tabela 6 - Síntese dos componentes do Conceito Preliminar de Cursos (CPC) – Variação dos componentes - UFS, 2015-2018**

Campus	Código do curso	Curso	Formação geral (Enade)	Conhec. Específico (Enade)	Conceito Enade (Faixa)	IDD (Padronizada)	Mestres (Padronizado)	Doutores (Padronizado)	Regime de Trabalho	Org. didático-pedagógica (Padronizada)	Infra e inst. físicas (Padronizada)	CPC contínuo	CPC Faixa
Itabaiana	95033	ADMINISTRAÇÃO											
	95044	CIÊNCIAS CONTÁBEIS											
São Cristóvão	305	ADMINISTRAÇÃO											
	20762	ADMINISTRAÇÃO											
	308	DIREITO											
	20765	DIREITO											
	307	CIÊNCIAS ECONÔMICAS											
	20764	CIÊNCIAS ECONÔMICAS											
	52852	PSICOLOGIA											
	306	CIÊNCIAS CONTÁBEIS											
	1108064	DESIGN											
	99420	TURISMO											
	99418	SECRETARIADO EXECUTIVO											
	116324	RELAÇÕES INTERNACIONAIS											
	1116573	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA											
	80420	JORNALISMO											
116216	PUBLICIDADE E PROPAGANDA												

Fonte: COPAC/PROPLAN, 2019.

Legenda:

	Piorou
	Melhorou

A seguir serão analisados os desempenhos dos campi segundo componentes das três dimensões do Conceito Preliminar de Curso de 2017 (Tabela 3) e comparando-se aos resultados de 2014 (Tabela 4) e ilustrando as variações (Tabela 5).

#### 4.4 Campus Prof. Alberto Carvalho (Campus de Itabaiana, Cursos de Administração e Ciências Contábeis)

##### 4.4.1 Desempenho dos estudantes

- a) **Conhecimento específico:** A nota média aumentou de 1,83 para 2,83 (variando positivamente), refletindo tanto reconhecido aprimoramento da relação ensino-aprendizagem, como também ações de conscientização sobre a importância da efetiva participação dos alunos no ENADE. Essas ações foram desencadeadas pela Pró-reitoria de Graduação e envolveu todos os cursos da UFS, portanto será constantemente citada nesse documento. O curso de Administração teve crescimento de 2,161 para 2,963, tendo o curso de Ciências Contábeis a maior evolução, passando dos insuficientes 1,501 para 2,729.
- b) **Formação geral:** a nota média apresentou uma leve redução de 2,542 para 2,385 (variando na classe 3). Esse comportamento foi verificado em ambos os cursos, sendo o de Contábeis com maior perda. Isto chama atenção para a necessidade de aprimorar a abordagem de temas que não se restringem à sala de aula, dando ao aluno o incentivo de complementar sua formação.
- c) **Enade:** O comportamento acima, mesmo com o desempenho na formação geral, resultou na melhoria da nota no Enade, que passou de 2,009 para 2,719. O maior crescimento foi do curso de Ciências Contábeis, que passou de 1,716 para 2,567.

★ Os resultados acima implicam também na melhoria do Índice de Diferença de Desempenho, ou seja, na contribuição da UFS para a formação do aluno, cuja nota média passou de 2,270 para 2,535.

##### 4.4.2 Corpo docente

- a) **Mestres, doutores e regime de trabalho:** O indicador de mestre aumentou de 3,984 para 4,637, mantendo-se na classe de excelente. Por outro lado, a proporção de doutores é ainda insuficiente, mesmo tendo aumentado de 1,214 para 1,425. Vale ressaltar que em 2019-2020 encerra-se o projeto de Doutorado Interinstitucional (Dinter) entre a UFS e a UFBA, do qual participaram vários docentes do Campus de Itabaiana. Assim, espera-se que logo essa insuficiência seja reduzida. O regime de trabalho dos docentes manteve-se inalterado com conceito excelente.

##### 4.4.3 Percepção do processo formativo

- a) **Organização didático-pedagógica:** A nota média desse indicador apresentou expressivo crescimento: passou de 0,708 para 2,272 no curso de Administração, enquanto que em Ciências Contábeis apresentou leve redução de 2,407 para 2,322. Cabe ressaltar o importante trabalho realizado pelos Núcleos Docentes Estruturantes dos respectivos cursos, em consonância com

as diretrizes da Pró-reitoria de Graduação. A ampla revisão de conteúdos curriculares e a constante atualização devem ser mencionados como fatores importantes a esses resultados.

★ Cabe aqui destacar que o Campus de Itabaiana está finalizando processo de consolidação, dado que completa uma década de funcionamento. Assim, chama atenção para o esforço de melhorias na organização didático-pedagógica.

- b) **Infraestrutura:** a avaliação que alunos fazem acerca da infraestrutura talvez seja a de maior conteúdo crítico. Pesquisas como a Avaliação Institucional semestral indicam claramente que nem sempre os esforços institucionais são adquadamente percebidos pela comunidade, que legitimamente exige melhorias constantes. Por outro lado, há a percepção da necessidade de melhorar a comunicação entre gestão e comunidade acadêmica principalmente para divulgar o volume de investimentos e as melhorias infraestruturais já obtidas. A comunidade, por sua vez, deve ser chamada à responsabilidade compartilhada em adotar comportamentos que visem economia de energia, água e otimização do uso dos espaços.

O caso do Campus de Itabaiana é basante ilustrativo. Entre 2015 e 2018 a nota média dessa dimensão avançou de 1,521 para 1,868. Merece destaque o desempenho do curso de Administração, cuja nota aumentou de 1,032 para 1,876, enquanto que no curso de Contábeis a nota dada pelos alunos caiu levemente de 2,010 para 1,861.

#### 4.4.4 Conceito Preliminar de Curso

O índice que sintetiza todos os componentes acima é o CPC. Através dele é obtida uma visão geral sobre os cursos, permitindo avaliar suas trajetórias ao longo dos ciclos avaliativos.

- a) **CPC contínuo:** por conta do desempenho descrito, a nota média dos cursos do Campus de Itabaiana aumentou de 2,505 para 2,688, variando positivamente na categoria 3. O melhor desempenho foi observado no Curso de Administração, cuja nota passou de 2,253 para 2,798, enquanto que Ciências Contábeis reduziu de 2,758 para 2,578. Em ambos os casos mantiveram-se na classe 3.

★ Em síntese: na dimensão Desempenho dos Estudantes é visível a melhoria no desempenho em Conhecimentos Específicos e Gerais, resultando conceito médio de 2,719 no ENADE.

No Processo Formativo, os investimentos surtiram efeito positivo não apenas no aprimoramento contínuo da organização didático-pedagógica, mas também na infraestrutura e percepção de aplicação que a UFS pode proporcionar aos alunos. A nota final média da organização didático-pedagógica alcançou 2,297.

É fato que a comunicação institucional melhorou sua capacidade de fazer chegar à comunidade acadêmica informações mais detalhadas sobre o esforço institucional de investimentos. Prova disto é a maior adesão ao ENADE.

## 4.5 Campus de São Cristóvão

### 4.5.1 Desempenho dos estudantes

Os cursos do Campus de São Cristóvão apresentaram melhorias substantivas em quase todas as variáveis de desempenho avaliadas pelo ENADE, entre 2015 e 2018. Todos os cursos variaram positivamente no CPC, comportamento que reafirma a melhoria continuada das atividades de ensino, pesquisa e extensão. A nota média obtida em Conhecimentos Específicos aumentou de 2,536 para 3,292; Formação Geral passou de 2,448 para 3,298; tendo o Conceito Contínuo do ENADE aumentado de 2,291 (conceito 3) para 2,986 (faixa 4).

- a) **Conhecimento específico:** o Curso de Relações Internacionais obteve nota máxima nesse conceito, seguido pelos cursos de Direito e Administração que obtiveram 4,694 e 3,978 pontos, respectivamente. Merecem destaque também os cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda, com notas 3,663 e 3,493. Por outro lado, o curso de Ciências Econômicas teve desempenho insuficiente, 1,766, o que ensejou um conjunto de medidas saneadoras por parte de sua coordenação, apoiada pela Pró-reitoria de Graduação. Houve também visita *in loco* do MEC, o que atestou a solução de boa parte das fragilidades e atribuiu Conceito de Curso nota 3.
- b) **Formação geral:** o curso com melhor desempenho nessa componente foi Direito, com 4,690 pontos, seguido por Relações Internacionais, com 4,322 pontos. Merecem destaque também de Publicidade e Propaganda, cujas notas foram 3,5528 e 3,764. Com desempenho insuficiente figuraram os cursos de Secretariado Executivo e Administração Pública. Em ambos os casos, foram iniciados procedimentos de acompanhamento e orientação por parte dos respectivos departamentos.
- c) **Enade:** os cursos com melhor desempenho no ENADE foram Relações Internacionais, com 4,831 pontos, seguidos por Direito, com 4,693 pontos. Cabe destacar que apenas o curso de Ciências Econômicas ficou com nota insuficiente no ENADE, mas que dos 15 cursos considerados no ciclo avaliativo do MEC, 9 deles (60%) foram classificados na classe 5 (grupo de excelência).

### 4.5.2 Corpo docente

- a) **Mestres, doutores e regime de trabalho:** a nota média dos mestres foi de 3,995 (classe 5), de doutores, 2,609 (classe 3) e regime de trabalho, 5 (classe 5). Considerando os cursos, apenas Ciências Contábeis e Publicidade e Propaganda tiveram desempenho insuficiente no quesito na nota de doutores.

★ A recente expansão do corpo docente da UFS requer ainda atenção especial para esses cursos. Em ambos os casos, especialmente em Ciências Contábeis, há grande carência de profissionais doutores.

### 4.5.3 Percepção do processo formativo

- a) **Organização didático-pedagógica:** a percepção do aluno melhorou de 1,528 para 2,311, passando da classe 2 para 3. Comparativamente a 2015, dos 15 cursos avaliados, 12 eram, na visão dos alunos, insuficientes. Em 2018, no entanto, apenas 3 ainda permaneciam em tal condição, sendo que Secretariado Executivo e Relações Internacionais obtiveram notas 3,595 e 3,7, passando a ocupar a classe 5 (excelência). É fato que houve melhoria na organização didático pedagógica, mas essa evolução é resultado também dos esforços dos departamentos e Pró-reitoria de Graduação em difundir entre os alunos a importância de prestar cabalmente esse exame. Da consciência estudantil vieram parte desses resultados.
- b) **Infraestrutura:** na percepção dos alunos, a nota média passou de 1,882 para 2,404. Entre os 15 cursos, 10 eram insuficientes, em 2015. Já em 2018, apenas 2 deles (Direito diurno e noturno) assim permaneciam. Já os cursos de Turismo, Secretariado e Relações Internacionais foram avaliados no grupo 5 (excelente).

★ Os resultados acima suscitam reflexões interessantes sobre possíveis relações entre variáveis. Como explicar que cursos como Direito, que na visão dos alunos possuem infraestrutura e organização didático-pedagógica e mesmo assim, logrem notas elevadas em conhecimentos específicos? Não é factível supor que o conhecimento se faça sob insuficiente organização didático-pedagógica.

### 4.5.4 Conceito Preliminar de Curso (CPC)

- a) **CPC contínuo:** a nota média dos cursos do Campus de São Cristóvão passou de 2,291 (classe 3) para foi 2,986 (classe 4). Os melhores desempenho finais foram de Relações Internacionais, Direito e Administração. Todos os cursos lograram suficiência e excelência nessa edição do ENADE e todos eles apresentaram variação positiva dentro de cada faixa. Esta é a maior prova de eficiência do serviço público: produção de conhecimento, qualidade de ensino, apoio aos departamentos e vigilância constante às metas e objetivos.

## 4.6 O desempenho acadêmico e as cotas

A Universidade Pública brasileira sempre teve lugar de destaque no debate nacional. Seu papel no desenvolvimento científico, artístico, cultural e tecnológico do país tem sido, no entanto, inquestionado de várias formas. Tais argumentos quase sempre se baseiam em premissas rudimentares e sem lastro em qualquer evidência empírica, tão pouco não apresentam soluções aos problemas já amplamente conhecidos.

O que esses argumentos insistem em ignorar é o fato de que as universidades públicas representam o mais importante instrumento estratégico para reduzir o hiato educacional em termos inter e intrarregionais. Nos últimos anos, principalmente, o ensino público superior avançou para espaços de menor dinamismo econômico (Campus de Laranjeiras e Campus do Sertão, são grandes exemplos em Sergipe), particularmente nas regiões Norte e Nordeste, levando formação profissional e universitária para uma população até então alijada desse bem público.

Os avanços na política educacional superior brasileira ocorreram também no âmbito das políticas de inclusão social. Com efeito, a formulação e implantação da Lei das cotas e os programas de apoio estudantil passaram a integrar um conjunto de iniciativas para garantir a participação de alunos, bem como a sustentabilidade dos padrões de qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão universitária brasileira.

Cabe, então, analisar o processo recente de ampliação do ensino superior público, sobretudo quanto ao desempenho acadêmico dos alunos ingressantes por meio de cotas. O presente tópico mostra a refuta do argumento de que o desempenho dos cotistas seja inferior ao dos não cotistas, da mesma forma que os egressos de escola pública não são menos efetivos que os oriundos de escola particular. Faz isso examinando a relação entre rendimento acadêmico e condições socioeconômicas dos alunos, a partir de três bases de dados: cadastro dos alunos da UFS, Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio Contínua (PNADc) e Cadastro Único do Governo Federal. Para tanto, são necessários alguns esclarecimentos sobre a base de dados e método adotado.

Os dados do registro acadêmico são autodeclarados pelos alunos no ato da matrícula e, especialmente no caso da renda, podem ser atualizados no transcurso de sua vida acadêmica. Por se tratar de autodeclaração e da disposição do aluno em acessar o SIGAA e atualizar os dados, optou-se por considerar os alunos ingressantes entre 2010 e 2018, por se entender que tais informações estejam menos afetadas por erros de declaração<sup>15</sup>.

Admitindo-se que a renda informada corresponde à renda percebida no mês/ano da matrícula, os valores foram corrigidos segundo INPC para dezembro 2018 (dez/2018=100). Essa opção pode produzir alguma superestimativa nos casos em que a renda tenha sido atualizada depois da matrícula, contudo, há de se supor que tal atualização não seja praticada por todos os alunos. Por outro lado, para o que se propõe este estudo, é preferível que haja superestimativa da renda familiar dos alunos que o inverso<sup>16</sup>.

#### **4.6.1 Diferencial de renda domiciliar dos alunos do ensino superior**

Os dados do Censo da Ensino Superior 2018 (MEC) apontam a existência de 83.289 alunos matriculados no ensino superior em Sergipe, sendo 28.138 (33%) alunos no ensino público e 55.151 (67%) no setor privado<sup>17</sup>.

A primeira análise comparativa a seguir procura verificar se os alunos do ensino superior público e privado possuem renda elevada em relação à renda de toda a população sergipana. Em primeiro lugar, se a afirmativa é verdadeira, a distribuição de renda dos alunos será diferencialmente positiva quando comparada à distribuição de renda da população sergipana. Em segundo lugar, levando-se em consideração que existem alunos matriculados em instituições de ensino superior públicas e privadas e,

---

<sup>15</sup>Não se trata de um processo amostral, mas da análise do universo de alunos que ingressaram entre 2010 e 2018 e que possuíam status ativo, formando ou graduando em 25 de julho de 2019.

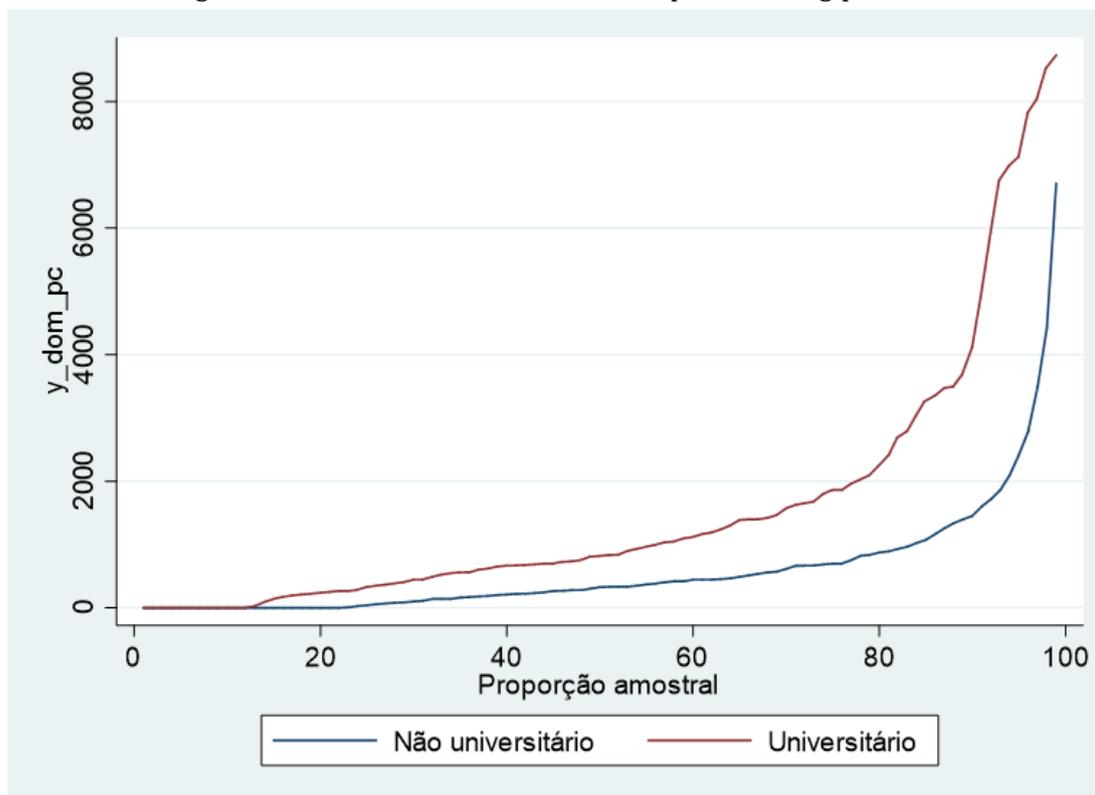
<sup>16</sup>Há ainda a ocorrência de não resposta, ou seja, renda não informada pelo aluno. Essa falta de informação pode provocar viés de resposta se for sistemático e afetar número substantivo dos respondentes. Da mesma forma, é possível haver algum grau de subdeclaração de renda, contudo não se pode comprovar que essa fragilidade seja suficientemente sistemática a ponto de produzir viés de baixa renda.

<sup>17</sup>Já os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2018 (PNAD), cuja base de dados fundamenta parte deste texto, estimam 76.506 alunos do ensino superior, sendo 27.484 (36%) na rede pública e 49.022 (64%) na rede privada.

em se admitindo que os alunos da UFS possuem maior renda, então a distribuição de renda dos alunos/UFS deverá ser também diferencialmente positiva em relação aos alunos das demais universidades.

Em relação à primeira questão, a resposta é verdadeira. Ao se considerar a distribuição de renda da população particionada entre domicílios que possuem estudante universitário e os que não possuem, o Gráfico 6 mostra que a renda dos domicílios com universitários supera (domina em primeira ordem) os domicílios sem universitários em todos os décimos de renda. Em síntese, a renda per capita média de um domicílio com estudante superior é R\$ 2.032,00, enquanto em um domicílio sem aluno universitário a renda per capita é de R\$ 1.128,00.

**Gráfico 6** - Dominância estocástica de primeira ordem para renda domiciliar per capita segundo existência de aluno em nível superior – Sergipe, 2018

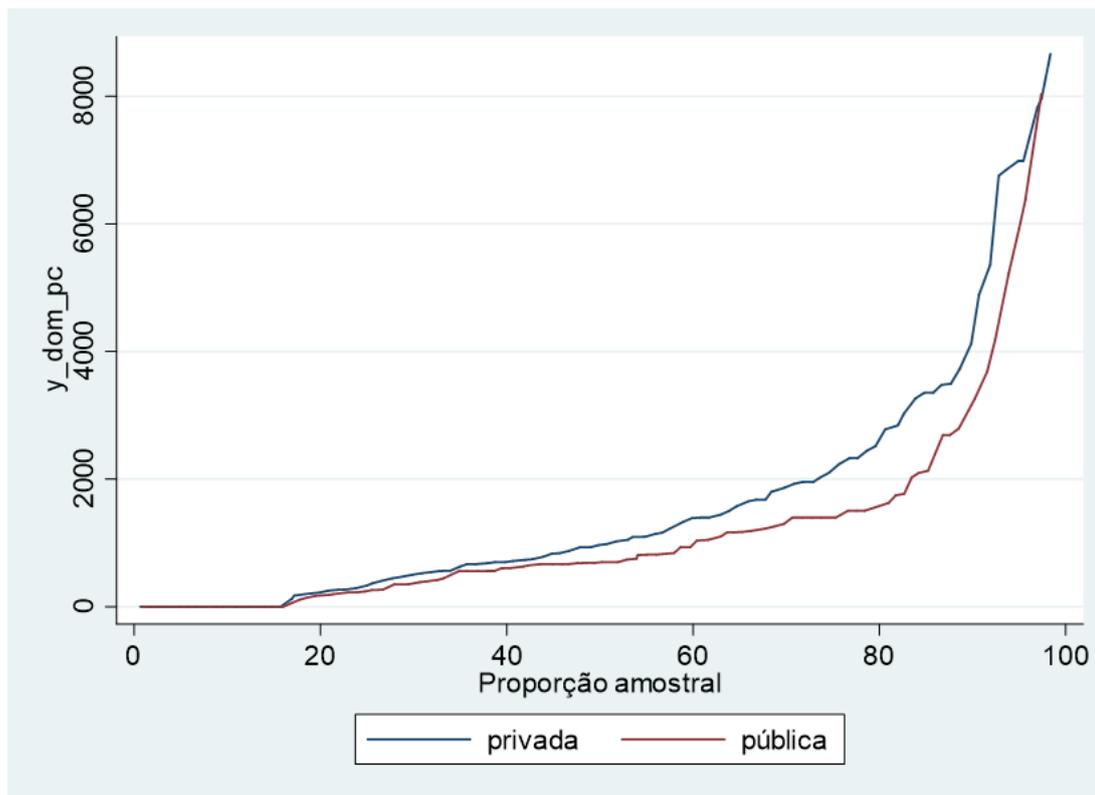


Fonte: COPAC/PROPLAN, 2020.

Quanto à segunda parte da questão, isto é, a comparação da renda dos alunos matriculados em instituições de ensino superior públicas e privadas, o Gráfico 7 revela que em todos os décimos a renda dos domicílios que possuem universitários na rede privada é superior (domina) comparativamente aos domicílios cujos alunos estão matriculados em instituições públicas. De forma objetiva, os dados mostram que a renda per capita dos domicílios com alunos privados é de R\$ 2.263,00, enquanto nos domicílios das instituições públicas é de R\$ 1.950,00.

Tais resultados, ainda que não indiquem relação de causa e efeito, corroboram a tendência de que melhores níveis de renda e, certamente, melhores condições de vida favorecem à entrada ao ensino superior público ou privado; conseqüentemente maiores níveis de instrução engendram rendas mais elevadas. No entanto, os dados indicam que as melhores rendas não figuram entre os domicílios com alunos matriculados no ensino superior público, mas nos domicílios que possuem estudantes no segmento privado.

**Gráfico 7** - Dominância estocástica de primeira ordem para renda domiciliar per capita segundo dependência administrativa da instituição de ensino superior – Sergipe, 2018



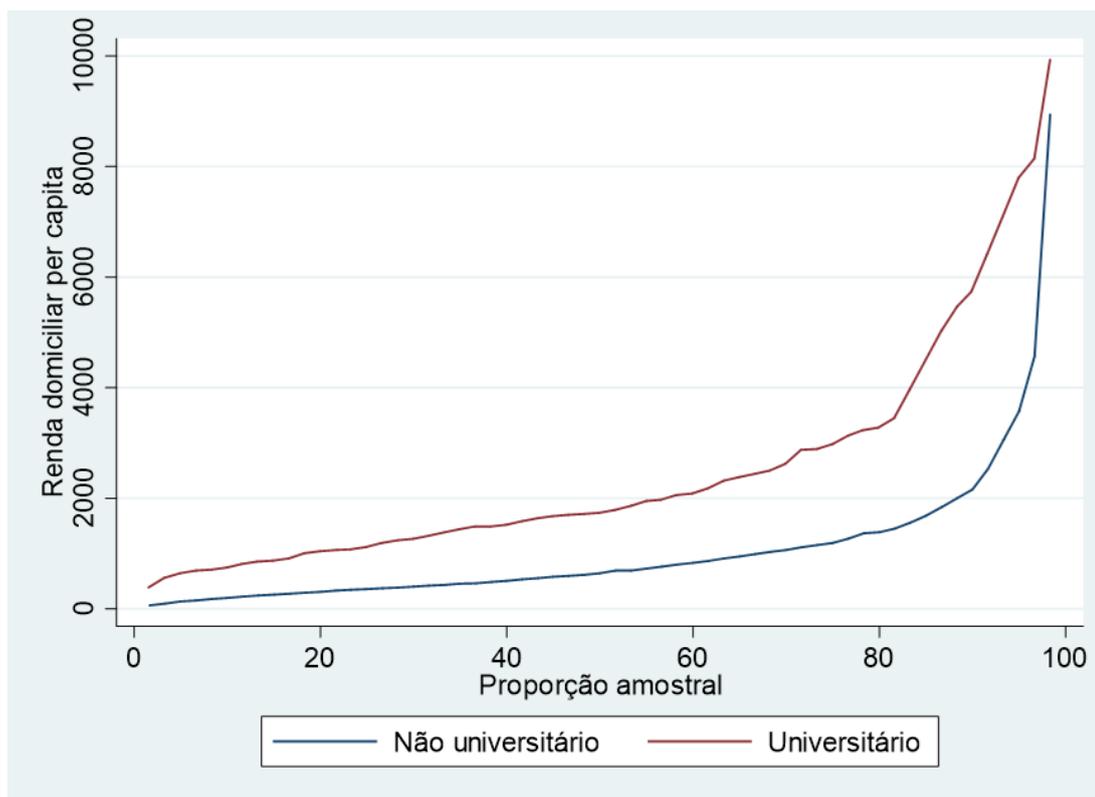
Fonte: COPAC/PROPLAN, 2020.

Os dados da PNAD 2018 mostram, de forma inequívoca, que a renda per capita domiciliar da população sergipana é baixa e insuficiente para arcar com despesas de educação privada em qualquer nível de ensino, e não apenas no ensino superior, razão pela qual é cada vez mais estratégica para a superação do hiato educacional o fortalecimento da rede pública de ensino nos diferentes níveis e, de forma particular, no tocante à expansão de vagas no ensino superior público.

#### **4.6.2 O impacto da política de cotas no acesso ao ensino público**

Para verificar o impacto da política de cotas, considerou-se a posição da renda dos domicílios sergipanos na fase inicial do REUNI, isto é, em 2009. A primeira constatação é que a renda média dos domicílios com alunos universitários mantém-se superior àquela dos domicílios que não possuem universitários, estimadas em R\$ 2.779,00 e R\$ 1.588,00, respectivamente. No Gráfico 8, observe que a vantagem dos domicílios com universitários é maior em todos os décimos de renda. Assim, pode-se afirmar que tanto em 2009 quanto em 2018 a renda dos domicílios que possuem estudantes no nível superior é maior comparativamente àqueles que não possuem. Pode-se dizer que quanto menor é a renda do domicílio, menor é a possibilidade de haver alunos frequentando o ensino superior, seja público ou privado (mesmo existindo algum tipo de financiamento público).

**Gráfico 8** - Dominância estocástica de primeira ordem para renda domiciliar per capita segundo existência de aluno em nível superior – Sergipe, 2009

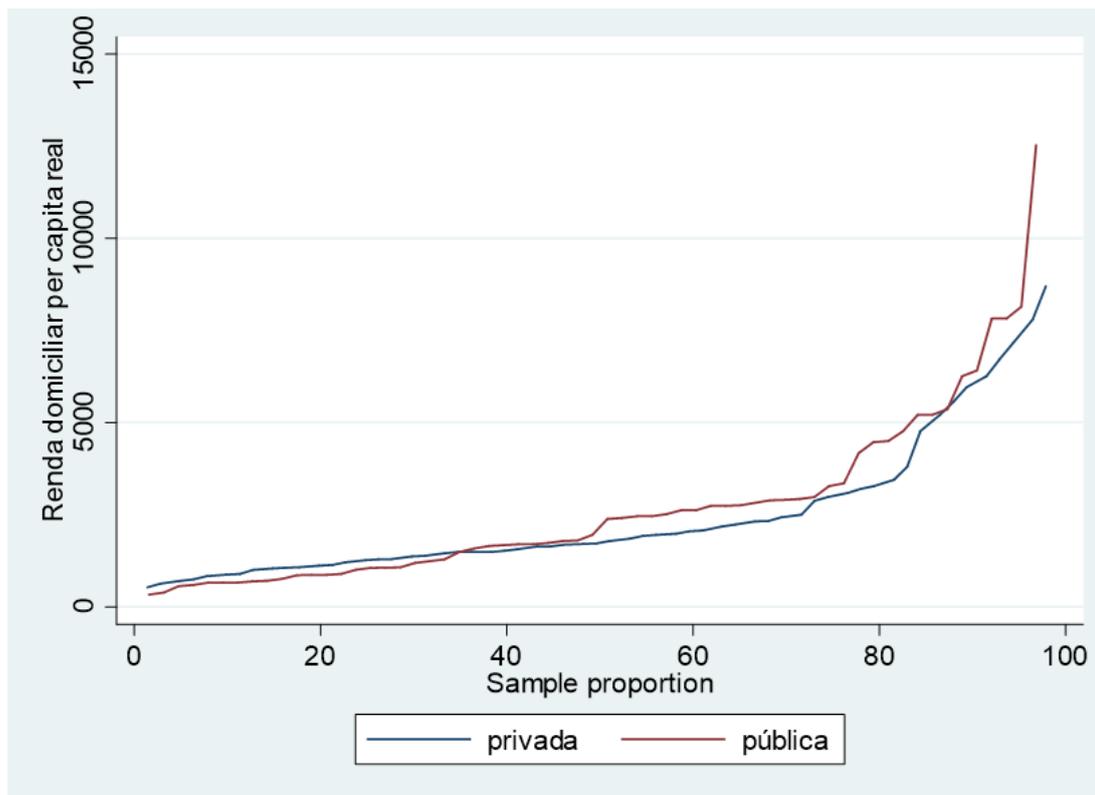


Fonte: COPAC/PROPLAN, 2020.

A segunda constatação é, na verdade, um indício de que tanto o Reuni quanto a política de cotas favoreceram o ingresso de alunos de menor renda. Em 2009, portanto antes da implementação das cotas pela UFS, a renda média real dos domicílios cujos alunos estavam no ensino público era maior que a estimada para os domicílios com alunos que estavam na rede privada, isto é, R\$ 3.952,00 e R\$ 2.660,00, respectivamente. Veja no Gráfico 9 que a renda dos domicílios que possuem alunos no ensino público domina em primeira ordem os do setor privado a partir do quarto décimo de renda.

**Gráfico 9** - Dominância estocástica de primeira ordem para renda domiciliar per capita, segundo dependência administrativa da instituição de ensino superior – Sergipe, 2009 (INPC

dez/2018=100)



Fonte: COPAC/PROPLAN, 2020.

Os resultados da Tabela 7 indicam que em Sergipe o argumento de que o ensino superior público era ocupado pelas famílias de maior renda era válido até antes da política de cotas, 2010. Passados quase dez anos, mesmo havendo redução de R\$ 2.660,00 para R\$ 2.263,00, a renda dos domicílios com alunos no ensino superior privado superou a dos domicílios com alunos no ensino público, cuja queda da renda foi mais intensa, R\$ 3.598,00 para R\$ 1.950,00. Destaque-se, portanto, não apenas a magnitude da redução da renda destes domicílios, como também o fato de passar a ser menor que a dos domicílios com alunos no ensino privado. Tem-se, assim, indicativo que, a partir de 2010, as famílias de menor renda ampliaram sua participação no ensino superior público em Sergipe.

**Tabela 7** - Renda domiciliar per capita segundo acesso ao ensino superior e categoria do ensino - Sergipe, 2009 e 2018

Categoria	Renda domiciliar per capita	
	2009*	2018
Domicílios sem aluno no ensino superior	1.588,00	1.128,00
Domicílios com aluno no ensino superior	2.779,00	2.032,00
Domicílios com aluno no ensino público	3.958,00	1.950,00
Domicílios com aluno no ensino privado	2.660,00	2.263,00

Fonte: PNAD 2009 e PNADC 2018.

Nota: \*INPC dez/2018=100

### 4.6.3 Política de cotas, renda domiciliar e desempenho acadêmico

Será que o aumento da presença de alunos de menor renda não ensejou também que ingressassem alunos de menor bagagem intelectual, impactando negativamente no desempenho geral da UFS? Não haveria então um caso de *mismatch*, cuja hipótese diz respeito a possíveis efeitos negativos na formação educacional quando pessoas são alocadas em ambientes em que o nível de conhecimento seja incompatível<sup>18</sup> (SANDER, 2004).

Em termos gerais, a resposta pode ser dada a partir de dois indicadores oficiais. O primeiro deles é o Índice Geral de Cursos (IGC), que nega categoricamente o argumento de redução de desempenho geral. Ao contrário, em 2012 a UFS passou a ter nota 4 (na escala até 5) e desde então varia positivamente na categoria. O segundo indicador é taxa de sucesso, que após alcançar o mais baixo desempenho em 2010, com 28%, apresentou melhorias rapidamente até alcançar 42% em 2019. Assim, com base nestes dois indicadores, não se pode aceitar que o ingresso de alunos de menor renda tenha produzido algum efeito de inconformidade (*mismatch*)<sup>19</sup>.

#### 4.6.3.1 Condição socioeconômica: o que a renda dos alunos revela?

A condição socioeconômica dos alunos é um dos principais fatores relacionados com o desempenho escolar. Estudos como os de Teachman (1987) e Brooks-Gunn e Duncan (1997) mostram que as carências da estrutura familiar (nível educacional dos pais e condições materiais da família) e a permanência por longos períodos em situação de pobreza influenciam negativamente no desempenho escolar<sup>20</sup>. Apesar disto, esses componentes são usualmente ignorados quando se analisa o desempenho acadêmico.

Com o objetivo de avançar na compreensão sobre as várias dimensões correlativas ao desempenho acadêmico, e admitindo a renda como variável próxima das condições de vida dos estudantes da UFS, serão apresentados a seguir alguns resultados importantes. Os dados aqui utilizados são do cadastro acadêmico, sendo que a atualização da variável renda por parte dos alunos foi coordenada pela COPAC e tem como período de referência a semana de 29 de julho e 2 de agosto de 2019.

Para compor o universo de análise foram aplicados dois filtros. O primeiro deles seleciona os alunos da graduação presencial, com status ativo ou formando (portanto exclui os trancados, graduandos e formados) em 5 de agosto de 2019.

Análises preliminares indicaram que a variável renda do cadastro acadêmico, quando comparada com os dados da PNAD 2018, apresentava alguns problemas. A desatualização era o primeiro deles, uma vez que foi informada no ato da matrícula institucional e não houve qualquer iniciativa de atualização desde então. A segunda fragilidade foi a não informação (*missing*) ou informação de renda zero. Tomando-se variável similar da PNAD 2018, não se verificou em Sergipe a existência de alunos no ensino superior cuja renda domiciliar denotasse pobreza extrema ou altíssima renda. Assim, foram desconsiderados nas análises a seguir os alunos com renda não informada, inferior a R\$ 250,00 ou ainda superiores a R\$ 30.000,00.

---

<sup>18</sup>Cavalcanti (2015) utiliza essa técnica para avaliar o efeito *mismatch* na graduação da UFBA.

<sup>19</sup>A possível existência de *mismatch* será objeto de outra edição do Radar em breve.

<sup>20</sup>A definição de pobreza não é consensual e organismos internacionais como Banco Mundial, Organização das Nações Unidas ou mesmo países podem utilizar abordagens distintas. Evidente que foge aos objetivos deste texto discuti-las, mas a renda das famílias ou domicílios é uma das componentes da pobreza (ou riqueza) cujo uso se mostra relevante para representar o grau de privações objetivas que determinada unidade (pessoa, família ou domicílio) pode enfrentar. Esta será a variável chave para estabelecer o perfil do aluno da UFS. A esse respeito ver SEN (2000).

Os filtros acima aplicados à renda domiciliar per capita implicam na redução do universo de análise, passando de 23.960 para 12.579 alunos (52,5%). Os dados da Tabela 8 ainda informam a fração de cada unidade que será analisada. Excetuando-se os campi do Sertão e de Itabaiana, as demais mantiveram sempre mais de 50% das observações.

**Tabela 8** - Definição do universo de análise segundo o Centro e a partir da variável renda domiciliar per capita - UFS

CENTRO	Alunos ativos ou formando em 2018 com ingresso a partir de 2010 (Universo)	Variável renda				Com informação	Alunos com renda domiciliar per capita entre R\$ 250,00 e R\$ 30.000,00	% do universo
		Sem resposta	Renda zero	Sem informação ou renda zero	% sem informação			
CAMPUSITA	1.834	198	224	422	23,0	1.412	<b>902</b>	49,2
CAMPUSLAG	1.757	344	139	483	27,5	1.274	<b>985</b>	56,1
CAMPUSLAR	765	113	87	200	26,1	565	<b>417</b>	54,5
CAMPUSSER	726	91	19	110	15,2	616	<b>294</b>	40,5
CCAA	1.319	239	189	428	32,4	891	<b>706</b>	53,5
CCBS	3.151	495	472	967	30,7	2.184	<b>1.818</b>	57,7
CCET	6.095	1.251	1.008	2.259	37,1	3.836	<b>3.152</b>	51,7
CCSA	3.235	617	563	1.180	36,5	2.055	<b>1.697</b>	52,5
CECH	5.078	899	810	1.709	33,7	3.369	<b>2.608</b>	51,4
Total	23.960	4.247	3.511	7.758	32,4	16.202	<b>12.579</b>	52,5

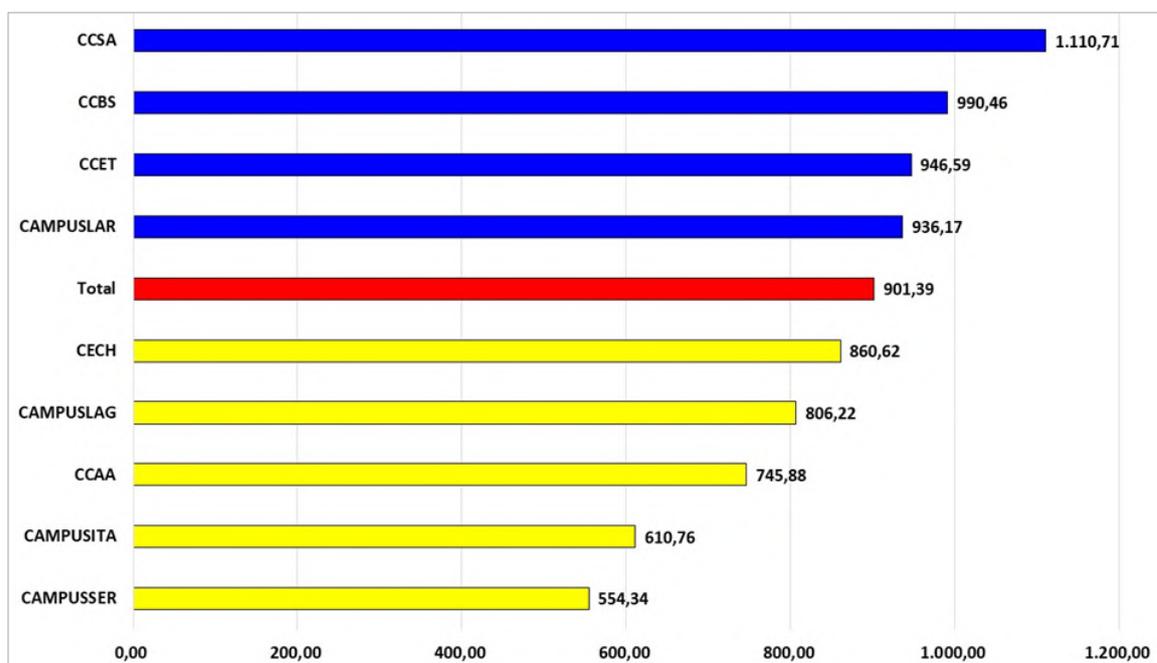
Fonte: COPAC/PROPLAN, 2019.

Os estudos sobre desigualdade de renda podem ser realizados sob três aspectos: crescimento no tempo (variação), a média (nível) e a desigualdade (distribuição). Com base nos dados disponíveis, é possível analisar dois desses fatores, o nível e a distribuição.

A primeira análise é aquela que classifica as unidades de acordo com o nível de renda, ou seja, a renda domiciliar per capita média. Isto permite, de fato, avaliar comparativamente o nível de renda de cada uma dessas unidades, mas interessa aqui chamar atenção para a amplitude da variação.

Observe no Gráfico 10 que a renda média das unidades varia entre R\$ 554,34, no Campus do Sertão, e R\$ 1.110,71 no Cento de Ciências Sociais Aplicadas, sendo a média da UFS estimada em R\$ 901,39. Para além desta constatação que chama atenção pela amplitude de 100%, está evidência que o processo de interiorização da UFS ocorreu de forma inclusiva. Isto porque, exceto o Campus de Laranjeiras, todos os demais criados com a expansão universitária apresentam renda domiciliar per capita inferior à média total.

A renda média dos municípios do interior é, de fato, menor que a da região de influência de Aracaju. No entanto, se o argumento de que a UFS é frequentada pelos alunos de renda elevada fosse verdadeiro, seria de esperar que a renda média dos campi do interior ao menos se aproximasse da média geral UFS. Ao contrário, a média dos campi do Sertão, de Itabaiana e de Lagarto equivalem a 61%, 67% e 89%, respectivamente, da média da UFS.

**Gráfico 10** - Renda domiciliar per capita média dos alunos segundo Unidade - UFS, 2019

Fonte: COPAC/PROPLAN, 2019.

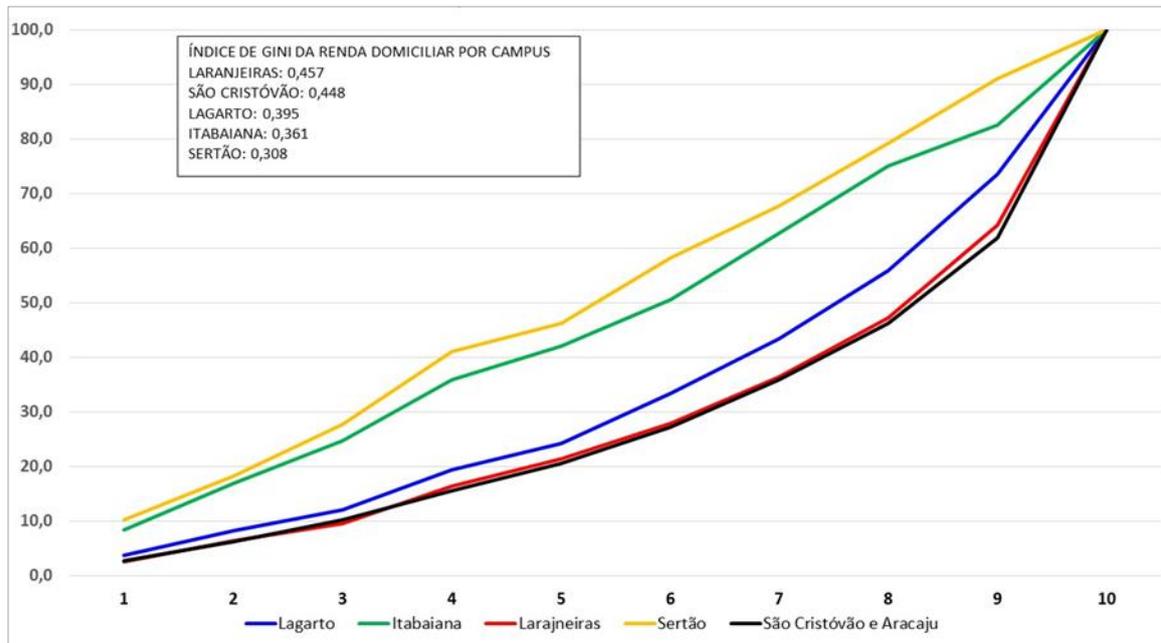
O caso do Campus de Laranjeiras, que se trata de uma unidade que também foi instalada com a interiorização/expansão, decorre de parte substantiva dos alunos residirem em Aracaju, onde a renda média é maior que no interior.

O segundo aspecto da renda a ser analisado diz respeito à distribuição, ou mais especificamente, a desigualdade. Nos estudos de distribuição, quanto maiores os níveis de concentração de renda pior a desigualdade social. Os dados relativos a cada unidade da UFS permitem outra interpretação. Note-se que os Campi do Sertão e de Itabaiana, além de serem os de menor renda, são os que apresentam os menores níveis de desigualdade de renda, cujos Índices de Gini são 0,361 e 0,308, respectivamente. Isto significa que os alunos dessas unidades possuem condições de vida relativamente mais homogêneas, portanto, não é possível identificar diferenças sociais – ou de renda – importantes.

Os campi de Laranjeiras, São Cristóvão e Lagarto são os que apresentam maiores níveis de desigualdade de renda, com Índices de Gini estimados em 0,457, 0,448 e 0,395, respectivamente. O grau de desigualdade pode ser, por sua vez, indício de que nessas unidades convivem alunos das mais variadas classes sociais, reafirmando que o processo de expansão teve um caráter inclusivo.

**Gráfico 11** - Distribuição quantílica da renda domiciliar per capita média dos alunos por

## Unidade - UFS, 2019



Fonte: COPAC/PROPLAN, 2019.

É possível afirmar, portanto, que o processo de expansão, notadamente interiorização e políticas de cotas, não se fizeram às expensas da qualidade acadêmica? O próximo tópico dedica-se a essa questão.

#### 4.6.3.2 Desempenho acadêmico de cotistas e não cotistas: atualizando os dados

Os dados da Tabela 9 apresentam a média de curso (MC) e na Tabela 10 estão o índice de eficiência no período letivo e na carga horária. Tais resultados parecem confirmar os achados anteriores<sup>21</sup>, indicando não haver diferenças de desempenho entre os alunos que ingressaram pela ampla concorrência e cotistas. Há caso como nos campi do Sertão e Itabaiana cujo desempenho dos cotistas é, inclusive, superior ao dos não cotistas.

Há também os centros com rendas médias superiores à média da UFS, mas em menor magnitude. A renda média do CCSA supera a média total em 18%, o CCBS em 10% e o CCET em 4%. Isto mostra, de um lado, que a UFS reflete internamente a desigualdade social sergipana, e que determinados cursos continuam sendo disputados por alunos de melhor condição socioeconômica. Contudo, a magnitude dessa diferença sugere a participação crescente da população de menor renda; ou seja, que mesmo nestes cursos a presença de alunos de menor nível de renda é um fato inconteste.

<sup>21</sup>No Radar nº 2 de 2018 foram apresentados resultados que mostram não haver diferenças de desempenho acadêmico entre cotistas e não cotistas, nem entre os alunos egressos de escolas públicas ou privadas. Para maiores informações acesse em: [http://indicadores.ufs.br/uploads/page\\_attach/path/4540/Radar\\_n2\\_jun18.pdf](http://indicadores.ufs.br/uploads/page_attach/path/4540/Radar_n2_jun18.pdf)

Tabela 9 - Média de curso dos alunos ativos ingressantes em 2015 a 2018, segundo cota de ingresso na UFS, 2019 (Posição em julho de 2019)

UNIDADE	2015									
	AC	D1	D2	D3	D4	E	F	G	H	PD
	Ampla concorrência	Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).	Candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).	Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).	Candidatos que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).	Candidatos da escola pública com renda familiar bruta superior a 1,5 (um virgula cinco) salário-mínimo per capita e não autodeclarados pretos, pardos e indígenas	Candidatos da escola pública com renda familiar bruta superior a 1,5 (um virgula cinco) salário-mínimo per capita e autodeclarados pretos, pardos e indígenas	Candidatos da escola pública com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um virgula cinco) salário-mínimo per capita e não autodeclarados pretos, pardos e indígenas	Candidatos da escola pública com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um virgula cinco) salário-mínimo per capita e autodeclarados pretos, pardos e indígenas	Portadores de deficiência
CAMPU SAJU	7,5	7,1	7,6	6,2	7	-	-	-	-	7,1
CAMPU SITA	6,3	6,7	7,5	6,5	6,9	-	-	-	-	8,3
CAMPU SLAG	7,5	7	6,3	6,7	7,5	-	-	-	-	6,3
CAMPU SLAR	6,5	6,7	5,2	7	8,1	-	-	-	-	-
CAMPU SSER	6,8	-	-	-	-	6,6	6,7	7,1	7,1	5,6
CCAA	6	5,7	5,7	6	5,2	-	-	-	-	0,9
CCBS	6,1	6,1	6,8	5,8	6,7	-	-	-	-	6,4
CCET	5,7	5,2	5,6	5,8	5,1	-	-	-	-	4,2
CCSA	7	7	6,2	6,7	6,6	-	-	-	-	7
CECH	6,9	6,8	7	6,9	6,6	7,7	7,2	8	7,5	6,3
Total	6,5	6,4	6,6	6,4	6,3	6,8	6,8	7,4	7,3	5,8
2016										
UNIDADE	AC	D1	D2	D3	D4	E	F	G	H	PD
CAMPU SAJU	7,8	7,3	7,3	6,9	7	-	-	-	-	6
CAMPU SITA	6	6,5	6,4	6,6	6,7	-	-	-	-	5,3
CAMPU SLAG	7,8	7,6	7	7,1	7,2	-	-	-	-	6,3
CAMPU SLAR	7,4	7,1	6,5	6,7	6,1	-	-	-	-	-
CAMPU SSER	6,1	6,3	6,2	6,4	6,9	-	-	-	-	4,4
CCAA	5,8	5,1	5,2	5,8	5	-	-	-	-	3,5
CCBS	6,7	5,6	7,5	5,5	6,1	-	-	-	-	3,9
CCET	5,2	4,9	4,7	4,5	4,9	-	-	-	-	2,5
CCSA	6,6	6,4	6	6,7	6	-	-	-	-	6,1
CECH	6,9	6,9	6,8	6,8	7,1	7,8	6,6	8	6,7	6,1
Total	6,4	6,3	6,3	6,2	6,2	7,8	6,6	8	6,7	5
2017										
UNIDADE	AC	D1	D2	D3	D4	E	F	G	H	PD
CAMPU SAJU	7,6	7,6	8	7,2	7	-	-	-	-	6,6
CAMPU SITA	5,8	6,3	6,2	6,4	6,1	-	-	-	-	7,2
CAMPU SLAG	7,5	7,2	7,2	7,4	7,4	-	-	-	-	5
CAMPU SLAR	6,9	7,3	7,3	6,3	6,7	-	-	-	-	-
CAMPU SSER	5,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CCAA	5,3	5,1	6,1	4,9	4,8	-	-	-	-	1,2
CCBS	6,6	6	6	6,2	5,6	-	-	-	-	6,2
CCET	5	4,2	4,7	4,5	4,4	-	-	-	-	2,9
CCSA	6,4	6,5	6,4	6,1	6,9	-	-	-	-	6,6
CECH	7	7	6,5	6,7	6,7	9,1	8,9	8,7	5	6,2
Total	6,2	6,1	6,2	6	6,1	9,1	8,9	8,7	5	5,3

Continua...

Continuação...

2018										
UNIDADE	AC	E1	E2	F1	F2	G1	G2	H1	H2	PD
	Ampla concorrência	Demanda E1 (Pessoa com Deficiência, NÃO PPI, renda > 1,5) – Candidatos com deficiência que: (1) tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; e (2) não autodeclarados pretos, pardos ou indígenas; e (3) com renda familiar bruta superior a 1,5 (um virgula cinco) salário-mínimo per capita;	Candidatos que: (1) tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; e (2) não autodeclarados pretos, pardos ou indígenas; e (3) com renda familiar bruta superior a 1,5 (um virgula cinco) salário-mínimo per capita;	Candidatos com Deficiência que: (1) tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; (2) autodeclarados pretos, pardos ou indígenas; e (3) com renda familiar bruta superior a 1,5 (um virgula cinco) salário-mínimo per capita;	Candidatos que: (1) tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; (2) autodeclarados pretos, pardos ou indígenas; e (3) com renda familiar bruta superior a 1,5 (um virgula cinco) salário-mínimo per capita;	Candidatos com deficiência que: (1) tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; (2) autodeclarados pretos, pardos ou indígenas; e (3) com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um virgula cinco) salário-mínimo per capita;	Candidatos que: (1) tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; (2) autodeclarados pretos, pardos ou indígenas; e (3) com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um virgula cinco) salário-mínimo per capita; e (3) não autodeclarados pretos, pardos ou indígenas;	Candidatos com deficiência que: (1) tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; (2) com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um virgula cinco) salário-mínimo per capita; e (3) não autodeclarados pretos, pardos ou indígenas;	Candidatos que: (1) tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; (2) autodeclarados pretos, pardos ou indígenas; e (3) com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um virgula cinco) salário-mínimo per capita.	
CAMPU SAJU	7,3	7,7	5,9	6,6	6,1	7	7,1	7,2	7,4	4,1
CAMPU SITA	5,1	0,8	5,2	0	5,2	-	5,6	8,8	5,4	5,8
CAMPU SLAG	7,3	7,5	6,7	7,8	7,2	8,8	7,1	4,4	7,5	8,2
CAMPU SLAR	6,6	-	5,9	-	6,9	-	7	5	6	
CAMPU SSER	4,7	-	3,6	-	4,4	-	4,7	-	4,9	
CCAA	4,7	3,5	5	5,7	5	6,1	4,5	5	5,4	
CCBS	6	3,6	5,6	6,3	4,9	-	5	5,8	5,9	1,7
CCET	4,5	2,8	4,4	3,7	4,2	0	4,1	2,5	4,2	6,1
CCSA	6,4	4,3	5,9	6,7	6	7,6	5,5	5	6,2	5,8
CECH	6,7	5,5	7,1	5,9	6,7	7,4	7	7,7	6,8	4,7
Total	5,8	4,7	5,6	5,7	5,6	5,9	5,5	4,9	5,8	5,3

Fonte: COPAC/PROPLAN, 2019.

**Tabela 10 - Índices de eficiência no período letivo e na carga horária dos alunos ingressantes de 2015 a 2018, segundo cota de ingresso na UFS, 2019 (Posição em julho de 2019)**

UNIDADE	ÍNDICES DE DESEMPENHO	2015											TOTAL
		AC	D1	D2	D3	D4	E	F	G	H	PD		
		Ampla concorrência	Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).	Candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).	Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).	Candidatos que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).	Candidatos da escola pública com renda familiar bruta superior a 1,5 (um virgula cinco) salário mínimo per capita e não autodeclarados pretos e indígenas	Candidatos da escola pública com renda familiar bruta superior a 1,5 (um virgula cinco) salário mínimo per capita e autodeclarados pretos, pardos e indígenas	Candidatos da escola pública com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um virgula cinco) salário mínimo per capita e não autodeclarados pretos, pardos e indígenas	Candidatos da escola pública com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um virgula cinco) salário mínimo per capita e autodeclarados pretos, pardos e indígenas	Portadores de deficiência		
CAMPUSAJU	IECH	0,920	0,880	0,980	0,800	0,870	-	-	-	-	0,840	0,890	
	IEPL	0,760	0,720	0,780	0,650	0,700	-	-	-	-	0,540	0,720	
CAMPUSITA	IECH	0,780	0,850	0,910	0,780	0,850	-	-	-	-	1,000	0,810	
	IEPL	0,740	0,830	0,880	0,700	0,860	-	-	-	-	0,960	0,770	
CAMPUSLAG	IECH	0,950	0,900	0,820	0,860	0,960	-	-	-	-	0,770	0,910	
	IEPL	0,840	0,790	0,690	0,710	0,780	-	-	-	-	0,620	0,790	
CAMPUSLAR	IECH	0,780	0,760	0,560	0,740	0,920	-	-	-	-	-	0,770	
	IEPL	0,750	0,710	0,530	0,700	0,840	-	-	-	-	-	0,730	
CAMPUSSEER	IECH	-	-	-	-	-	0,930	0,880	0,950	0,940	-	0,920	
	IEPL	-	-	-	-	-	1,000	1,000	1,000	1,000	-	1,040	
CCAA	IECH	0,770	0,720	0,690	0,780	0,700	-	-	-	-	0,300	0,750	
	IEPL	0,750	0,710	0,670	0,740	0,630	-	-	-	-	0,300	0,720	
CCBS	IECH	0,760	0,780	0,800	0,680	0,790	-	-	-	-	0,790	0,800	
	IEPL	0,700	0,690	0,780	0,610	0,640	-	-	-	-	0,740	0,690	
CCET	IECH	0,720	0,660	0,700	0,710	0,640	-	-	-	-	0,480	0,690	
	IEPL	0,720	0,660	0,720	0,710	0,630	-	-	-	-	0,490	0,700	
CCSA	IECH	0,810	0,730	0,730	0,780	0,800	-	-	-	-	0,760	0,820	
	IEPL	0,780	0,780	0,670	0,720	0,750	-	-	-	-	0,580	0,760	
CECH	IECH	0,790	0,780	0,800	0,810	0,740	0,910	0,840	0,960	0,830	0,670	0,790	
	IEPL	0,690	0,690	0,730	0,710	0,670	0,750	0,660	0,830	0,650	0,640	0,690	
Total	IECH	0,800	0,780	0,800	0,780	0,770	0,920	0,870	0,950	0,890	0,680	0,790	
	IEPL	0,740	0,720	0,730	0,700	0,700	0,990	0,950	0,980	0,860	0,600	0,740	
<b>2016</b>													
UNIDADE		AC	D1	D2	D3	D4	E	F	G	H	PD	TOTAL	
CAMPUSAJU	IECH	0,940	0,920	0,930	0,870	0,850	-	-	-	-	0,710	0,920	
	IEPL	0,760	0,760	0,750	0,710	0,720	-	-	-	-	0,480	0,750	
CAMPUSITA	IECH	0,760	0,800	0,780	0,820	0,780	-	-	-	-	0,670	0,760	
	IEPL	0,730	0,760	0,780	0,780	0,760	-	-	-	-	0,530	0,720	
CAMPUSLAG	IECH	0,950	0,950	0,920	0,910	0,840	-	-	-	-	0,790	0,930	
	IEPL	0,880	0,900	0,850	0,870	0,800	-	-	-	-	0,700	0,880	
CAMPUSLAR	IECH	0,860	0,810	0,820	0,820	0,780	-	-	-	-	-	0,780	
	IEPL	0,880	0,820	0,800	0,790	0,760	-	-	-	-	-	0,760	
CAMPUSSEER	IECH	0,830	0,860	0,800	0,880	0,970	-	-	-	-	0,470	0,850	
	IEPL	0,940	1,010	0,940	0,980	1,100	-	-	-	-	0,400	0,960	
CCAA	IECH	0,760	0,690	0,700	0,730	0,620	-	-	-	-	0,440	0,710	
	IEPL	0,760	0,670	0,700	0,700	0,670	-	-	-	-	0,420	0,700	
CCBS	IECH	0,840	0,710	0,940	0,720	0,740	-	-	-	-	0,480	0,770	
	IEPL	0,780	0,660	0,960	0,660	0,650	-	-	-	-	0,430	0,710	
CCET	IECH	0,670	0,630	0,660	0,570	0,600	-	-	-	-	0,360	0,630	
	IEPL	0,670	0,630	0,660	0,560	0,600	-	-	-	-	0,370	0,630	
CCSA	IECH	0,790	0,790	0,760	0,790	0,680	-	-	-	-	0,700	0,780	
	IEPL	0,750	0,750	0,720	0,730	0,680	-	-	-	-	0,620	0,730	
CECH	IECH	0,790	0,800	0,790	0,770	0,790	0,900	0,750	0,810	0,730	0,680	0,780	
	IEPL	0,700	0,720	0,700	0,680	0,700	0,820	0,650	0,860	0,690	0,610	0,690	
Total	IECH	0,790	0,780	0,780	0,760	0,770	0,900	0,750	0,810	0,710	0,660	0,770	
	IEPL	0,740	0,740	0,740	0,710	0,680	0,820	0,650	0,860	0,690	0,540	0,720	
<b>2017</b>													
UNIDADE		AC	D1	D2	D3	D4	E	F	G	H	PD	TOTAL	
CAMPUSAJU	IECH	0,900	0,930	0,960	0,860	0,890	-	-	-	-	0,830	0,900	
	IEPL	0,760	0,790	0,810	0,700	0,720	-	-	-	-	0,720	0,760	
CAMPUSITA	IECH	0,740	0,770	0,770	0,780	0,750	-	-	-	-	0,930	0,760	
	IEPL	0,690	0,720	0,690	0,730	0,730	-	-	-	-	0,930	0,710	
CAMPUSLAG	IECH	0,920	0,910	0,890	0,930	0,870	-	-	-	-	0,690	0,910	
	IEPL	0,880	0,880	0,830	0,890	0,880	-	-	-	-	0,670	0,830	
CAMPUSLAR	IECH	0,830	0,860	0,900	0,800	0,860	-	-	-	-	-	0,800	
	IEPL	0,880	0,900	0,980	0,840	0,930	-	-	-	-	-	0,840	
CAMPUSSEER	IECH	0,730	-	-	-	-	0,850	0,630	0,710	0,770	-	0,730	
	IEPL	0,870	-	-	-	-	0,990	0,720	0,940	0,890	-	0,860	
CCAA	IECH	0,680	0,660	0,760	0,610	0,630	-	-	-	-	0,300	0,660	
	IEPL	0,670	0,640	0,780	0,590	0,590	-	-	-	-	0,300	0,650	
CCBS	IECH	0,820	0,780	0,810	0,800	0,680	-	-	-	-	0,710	0,790	
	IEPL	0,760	0,760	0,770	0,730	0,650	-	-	-	-	0,620	0,750	
CCET	IECH	0,650	0,570	0,660	0,600	0,600	-	-	-	-	0,450	0,610	
	IEPL	0,660	0,560	0,610	0,600	0,600	-	-	-	-	0,480	0,610	
CCSA	IECH	0,780	0,800	0,750	0,750	0,840	-	-	-	-	0,870	0,780	
	IEPL	0,740	0,770	0,710	0,700	0,810	-	-	-	-	0,720	0,740	
CECH	IECH	0,790	0,830	0,750	0,780	0,780	1,000	0,930	0,980	0,540	0,610	0,790	
	IEPL	0,730	0,780	0,720	0,700	0,720	1,100	0,540	0,720	0,510	0,530	0,730	
Total	IECH	0,760	0,760	0,750	0,750	0,750	1,000	0,930	0,980	0,540	0,660	0,750	
	IEPL	0,730	0,720	0,710	0,700	0,710	1,100	0,540	0,870	0,530	0,600	0,720	

Continua...

Continuação...

UNIDADE		AC	2018								PD	TOTAL	
			E1	E2	F1	F2	G1	G2	H1	H2			
			Demanda E1 (Pessoa com Deficiência, NÃO PPI, renda > 1,5) – Candidatos com deficiência que: (1) tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; e (2) não autodeclarados pretos, pardos ou indígenas; e (3) com renda familiar bruta superior a 1,5 (um virgula cinco) salário mínimo per capita;	Candidatos que: (1) tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; e (2) não autodeclarados pretos, pardos ou indígenas; e (3) com renda familiar bruta superior a 1,5 (um virgula cinco) salário mínimo per capita;	Candidatos com Deficiência que: (1) tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; (2) autodeclarados pretos, pardos ou indígenas; e (3) com renda familiar bruta superior a 1,5 (um virgula cinco) salário mínimo per capita;	Candidatos que: (1) tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; (2) autodeclarados pretos, pardos ou indígenas; e (3) com renda familiar bruta superior a 1,5 (um virgula cinco) salário mínimo per capita;	Candidatos com deficiência que: (1) tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; (2) autodeclarados pretos, pardos ou indígenas; e (3) com renda familiar bruta superior a 1,5 (um virgula cinco) salário mínimo per capita;	Candidatos que: (1) tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; (2) autodeclarados pretos, pardos ou indígenas; e (3) com renda familiar bruta superior a 1,5 (um virgula cinco) salário mínimo per capita;	Candidatos que: (1) tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; (2) com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um virgula cinco) salário mínimo per capita; e (3) não autodeclarados pretos, pardos ou indígenas;	Candidatos com deficiência que: (1) tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; (2) com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um virgula cinco) salário mínimo per capita; e (3) não autodeclarados pretos, pardos ou indígenas;	Candidatos que: (1) tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; (2) autodeclarados pretos, pardos ou indígenas; e (3) com renda familiar bruta igual a 1,5 (um virgula cinco) salário mínimo per capita;		
CAMPUSAJU	IECH	0,87	1	0,760	0,830	0,790	1,000	0,870	0,960	0,910	0,670	0,860	
	IEPL		0,58	0,690	0,700	0,690	0,540	0,730	0,570	0,780	0,480	0,720	
CAMPUSITA	IECH	0,68	0,3	0,650	0,300	0,690	-	0,700	1,000	0,710	0,600	0,690	
	IEPL		0,3	0,630	0,300	0,680	-	0,700	0,920	0,690	0,600	0,660	
CAMPUSLAG	IECH	0,9	1	0,840	1,000	0,900	1,000	0,920	0,540	0,940	1,000	0,910	
	IEPL		0,73	0,860	0,980	0,950	0,730	0,990	0,570	0,990	0,920	0,940	
CAMPUSLAR	IECH	0,79	-	0,800	-	0,840	-	0,900	0,560	0,760	-	0,800	
	IEPL		-	0,750	-	0,840	-	0,880	0,570	0,720	-	0,780	
CAMPUSSEB	IECH	0,72	-	0,550	-	0,650	-	0,700	-	0,720	-	0,690	
	IEPL		-	0,620	-	0,720	-	0,790	-	0,820	-	0,770	
CCAA	IECH	0,61	0,42	0,710	0,840	0,660	0,920	0,630	0,620	0,720	-	0,650	
	IEPL		0,42	0,690	0,770	0,620	0,920	0,570	0,620	0,700	-	0,630	
CCBS	IECH	0,79	0,55	0,710	0,840	0,630	-	0,670	0,550	0,780	0,300	0,740	
	IEPL		0,51	0,670	0,800	0,610	-	0,640	0,640	0,720	0,300	0,700	
CCET	IECH	0,6	0,3	0,580	0,530	0,560	0,300	0,510	0,340	0,560	0,450	0,570	
	IEPL		0,3	0,580	0,510	0,540	0,300	0,520	0,340	0,550	0,430	0,570	
CCSA	IECH	0,79	0,57	0,730	0,640	0,760	1,000	0,700	0,650	0,780	0,830	0,770	
	IEPL		0,56	0,690	0,530	0,720	0,750	0,650	0,590	0,750	0,720	0,730	
CECH	IECH	0,81	0,82	0,860	0,730	0,810	1,000	0,850	0,950	0,840	0,690	0,820	
	IEPL		0,78	0,780	0,630	0,760	0,730	0,780	0,790	0,780	0,670	0,760	
Total	IECH	0,74	0,66	0,710	0,740	0,710	0,850	0,700	0,610	0,750	0,690	0,730	
	IEPL		0,58	0,690	0,670	0,690	0,630	0,680	0,550	0,720	0,610	0,700	

Fonte: COPAC/PROPLAN, 2019.

#### 4.6.3.2 A escola de origem interfere no rendimento acadêmico?

Os resultados sobre o desempenho acadêmico dos alunos segundo escola de egresso também não permitem identificar diferenças. Observe que no geral, a diferença entre os egressos da escola estadual ou municipal e da escola privada é de apenas 0,2 ponto, ou seja, 6,3 e 6,5 pontos, respectivamente. Quando se consideram os campi ou centros, note que os egressos das escolas federais apresentam desempenho superior aos das escolas privadas em quase todas as unidades, exceto no CCSA e CECH.

**Tabela 11** - Média de curso, índice de eficiência na carga horária e no período letivo dos alunos ativos ingressantes em 2015 a 2018, segundo dependência administrativa da escola de egresso, 2019 (Posição em julho de 2019)

Unidade/média de curso/alunos		Dependência administrativa da escola de		
		Privada	Pública	
			Estadual ou municipal	Federal
CAMPUSAJU	MC	7,5	6,7	7,8
	IECH	0,9	0,8	1,0
	IEPL	0,8	0,7	0,7
CAMPUSLAG	MC	7,5	6,9	6,4
	IECH	0,9	0,9	0,8
	IEPL	0,8	0,8	0,7
CAMPUSLAR	MC	7,1	6,1	-
	IECH	0,8	0,7	-
	IEPL	0,8	0,6	-
CAMPUSSER	MC	6,6	6,8	7,3
	IECH	0,9	0,9	1,0
	IEPL	1,0	1,0	1,1
CCAA	MC	5,9	5,4	0,2
	IECH	0,8	0,7	0,3
	IEPL	0,7	0,7	0,3
CCBS	MC	6,0	6,2	-
	IECH	0,7	0,7	-
	IEPL	0,7	0,7	-
CCET	MC	5,5	5,1	6,1
	IECH	0,7	0,6	0,8
	IEPL	0,7	0,6	0,8
CCSA	MC	7,2	6,7	5,9
	IECH	0,9	0,8	0,7
	IEPL	0,8	0,7	0,8
CECH	MC	6,9	6,8	6,1
	IECH	0,8	0,8	0,7
	IEPL	0,7	0,7	0,6
Total	MC	6,5	6,3	5,9
	IECH	0,8	0,8	0,7
	IEPL	0,7	0,7	0,7

Fonte: COPAC/PROPLAN, 2019.

Os resultados acima confirmam que o processo de expansão da UFS e a política de cotas representam a inclusão ao ensino superior a parcelas mais pobres da população. Porém, é preciso investigar os fatores relacionados com a distância de rendimento acadêmico entre cursos. Talvez seja mais relevante, e certamente exigirá mais esforço buscar entender por que a média de curso (MC) da área da saúde, bacharelados em engenharias e ciências jurídicas superam em muito a média das licenciaturas.

A diferença mencionada indica que muita atenção tem sido dada a avaliação de resultados (*ex-post*), contudo a mesma importância não é dada à avaliação de oportunidades (*ex-ante*). Sendo partes de uma mesma estrutura analítica, avaliar resultados sem conhecer a desigualdade de oportunidades significa incorrer no mais elementar viés metodológico. Seria, nos termos de Atkinson (2015), ignorar que nem todos os alunos possuem iguais condições de realizar o mesmo desempenho, ou seja, que as circunstâncias (condição de vida, classe social, educação dos pais) influenciam no resultado final.

Uma forma menos apriorística de investigar o desempenho acadêmico é submeter os indicadores de desempenho da UFS à classificação de outra base de dados. Trata-se de uma base externa, qual seja, o Cadastro Único do Governo Federal. Objetiva-se com esse procedimento estimar o desempenho dos alunos UFS que pertencem a famílias do Cadastro Único, do Governo Federal, e comparar com o desempenho dos alunos não Cadastro Único.

#### 4.6.3.3 *Análise do desempenho tomando por base o Cadastro Único (CadUn)*

O Cadastro Único é um dos principais instrumentos de apoio à promoção de políticas públicas voltadas às pessoas de baixa renda (famílias cuja renda per capita seja até meio salário mínimo ou com renda total até três salários mínimos). Desde 2003, o CadUn mantém um amplo cadastro de famílias eletivas para concessão de benefícios sociais como Bolsa Família, Tarifa Social de Energia Elétrica, Programa Minha Casa Minha Vida.

Os dados do CadUn utilizados no presente documento têm base temporal em 30 de agosto de 2019 e foram cedidos pela Secretaria de Estado da Inclusão Social e do Trabalho (SEIT), mediante convênio de cooperação técnica institucional.

O procedimento de identificação dos alunos UFS constantes do Cadastro Único utilizou como chave o número do Cadastro de Pessoa Física (CPF). Nestas análises foram considerados os alunos ingressantes a partir de 2000, cujo status UFS seja ativo, formando (com 80% ou mais de créditos cursados) ou trancado (trancamento do semestre).

A subpopulação obtida com esses filtros soma 25.277 alunos, dos quais 7.087 (28%) constam do cadastro único, indicando pertencer a famílias de baixa renda e sendo eletivas para programas sociais.

A Tabela 12 apresenta a distribuição desses alunos, segundo centro, pertencimento ao CadUn e status na UFS. Note-se que, em termos relativos, o trancamento é de 2,7%, portanto, menos frequente entre os alunos CadUn, enquanto entre os demais é de 4%. Dado que é similar a proporção de alunos formando em ambas as condições, a proporção de alunos com status ativo é maior entre os CadUn (94,1%), enquanto entre os alunos UFS é de 92,7%.

**Tabela 12** - Alunos da graduação presencial por Centro e status, segundo situação no Cadastro

## Único, UFS 2019

CENTRO	Aluno não cadastro único				Aluno cadastro único			
	Ativo	Formando	Trancado	Total	Ativo	Formando	Trancado	Total
CAMPUSITA	1.055	66	32	1.153	716	45	21	782
CAMPUSLAG	1.146	25	32	1.203	575	11	16	602
CAMPUSLAR	521	20	23	564	226	5	7	238
CAMPUSSER	310	24	2	336	371	21	1	393
CCAA	944	42	44	1.030	340	10	9	359
CCBS	2.357	96	88	2.541	698	19	21	738
CCET	4.616	128	220	4.964	1.459	37	46	1.542
CCSA	2.439	83	117	2.639	757	22	24	803
CECH	3.471	111	178	3.760	1.525	59	46	1.630
Total	16.859	595	736	18.190	6.667	229	191	7.087
CENTRO	Aluno não cadastro único (%)				Aluno cadastro único (%)			
	Ativo	Formando	Trancado	Total	Ativo	Formando	Trancado	Total
CAMPUSITA	91,5	5,7	2,8	100,0	91,6	5,8	2,7	100,0
CAMPUSLAG	95,3	2,1	2,7	100,0	95,5	1,8	2,7	100,0
CAMPUSLAR	92,4	3,5	4,1	100,0	95,0	2,1	2,9	100,0
CAMPUSSER	92,3	7,1	0,6	100,0	94,4	5,3	0,3	100,0
CCAA	91,7	4,1	4,3	100,0	94,7	2,8	2,5	100,0
CCBS	92,8	3,8	3,5	100,0	94,6	2,6	2,8	100,0
CCET	93,0	2,6	4,4	100,0	94,6	2,4	3,0	100,0
CCSA	92,4	3,1	4,4	100,0	94,3	2,7	3,0	100,0
CECH	92,3	3,0	4,7	100,0	93,6	3,6	2,8	100,0
Total	92,7	3,3	4,0	100,0	94,1	3,2	2,7	100,0

Fonte: Cadastro Único/COPAC, 2019.

Constata-se acima que os alunos do CadUn apresentam menor índice de trancamento quando comparados aos alunos que não estão no cadastro. Isto decorre, em parte, da correlação entre pertencer ao CadUn e receber algum auxílio institucional da UFS, que preconiza a condição de ativo para efetivar o recebimento. Assim, observe na Tabela 13 que não existe situação de trancamento entre os alunos que recebem bolsa UFS, estejam ou não no CadUn (parte inferior da tabela).

Comparando desta vez os alunos segundo a condição de pertencimento ao CadUn, mas sem bolsa UFS, observa-se que entre os alunos CadUn a proporção de trancamentos é de 3,7% (190 trancados entre 5.171 alunos), enquanto que entre os não CadUn a proporção é de 4,5% (736 trancados entre 16.512 alunos), o que tende a reforçar o argumento de que os alunos CadUn sejam mais resistentes ao trancamento, o que os torna mais persistente às possíveis dificuldades relacionadas à vida acadêmica.

**Tabela 13** - Alunos da graduação presencial por Centro e status, segundo situação no Cadastro

## Único e Bolsa UFS, 2019

Centro	Aluno não CadUn e sem bolsa UFS				Aluno CadUN e sem bolsa UFS			
	ATIVO	FORMANDO	TRANCADO	Total	ATIVO	FORMANDO	TRANCADO	Total
CAMPUSITA	890	56	32	978	467	25	21	513
CAMPUSLAG	939	19	32	990	337	7	16	360
CAMPUSLAR	423	16	23	462	130	4	6	140
CAMPUSSE	217	13	2	232	163	3	1	167
CCAA	825	33	44	902	251	5	9	265
CCBS	2.066	87	88	2.241	456	9	21	486
CCET	4.318	117	220	4.655	1.184	21	46	1.251
CCSA	2.347	82	117	2.546	639	16	24	679
CECH	3.225	103	178	3.506	1.216	48	46	1.310
Total	15.250	526	736	16.512	4.843	138	190	5.171

Centro	Aluno não CadUn e com bolsa UFS				Aluno CadUN e com bolsa UFS			
	ATIVO	FORMANDO	TRANCADO	Total	ATIVO	FORMANDO	TRANCADO	Total
CAMPUSITA	165	10	-	175	249	20	-	269
CAMPUSLAG	207	6	-	213	238	4	-	242
CAMPUSLAR	98	4	-	102	96	1	-	98
CAMPUSSE	93	11	-	104	208	18	-	226
CCAA	119	9	-	128	89	5	-	94
CCBS	291	9	-	300	242	10	-	252
CCET	298	11	-	309	275	16	-	291
CCSA	92	1	-	93	118	6	-	124
CECH	246	8	-	254	309	11	-	320
Total	1.609	69	-	1.678	1.824	91	-	1.916

Fonte: Cadastro Único/COPAC, 2019.

Interessa também examinar o desempenho acadêmico dos alunos CadUn, para tanto, são avaliadas a média de curso (MC) e índice de eficiência na carga horária (IECH) comparativamente aos demais alunos. O procedimento será o mesmo adotado no tópico anterior, mas considera os ingressantes a partir de 2010 com status ativo em agosto de 2019, conforme Tabela 14.

**Tabela 14** - Média de curso (MC) e Índice de eficiência de carga horária (IECH) dos alunos da graduação presencial por Centro, segundo situação no Cadastro Único, UFS 2019

CENTRO	Discriminação	Ano de ingresso																	
		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018	
		CadUn	Não CadUn	CadUn	Não CadUn	CadUn	Não CadUn	CadUn	Não CadUn	CadUn	Não CadUn	CadUn	Não CadUn	CadUn	Não CadUn	CadUn	Não CadUn	CadUn	Não CadUn
CAMPUSAJU	MC	4,7	5,5	5,0	5,1	5,8	5,8	5,5	6,7	7,2	7,3	7,4	7,0	7,4	7,5	7,2	7,5	7,1	6,9
	IECH	0,4	0,5	0,6	0,5	0,7	0,7	0,6	0,8	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,8
	Alunos	4	11	6	13	7	25	14	53	14	127	33	177	51	201	44	207	48	248
CAMPUSITA	MC	5,2	4,6	4,8	5,1	5,4	5,5	5,7	5,6	6,3	5,9	6,6	6,3	6,2	6,1	6,2	6,0	5,3	5,0
	IECH	0,5	0,5	0,5	0,6	0,5	0,6	0,6	0,6	0,7	0,7	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,7	0,7
	Alunos	7	21	7	32	15	43	44	62	48	80	89	163	115	175	161	195	213	248
CAMPUSLAG	MC	-	-	5,4	5,1	5,3	5,1	5,8	5,6	5,9	6,6	6,9	7,2	7,2	7,5	7,2	7,5	6,9	7,3
	IECH	-	-	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,7	0,8	0,8	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9
	Alunos	-	-	1	4	6	9	9	20	19	62	62	135	130	152	125	202	107	261
CAMPUSLAR	MC	5,5	5,5	6,2	5,6	5,9	6,1	6,0	6,5	6,8	6,9	6,1	6,5	6,7	6,7	6,5	6,6	6,3	6,6
	IECH	0,5	0,6	0,7	0,6	0,6	0,7	0,6	0,7	0,8	0,8	0,7	0,7	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8
	Alunos	1	9	5	17	10	18	19	29	10	31	22	69	38	68	36	70	39	86
CAMPUSSER	MC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6,7	6,3	6,1	6,3	5,3	5,3	4,9	4,3
	IECH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,9	0,8	0,8	0,9	0,7	0,7	0,7	0,7
	Alunos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35	23	60	52	71	59	109	84
CCAA	MC	5,3	4,8	5,1	4,1	4,3	4,4	4,8	4,6	5,5	5,7	5,6	5,5	5,5	5,4	5,2	5,1	5,1	4,9
	IECH	0,6	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,5	0,6	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6	0,7	0,7	0,6
	Alunos	4	25	10	31	17	34	18	53	20	60	34	105	34	114	54	142	69	160
CCBS	MC	4,5	4,7	4,9	4,1	5,1	4,5	5,4	5,5	4,9	4,7	6,0	5,9	5,8	5,7	5,9	6,3	5,4	5,6
	IECH	0,4	0,5	0,5	0,4	0,6	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,7	0,7	0,7	0,7	0,8	0,8	0,7	0,7
	Alunos	6	35	10	31	15	49	17	46	62	116	32	126	69	182	76	190	96	243
CCET	MC	3,8	4,0	4,5	4,0	3,9	4,4	4,5	4,6	4,4	4,8	5,3	5,1	4,9	4,7	4,4	4,7	4,1	4,3
	IECH	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,7	0,7	0,6	0,6	0,6	0,6	0,5	0,6
	Alunos	24	109	39	152	39	199	58	260	82	300	140	440	167	551	247	669	332	929
CCSA	MC	4,6	4,5	4,9	4,8	5,3	5,5	5,9	5,6	6,2	5,6	7,1	6,8	6,2	5,8	6,7	6,3	6,4	6,0
	IECH	0,5	0,4	0,5	0,5	0,6	0,6	0,7	0,6	0,7	0,7	0,8	0,8	0,8	0,7	0,8	0,8	0,8	0,8
	Alunos	13	83	24	79	26	119	34	136	34	207	57	285	105	392	126	362	152	457
CECH	MC	4,7	4,5	4,8	4,6	5,0	5,4	6,3	5,9	5,1	5,3	7,1	6,5	6,2	6,1	6,9	6,8	6,9	6,5
	IECH	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,7	0,7	0,6	0,6	0,8	0,7	0,7	0,7	0,8	0,8	0,8	0,8
	Alunos	44	124	65	135	36	104	50	161	211	488	129	359	316	761	288	546	388	660
Total	MC	4,5	4,4	4,8	4,5	4,9	5,0	5,5	5,4	5,3	5,5	6,4	6,2	6,1	5,9	6,1	6,1	5,7	5,6
	IECH	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,7	0,8	0,8	0,8	0,7	0,8	0,8	0,7	0,7
	Alunos	103	417	167	494	171	600	263	820	500	1.471	633	1.882	1.085	2.648	1.228	2.642	1.553	3.376

Fonte: Cadastro Único/COPAC, 2019.

Os resultados da Tabela 14, tal como os indicadores de desempenho quanto as cotas e escola de egresso, não apontam diferenças substantivas entre os alunos pertencentes ao CadUn e demais alunos, seja na média de curso ou na eficiência de carga horária. Em alguns casos, os alunos CadUn apresentam desempenho melhor que os demais (alunos do CCSA e do Campus de Itabaiana, em 2017, por exemplo). Desta forma, não há evidências empíricas de que os alunos de origem de famílias de menor rendimento tenham desempenho inferior aos demais alunos UFS.

#### **4.7 Resultados da Pró-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa - POSGRAP**

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2020 da UFS, que cumpre o que estabelece a Lei nº 11.892, de 29/12/2008, expressa o perfil da universidade, sua missão, visão, políticas acadêmicas e administrativas, fundamentadas em sua realidade institucional, e igualmente estabelecendo objetivos e metas estratégicas para o período de 2016 a 2020. Neste sentido, o PDI tem em seu cerne uma política bem definida para as ações da POSGRAP e as coordenações a ela vinculada, visando a consolidação da pós-graduação e da pesquisa científica e acadêmica, bem como as ações de inovação, desenvolvimento tecnológico, transferência de tecnologia e internacionalização. As ações da POSGRAP e das coordenações a ela vinculada (Coordenação de Pós-Graduação – COPGD, Coordenação de Pesquisa – COPEP, Coordenação de Inovação e Transferência e Tecnologia – CINTTEC e Coordenação de Relações Internacionais - CORI) durante o período compreendido entre 2016-2019 buscou trabalhar em três linhas básicas que estão ancoradas nos princípios descritos no PDI-UFS (2016-2020): A) A consolidação e crescimento da pesquisa e da pós-graduação (PGs); B) A democratização e inclusão nos serviços prestados, e C) Uma maior integração com a sociedade

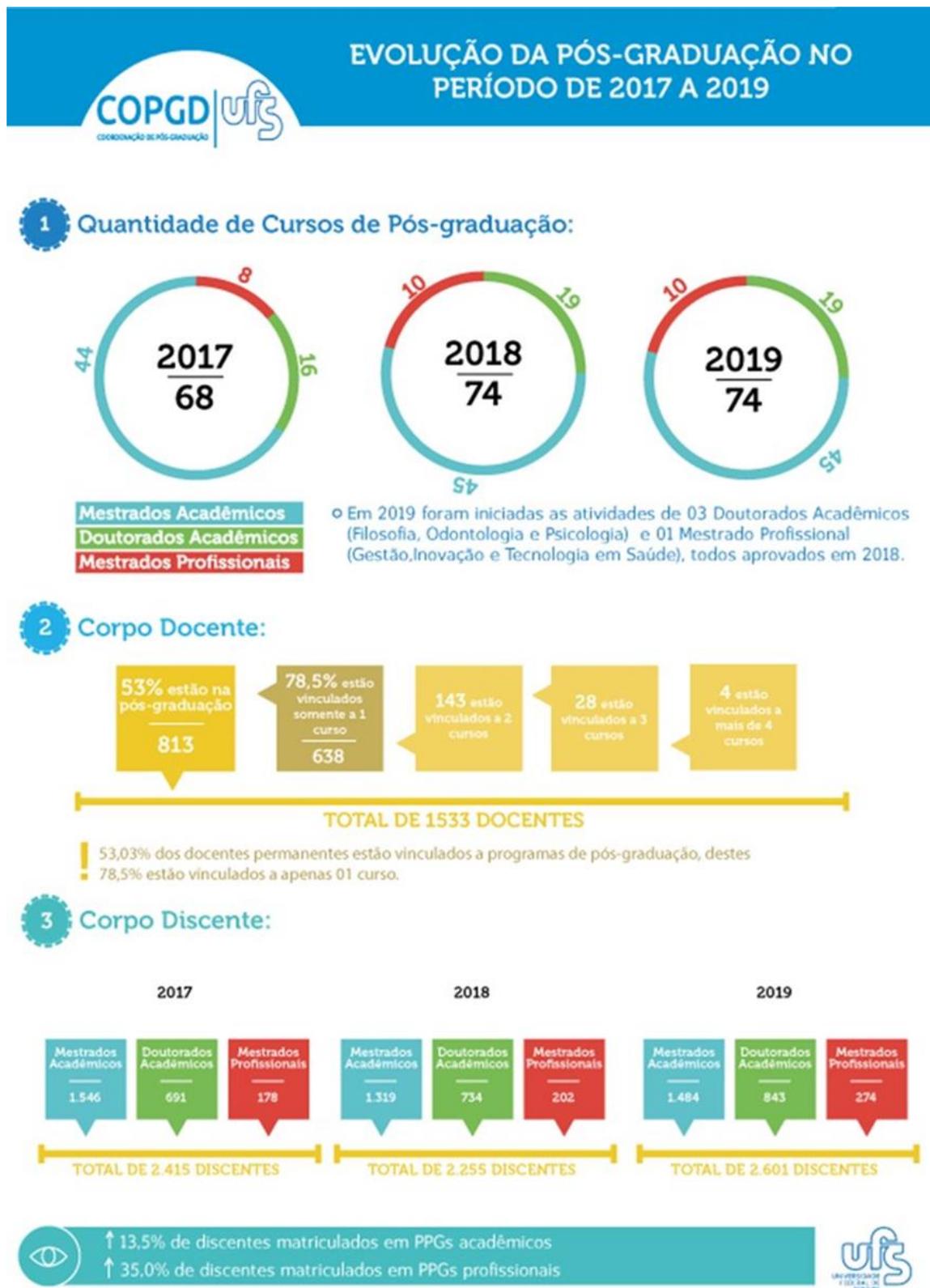
##### **4.7.1 Coordenação de Pós-graduação - COPGD**

A Pós-graduação da UFS compreende o conjunto de atividades de ensino e pesquisa, em nível avançado, com a participação de docentes e discentes de diferentes áreas de conhecimento. Seu objetivo é formar recursos humanos altamente qualificados nas diferentes áreas do conhecimento para o exercício de atividades de ensino, de pesquisa básica e aplicada e para atender demandas de desenvolvimento do mercado de trabalho em geral. As atividades da Pós-graduação da UFS são normatizadas pelas Resoluções nº 025/2014 e nº 102/2014 do Conselho do Ensino, da Pesquisa e da Extensão (CONEPE/UFS) e são operacionalizadas pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa por meio da Coordenação de Pós-Graduação, da Comissão de Pós-Graduação (CPG) e dos Comitês de Pós-Graduação.

Este relatório objetiva descrever a evolução da Pós-graduação da UFS no triênio 2017-2019. Durante este período, a Coordenação de Pós-Graduação realizou diversas ações a fim de atender as demandas dos Programas de Pós-graduação da UFS, bem como atividades relacionadas ao PDI-UFS (2016-2020).

Neste sentido, apresentamos uma análise dos dados referentes ao triênio 2017-2019 no que diz respeito à:

Figura 11 - Evolução da Pós-graduação 2017-2019: cursos, docentes e alunos



Fonte: COPGD/POSGRAP, 2020.

Considerando que o Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2020 transita por duas avaliações quadrienais (2013-2016) e (2017-2020) da CAPES é salutar que seja realizada uma análise dos resultados obtidos de forma contínua, a fim de que

possamos ter ao final do segundo ciclo avaliativo uma pós-graduação consolidada. Desta forma, podemos observar que as ações implementadas na pós-graduação com base no PDI tem sido uma excelente estratégia para que a pós-graduação da UFS possa evoluir diante do cenário nacional.

A consolidação da Pós-graduação na UFS vem sendo construída a cada ano mediante ações estratégicas. Uma destas é a submissão de propostas de novos cursos junto a CAPES que objetivam atender um planejamento institucional para que os cursos que hoje possuem mestrado possam pleitear o Doutorado, passando assim a configurar um programa de pós-graduação (mestrado e doutorado) que conseqüentemente possa, ao final da quadrienal (2017-2020), elevar seu conceito junto a CAPES. Como resultado, a UFS em 2018 aprovou os doutorados em Filosofia, Odontologia e Psicologia, os quais iniciaram suas atividades em 2019.

Outra ferramenta de consolidação é a identificação de áreas estratégicas para o estado de Sergipe, para que grupos de pesquisadores com vasta experiência elaborem propostas de novos cursos que venham a atender estas áreas, sendo elencadas as áreas de segurança pública e saúde. Mais uma vez a UFS obteve sucesso com a aprovação em 2018 do mestrado profissional em Segurança, Sociedade e Políticas Públicas e do mestrado profissional em Gestão, inovação e tecnologia em saúde, o qual iniciou suas atividades em 2019.

Ainda em 2019 podemos destacar a aprovação do Mestrado em Ciências Naturais que será desenvolvido no Campus da UFS no município de Itabaiana, com início das atividades definida para 2020. A aprovação deste mestrado vai promover a interiorização da pós-graduação, atendendo ao estado, fazendo com que uma gama de profissionais possa se qualificar sem a necessidade de deslocamento.

Entre 2018 e 2019 a UFS teve um acréscimo no número de docentes, passando de 1486 para 1533 docentes permanentes. Podemos observar que mesmo com o acréscimo foi mantido o patamar de 53,0% de participação destes docentes em programas de pós-graduação, mostrando que o acréscimo no corpo docente da UFS tem sido de profissionais de alta qualificação, de forma que ao ingressarem na instituição já possuem condição de se vincularem a pós-graduação. Outro ponto importante é que em sua maioria (78,5%) os docentes estão vinculados a apenas um curso de pós-graduação, o que permite uma maior dedicação e melhores resultados em captação de recursos para projetos de pesquisa, orientações de mestrado e doutorado e publicações de artigos e produtos oriundos destes projetos.

Da mesma forma temos números significativos no que se refere ao corpo discente que compõe a pós-graduação da UFS, visto que houve um acréscimo de 15,5% no número de discentes matriculados. Este aumento em parte é justificado pelo início das atividades dos programas de Doutorados Acadêmicos, anteriormente citados os quais tiveram processos seletivos abertos para o primeiro semestre letivo de 2019. Em continuidade à análise do corpo discente, identificamos que os programas profissionais tiveram um aumento de 35% no número de discentes matriculados, demonstrando que a aprovação e início das atividades de um programa profissional na área de Saúde, além dos já ofertados pela UFS nas demais áreas do conhecimento, podem captar um maior número de profissionais que desejam se qualificar em programas com foco em dinâmicas aplicadas aos profissionais em exercício.

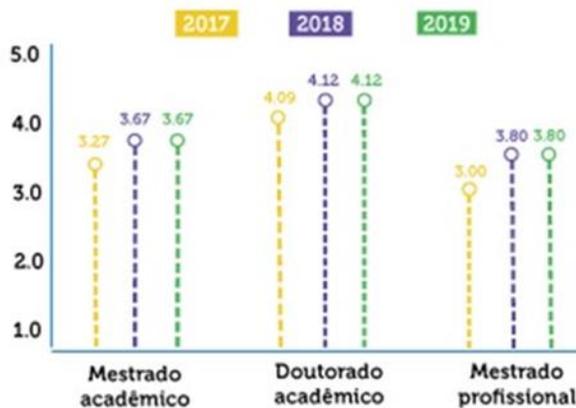
**Figura 12** - Evolução da Pós-graduação 2017-2019: conceito médio, tempo médio de defesa e

número de cotas de bolsa

## EVOLUÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO NO PERÍODO DE 2017 A 2019

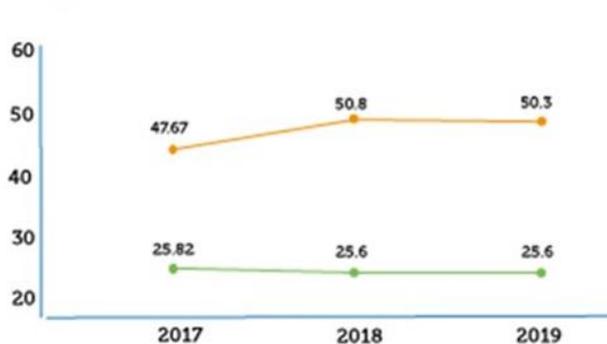
**COPGD | UFS**  
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

### 4 Média do conceitos dos programas:



Não houve alteração nos conceitos entre 2018 e 2019, porque os curso aprovados em 2019 receberam conceito A – Aprovados.

### 5 Tempo médio de defesas:



Os Programas apresentam uma estabilidade dos prazos de defesa perante a conclusão da Quadrienal (2017 -2020)

### 6 Número de cotas de bolsas:

	2017	2018	2019
<b>doutorado</b>			
cota pró-reitoria	07	07	07
CAPES/DS	189	204	216
FAPITEC	-	24	-
<b>mestrado</b>			
cota pró-reitoria	18	18	18
CAPES/DS	414	408	331
FAPITEC	43	56	-

A redução apresentada no número de cotas CAPES/DS para mestrado, dar-se-á pela alteração no formato de concessão de cotas adotado pela CAPES.



O conceito obtido pelos Programas de Pós-graduação é oriundo do resultado da avaliação realizada pela CAPES. Neste sentido, os dados aqui apresentados compreendem a transição entre a quadrienal (2013-2016) e a quadrienal (2017-2020). Assim, podemos observar que entre 2017 e 2018 houve elevação na média do conceito para os programas de Mestrado e Doutorado da UFS, o que resulta das políticas adotadas pela Gestão durante o quadriênio. Desta forma os conceitos dos programas devem se manter ao longo dos anos que compõe esse novo período avaliativo (2017-2020), onde espera-se, devido a análise dos relatórios anuais apresentados pelos programas, que ao final desta quadrienal ocorra elevação do conceito de programas consolidados, como resposta ao trabalho realizado pelos coordenadores, docentes e discentes, com consequente elevação da média institucional para os mestrados e doutorados.

Quanto ao tempo despendido pelos discentes para conclusão do mestrado ou doutorado, observamos que ao compararmos os dados apresentados para 2018 e 2019, há uma estabilidade dos prazos. Mesmo considerando que o tempo médio de 25,6 e 50,3 meses para o mestrado e doutorado, respectivamente, estão acima do tempo de titulação preconizado pela CAPES de 24 meses para o mestrado e 48 meses para o doutorado. Assim torna-se necessário a manutenção das ações de orientações aos programas para que tenham um planejamento para cada discente a fim de que este possa concluir sua dissertação ou tese, dentro do prazo determinado.

Para que possamos fazer a correta análise dos dados apresentados referentes ao número de cotas de bolsa, inicialmente torna-se necessário compreender que este quantitativo é oriundo das agências de fomento e insuficiente para atender a demanda reprimida pelos programas e pós-graduação.

Desta forma, uma das estratégias apresentadas por alguns Programas que possuem mestrado e doutorado é a transformação de bolsas de mestrado para bolsas de doutorado visando atender a demanda existente, considerando o que regulamenta a CAPES, porém, essa alternativa faz com que o já reduzido quantitativo de bolsas de mestrado se torne menor ainda.

Outro ponto que deve ser considerado é a alteração implementada pela CAPES no modelo de concessão de cotas de bolsas aos programas, onde o impacto pode ser observado pela redução expressiva do número de cotas de bolsa demanda social para mestrado entre os anos de 2018 e 2019.

No que diz respeito às cotas oriundas da Fundação de Apoio à Pesquisa e a Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC), as quais são por meio de editais, observa-se que ao logo dos anos há uma variabilidade de oferta mediante divulgação de editais, visto que em 2017 não houve publicação de edital com cotas voltadas ao Doutorado. Já em 2018 houve a publicação de edital para cotas de bolsa para mestrado e doutorado, o que permitiu uma recomposição em relação ao ano de 2017. Em 2019 não houve o lançamento de editais para cotas de bolsa de mestrado e doutorando, passando os programas a considerarem apenas as cotas implementadas anteriormente e que estavam com prazo de vigência válido.

Desta forma, com o aumento do corpo discente e a redução do número de cotas, quer sejam oriundas da agência financiadora federal ou estadual, tornou-se necessário que os programas de pós-graduação, através de suas comissões de bolsa, realizassem adequações em seus critérios de concessão visando maior eficiência.

#### **4.7.2 Coordenação de Pesquisa - COPES**

A Coordenação de Pesquisa (COPES), órgão da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe, é responsável por formular e acompanhar a política de pesquisa desenvolvidas no âmbito da UFS e que estejam registradas no sistema SIGAA em programas/chamadas vinculados a POSGRAP/COPES.

Considerando os objetivos estratégicos institucionais no que se refere à Pesquisa Científica, apresentamos aqui breve análise dos dados referentes aos anos de 2018 e 2019, no que se refere ao Programa de Iniciação Científica da UFS.

#### **Programa de Iniciação Científica - PIBIC/UFS (Projetos de Pesquisas e Planos de trabalhos; Aporte de cotas remuneradas e voluntárias)**

A Universidade Federal de Sergipe no âmbito do PDI destaca a importância da relação entre desempenho acadêmico e o envolvimento do discente na pesquisa científica. Neste sentido, a UFS tem alcançado ampla participação de projetos e planos de Iniciação Científica nos últimos três anos (2017-2019), com média de aproximadamente 900 projetos de pesquisas e 1.500 planos de trabalhos aprovados em editais neste período.

Com base nestes dados, observa-se que em 2019 o número de projetos e planos de trabalhos do PIBIC apresentou leve crescimento, aproximando-se do ano de 2017. Resultado satisfatório, considerando a redução de verbas voltadas para a pesquisa e formação de pesquisadores no país, como visto no último ano quando não houve bolsas pela FAPITEC. Ao mesmo tempo, observa-se uma retomada na participação de discentes voluntários (PICVOL). Estes dados reforçam o empenho dos docentes da instituição em manter a produtividade, como também nas oportunidades para os discentes no PIBIC.

Figura 13 - Evolução do PIBIC de 2017-2019



Fonte: COPES/POSGRAP, 2020.

## Outras informações

Em 2018, pela primeira vez na UFS, participamos também do edital do PIBIC-EM (CNPq, Ensino Médio) e fomos contemplados com sete (7) bolsas. Em 2019 este quantitativo de bolsas foi mantido pelo órgão e, dado o sucesso do programa com maior interesse pelos discentes (Colégio Aplicação, CODAP/UFS), foi ampliada a participação de alunos com a inclusão de discentes voluntários envolvidos no Programa, sendo selecionados e vinculados aos projetos mais seis (6) discentes do CODAP, totalizando 13 planos de trabalhos.

Os recursos públicos aportados nestes anos à iniciação científica da instituição têm alcançado importantes resultados, tanto para fortalecimento do programa quanto para a formação acadêmica-científica dos discentes. As ações e iniciativas para os discentes são aqui descritas:

**Curso Pré-PIBIC** – realizado em 2019 com participação de 1082 discentes - Este curso tem como seu principal foco a conscientização sobre os objetivos do PIBIC para o discente de graduação, sua importância na formação, bem como os esclarecimentos sobre os compromissos e obrigações no PIBIC.

**MiniCursos** – realizados desde 2017 com participação de cerca de 2000 alunos – Em 2017 foram quatro (4) minicursos, em 2018 foram ofertados aos discentes nove (9) e em 2019, dez (10) minicursos que abordaram temáticas de relevância para formação acadêmica-científica dos novos alunos do PIBIC e PIBIC-EM, sendo estes: Redação Científica; Plágio Acadêmico; Escrita científica e o plágio acadêmico; Normas para Citações e Referências em Projetos de Pesquisa e Artigos Científicos (ABNT); Estratégias de Leitura e Sistematização de Estudos Acadêmico; Elaboração e Atualização do Currículo Lattes; Elaboração de Slides – Apresentações de Trabalhos Acadêmicos; Gerenciamento de referências bibliográficas Mendeley; Bioética em pesquisa em Humanos; Bioética em pesquisa com Animais.

**Encontro de Iniciação Científica** – realizado anualmente desde 1990, com participação de todos os alunos que finalizaram seus planos de trabalhos, aproximadamente 1300/ano. Em três dias da semana são apresentados os trabalhos de iniciação científica às bancas examinadoras compostas por dois docentes de cada área. Pelo terceiro ano consecutivo todos os trabalhos aprovados no EIC foram publicados em um volume especial da REVIPI (Revista Interdisciplinar de Pesquisa e Inovação, disponível em <https://seer.ufs.br/index.php/revipi/index>). Desta forma, proporcionando a visibilidade dos nossos trabalhos de iniciação científica que ano a ano vem alcançando vitórias importantes no contexto nacional e internacional.

### ***4.7.3 Coordenação de inovação e transferência de tecnologia - CINTTEC***

Um dos objetivos da CINTTEC é incrementar as ações em favor da inovação e do empreendedorismo na universidade com as tecnologias chegando à sociedade. Um dos bons exemplos de 2019 foi o evento desenvolvido e realizado em abril de 2019, INOTTEC - Inovação e Tecnologia - para fortalecer a cultura de inovação.

A CINTTEC entende que é necessário alavancar o desenvolvimento tecnológico do estado e analisar a situação atual do sistema de inovação, bem como as mudanças ocorridas nos últimos anos, como o Decreto Presidencial 9283 de 2018, que versa sob a regulamentação da Lei de Inovação, além de medidas de incentivo. A construção das novas parcerias de inovação e desenvolvimento tecnológico, com foco voltado para a promoção da economia e do desenvolvimento humano faz parte da missão da CINTTEC.

Em 2019 foi trabalhado, com muita força interna e externamente, a adequação frente às mudanças no Marco Legal da CINTTEC. Uma nova comissão tomou posse para

auxiliar nas diretrizes da Inovação e Propriedade Intelectual na UFS. Deu-se início a proposição da resolução da Política de Inovação da UFS e na criação da Agência de Inovação da UFS.

Implementou-se no SIGAA o Sistema NOTIFICA INVENÇÃO, que está em fase de testes com auxílio da equipe do STI. Com auxílio da COMPITEC, alterou-se formulários de pareceres sobre a Propriedade Intelectual da UFS e se implementou proposta para combate ao Backlog, que alcançou a redução de 7,5% do tempo total entre a entrega dos documentos junto ao CINTTEC e depósito da patente no INPI.

A infraestrutura melhorou consideravelmente com a ocupação da sala 403 na Didática VII. As mídias sociais e divulgação das ações do CINTTEC foi um dos pilares no ano de 2019 de capilarização e multiplicação do conhecimento sobre a temática da Inovação. No cenário externo, foram realizadas diversas visitas e articulações com setores produtivos em busca da transferência de Tecnologia e de parcerias institucionais.

Quanto a Propriedade Intelectual, o depósito de patentes em 2019 alcançou a marca histórica de 28 pedidos de patentes. A UFS teve uma patente concedida referente à tecnologia “Preparação Farmacêutica Obtida A Partir Do Complexo De Inclusão De (-)-B-pineno E B-ciclodextrina Com Atividade Antihipertensiva”, que utilizou substâncias encontradas em plantas aromáticas para desenvolver um complexo capaz de combater a hipertensão sem causar efeitos colaterais ao paciente. Foram feitas diversas tratativas para licenciar tecnologias da UFS e se conseguiu realizar o licenciamento do software PERSONALITATEM desenvolvido aqui na UFS.

Também foi um ano de revisão de nossos principais eventos: foram muitas novidades no Encontro de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (EIDTI) deste ano. O sistema de avaliação feito pela internet, em tempo real, graças ao software desenvolvido sob orientação da Profa. Dr<sup>a</sup> Edilayne Meneses Salgueiro, do departamento de Computação, tendo como responsável o acadêmico do Departamento de Computação Linfor Licriton Lima Santos. Esse sistema foi utilizado pela primeira vez em nosso evento.

O 11<sup>o</sup> EIDTI contou com o apoio de patrocinadores e com temáticas voltadas para gestão e empreendedorismo. Foi realizado a premiação dos melhores trabalhos orais de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI), com um troféu impresso em 3D pela INOVECTOR, com design realizado pela Equipe do CINTTEC, e apoio incansável do Sergipe Parque Tecnológico.

Os cursos de Prospecção e Busca de patentes ganhou uma nova roupagem. Eventos na área de Petróleo e Gás foram realizados. Isso sem falar na participação da equipe do CINTTEC em diversos eventos no Estado de Sergipe.

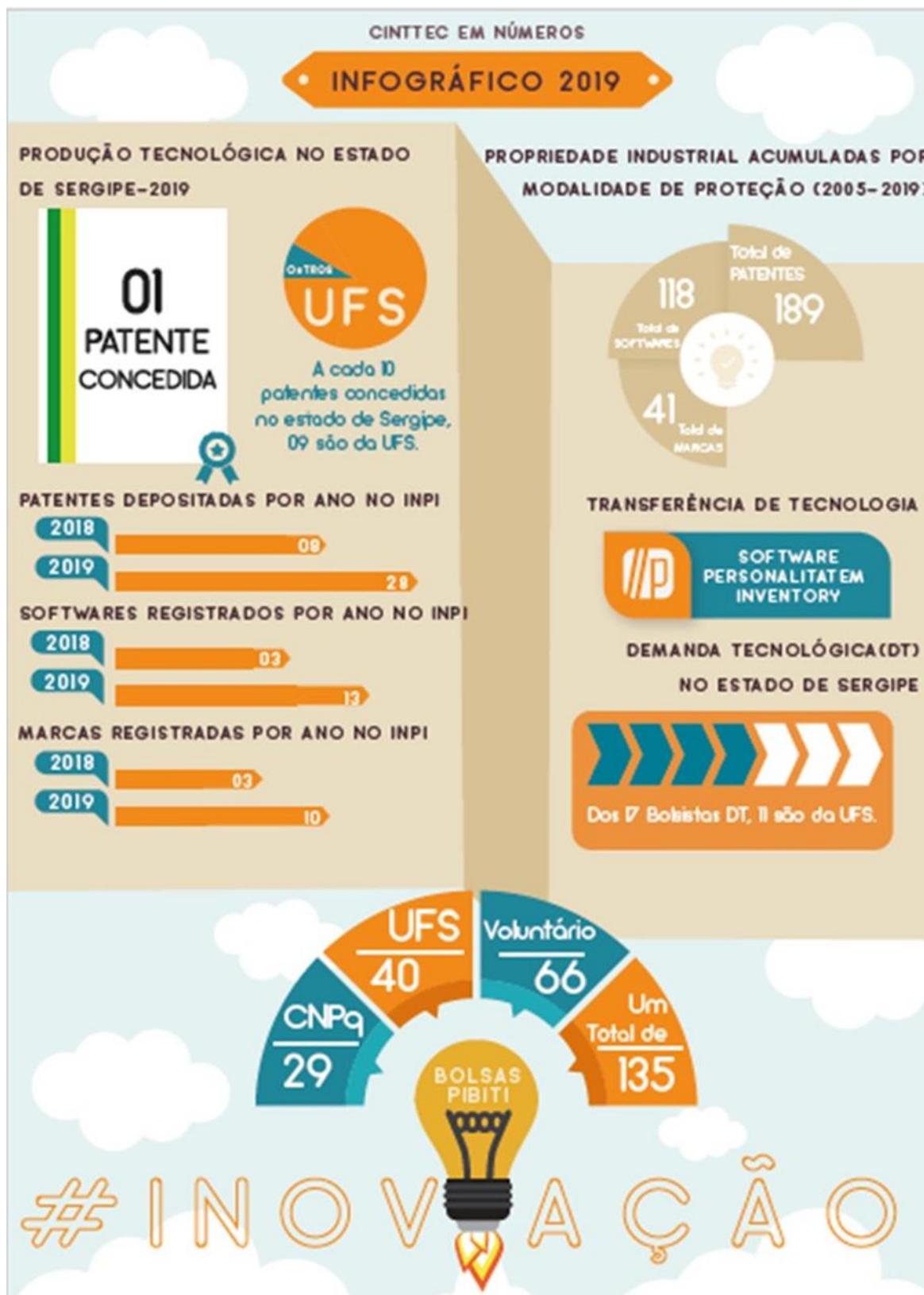
A qualidade dos projetos de iniciação tecnológica tem sido reconhecida pelo principal órgão de financiamento dos Programas de Iniciação Científica e Tecnológica no país, o CNPq. Em 2019, a Universidade Federal de Sergipe recebeu o 16<sup>o</sup> Prêmio Destaque na Iniciação Científica e Tecnológica, promovido pelo CNPq.

A conquista ocorreu na área de Ciências da Vida e a aluna premiada foi Nathália Araújo Macêdo, graduada em Farmácia Bacharelado pela UFS. Atualmente residente em saúde multiprofissional do adulto e idoso no Hospital Universitário de Sergipe.

O trabalho vencedor intitulado **“Síntese de derivados do indol benzenosulfonilado potencialmente ativos contra larvas do Aedes aegypti”** foi desenvolvido em sua graduação durante sua bolsa de Iniciação Tecnológica, sob orientação do professor Sócrates Cabral de Holanda Cavalcanti, do Departamento de Farmácia (DFA) e tem como objetivo desenvolver derivados N-sulfonilindois com

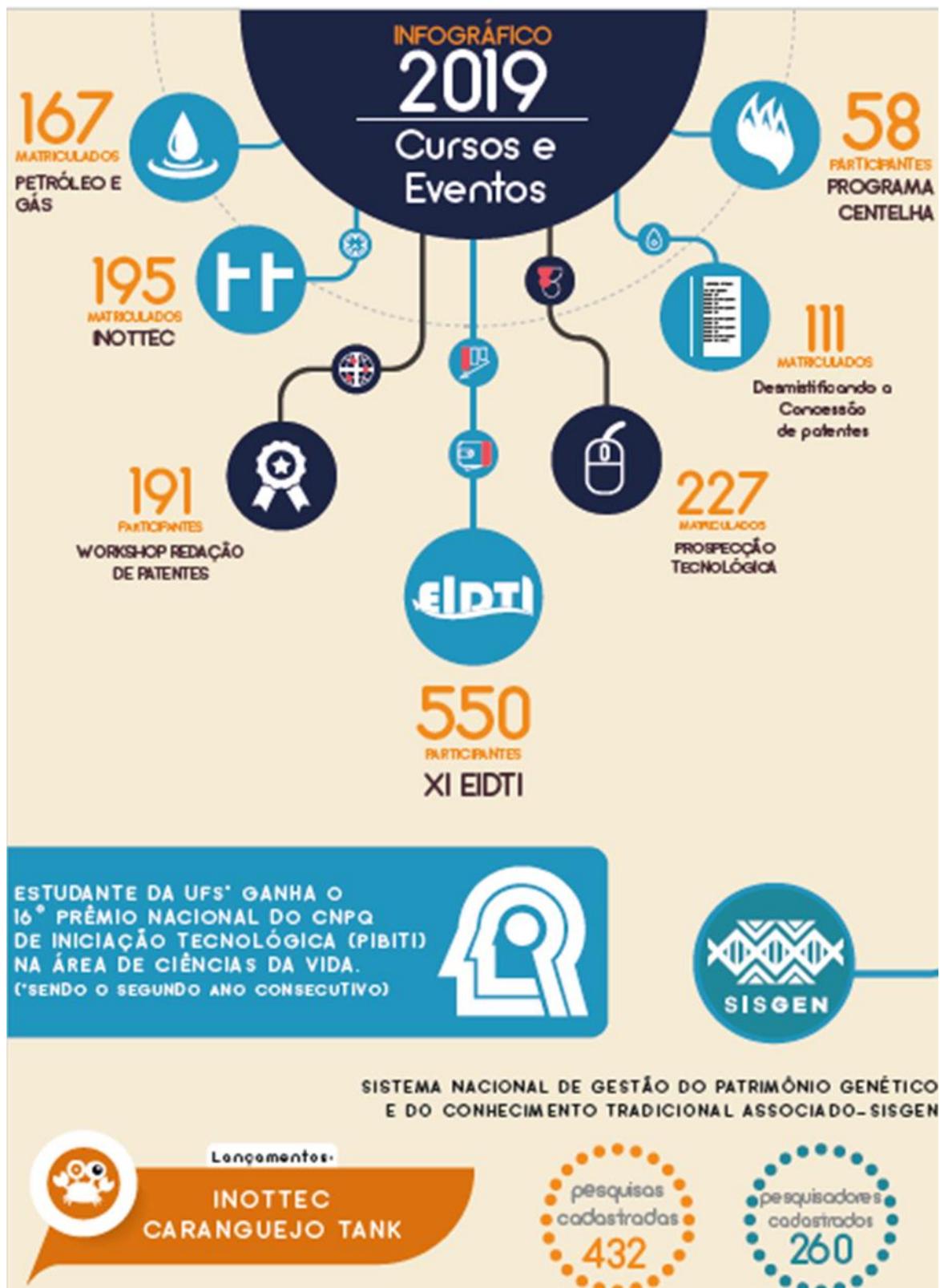
potencial atividade tóxica para o *Aedes aegypti* de forma não agressiva para organismos não alvos.

**Figura 14** - Principais atividades desenvolvidas pela CINTTEC e produtos gerados



Fonte: CINTTEC/POSGRAP, 2020.

Figura 15 - Principais atividades desenvolvidas pela CINTTEC e produtos gerados (cont.)

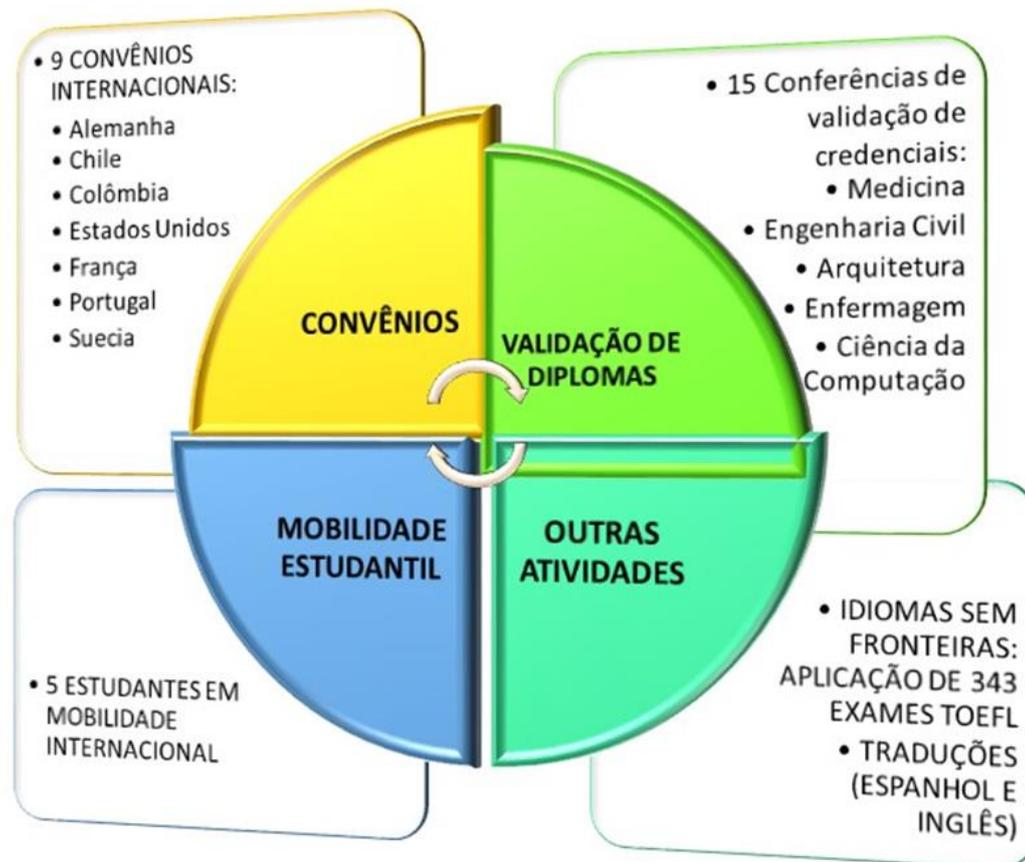


Fonte: CINTTEC/POSGRAP, 2020.

#### 4.7.4 Coordenação de relações internacionais - CORI

A Coordenação de Relações Internacionais é órgão de apoio à Pró-reitora de Pós-Graduação e Pesquisa, responsável por coordenar a execução de políticas de cooperação internacional. No ano de 2019 a CORI seguiu ampliando seu leque de atividades, conforme infográfico a seguir:

**Figura 16** - Principais atividades e resultados gerados pela CORI



Fonte: CORI/POSGRAP, 2020.

Durante o ano de 2019, os convênios internacionais assinados pela CORI, versaram, de modo geral, sobre o estabelecimento de termos de cooperação acadêmica nas áreas do ensino, da investigação, da difusão do conhecimento e do intercâmbio sociocultural. Alguns também acordaram a planificação, a execução e a avaliação conjunta de atividades nos âmbitos da docência, pesquisa, extensão e vínculo. No caso específico do Acordo com a Tolouse III, também se alcançou o escopo de mediação de unidades de informação. Foram iniciadas as tratativas com as seguintes instituições: Universidade de La Frontera (Chile), Universidade Fernando Pessoa (Portugal), Université Paris Nanterre (França), Universidade Católica de Temuco (Chile), Pennsylvania State University (Estados Unidos), Padagogische Hochschule Freiburg (Alemanha), Universidade Paul Sabatier - Toulouse III (França), Universidade de Coimbra (Portugal), sendo que todos os Acordos passaram a valer desde o ano de 2019, com exceção daquele assinado com a Universidade de Coimbra, a ser finalizado em 2020, mas que representa a empreitada da instituição rumo a novas perspectivas de

internacionalização, como a orientação conjunta de teses de doutorado, a gestão conjunta da defesa daquelas teses e por fim, a dupla titulação.

A CORI reconhece a importância da internacionalização do currículo, como estratégia para incorporar dimensões internacionais e interculturais à formação oferecida pela instituição, conectando, assim, distintas agendas institucionais, que vão desde colocar o aluno em contato com a pesquisa informada em âmbito internacional, passando pela experiência da diversidade linguística, cultural e organizacional; e chegando à internacionalização e a interculturalidade na formação profissional e na oferta de cidadãos globais; para não mencionar o ganho em torno do engajamento dos docentes orientadores, na produção de resultados internacionais.

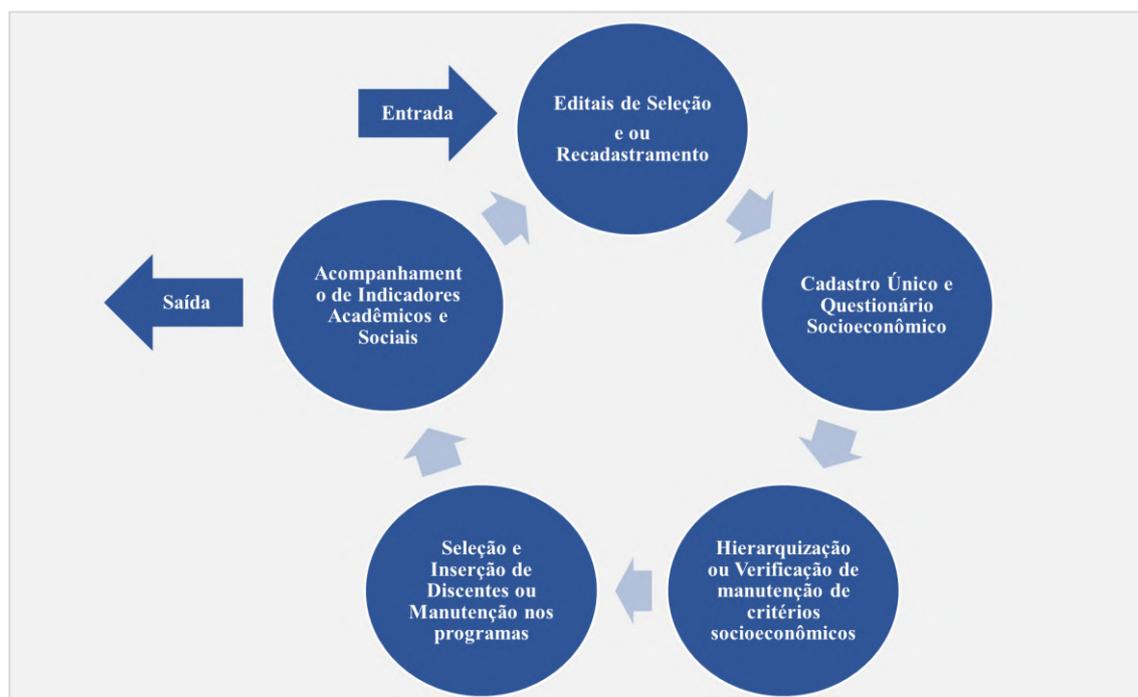
#### **4.8 Resultados da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - Proest**

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis é responsável pelo planejamento, coordenação e supervisão das atividades de assistência e de complementação do desenvolvimento físico, cultural e recreativo dos discentes da Universidade Federal de Sergipe. Através de suas Coordenações e Divisões cuida da política de auxílios a alunos em vulnerabilidade socioeconômica, alinhada com o PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil.

Dentre dessas políticas, diversas linhas de ação foram estabelecidas voltadas à permanência e ao sucesso acadêmico do estudante de graduação. Pode-se destacar a segurança alimentar, a moradia, o auxílio creche, o transporte, a manutenção acadêmica, a inclusão digital, as linhas de apoio pedagógico, o estímulo ao esporte e às atividades culturais, a saúde mental e a inclusão da pessoa com deficiência e a acessibilidade. É também da PROEST, em harmonia com as outras pró-reitorias, a responsabilidade da gestão do Programa de Bolsa Permanência UFS, que propicia oportunidades de iniciação à pesquisa, ao ensino, à extensão e a iniciação profissional, dentro das perspectivas do PNAES e com crivo social.

A PROEST possui duas coordenações e uma diretoria: Coordenação de Assistência e Integração do Estudante (CODAE), com duas divisões (Divisão de Programas de Assistência e Integração - DIPAI e Divisão de Ações Inclusivas - DAIN); Coordenação de Promoções Culturais e Esportivas (COPRE); e o Restaurante Universitário (RESUN).

A CODAE realiza o planejamento e a gestão dos auxílios da assistência estudantil e o acompanhamento do discente beneficiado, além das ações específicas de inclusão da pessoa com deficiência e de acessibilidade, através da atuação de suas divisões. A COPRE é responsável pelas ações de integração do discente através da cultura e do esporte, tanto para alunos em vulnerabilidade socioeconômica quanto para a comunidade estudantil que não se enquadra neste perfil.

**Figura 17** - Processo de inclusão e manutenção de alunos na assistência estudantil

Fonte: PROEST, 2020.

A inclusão dos discentes na assistência estudantil é através de editais regulares ou de processos de inclusão emergenciais, quando se evidencia grave risco para o aluno. Nos processos regulares são publicados editais pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis nos quais o aluno se inscreve e tem sua condição socioeconômica avaliada, após preenchimento do cadastro único e questionário socioeconômico.

Segue-se posterior hierarquização de sua condição e ele é incluído no sistema, passando a receber o auxílio ou auxílios, quando terá, a partir de então, acompanhamento de indicadores acadêmicos e sociais que determinarão sua permanência ou saída dos auxílios por conclusão do curso ou não cumprimento dos critérios de permanência.

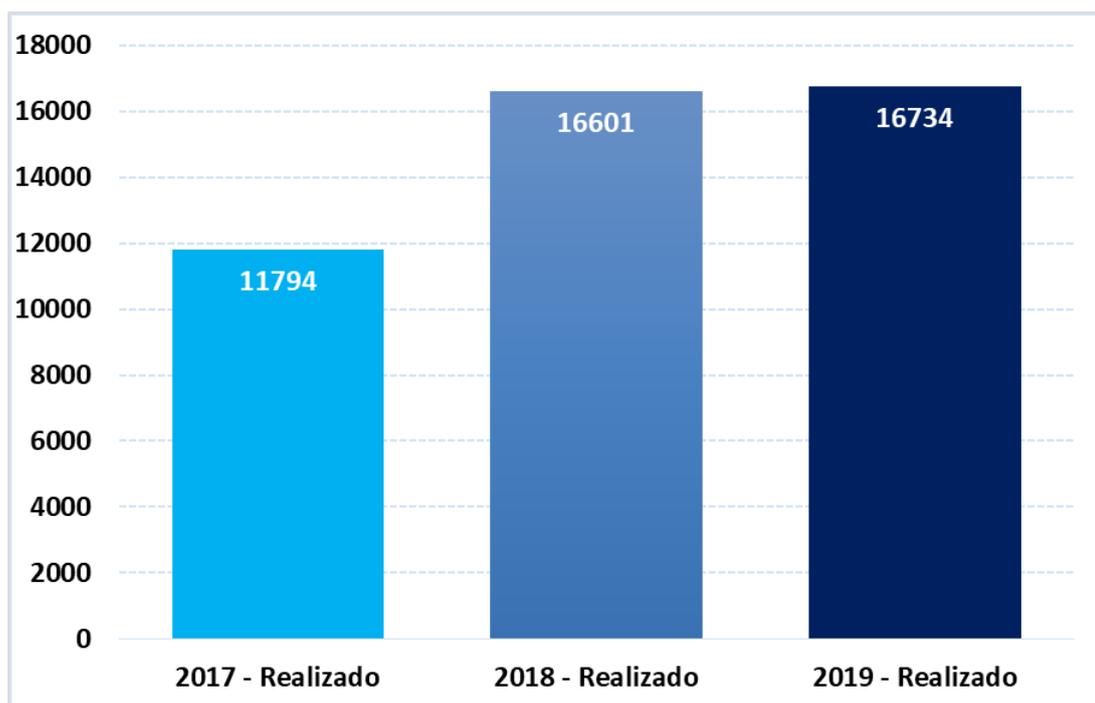
#### **4.8.1 Previsão e execução da meta física para o exercício 2019 na assistência estudantil**

A meta física para a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis é estimada como “alunos beneficiados por benefício”. Por exemplo, apesar de serem servidas mais de 800.000 refeições/ano no Restaurante Universitário e Refeitórios da UFS, utiliza-se o número de alunos habitualmente assistidos ou o número de alunos que utilizam de forma regular o sistema. Reduz-se assim a meta física para esse item específico para em torno de 6.800 alunos/benefício.

O mesmo modelo se aplica aos demais auxílios. Dessa forma, para o exercício 2019 foi estabelecida a meta física de 16.826 alunos/benefício, com realização de 16.734, correspondente a uma execução de 99,45% da meta prevista ou 0,55% a menos do que foi planejado. As razões dessa redução estão nas dificuldades encontradas frente ao funcionamento do Restaurante Universitário, quando da transição de modelo de contrato e empresa contratada. Mesmo assim, a execução correspondeu a um incremento de 0,89% frente ao exercício anterior. Podemos destacar nesse incremento à consolidação dos planos de Inclusão Digital, de Apoio acolhimento, de Apoio à Cultura

e Esporte, o funcionamento do Refeitório do campus de Lagarto (RefLag) e redirecionamento de alguns auxílios.

**Gráfico 12** - Comparativo entre total de benefícios e bolsas/aluno executados em 2017, 2018 e comparados com o exercício de 2019



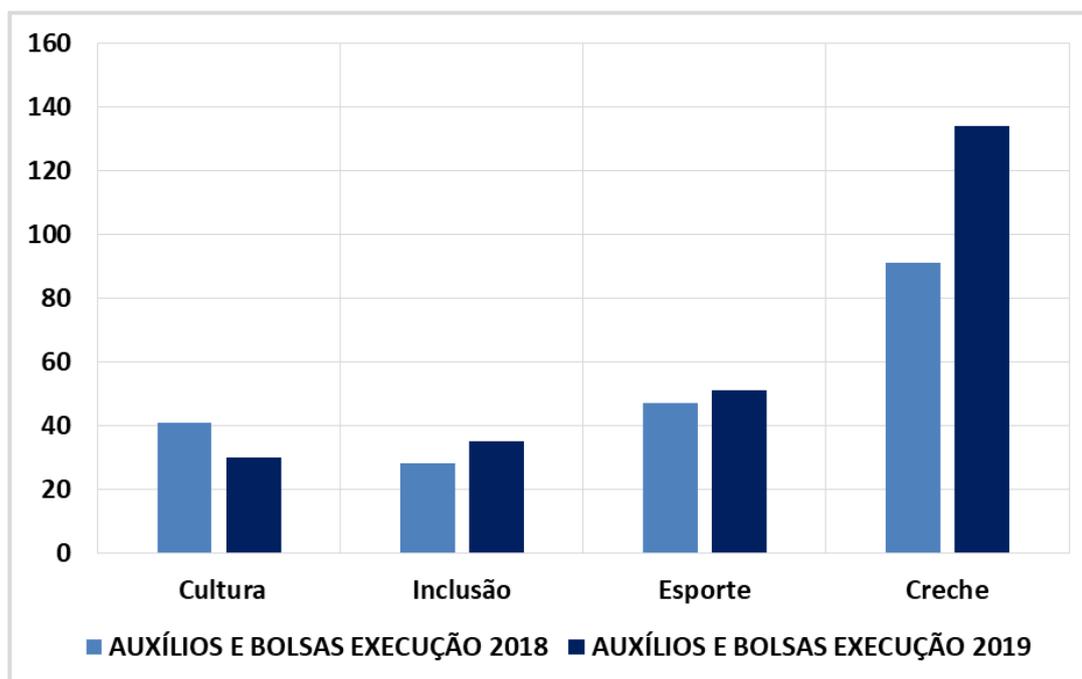
Fonte: PROEST, 2020.

Do conjunto de benefícios regulares, podemos observar a variação individual de auxílios ou bolsas ofertados. Em 2019 a administração central da UFS decidiu manter a unificação das bolsas de estímulo a pesquisa, extensão, ensino e iniciação profissional sob uma mesma denominação e mantendo, também, 100% delas sob o crivo socioeconômico, distribuídas prioritariamente para alunos vulneráveis, como determinado no PNAES.

Alguns dos auxílios e bolsas ofertados apresentaram aumento de oferta e de execução, com novas ações sendo realizadas, como o apoio acolhimento. Esse apoio corresponde ao pagamento em parcela único dos valores correspondentes ao somatório de quatro meses dos auxílios alimentação, manutenção acadêmica e transporte, para alunos ingressantes na UFS através de cotas, no subgrupo de baixa renda. Ocorreram reduções pontuais relacionadas a não existência de candidatos a determinado auxílio e das modificações estabelecidas no auxílio Apoio Pedagógico. Para fins de padronização em relação aos relatórios emitidos para o Ministério da Educação, a ação de apoio denominada de “Apoio Acolhimento” está incluída como Apoio Pedagógico e é voltada para fornecer auxílio pecuniário a alunos admitidos em cotas socioeconômicas. Os gráficos abaixo (Gráficos 13 e 14), mostram o comparativo entre a execução nos exercícios de 2018 e 2019.

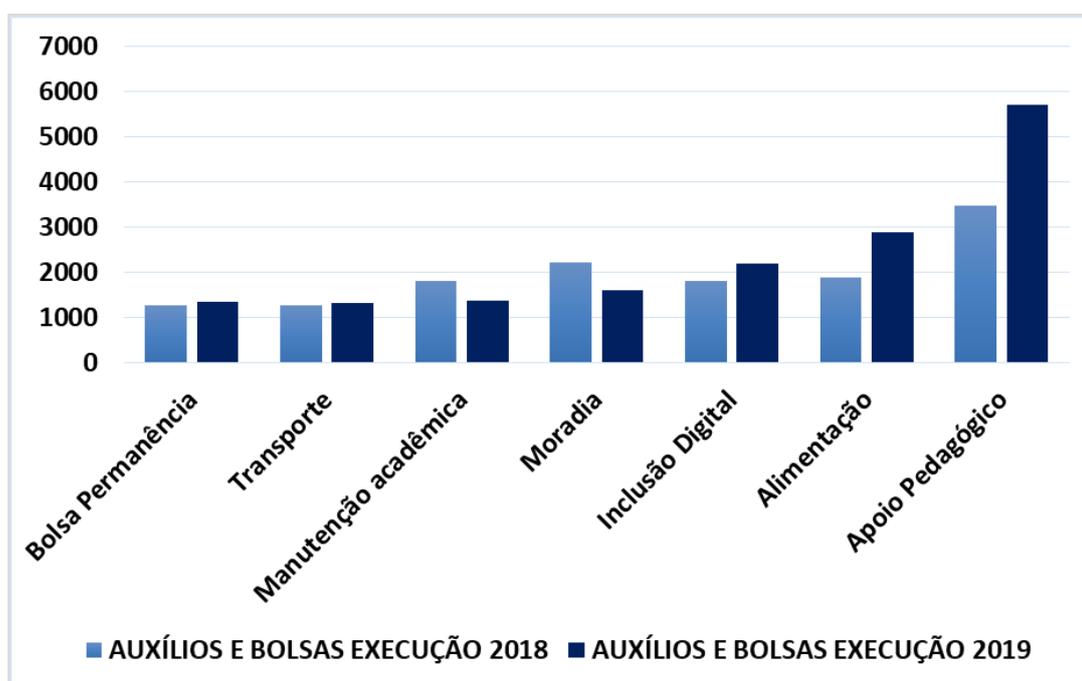
**Gráfico 13** - Comparativo da execução de auxílios, individualizados por tipo, entre os anos de

2018 e 2019. As unidades são alunos/benefício (parte 1)



Fonte: PROEST, 2020.

**Gráfico 14** - Comparativo da execução de auxílios, individualizados por tipo, entre os anos de 2018 e 2019. As unidades são alunos/benefício (parte 2)



Fonte: PROEST, 2020.

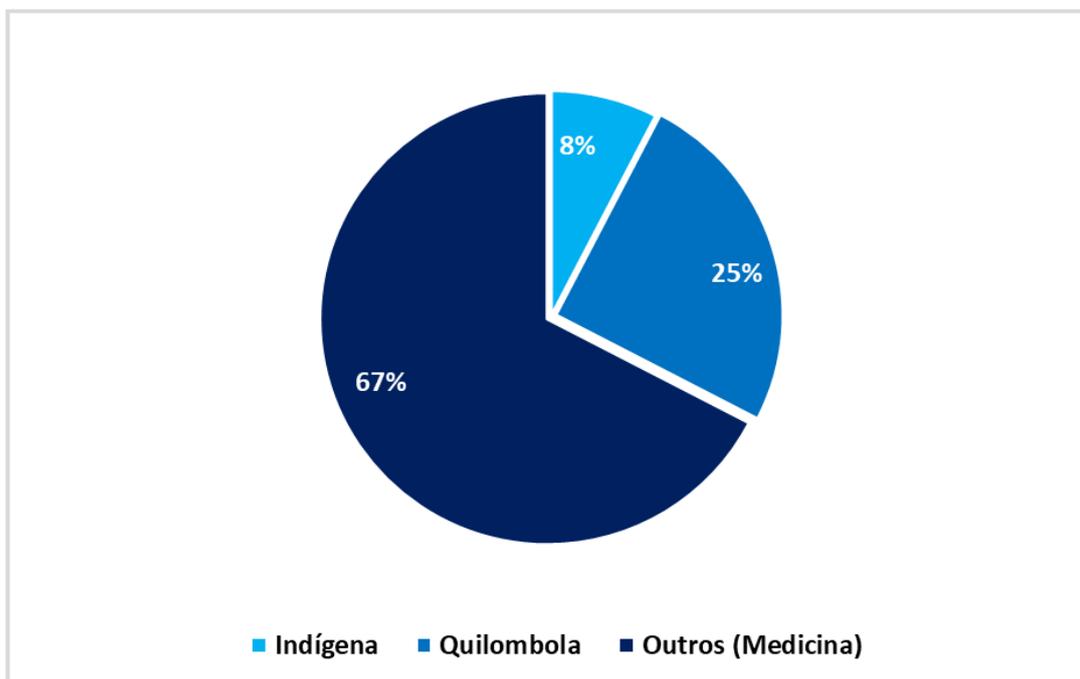
#### 4.8.2 Outros programas e iniciativas vinculadas a assistência estudantil

A PROEST é também responsável pela gestão do Programa Bolsa Permanência do MEC, programa diverso da Bolsa Permanência – UFS. Nesse programa são atendidos,

com bolsa pecuniária, alunos provenientes de remanescentes de quilombos, indígenas e, ainda, porção residual de alunos dos cursos de medicina da UFS.

O programa encerrou o ano de 2019 com 184 estudantes ativos, sendo 46 provenientes de remanescentes de quilombos e 14 indígenas. Em relação a 2018 houve considerável redução do total de alunos fora dos grupos indígenas e quilombolas, em virtude de não ter havido inclusões e concludentes fora desses grupos.

**Gráfico 15** - Distribuição de alunos do Programa Bolsa Permanência por grupo: Indígenas (14), Quilombolas (46) e Medicina (124)



Fonte: PROEST, 2020.

A DAIN, responsável por muitas das ações voltadas para a pessoa com deficiência e outras estratégias de inclusão e acessibilidade, ofereceu atendimento contínuo, notadamente através de intérpretes de Libras e outros serviços, a 907 alunos (ouvintes e não ouvintes), englobando também a assistência a professores. Além disso, realizou atividades de capacitação, produção de material didático especial, publicação de manuais e editais em vídeos e atendimento da comunidade externa à UFS, em eventos específicos.

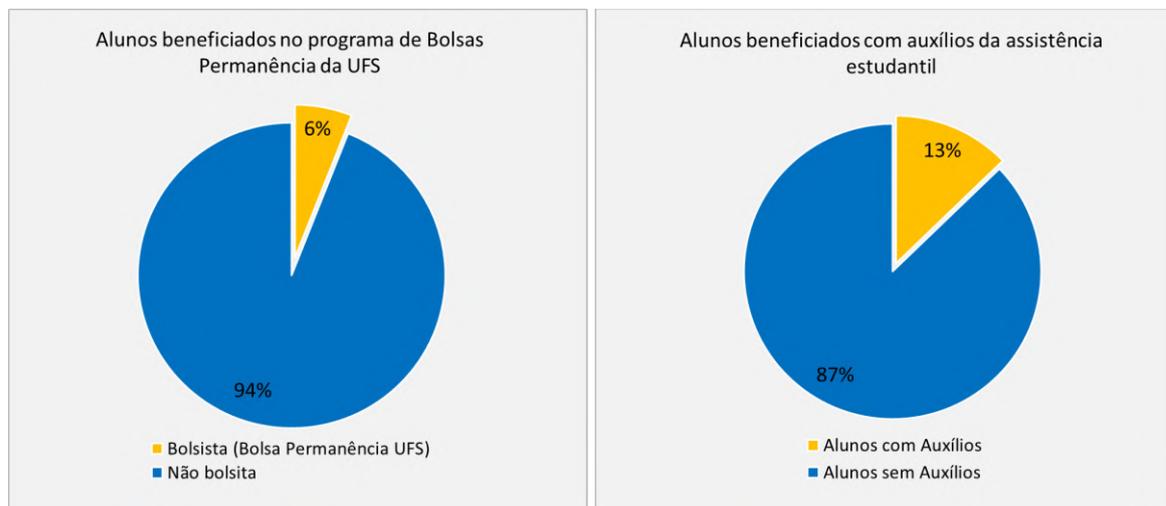
Além da gerência dos recursos, bolsas e auxílios, a PROEST também oferece atenção em saúde mental através do Serviço de Psicologia da Assistência Estudantil, além da atenção pelo Serviço Social e acompanhamento pedagógico.

#### **4.8.3 Considerações sobre o desempenho no exercício 2019**

A PROEST, de forma conjunta com as outras pró-reitorias e por iniciativa da Reitoria, conseguiu ampliar o atendimento de alunos vulneráveis com a consolidação do Programa Bolsa Permanência - UFS. Essa ação conjunta permitiu que alunos, prioritariamente em vulnerabilidade socioeconômica, tivessem ao menos 1280 bolsas em editais publicados pelas diversas pró-reitorias. Separadamente, o programa próprio de bolsa permanência da UFS, excluindo-se alunos do Bolsa Permanência MEC, beneficiou 6% dos mais de 24 mil alunos da UFS, e ofereceu oportunidade de

participação em projetos de iniciação científica e tecnológica, extensão, ensino e iniciação profissional. Já os programas de auxílios, não vinculados a vivências específicas, beneficiou 13% do total de alunos de cursos presenciais da UFS, um aumento de 3% em comparação ao ano anterior. Esses números não levam em conta o total de alunos que utilizam o RESUN (Restaurante Universitário) e o RefLag (Refeitório Lagarto) pelo menos uma vez no exercício, o que eleva o total de alunos beneficiados a aproximadamente 50% dos alunos matriculados em cursos presenciais.

**Gráfico 16** - Percentual de alunos participantes de programas de bolsas e auxílios, com recursos vinculados ao Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES



Fonte: PROEST, 2020.

Podemos considerar que as metas estabelecidas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis para o exercício 2019 foram atingidas, não tendo havido limitações maiores para a sua execução. Para o próximo exercício fica a perspectiva de similar execução e oferta de auxílios e bolsas, apesar de novas iniciativas determinadas pela gestão central da UFS. Merece destaque o interesse na ampliação do sistema de restaurantes e refeitórios da UFS, com eventual aumento da necessidade de recursos e introdução de auxílio específico para acolhimento de novos alunos admitidos em cotas socioeconômicas.

#### **4.8.4 Resumo dos resultados obtidos frente à meta física e execução orçamentária**

Frente ao orçamento disponível para o exercício, vinculado a ação 4002, um total de R\$ 31.685.919,64, foi em sua totalidade empenhado, sendo liquidado até 31 de dezembro de 2019 o valor de R\$ 22.173.700,49.

O ano de 2019 foi particularmente difícil para atender as demandas de oferta de refeições prontas em virtude de desistências da empresa contratada para realização da oferta. No entanto, o número de alunos atendidos após a regularização dos serviços apresentou considerável aumento em relação ao ano anterior. Dentro do planejamento previsto para a ação e de responsabilidades da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, está a abertura de novas unidades vinculadas ao Sistema de Restaurantes e Refeitórios da Assistência Estudantil. Atualmente o sistema atende os campi de São Cristóvão e de Lagarto, estando em andamento as previsões de funcionamento no exercício 2020 para os campi de Itabaiana, cujas estruturas se encontram em licitação, Laranjeiras, Sertão e campus da Saúde do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde.

#### 4.9 Resultados da Pró-Reitoria de Extensão - PROEXT

Analisando o Quadro 14 abaixo, nota-se que a PROEX alcançou um total de 2.070 atividades em 40% do território Sergipano dentre todas as áreas temáticas (comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho). Os municípios que mais se destacaram, recebendo mais de 100 ações, foram: Aracaju, São Cristóvão, Lagarto, Itabaiana e Nossa Senhora da Glória; e recebendo de 50 até 100 ações: Laranjeiras. Os mesmos se destacam por serem municípios que contêm um campi da UFS.

Com o indicador alcance de atividades por tipo (cursos, eventos e projetos) pôde-se notar que mais de 60% (1.252) das atividades se caracterizam como eventos, 23,14% (479) como cursos e 16,38% (339) como projetos.

O processo ensino-aprendizagem na extensão possui um arsenal metodológico diferenciado, uma vez que acontece através de encontros entre alunos, docentes, técnicos-administrativos e a comunidade, onde são incorporados outros saberes, criando um novo senso comum e ampliando a capacidade de reflexão sobre as práticas constituídas pelas experiências.

Visto isso, os indicadores participação de docentes e técnicos, participação de discentes e público atingido mostrou que as atividades foram desenvolvidas com a participação de 887 docentes e 147 técnicos-administrativos, 1.813 discentes e o público estimado na execução de todos os projetos alcançou o número de 89.356 pessoas beneficiadas, incluindo o público vinculado (1.522) às atividades realizadas pelo Centro de Empreendedorismo (CEMP) que atua na articulação das ações dos programas e projetos institucionais de extensão que objetivem a instalação, difusão e o desenvolvimento de uma cultura e de um ecossistema empreendedor na UFS.

As atividades de extensão permitem que os estudantes apliquem seus conhecimentos acadêmicos interagindo com a comunidade na qual a ação será desenvolvida. Para viabilizar essas atividades, a PROEX fornece apoio por meio de bolsas de extensão pelo programa de assistência estudantil (PNAES). Deliberar o auxílio implica em muito mais que financiamento, consiste na ajuda de custo pela troca de trabalho realizado com a comunidade.

Em conformidade com o Plano Nacional de Extensão, em 2019 foram concedidas 810 bolsas através de Editais, disponibilizadas para todos os centros e campi como podem ser identificados no infográfico abaixo.

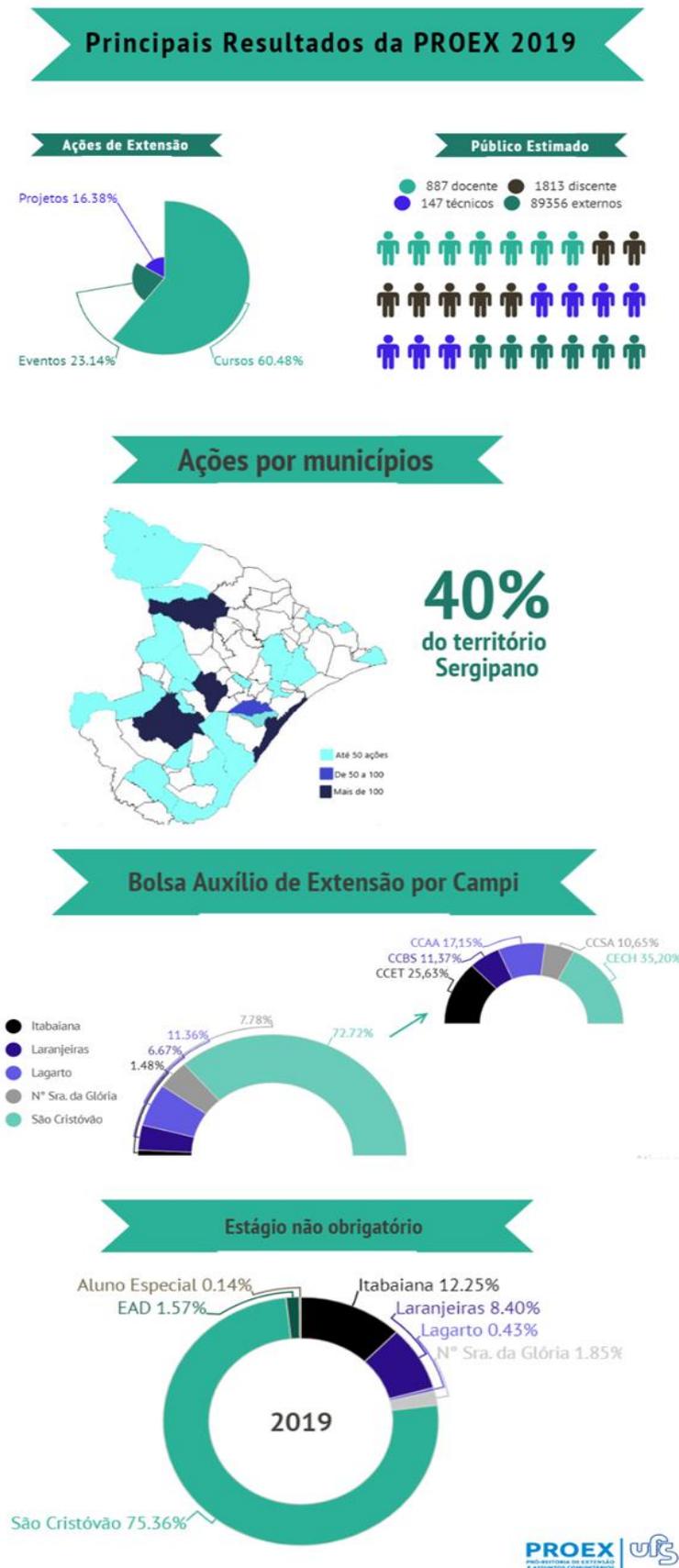
E ainda, a PROEX através da Central de Estágio atua na captação, divulgação e registro das oportunidades de estágio não obrigatório provenientes de instituições públicas e privadas para os discentes de todos os cursos da UFS. Em 2019, 1.944 vagas foram ocupadas pelos diferentes campi.

**Quadro 14 - Indicadores adicionais - Proex**

<b>Indicador</b>		<b>2019</b>
Alcançabilidade de ações extensionistas		2.070
Articulação extensionista entre projeto e ações		16,38%
Articulação extensionista entre cursos e ações		23,14%
Articulação extensionista entre eventos e ações		60,48%
Proporção de ações com Financiamento Interno		12,17%
Proporção de discentes bolsistas em projetos		44,68%
Número de discentes em ação		1.813
Número de participantes externos em ações		1.895
Público alcançado		89.356
Alcance de docentes por nível envolvidos na ação		887
Proporção de Técnicos envolvidos na ação		147
Alcance de ações por Área Temática	Comunicação	108
	Cultura	313
	Direitos Humanos e Justiça	85
	Educação	671
	Meio Ambiente	156
	Saúde	364
	Tecnologia e Produção	235
	Trabalho	138

Fonte: PROEX, 2020.

Figura 18 - Principais resultados da extensão UFS, 2019



Fonte: PROEX, 2020.



Entrada do Campus de Lagarto (Foto: Adilson Andrade, Ascom/UFS)

## 5 ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

---

### 5.1 Gestão de pessoas

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas entende que a capacitação dos servidores é um componente do planejamento institucional que agrega qualidade às relações humanas e aos processos de trabalho que fundamentam a instituição. Desse modo, a PROGEP, ao longo dos últimos anos, em consonância com as diretrizes nacionais para o desenvolvimento de servidores, tem pensado e desenvolvido ações de capacitação que atendam necessidades humanas e organizacionais.

As ações de capacitação que visam o bem-estar do servidor no ambiente organizacional integram eixos temáticos voltados primordialmente para a busca e preservação da saúde física e mental, bem como para o desenvolvimento e progresso pessoal do servidor, elementos fundamentais para o fortalecimento da base humana sob a qual se constitui a instituição. Por outro lado, o atendimento das demandas organizacionais possibilita o conhecimento e a compreensão dos processos que compõem a cultura organizacional e culmina na melhoria da qualidade desses processos, contribuindo, conseqüentemente, para a concretização da missão institucional.

Condizente com o entendimento, no ano de 2019 a PROGEP capacitou 750 servidores, sendo 281 docentes e 469 técnicos, através da realização de 52 eventos de capacitação, de um total de 59 planejados. Considerando que um único servidor, por vezes, realiza mais de uma ação de capacitação, obteve-se um total de 1.593 capacitações concluídas.

Destas capacitações, 439 foram concluídas por servidores docentes e 1.154 foram concluídas por servidores do quadro técnico-administrativo. A meta estipulada para o ano de 2019 era capacitar 800 servidores. O percentual de capacitados resultou em 93,75% de alcance da meta.

Os resultados demonstram uma progressão com relação ao ano de 2018, quando foram realizados 46 eventos e capacitados 710 servidores. A não realização de todos os eventos planejados foi um fator preponderante para que a meta estabelecida não tenha sido alcançada. Dos eventos planejados e não realizados, dois eram capacitações a distância e outros cinco eram capacitações presenciais. Para um deles não houve disponibilidade de Professor Conteudista (função responsável pela elaboração de material didático dos cursos em EaD), para outros dois não houve disponibilidade de Instrutor (função responsável por ministrar as aulas presenciais) e para os demais não se atingiu o quantitativo mínimo de 15 servidores inscritos, conforme previsto no parágrafo terceiro da Instrução Normativa nº 01/2018 da PROGEP.

Nesse contexto de resultados da capacitação, cabe destacar a relevância da Plataforma Capacite-se ([www.capacitese.ufs.br](http://www.capacitese.ufs.br)). Configurada no Ambiente de Aprendizagem Moodle, opera desde o ano de 2009, quando foi formalizada como Universidade Corporativa da UFS (UCUFS). No ano de 2016 passou por uma reformulação estrutural e conforme foi crescendo no decorrer dos últimos anos, consolidou-se como um importante instrumento de apoio logístico, possibilitando maior alcance e flexibilização das ações de capacitação. Seus resultados agregam valores quantitativos e qualitativos que somados confirmam a sua importância para a capacitação dos servidores da UFS.

Com as novas diretrizes para a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal, implementadas pelo Decreto 9.991/2019 e pela Instrução Normativa 201/2019, um novo cenário se configurou no âmbito da capacitação de servidores. A PROGEP, desde então, manteve-se atenta aos novos rumos da capacitação, providenciando as adequações necessárias à nova realidade e zelando, ao mesmo tempo, para que se preserve o equilíbrio entre os desenvolvimentos humano e organizacional, fundamentais ao crescimento institucional.

Os dados identificados na Tabela 15 correspondem às despesas com pessoal no período de 2018 e 2019, dispostas conforme o vínculo funcional. Observa-se que a despesa com o ativo permanente e com os aposentados são as mais expressivas. O pessoal ativo mantém-se no patamar de aproximadamente 64%, enquanto os aposentados um pouco acima de 27%. Em valores absolutos, a despesa com o ativo permanente teve um crescimento de aproximadamente R\$ 555 mil e os aposentados em torno de R\$ 472 mil e, desse modo, a despesa total com pessoal teve um crescimento real de R\$ 1,09 milhões.

Tabela 15 - Custo com pessoal, participação relativa e contribuição de cada vínculo para a

variação total – UFS, 2018 e 2019

SITUAÇÃO VÍNCULO	2018 (dez 2019=100)	%	2019	%	Δ Abs	Contribuição de cada rubrica para a variação (%)
CONT.PROF.SUBSTITUTO	621.511,74	2,63	646.650,95	2,61	25.139,21	2,29
CONTR.PROF.VISITANTE	9.600,92	0,04	0,00	0,00	-9.600,92	-0,87
ATIVO PERMANENTE	15.260.066,25	64,48	15.814.546,23	63,86	554.479,98	50,47
APOSENTADO	6.423.177,40	27,14	6.894.603,76	27,84	471.426,36	42,91
NOMEADO CARGO COMISSÃO	74.542,78	0,31	78.325,34	0,32	3.782,56	0,34
CEDIDO	635.457,44	2,69	648.603,21	2,62	13.145,77	1,20
EXCEDENTE A LOTACAO	44.795,69	0,19	16.088,12	0,06	-28.707,57	-2,61
INSTITUIDOR PENSÃO	596.799,76	2,52	665.669,54	2,69	68.869,78	6,27
<b>TOTAL</b>	<b>23.665.951,98</b>	<b>100,00</b>	<b>24.764.487,15</b>	<b>100,00</b>	<b>1.098.535,17</b>	<b>100,00</b>

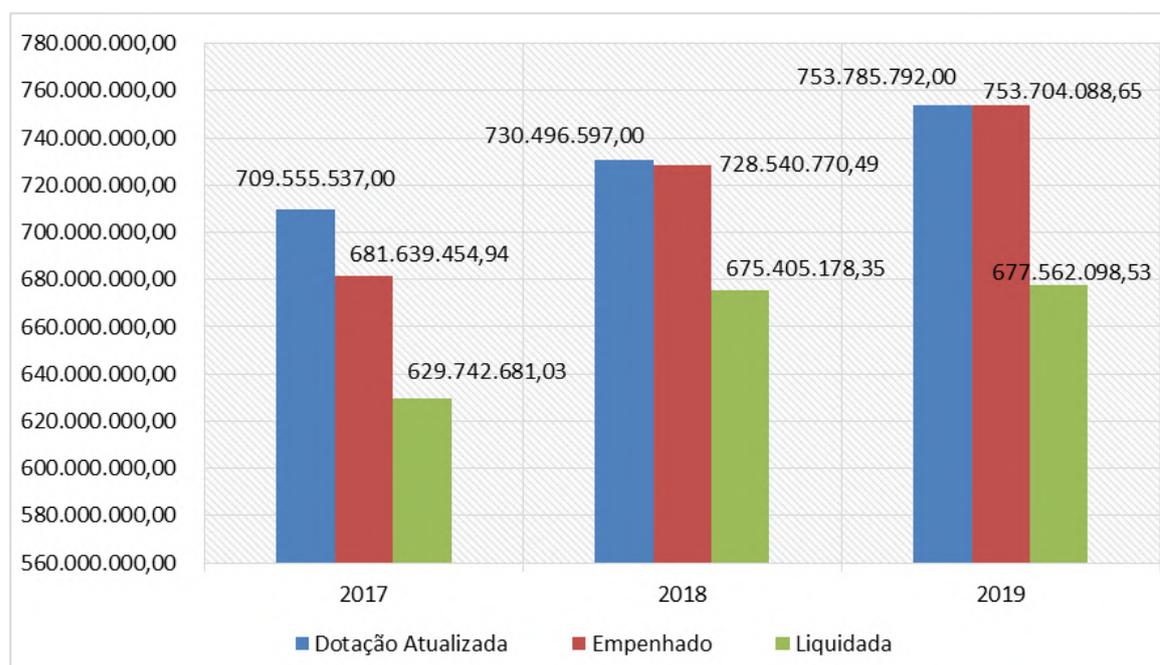
Fonte: PROGEP, 2020.

No tocante à contribuição de cada situação de vínculo para a variação no período de 2018 e 2019, constata-se que cerca de 51% do aumento da despesa com pessoal corresponde aos ativos e de 43% aos aposentados. Identifica-se uma redução na despesa com professores visitantes, não havendo registro de despesa para essa situação de vínculo em 2019. Nota-se também uma redução na despesa com os excedentes de lotação.

## 5.2 Gestão orçamentária e financeira

Este tópico apresenta os montantes das dotações atualizadas, dos créditos orçamentários empenhados e liquidados na Fundação Universidade Federal de Sergipe - FUFSS, referente aos exercícios de 2017, 2018 e 2019.

**Gráfico 17 - Total da Execução Orçamentária Anual**

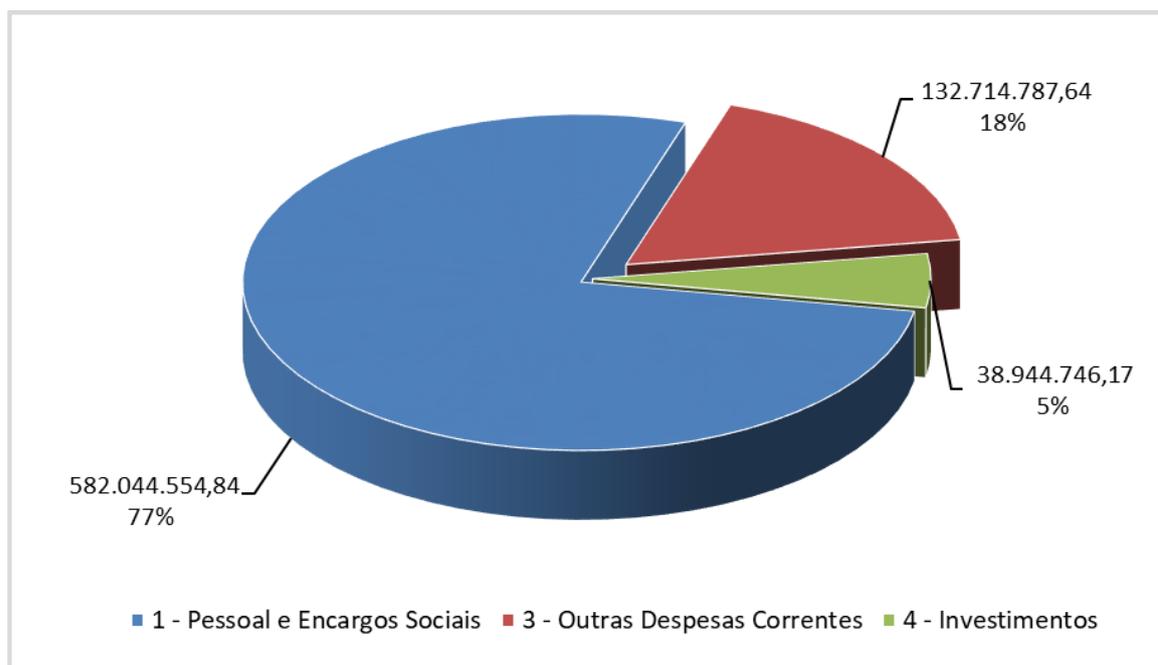


Fonte: SIAFI, 2020.

A análise comparativa no Gráfico 17 revela que a execução orçamentária da FUFs, em termos de créditos empenhados, correspondeu no período de 2017 a 2019 aos percentuais de 96% a 99%. Dos valores orçamentários empenhados, observa-se que os percentuais de liquidações importaram em: a) no exercício de 2017, a 92%; b) no exercício de 2018, a 93%; e, c) no exercício de 2019, a 90%. Os percentuais mostram que tanto a execução orçamentária quanto a execução financeira obtiveram êxitos significantes em relação à capacidade de realização.

Por fim, ressalta-se que a execução orçamentária e financeira da FUFs subsidia as realizações dos fins Institucionais, que promovem o desenvolvimento humano, social e científico, a saber: formação dos discentes nos cursos da graduação e pós-graduação; viabilidade de pesquisas e atividades de extensão universitária, nas diversas áreas do conhecimento.

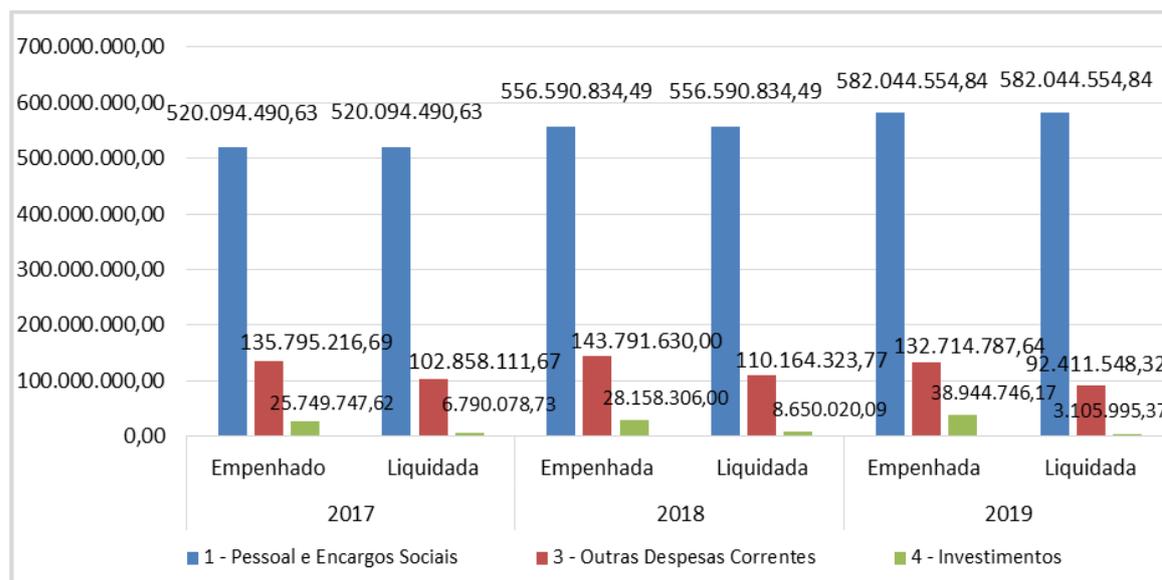
**Gráfico 18 - Grupos de despesas, 2019**



Fonte: SIAFI, 2020.

A classificação orçamentária por grupo de despesa, plotado no gráfico acima, mostra que 77% do orçamento da UFS se referem às despesas de pessoal e encargos sociais. Alude-se que, este resultado é esperado, posto que, a atividade principal da UFS é a prestação de serviços educacionais, é a atividade de ensino superior que, por sua vez, requer um quadro de recursos humanos, altamente qualificado (composto por mestres, doutores, etc.) nas diversas áreas do conhecimento. As despesas de funcionamento e manutenção (custeio) equivaleram a 18% do orçamento da Instituição. Observa-se um decréscimo de 2% do gasto em relação ao exercício de 2018.

O montante orçamentário para aquisições de bens de capital e investimentos em obras compreendeu 5% do orçamento anual; o que implica em elevação de 1% em relação aos investimentos de 2018. Ressalta-se que, nos últimos quatro anos, os investimentos para as Universidades Federais estão aquém do esperado, diante à necessidade de atender a demanda reprimida por ensino público, nas Universidades Federais (UF).

**Gráfico 19 - Despesas empenhadas e liquidadas em 2017, 2018 e 2019**

Fonte: SIAFI, 2020.

O gráfico acima permite a visualização das execuções orçamentárias e financeiras, da FUFS, por exercício. Nesse contexto, observa-se que o grupo 4, “investimentos” (tarjado de cor verde), apresenta contínua elevação do orçamento empenhado, passando de R\$ 25.749.747,62 no exercício de 2017, para R\$ 38.944.746,17, no exercício de 2019. Já o grupo de “despesa de custeio” apresentou decréscimo expressivo no ano de 2019, comparativamente ao exercício de 2017, passando de 135.795.216,00 para 132.714.788.

Dentre as causas que implica a redução do crédito empenhado, em custeio, apresenta-se a emenda constitucional nº 95/2016 que limita o teto de gastos no Governo Federal e sacrifica a arrecadação de recursos próprios das UF, posto que se as UF arrecadarem recursos financeiros, além dos valores previsto na Lei\Orçamentária Anual – LOA, terá que ofertar ao Governo para quitar despesas que deveriam ser pagas com recursos de outras fontes do Governo Federal.

Nesse sentido, esta medida desestimula à arrecadação de recursos próprios nas UF. Alude-se, ainda, que as despesas inerentes à “grupo pessoal e encargos sociais” apresentaram gradativo acréscimo da dotação empenhada, conforme plotado nas colunas dos gráficos (tarjados de cor azul). As elevações dos créditos empenhados, neste grupo de despesa, dar-se por força do crescimento vegetativo da folha de pagamento, em razão dos direitos garantidos em leis específicas, das remunerações por tempo de serviços e ou pela elevação da instrução (especialização, mestrado, doutorado) dos servidores; dar-se, ainda, pela contratação de novos servidores e ou de professores substitutos.

Quanto às aquisições de investimentos, no exercício de 2019, a FUFS realizou as seguintes ações:

- Execução de Subestação de 69/13,8KV e Reforma da rede.
- Reforma elétrica e ampliação do departamento de radiações.
- Infraestrutura dos módulos habitáveis do Hospital Universitário de Lagarto.
- Infraestrutura do Centro de Psicologia no Campus de São Cristóvão.
- Conclusão, reforma e adequação da maternidade do Hospital Universitário.
- Reforma do Hospital Universitário de Lagarto – em execução

- Construção do CRQV e infraestrutura complementar de Simão Dias – em execução.
- 1ª etapa de implantação do Campus Universitário do Sertão – em execução.
- Segunda etapa da reforma do Centro de Cultura e Arte – em execução.
- Reforma do Departamento de Odontologia – em execução.
- Construção dos laboratórios didáticos no Campus do Sertão – em execução.
- Construção do Centro de Vivência do Campus do Sertão – em execução.
- Infraestrutura dos módulos habitáveis do Campus de Itabaiana – em execução



Campus do Sertão (Foto: Adilson Andrade, Ascom/UFS)

## 6 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

---

### 6.1 Declaração Anual do Contador

#### Fundação Universidade Federal de Sergipe

Órgão: 26281

UGs: 154050 e 154177

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2019 da Fundação Universidade Federal de Sergipe.

Esta declaração refere-se a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2019, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto os assuntos relacionados a seguir:

Ressalvas:

- a) 300 - Falta de conciliação bancária;
- b) 632 - Saldos alongados/indev. contas trans. at. não circulante-imobil;

- c) 634 - Falta avaliação Bens Móv/Imóv/Intang/outros;
- d) 640 - Saldo contábil bens móveis não confere com/RMB;
- e) 642 - Falta/Evolução incompatível Deprec. AT. Imobilizado; e
- f) 643 - Falta/Evol. Incompatível Amortização At. Intangível.

Justificativa para permanência de restrições contábeis no encerramento do exercício de 2019:

- a) 300 - Não regularização da conta contábil 1.1.1.1.19.03 – CEF, referente às cauções, por motivo de não emissão dos extratos bancários em tempo hábil, apesar das solicitações encaminhadas à CEF;
- b) 632 - Saldos alongados na conta transitória do Ativo Não Circulante 1.2.3.2.1.99.05, Bens Imóveis a Classificar, devido a não regularização dos imóveis da UFS no sistema SPIUNET. Informamos que a UFS ainda não finalizou o processo da escritura do terreno do campus São Cristóvão, mas estamos verificando a possibilidade da realização da baixa da conta imóveis a classificar, tendo em vista que já existe o registro do terreno no SPIUNET;
- c) 634 – Ainda não foi realizada a reavaliação dos bens. No entanto, foi formada uma comissão de técnicos para realizar a reavaliação, mas foi verificada pela comissão que devido à grande quantidade e variedade de itens de bens permanentes não foi possível efetuar com o quadro de técnicos envolvidos. A PROAD já se reuniu com a STI (Superintendência de Tecnologia de Informação) apresentando a demanda da criação de um sistema que possibilite a reavaliação dos bens permanentes. A unidade de Patrimônio da UG 154177 informa que está providenciando a avaliação dos bens patrimoniais;
- d) 640 - As conciliações da conta contábil 1.2.3.1.0.00.00 - Bens Móveis dos anos de 2008 a 2012 foram concluídas e a partir de 2013 vêm sendo realizadas mensalmente. Porém, ainda permanecem as diferenças históricas, o que justifica a continuidade da restrição dada na conformidade contábil deste Órgão. Informamos que será encaminhado ao Conselho Diretor o pedido de baixa da diferença histórica existente, tendo em vista que foi constatado através da conciliação a impossibilidade de verificação de valores anteriores a 2008. A UG 154177 está efetuando as devidas atualizações no Sistema Patrimonial (SIPAC);
- e) 642 - Com relação à depreciação, informamos que nem todos os imóveis estão registrados no SPIUNET o que impossibilita a atualização de valores e que não está sendo feita a depreciação dos bens anteriores a 2010. Informamos que será realizada a depreciação dos bens anteriores a 2010 após a implantação do novo Sistema Integrado de Gestão Patrimonial do Governo Federal. Na UG 154177 a unidade de Patrimônio informa que o Sistema de Patrimônio (SIPAC) não permite a realização da depreciação de anos anteriores a 2010 e que está buscando outras alternativas para efetuar o cálculo da depreciação de exercícios anteriores a este período; e

- f) 643 - Não regularização da conta 1.2.3.81.05.00 – Amortizações Acumulada – A realização da amortização pelo setor de patrimônio dos subitens softwares e marcas e patentes está sendo feita de modo parcial, tendo em vista que estão sendo realizados ajustes no sistema visando a retificação de alguns parâmetros que possibilitarão que o procedimento de amortização ocorra para todos os itens.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

São Cristóvão, 10 de janeiro de 2020.

Cristiane Feitoza Dantas  
CRC SE-005692/O-4  
Contadora Responsável pelo Órgão -26281

## 6.2 Base de Preparação das Demonstrações Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis da Fundação Universidade Federal de Sergipe (FUFSE) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). Abrangem também as NBCASP (Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade): NBC TSP (Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 01 a 21; NBC T 16.7 e NBC T 16.11); as instruções do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª edição; a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) (Portaria STN nº 700/2014), bem como o Manual SIAFI, que contém orientações e procedimentos específicos por assunto (macrofunções).

As NBC TSP citadas acima guardam correlação com as *International Public Sector Accounting Standards – IPSAS*, tendo em vista que o Brasil é um dos países signatários da convergência às normas internacionais.

As demonstrações do Órgão Fundação Universidade Federal de Sergipe (FUFSE) são formadas pelas Unidades Gestoras da Fundação Universidade Federal de Sergipe e do Hospital Universitário da FUFSE, sendo elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer aos diversos usuários informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

Compõem as notas explicativas as seguintes demonstrações contábeis:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF); e
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

### 6.2.1 Resumo dos Principais Critérios

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

**a) Moeda funcional**

A moeda funcional utilizada é o Real. As Demonstrações da FUFSE não apresentam registros em moeda estrangeira.

**b) Caixa de equivalentes de caixa**

São os valores disponíveis em caixa da conta única do Tesouro Nacional. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

**c) Créditos a curto prazo**

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos concedidos; (ii) depósitos restituíveis e valores vinculados; e (iii) outros créditos a receber e valores a curto prazo. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original e, quando aplicável, acrescido das atualizações monetárias e juros.

**d) Estoques**

Compreendem os materiais estocados em almoxarifado. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Os materiais destinados diretamente aos setores de utilização entram e saem do estoque concomitantemente, sendo registrado como despesa.

**e) Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipada**

Correspondem aos lançamentos de despesas pagas ou devidas com antecedência, mas referindo-se a períodos de competências subsequentes. Exemplos: pagamento de seguros e assinaturas e anuidades de periódicos.

**f) Imobilizado**

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

**g) Intangível**

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do

valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (Impairment).

**h) Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis**

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis se inicia a partir do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

**i) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet**

O valor depreciado dos bens imóveis é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

**j) Passivo circulante**

As obrigações da FUFSE são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

O passivo circulante apresenta a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) fornecedores e contas a pagar; (iii) obrigações fiscais; e (iv) demais obrigações.

**k) Apuração do resultado**

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I – Patrimonial;
- II – Orçamentário; e
- III – Financeiro.

**l) Resultado Patrimonial**

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para FUFSE e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a FUFSE, implicando em saída de recursos ou em

redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

#### **m) Resultado Orçamentário**

O regime orçamentário da FUFSE, como o dos demais órgãos da União, segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964, em que pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

#### **n) Resultado Financeiro**

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da FUFSE. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O Balanço Financeiro, conforme a Lei 4.320/64, evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

### **6.3 Principais Mudanças de Práticas Contábeis**

A partir de 2019 os Termos de Execução Descentralizados (TED) recebidos pela FUFSE passaram a ser lançados nas contas 218920600 – Transferências Financeiras a Comprovar e 364020100 – Incorporação de Passivos. Quando prestado contas, é feita a baixa da conta de Passivo e registrada uma receita na conta 464020100 – Ganhos com Desincorporação de Passivos.

## 6.4 Demonstrativos Contábeis

## Balanço Patrimonial

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>61.662.781,59</b>	<b>68.949.766,42</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	57.396.522,37	55.661.091,08
Créditos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	685.954,54	10.196.942,95
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-
Estoques	3.494.619,96	3.043.457,88
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	85.684,72	48.274,51
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>786.719.387,17</b>	<b>778.507.025,53</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-
<b>Investimentos</b>	-	-
Participações Permanentes	-	-
Propriedades para Investimento	-	-
Propriedades para Investimento	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-
<b>Imobilizado</b>	<b>785.525.888,50</b>	<b>777.539.537,31</b>
Bens Móveis	119.695.258,28	116.718.871,18
Bens Móveis	178.502.133,80	162.514.149,15
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-58.806.875,52	-45.795.277,97
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-
Bens Imóveis	665.830.630,22	660.820.666,13
Bens Imóveis	678.626.616,26	666.606.218,23
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-12.795.986,04	-5.785.552,10
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-
<b>Intangível</b>	<b>1.193.498,67</b>	<b>967.488,22</b>
Softwares	1.045.710,23	813.297,19
Softwares	1.066.161,90	815.945,51
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-20.451,67	-2.648,32
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	147.788,44	154.191,03
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	199.107,00	171.303,00
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-51318,56	-17.111,97
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-
Direitos de Uso de Imóveis	-	-
Direitos de Uso de Imóveis	-	-
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-
<b>Diferido</b>	-	-
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>848.382.168,76</b>	<b>847.456.791,95</b>

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>130.532.114,43</b>	<b>57.948.001,51</b>
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	46.510.494,31	43.078.045,70
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	3.074.966,44	5.264.831,87
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Provisões a Curto Prazo	-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	80.946.653,68	9.605.123,94
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>425.719,15</b>	<b>-</b>
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	393.543,88	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Provisões a Longo Prazo	-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo	32.175,27	-
Resultado Diferido	-	-
<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>	<b>130.957.833,58</b>	<b>57.948.001,51</b>

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
<b>Patrimônio Social e Capital Social</b>	-	-
<b>Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital</b>	-	-
<b>Reservas de Capital</b>	-	-
<b>Ajustes de Avaliação Patrimonial</b>	-	-
<b>Reservas de Lucros</b>	-	-
<b>Demais Reservas</b>	-	-
<b>Resultados Acumulados</b>	<b>717.424.335,18</b>	<b>789.508.790,44</b>
Resultado do Exercício	-71437.855,94	23.214.587,95
Resultados de Exercícios Anteriores	789.508.790,44	767.048.460,01
Ajustes de Exercícios Anteriores	-646.599,32	-754.257,52
<b>(-) Ações / Cotas em Tesouraria</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>717.424.335,18</b>	<b>789.508.790,44</b>

## QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		PASSIVO	
	2019	2018	2019	2018
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>57.396.522,37</b>	<b>55.661.091,08</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>136.707.627,00</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>790.985.646,39</b>	<b>791.795.700,87</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>79.096.017,01</b>
			<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>632.578.524,75</b>
				<b>725.631.387,71</b>

## QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		PASSIVO	
	2018		2018	
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	
<b>SALDO DOS ATOS</b>	<b>84.501.780,71</b>		<b>SALDO DOS ATOS</b>	<b>122.998.291,18</b>
Execução dos Atos	84.501.780,71		Execução dos Atos Potenciais	122.998.291,18
Garantias e	13.387.235,03		Garantias e Contragarantias	-
Direitos Conveniados e	41.753.073,63		Obrigações Conveniadas e	9.023.737,99
Direitos Contratuais a	29.361.472,05		Obrigações Contratuais a	113.974.553,19
Outros Atos Potenciais	-		Outros Atos Potenciais	-
<b>TOTAL</b>	<b>84.501.780,71</b>		<b>TOTAL</b>	<b>122.998.291,18</b>

## DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERA VIT/DEFICIT FINANCEIRO
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>-49.271.717,56</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>-30.039.387,07</b>
Educação	-5.047.683,98
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-102.564,57
Previdência Social (RPPS)	1.122,45
Receitas Financeiras	-21406.623,02
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-3.483.637,95
<b>TOTAL</b>	<b>-79.311.104,63</b>

## Balanco Orçamentário

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>3.372.133,00</b>	<b>3.372.133,00</b>	<b>2.402.396,21</b>	<b>-969.736,79</b>
<b>Receitas Tributárias</b>	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação	-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>711.369,00</b>	<b>711.369,00</b>	<b>485.904,99</b>	<b>-225.464,01</b>
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	711.369,00	711.369,00	485.904,99	-225.464,01
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
<b>Receita Agropecuária</b>	-	-	-	-
<b>Receita Industrial</b>	-	-	-	-
<b>Receitas de Serviços</b>	<b>2.552.992,00</b>	<b>2.552.992,00</b>	<b>1.444.778,12</b>	<b>-1.108.213,88</b>
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	2.552.992,00	2.552.992,00	1.440.278,12	-1.112.713,88
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	4.500,00	4.500,00
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
<b>Transferências Correntes</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>107.772,00</b>	<b>107.772,00</b>	<b>471.713,10</b>	<b>363.941,10</b>
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	291.434,66	291.434,66
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	107.772,00	107.772,00	180.278,44	72.506,44
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
<b>Alienação de Bens</b>	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>	-	-	-	-
<b>Transferências de Capital</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	<b>3.372.133,00</b>	<b>3.372.133,00</b>	<b>2.402.396,21</b>	<b>-969.736,79</b>
<b>REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito - Mercado Interno</b>	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito - Mercado Externo</b>	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>3.372.133,00</b>	<b>3.372.133,00</b>	<b>2.402.396,21</b>	<b>-969.736,79</b>
<b>DEFICIT</b>	-	-	<b>831.578.042,48</b>	<b>831.578.042,48</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3.372.133,00</b>	<b>3.372.133,00</b>	<b>833.980.438,69</b>	<b>830.608.305,69</b>

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO	DESPESAS	DESPESAS	DESPESAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>750.517.762,00</b>	<b>792.630.852,00</b>	<b>795.035.692,52</b>	<b>754.709.354,89</b>	<b>704.652.253,80</b>	<b>-2.404.840,52</b>
Pessoal e Encargos Sociais	618.921.466,00	660.075.654,00	644.664.263,70	644.664.263,70	599.348.045,34	15.411.390,30
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	131.596.296,00	132.555.198,00	150.371.428,82	110.045.091,19	105.304.208,46	-17.816.230,82
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>33.398.063,00</b>	<b>29.596.882,00</b>	<b>38.944.746,17</b>	<b>3.105.995,37</b>	<b>2.737.093,53</b>	<b>-9.347.864,17</b>
Investimentos	33.398.063,00	29.596.882,00	38.944.746,17	3.105.995,37	2.737.093,53	-9.347.864,17
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DO RPPS</b>	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>783.915.825,00</b>	<b>822.227.734,00</b>	<b>833.980.438,69</b>	<b>757.815.350,26</b>	<b>707.389.347,33</b>	<b>-11.752.704,69</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Interna</b>	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Externa</b>	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>783.915.825,00</b>	<b>822.227.734,00</b>	<b>833.980.438,69</b>	<b>757.815.350,26</b>	<b>707.389.347,33</b>	<b>-11.752.704,69</b>
<b>TOTAL</b>	<b>783.915.825,00</b>	<b>822.227.734,00</b>	<b>833.980.438,69</b>	<b>757.815.350,26</b>	<b>707.389.347,33</b>	<b>-11.752.704,69</b>

## ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>7.733.386,76</b>	<b>33.627.306,46</b>	<b>30.810.014,40</b>	<b>30.782.538,42</b>	<b>5.274.994,62</b>	<b>5.303.160,18</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	7.733.386,76	33.627.306,46	30.810.014,40	30.782.538,42	5.274.994,62	5.303.160,18
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>4.958.626,15</b>	<b>19.508.285,34</b>	<b>17.390.969,69</b>	<b>17.173.970,69</b>	<b>3.126.634,43</b>	<b>4.166.306,37</b>
Investimentos	4.958.626,15	19.508.285,34	17.390.969,69	17.173.970,69	3.126.634,43	4.166.306,37
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>12.692.012,91</b>	<b>53.135.591,80</b>	<b>48.200.984,09</b>	<b>47.956.509,11</b>	<b>8.401.629,05</b>	<b>9.469.466,55</b>

## ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
		DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>125.024,20</b>	<b>53.541.008,80</b>	<b>53.507.229,26</b>	<b>59.434,20</b>	<b>99.369,54</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	44.930.154,50	44.930.154,50	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	125.024,20	8.610.854,30	8.577.074,76	59.434,20	99.369,54
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>311.425,34</b>	<b>546.189,98</b>	<b>546.189,98</b>	<b>-</b>	<b>311.425,34</b>
Investimentos	311.425,34	546.189,98	546.189,98	-	311.425,34
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>436.449,54</b>	<b>54.087.198,78</b>	<b>54.053.419,24</b>	<b>59.434,20</b>	<b>410.794,88</b>

## Balanco Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>2.402.396,21</b>	<b>3.410.889,48</b>	<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>833.980.438,69</b>	<b>807.137.293,78</b>
Ordinárias	-	-	Ordinárias	674.547.104,74	636.158.896,77
Vinculadas	2.589.994,79	3.439.682,17	Vinculadas	159.433.333,95	170.978.397,01
Educação	13.866,90	244.968,87	Educação	10.818.118,57	2.118.928,24
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto	-	3.798.559,01
Outros Recursos Vinculados a	2.576.127,89	3.194.713,30	Previdência Social (RPPS)	118.057.796,11	119.543.414,51
Recursos a Classificar	-	-	Receitas Financeiras	22.592.202,00	1600.003,00
<b>(-) Deduções da Receita</b>	<b>-187.598,58</b>	<b>-28.792,69</b>	Outros Recursos Vinculados a	7.965.217,27	17.265.328,24
			Outros Recursos Vinculados a	-	26.652.164,01
			Recursos a Classificar	-	-
<b>Transferências Financeiras</b>	<b>874.707.914,03</b>	<b>858.511.390,55</b>	<b>Transferências Financeiras</b>	<b>66.459.457,53</b>	<b>64.379.352,34</b>
Resultantes da Execução	818.853.530,68	808.191.259,33	Resultantes da Execução	65.959.337,50	63.418.911,61
Repasse Recebido	753.155.084,54	744.776.463,12	Repasse Concedido	260.891,36	4.115,40
Sub-repasse Recebido	65.698.446,14	63.414.796,21	Sub-repasse Concedido	65.698.446,14	63.414.796,21
Independentes da Execução	55.854.383,35	50.320.131,22	Independentes da Execução	500.120,03	960.440,73
Orçamentária	-	-	Orçamentária	-	-
Transferências Recebidas para	51837.247,51	46.519.360,81	Transferências Concedidas	-	452.206,34
Movimentação de Saldos	4.017.135,84	3.800.770,41	Demais Transferências	-	0,01
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos	500.120,03	508.234,38
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
<b>Recebimentos</b>	<b>128.532.876,26</b>	<b>107.832.741,54</b>	<b>Pagamentos</b>	<b>103.467.858,99</b>	<b>54.100.219,69</b>
Inscrição dos Restos a Pagar	50.426.002,93	53.637.419,16	Pagamento dos Restos a Pagar	54.053.419,24	8.131.446,61
Inscrição dos Restos a Pagar Não	76.165.088,43	53.135.591,80	Pagamento dos Restos a Pagar	47.956.509,11	45.389.234,42
Depósitos Restituíveis e Valores	1.455.923,77	566.162,18	Depósitos Restituíveis e Valores	1.457.930,64	579.538,66
Outros Recebimentos	485.861,13	493.568,40	Outros Pagamentos	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	485.861,13	252.376,82			
Demais Recebimentos	-	241.191,58			
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>55.661.091,08</b>	<b>11.522.935,32</b>	<b>Saldo para o Exercício</b>	<b>57.396.522,37</b>	<b>55.661.091,08</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	55.661.091,08	11.522.935,32	Caixa e Equivalentes de Caixa	57.396.522,37	55.661.091,08
<b>TOTAL</b>	<b>1.061.304.277,58</b>	<b>981.277.956,89</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.061.304.277,58</b>	<b>981.277.956,89</b>

## Demonstração das Variações Patrimoniais

VARIACIONES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2019	2018
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>945.727.736,96</b>	<b>863.653.429,73</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições</b>	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	<b>1.983.667,40</b>	<b>2.503.019,94</b>
Venda de Mercadorias	9.768,00	9.644,70
Vendas de Produtos	-	33,50
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.973.899,40	2.493.341,74
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>80.844,88</b>	<b>93.218,70</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	80.844,88	93.218,70
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>883.685.087,41</b>	<b>858.856.058,62</b>
Transferências Intragovernamentais	874.707.914,03	858.511.390,55
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	8.977.173,38	344.668,07
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>57.703.262,42</b>	<b>46.740,60</b>
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	4.431,02	46.740,60
Ganhos com Desincorporação de Passivos	57.698.831,40	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>2.274.874,85</b>	<b>2.154.391,87</b>
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	2.274.874,85	2.154.391,87

<b>VARIACIONES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>VARIACIONES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>1.017.165.592,90</b>	<b>840.438.841,78</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>552.734.580,50</b>	<b>509.426.860,67</b>
Remuneração a Pessoal	438.106.787,45	398.695.034,55
Encargos Patronais	85.815.636,34	82.143.427,57
Benefícios a Pessoal	28.475.556,71	28.175.179,09
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	336.600,00	413.219,46
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>142.567.277,79</b>	<b>134.796.188,32</b>
Aposentadorias e Reformas	117.707.871,26	108.002.738,24
Pensões	24.669.852,92	26.599.162,42
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	189.553,61	194.287,66
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>92.702.087,17</b>	<b>98.199.472,12</b>
Uso de Material de Consumo	5.266.536,98	6.797.061,13
Serviços	67.259.278,56	79.957.223,65
Depreciação, Amortização e Exaustão	20.176.271,63	11.445.187,34
<b>Variaciones Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>69.163,38</b>	<b>37.724,91</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	36.009,10	21.602,70
Variaciones Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	33.154,28	16.122,21
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variaciones Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>66.990.442,75</b>	<b>64.436.395,78</b>
Transferências Intra governamentais	66.459.457,53	64.138.160,76
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	56.979,48	65.653,21
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	474.005,74	232.581,81
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>130.622.591,95</b>	<b>1.547.068,13</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	1.236.651,50
Perdas Involuntárias	21.050,86	298.195,93
Incorporação de Passivos	130.600.022,49	-
Desincorporação de Ativos	1.518,60	12.220,70
<b>Tributárias</b>	<b>176.066,97</b>	<b>523.850,16</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	10.163,03	17.822,85
Contribuições	165.903,94	506.027,31
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
<b>Outras Variaciones Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>31.303.382,39</b>	<b>31.471.281,69</b>
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	31.254.819,00	31.459.257,47
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variaciones Patrimoniais Diminutivas	48.563,39	12.024,22
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>-71.437.855,94</b>	<b>23.214.587,95</b>

## Demonstração de Fluxo de Caixa

	2019	2018
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>22.162.291,49</b>	<b>72.673.298,63</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>879.052.095,14</b>	<b>862.982.010,61</b>
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>	<b>2.402.396,21</b>	<b>3.410.889,48</b>
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	485.904,99	305.164,82
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	33,50
Receita de Serviços	1.444.778,12	2.129.604,07
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	471.713,10	976.087,09
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos Operacionais</b>	<b>876.649.698,93</b>	<b>859.571.121,13</b>
Ingressos Extraorçamentários	1.455.923,77	566.162,18
Transferências Financeiras Recebidas	874.707.914,03	858.511.390,55
Arrecadação de Outra Unidade	485.861,13	252.376,82
Demais Recebimentos	-	241.191,58

	-856.889.803,65	-790.308.711,98
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-856.889.803,65</b>	<b>-790.308.711,98</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-703.880.325,44</b>	<b>-643.358.447,83</b>
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-7.811,00	-10.700,00
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-40.220,79
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-143.693.425,30	-123.417.363,73
Saúde	-462.315,77	-1.806.564,51
Trabalho	-	-
Educação	-557.432.762,57	-507.863.126,72
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-16.770,96
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-2.284.010,80	-9.576.852,39
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-626.848,73
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-85.092.090,04</b>	<b>-81.991.373,15</b>
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-85.035.110,56	-81.925.719,94
Outras Transferências Concedidas	-56.979,48	-65.653,21
<b>Outros Desembolsos Operacionais</b>	<b>-67.917.388,17</b>	<b>-64.958.891,00</b>
Dispêndios Extraorçamentários	-1.457.930,64	-579.538,66
Transferências Financeiras Concedidas	-66.459.457,53	-64.379.352,34

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	2019	2018
		-20.426.860,20
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	-20.426.860,20	-28.535.142,87
Aquisição de Ativo Não Circulante	-19.915.655,81	-28.239.535,87
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-511.204,39	-295.607,00
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	1.735.431,29	44.138.155,76
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	55.661.091,08	11.522.935,32
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	57.396.522,37	55.661.091,08

## 6.5 Notas Explicativas do Balanço Patrimonial

### 6.5.1 Ativo Total

No final do ano de 2019, a Fundação Universidade Federal de Sergipe apresentou um Ativo Total composto pelo Ativo Circulante, com 7,27%, e pelo Ativo Não Circulante, com 92,73%. Abaixo, segue a composição do Ativo:

**Tabela 16** - Composição do Ativo

Ativo	4º Trimestre de 2019	4º Trimestre de 2018	AV	AH
Ativo Circulante	R\$ 61.662.781,59	R\$ 68.949.766,42	7,27%	-10,57%
Ativo Não Circulante	R\$ 786.719.387,17	R\$ 778.507.025,53	92,73%	1,05%
<b>Ativo Total</b>	<b>R\$ 848.382.168,76</b>	<b>R\$ 847.456.791,95</b>	<b>100%</b>	<b>0,11%</b>

Fonte: SIAFI, 2019.

Em relação a variação horizontal, nota-se que durante o ano de 2019, o Ativo Total cresceu 0,11%, influenciado pelo crescimento de 1,05% do Ativo Não Circulante.

### 6.5.2 Ativo Circulante

Verifica-se que, durante o ano de 2019, o Ativo Circulante apresentou uma diminuição de 10,57%. Essa variação negativa foi influenciada pelo decréscimo de 93,27% na conta Demais Créditos e Valores a Curto Prazo relacionado ao ano de 2018, uma vez que em 2019 iniciou a rotina da baixa contábil das férias no SIAFI. Abaixo, segue tabela referente Ativo Circulante:

**Tabela 17** - Composição do Ativo Circulante

Ativo Circulante	4º Trimestre de 2019	4º Trimestre de 2018	AV	AH
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 57.396.522,37	R\$ 55.661.091,08	93,08%	3,12%
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	R\$ 685.954,54	R\$ 10.196.942,95	1,11%	-93,27%
Estoques	R\$ 3.494.619,96	R\$ 3.043.457,88	5,67%	14,82%
VPDS Pagas Antecipadamente	R\$ 85.684,72	R\$ 48.274,51	0,14%	77,49%
<b>Ativo Circulante</b>	<b>R\$ 61.662.781,59</b>	<b>R\$ 68.949.766,42</b>	<b>100%</b>	<b>-10,57%</b>

Fonte: SIAFI, 2019.

Dos Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, fazem parte principalmente os adiantamentos de Férias e de Salários e Ordenados, participando com 1,11% do Ativo Circulante. Essa variação foi influenciada pelo lançamento da baixa contábil de férias (BRPF), conforme mensagem 2019/1048894/SPO/MEC.

A conta Estoques representa somente 5,67% do Ativo Circulante. O valor dos estoques é formado principalmente pela conta do Almojarifado – Materiais de Consumo, sendo controlada por suas Contas Correntes, que são os subitens das despesas orçamentárias.

Na FUFSE, as VPDs Pagas Antecipadamente são formadas por pagamentos feitos a empresa fornecedora de seguros de veículos, a Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, e de valores referentes a licença de software da empresa AWS Soluções em Tecnologia da Informação e para aquisição de assinatura anual da coleção e-books da empresa EBSCO Brasil Ltda. Essa conta participa com 0,14% do Ativo Circulante. A análise horizontal demonstrou uma variação de 77,49% em relação a 2018, devido a contratação da coleção de e-books.

### 6.5.3 Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante da FUFSE é formado somente pelo Ativo Imobilizado e Intangível, não possuindo valores no Ativo Realizável a Longo Prazo e Investimentos. Abaixo, segue a composição do Ativo Não Circulante:

**Tabela 18** - Composição do Ativo Não Circulante

Ativo Não Circulante	4º Trimestre de 2019	4º Trimestre de 2018	AV	AH
Ativo Realizável a Longo Prazo	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	-
Investimentos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	-
Imobilizado	R\$ 785.525.888,50	R\$ 777.539.537,31	99,85%	1,03%
Intangível	R\$ 1.193.498,67	R\$ 967.488,22	0,15%	23,36%
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>R\$ 786.719.387,17</b>	<b>R\$ 778.507.025,53</b>	<b>100%</b>	<b>1,05%</b>

Fonte: SIAFI, 2019.

Houve um crescimento de 1,05% no Ativo Não Circulante de 2019, influenciado pelo crescimento do Ativo Imobilizado, que representa 99,85% de seu total.

O Ativo Imobilizado é composto por Bens Móveis e Imóveis sendo o primeiro participando com 15,24% do total do Ativo Imobilizado e a de Bens Imóveis com 84,76%, considerando a depreciação acumulada.

O Ativo Intangível participa com apenas 0,15% do Ativo Não Circulante. Ele é composto por Softwares e por Marcas e Patentes, que representam, respectivamente, 87,62% e 12,38% de seu total, considerando a amortização acumulada. Em relação ao final do exercício anterior, esse grupo cresceu 23,36%.

#### 6.5.4 Passivo e Patrimônio Líquido

No ano de 2019, a FUFSE apresentava um Passivo Total composto pelo Passivo Circulante, com 15,39% de seu total, pelo Passivo Não Circulante com 0,05% e pelo Patrimônio Líquido, com 84,56%. Abaixo, segue a composição do Passivo e Patrimônio Líquido:

**Tabela 19** - Composição do Passivo e Patrimônio Líquido

Passivo e Patrimônio Líquido	4º Trimestre de 2019	4º Trimestre de 2018	AV	AH
Passivo Circulante	R\$ 130.532.114,43	R\$ 57.948.001,51	15,39%	125,26%
Passivo Não Circulante	R\$ 425.719,15	R\$ 0,00	0,05%	-
Patrimônio Líquido	R\$ 717.424.335,18	R\$ 789.508.790,44	84,56%	-9,13%
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>R\$ 848.382.168,76</b>	<b>R\$ 847.456.791,95</b>	<b>100%</b>	<b>0,11%</b>

Fonte: SIAFI, 2019.

O total do Passivo e Patrimônio Líquido apresentou um crescimento de 0,11% no ano de 2019, consequência da variação de 125,26% do Passivo Circulante.

#### 6.5.5 Passivo Circulante

Durante o ano de 2019, o Passivo Circulante apresentou um crescimento de 125,26%. Abaixo, segue a composição do Passivo Circulante:

**Tabela 20** - Composição do Passivo Circulante

Passivo Circulante	4º Trimestre de 2019	4º Trimestre de 2018	AV	AH
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	R\$ 46.510.494,31	R\$ 43.078.045,70	35,63%	7,97%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	R\$ 3.074.966,44	R\$ 5.264.831,87	2,36%	-41,59%
Demais Obrigações a Curto Prazo	R\$ 80.946.653,68	R\$ 9.605.123,94	62,01%	742,74%
<b>Passivo Circulante</b>	<b>R\$ 130.532.114,43</b>	<b>R\$ 57.948.001,51</b>	<b>100%</b>	<b>125,26%</b>

Fonte: SIAFI, 2019.

Esse crescimento foi impulsionado principalmente pela variação do subgrupo Demais Obrigações a Curto Prazo, que apresentou um aumento de 742,74%, justificado pelo lançamento, por parte da setorial contábil do MEC, de todos os Termos de Execução Descentralizados (TEDs) recebidos pela FUFSE e cadastrados na conta 218920600 – Transferências Financeiras a Comprovar.

Em relação às Obrigações Contratuais, as que representam a maior parte são com Serviços, 94,99%. São contratos de execução de obras, de serviços de terceirização, de energia, água e telefone, de apoio a projetos de pesquisa, entre outros. Abaixo, segue a composição das Obrigações Contratuais:

**Tabela 21** - Composição das Obrigações Contratuais

Obrigações Contratuais	4º Trimestre de 2019	AV
Aluguéis	R\$ 38.256,55	0,03%
Fornecimento de Bens	R\$ 5.236.083,24	4,65%
Seguros	R\$ 369.492,90	0,32%
Serviços	R\$ 113.748.720,89	94,99%
<b>Total</b>	<b>R\$ 119.392.553,58</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial, 2019.

Os contratos de Fornecimento de Bens correspondem a 4,65% do total e referem-se tanto a materiais de uso e consumo como a bens móveis. Já os contratos de Aluguéis e Seguros somados participam com menos de 1%.

As empresas em que a FUFSE possui os maiores valores contratuais no final do ano de 2019 correspondem a 49,50% do valor das obrigações contratuais. São todas referentes prestações de serviços e estão representadas na tabela a seguir:

**Tabela 22** - Composição das Obrigações Contratuais – Por Contratado

Contratados	4º Trimestre de 2019	AV
M A REFEICOES E EVENTOS LTDA	5.756.826,00	4,82%
SERCOL - SANEAMENTO E CONSTRUCOES LTDA	6.559.123,44	5,49%
FAPese FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA E EXTENSÃO DE SE	8.622.996,18	7,22%
REAL SERVICE PRESTACAO DE SERVICOS E LOCACAO DE EQUIPAM	10.652.582,70	8,92%
SOLIDA ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA	11.325.918,74	9,49%
ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A	16.183.769,87	13,56%
Demais contratados da FUFS	60.291.336,65	50,50%
<b>Total</b>	<b>R\$ 119.392.553,58</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial, 2019.

### 6.5.6 Passivo Não Circulante

Durante o ano de 2019, o Passivo Não Circulante apresentou uma participação de 0,05% do total Passivo. Abaixo, segue a composição do Passivo Não Circulante:

**Tabela 23** - Composição do Passivo Não Circulante

Passivo Não Circulante	4º Trimestre de 2019	4º Trimestre de 2018	AV
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	R\$ 393.543,88	R\$ 0,00	92,44%
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Demais Obrigações a Longo Prazo	R\$ 32.175,27	R\$ 0,00	7,56%
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>R\$ 425.719,15</b>	<b>R\$ -</b>	<b>100%</b>

Fonte: SIAFI, 2019.

O surgimento do Passivo Não Circulante ocorreu devido ao reconhecimento da obrigação a pagar de Precatórios de Pessoal e de Precatórios de Terceiros, autuados de julho a dezembro de 2019.

### 6.5.7 Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido da FUFSE é formado exclusivamente pelos Resultados Acumulados, que corresponde aos resultados acumulados de anos anteriores e do exercício e aos Ajustes de Exercícios Anteriores. Ele participa com 84,56% do total do Passivo.

Houve uma queda de 9,13%, no Patrimônio Líquido em relação à 31/12/2018. O motivo para essa variação foi o lançamento por parte da setorial contábil do MEC de todos os Termos de Execução Descentralizados (TEDs) recebidos pela FUFSE e cadastrados na conta 218920600 – Transferências Financeiras a Comprovar, que teve como contrapartida a conta 364020100 – Incorporação de Passivos, de Variação Patrimonial Diminutiva.

## 6.6 Notas Explicativas ao Balanço Orçamentário

### 6.6.1 Receitas Orçamentárias

Entre as Receitas Correntes, a maior arrecadação está relacionada às Receitas de Serviços, seguido de Receitas Patrimoniais e de Outras Receitas Correntes. Segue tabela com sua composição:

**Tabela 24 - Composição das Receitas Correntes**

RECEITAS CORRENTES	4º Trimestre de 2019		AV	Realização (%)
	Previsão	Realizada		
<b>Receita de Serviços</b>	<b>R\$ 2.552.992,00</b>	<b>R\$ 1.444.778,12</b>	<b>60,14%</b>	<b>56,59%</b>
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	R\$ 2.552.992,00	R\$ 1.440.278,12	59,95%	56,42%
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	R\$ -	R\$ 4.500,00	0,19%	-
Outros Serviços	R\$ -	R\$ -	0,00%	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>R\$ 107.772,00</b>	<b>R\$ 471.713,10</b>	<b>19,64%</b>	<b>437,70%</b>
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	R\$ -	R\$ -	0,00%	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	R\$ -	R\$ 291.434,66	12,13%	-
Demais Receitas Correntes	R\$ 107.772,00	R\$ 180.278,44	7,50%	167,28%
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>R\$ 711.369,00</b>	<b>R\$ 485.904,99</b>	<b>20,23%</b>	<b>68,31%</b>
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	R\$ 711.369,00	R\$ 485.904,99	20,23%	68,31%
Demais Receitas Patrimoniais	R\$ -	R\$ -	0,00%	-
<b>Total</b>	<b>R\$ 3.372.133,00</b>	<b>R\$ 2.402.396,21</b>	<b>100%</b>	<b>71,24%</b>

Fonte: SIAFI, 2019.

As Receitas Correntes realizadas pela FUFSE durante o ano de 2019 somaram um montante de R\$ 2.402.396,21, apresentando um índice de realização de 71,24%, abaixo do previsto.

Tanto nas Receitas de Serviços e nas Patrimoniais houve uma frustração na arrecadação. A primeira corresponde principalmente a Serviços Administrativos, como Taxas de Expedição de Certificados e Taxas de Inscrição em Concursos e a segunda a Aluguéis.

A exceção ficou nas Outras Receitas Correntes, uma vez que foi realizada 437,70% do previsto. Isso é justificado pelas Indenizações, Restituições e

Ressarcimentos que foram arrecadadas mesmo sem ter sido previstas e as Demais Receitas Correntes que foram realizadas 167,28% de sua previsão no ano de 2019.

Isso aconteceu principalmente por ressarcimentos feitos pelo Banco do Brasil referente ao uso de seu espaço que não estava sendo cobrado devido a construção do prédio que foi executada por ele, porém, após o período de amortização da construção houve um tempo sem o correspondente pagamento que foi regularizado agora com o devido ressarcimento.

Porém, devido sua baixa participação, não foi suficiente para compensar a baixa realização do Total Receitas Correntes.

### 6.6.2 Despesas Orçamentárias

Durante o ano de 2019, referente às Despesas Correntes, de uma dotação atualizada de R\$ 792.630,852, ou seja, dos valores fixados nas leis orçamentárias considerando os créditos adicionais e deduzidos das respectivas anulações e cancelamentos, foi empenhado R\$ 795.035.692,52, representando uma execução de 100,30%.

As Despesas Correntes são formadas principalmente por despesas com Pessoal, tanto ativo como inativo e pensionistas e pelos Encargos Sociais e contribuições recolhidas. O restante corresponde a Outras Despesas Correntes. Segue tabela com a composição das Despesas Orçamentárias:

**Tabela 25 - Composição das Despesas Orçamentárias**

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	4º Trimestre de 2019		AV	Execução (%)
	Dotação	Empenhada		
<b>Despesas Correntes</b>	<b>R\$ 792.630.852,00</b>	<b>R\$ 795.035.692,52</b>	<b>95,33%</b>	<b>100,30%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 660.075.654,00	R\$ 644.664.263,70	77,30%	97,67%
Outras Despesas Correntes	R\$ 132.555.198,00	R\$ 150.371.428,82	18,03%	113,44%
<b>Despesas de Capital</b>	<b>R\$ 29.596.882,00</b>	<b>R\$ 38.944.746,17</b>	<b>4,67%</b>	<b>131,58%</b>
Investimentos	R\$ 29.596.882,00	R\$ 38.944.746,17	4,67%	131,58%
<b>Total</b>	<b>R\$ 822.227.734,00</b>	<b>R\$ 833.980.438,69</b>	<b>100%</b>	<b>101,43%</b>

Fonte: SIAFI, 2019.

Já as Despesas de Capital são formadas exclusivamente por Investimentos, que correspondem principalmente a despesas com execução de obras e aquisição de material permanente. Sua dotação atualizada é de R\$ 29.596.882,00, a qual foi executada o valor de R\$ 38.944.746,17 no ano de 2019, ou seja, 131,58%.

Outro ponto é que, de um total de R\$ 833.980.438,69, referente às despesas empenhadas pela FUFSE, 11,60% foram executadas com o orçamento de outros órgãos por meio do recebimento de créditos orçamentários, ou seja, não fazem parte do total da "Dotação", visto que nesta só consta os valores referentes ao orçamento da FUFSE.

### 6.6.3 Restos a Pagar

De um total de R\$ 65.827.604,71 de RPNP inscritos em anos anteriores e em 31/12/2018, foi liquidado e pago um total de R\$ 47.956.509,11 e cancelado R\$ 8.401.629,05. Deste modo, em 31/12/2019, a FUFSE apresentou um saldo de R\$ 9.469.466,55 de restos a pagar não processados (RPNP). Segue tabela com a composição do Saldo dos RPNP:

**Tabela 26 - Composição do Saldo dos RPNP**

<b>RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>	<b>4º Trimestre de 2019</b>	<b>AV</b>
<b>Despesas Correntes</b>	<b>R\$ 5.303.160,18</b>	<b>56,00%</b>
Outras Despesas Correntes	R\$ 5.303.160,18	56,00%
<b>Despesas de Capital</b>	<b>R\$ 4.166.306,37</b>	<b>44,00%</b>
Investimentos	R\$ 4.166.306,37	44,00%
<b>Total</b>	<b>R\$ 9.469.466,55</b>	<b>100%</b>

Fonte: SIAFI, 2019.

Constata-se que 56% do saldo total dos Restos a Pagar Não Processados correspondem a Outras Despesas Correntes, estas formadas principalmente por despesas com Material de Consumo e Outros Serviços de Pessoa Jurídica. O restante, equivalente a 44%, pertence ao grupo de Investimentos.

A maioria dos recursos de RPNP, na FUFS, refere-se a situações excepcionadas pelo artigo 68, inciso II, do Decreto nº. 93.872/1986, antes de sua alteração pelo Decreto nº. 9428/2018, que são provenientes de recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Lei Calmon - SIM), conforme tabela a seguir:

**Tabela 27 - RPNP – Recursos de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Lei Calmon)**

<b>Manutenção e Desenvolvimento do Ensino</b>	<b>4º Trimestre de 2019</b>	<b>AV</b>
<b>SIM</b>	<b>R\$ 8.739.745,52</b>	<b>92,29%</b>
Outras Despesas Correntes	R\$ 5.157.488,15	-
Investimentos	R\$ 3.582.257,37	-
<b>NÃO</b>	<b>R\$ 729.721,03</b>	<b>7,71%</b>
Outras Despesas Correntes	R\$ 145.672,03	-
Investimentos	R\$ 584.049,00	-
<b>Total</b>	<b>R\$ 9.469.466,55</b>	<b>100%</b>

Fonte: SIAFI, 2019.

O valor de Restos a Pagar Não Processados ainda é bastante significativo, apesar das modificações no Decreto nº.93.872/1986 promovidas pelo Decreto nº. 9428/2018 e nº. 9528/2018, e do Decreto nº. 9896/2019.

## 6.7 Notas Explicativas ao Balanço Financeiro

### 6.7.1 Ingressos e Dispêndios Financeiros

No ano de 2019, os ingressos financeiros apresentaram um acréscimo de 8,16% em relação ao ano de 2018, o correspondente a um pouco mais de R\$ 80 milhões. Esse acréscimo se deu principalmente pelo aumento do saldo do exercício anterior de Caixa e Equivalentes de Caixa que passou de R\$ 11.522.935,32 em 2018 para R\$ 55.661.091,08, representando 383,05%.

Na composição dos ingressos, pode-se verificar que o item mais relevante é Transferência Financeira Recebida, que representa 82,42% de seu total, enquanto as Receitas Orçamentárias representam apenas 0,23%, conforme tabela abaixo:

**Tabela 28 - Composição dos Ingressos**

Ingressos	Até 31/12/2019	Até 31/12/2018	AV	AH
Receitas Orçamentárias	R\$ 2.402.396,21	R\$ 3.410.889,48	0,23%	-29,57%
Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 874.707.914,03	R\$ 858.511.390,55	82,42%	1,89%
Recebimentos Extra Orçamentários	R\$ 128.532.876,26	R\$ 107.832.741,54	12,11%	19,20%
Saldo do Exercício Anterior: Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 55.661.091,08	R\$ 11.522.935,32	5,24%	383,05%
<b>Total</b>	<b>R\$ 1.061.304.277,58</b>	<b>R\$ 981.277.956,89</b>	<b>100,00%</b>	<b>8,16%</b>

Fonte: SIAFI, 2019.

A FUFSE possui, entre as diversas classificações das Receitas Orçamentárias, somente as Receitas Patrimoniais, de Serviços e as Outras Receitas Derivadas e Originárias. São as Receitas arrecadadas diretamente pela FUFSE.

Já as Transferências Financeiras Recebidas são advindas de outros órgãos. Portanto, a composição acima evidencia a dependência financeira da Universidade em relação às transferências de recursos recebidos da União para efetuar os pagamentos de suas despesas.

Os ingressos classificados como Recebimentos Extra Orçamentários participam com 12,11% do total, devido a Inscrição de Restos a Pagar.

Esses valores são os saldos de créditos empenhados a liquidar e liquidados do exercício anterior conforme o Art. 103 da Lei 4.320/1964, que dispõe que “Os Restos a Pagar do Exercício serão computados na Receita Extra Orçamentária para compensar sua inclusão na Despesa Orçamentária”, pois “Pertencem ao Exercício Financeiro as Despesas nele legalmente empenhadas”, nos termos do Art. 35, II, Lei 4.320/1964.

Em relação aos Dispêndios, no ano de 2019, o item mais relevante são as Despesas Orçamentárias, representando 78,58% de seu total, conforme representado na tabela a seguir:

**Tabela 29 - Composição dos Dispêndios**

Dispêndios	Até 31/12/2019	Até 31/12/2018	AV	AH
Despesas Orçamentárias	R\$ 833.980.438,69	R\$ 807.137.293,78	78,58%	3,33%
Transferências Financeiras Concedidas	R\$ 66.459.457,53	R\$ 64.379.352,34	6,26%	3,23%
Despesas Extra Orçamentárias	R\$ 103.467.858,99	R\$ 54.100.219,69	9,75%	91,25%
Saldo para o Exercício Seguinte: Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 57.396.522,37	R\$ 55.661.091,08	5,41%	3,12%
<b>Total</b>	<b>R\$ 1.061.304.277,58</b>	<b>R\$ 981.277.956,89</b>	<b>100,00%</b>	<b>8,16%</b>

Fonte: SIAFI, 2019.

Já em relação à análise horizontal, o crescimento de 8,16% do total dos Dispêndios foi influenciado principalmente pela variação de 91,25% das Despesas Extra

Orçamentárias. Essa variação está relacionada principalmente ao pagamento de restos a pagar.

### 6.7.2 Resultado Financeiro

O resultado financeiro no ano de 2019 apresentou um superávit de R\$ 1.735.431,29, com uma variação percentual negativa de 96,07%. O cálculo para o resultado financeiro pode ser realizado de duas maneiras conforme demonstrado nas tabelas 30 e 31:

**Tabela 30 - Composição do Resultado Financeiro – Metodologia 1**

Metodologia 1	Até 31/12/2019	Até 31/12/2018	AH
TOTAL DOS INGRESSOS	1.005.643.186,50	969.755.021,57	3,70%
(-) TOTAL DOS DISPÊNDIOS	1.003.907.755,21	925.616.865,81	8,46%
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>R\$ 1.735.431,29</b>	<b>R\$ 44.138.155,76</b>	<b>-96,07%</b>

Fonte: SIAFI, 2019.

**Tabela 31 - Composição do Resultado Financeiro – Metodologia 2**

Metodologia 2	Até 31/12/2019	Até 31/12/2018	AH
Saldo para o Exercício Seguinte: Caixa e Equivalentes de Caixa	57.396.522,37	55.661.091,08	3,12%
Saldo do Exercício Anterior: Caixa e Equivalentes de Caixa	55.661.091,08	11.522.935,32	383,05%
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>R\$ 1.735.431,29</b>	<b>R\$ 44.138.155,76</b>	<b>-96,07%</b>

Fonte: SIAFI, 2019.

## 6.8 Notas Explicativas à Demonstração das Variações Patrimoniais

No ano de 2019, a Fundação Universidade Federal de Sergipe apresentou um resultado patrimonial negativo de R\$ 71.437.855,94. Em relação ao mesmo período do ano anterior, houve uma redução de 407,73% desse resultado, as variações patrimoniais diminutivas (desincorporação de ativos e incorporações de passivos) foram maiores que as variações patrimoniais aumentativas (incorporações de ativos e desincorporações de passivos).

**Tabela 32 - Resultado Patrimonial no Período**

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	4º Trimestre de 2019	4º Trimestre de 2018	AH
Variações Patrimoniais Aumentativas	R\$ 945.727.736,96	R\$ 863.653.429,73	R\$ 0,10
Variações Patrimoniais Diminutivas	R\$ 1.017.165.592,90	R\$ 840.438.841,78	R\$ 0,21
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>-R\$ 71.437.855,94</b>	<b>R\$ 23.214.587,95</b>	<b>-407,73%</b>

Fonte: SIAFI, 2019.

### 6.8.1 Variações Patrimoniais Aumentativas

As Variações Patrimoniais Aumentativas mais relevantes foram as Transferências e Delegações Recebidas, que correspondem às Receitas advindas de outros órgãos, representando 93,44% do total. Isso corrobora o que foi observado anteriormente a respeito da dependência financeira da Universidade em relação às transferências de recursos recebidos da União para efetuar os pagamentos de suas despesas. Abaixo, segue sua composição:

**Tabela 33 - Composição das Variações Patrimoniais Aumentativas**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	4º Trimestre de 2019	4º Trimestre de 2018	AV	AH
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	R\$ 1.983.667,40	R\$ 2.503.019,94	0,21%	-20,75%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	R\$ 80.844,88	R\$ 93.218,70	0,01%	-13,27%
Transferências e Delegações Recebidas	R\$ 883.685.087,41	R\$ 858.856.058,62	93,44%	2,89%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	R\$ 57.703.262,42	R\$ 46.740,60	6,10%	123354,26%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	R\$ 2.274.874,85	R\$ 2.154.391,87	0,24%	5,59%
<b>Total</b>	<b>R\$ 945.727.736,96</b>	<b>R\$ 863.653.429,73</b>	<b>100%</b>	<b>9,50%</b>

Fonte: SIAFI, 2019.

Percebe-se que o item Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos apresentou um crescimento acima do normal, de 123.354,26 %, sendo o principal motivo do aumento de 9,50% no total das Variações Patrimoniais Aumentativas. Esse crescimento deve-se aos lançamentos de prestação de contas da nova rotina de Termos de Execução Descentralizados (TED).

### 6.8.2 Variações Patrimoniais Diminutivas

A Variação Patrimonial Diminutiva mais relevante é a de Pessoal e Encargos, representando 54,34% do total. Este grupo inclui as despesas com pessoal ativo relativo aos seus cargos e funções, bem como os encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência. Abaixo, segue Composição das Variações Patrimoniais Diminutivas:

**Tabela 34 - Composição das Variações Patrimoniais Diminutivas**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	4º Trimestre de 2019	4º Trimestre de 2018	AV	AH
Pessoal e Encargos	R\$ 552.734.580,50	R\$ 509.426.860,67	54,34%	8,50%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	R\$ 142.567.277,79	R\$ 134.796.188,32	14,02%	5,77%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	R\$ 92.702.087,17	R\$ 98.199.472,12	9,11%	-5,60%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	R\$ 69.163,38	R\$ 37.724,91	0,01%	83,34%
Transferências e Delegações Concedidas	R\$ 66.990.442,75	R\$ 64.436.395,78	6,59%	3,96%

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	4º Trimestre de 2019	4º Trimestre de 2018	AV	AH
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	R\$ 130.622.591,95	R\$ 1.547.068,13	12,84%	8343,23%
Tributárias	R\$ 176.066,97	R\$ 523.850,16	0,02%	-66,39%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	R\$ 31.303.382,39	R\$ 31.471.281,69	3,08%	-0,53%
<b>Total</b>	<b>R\$ 1.017.165.592,90</b>	<b>R\$ 840.438.841,78</b>	<b>100,00%</b>	<b>21,03%</b>

Fonte: SIAFI, 2019.

A Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos apresentou um crescimento de 8.343,23%, participando com 12,84% do total. Esse aumento é justificado também pelo lançamento por parte da setorial contábil do MEC de todos os Termos de Execução Descentralizados (TEDs) recebidos pela FUFSE e cadastrados na conta 218920600 – Transferências Financeiras a Comprovar (TED).

Esse item foi o maior responsável pelo crescimento do Total das Variações Patrimoniais Diminutivas, contribuindo também para a diminuição do Resultado Patrimonial.

Os Benefícios Previdenciários e Assistenciais representam 14,02%, formados principalmente por Aposentadorias, tanto do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

As Despesas com o Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo participam com 9,11%, e as Transferências e Delegações Concedidas, com 6,59% do total.

As Variações Patrimoniais Diminutivas classificadas como Financeiras, as Tributárias e as Outras Variações Patrimoniais Diminutivas correspondem, juntas, a 3,1% do total.

## 6.9 Notas Explicativas à Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público, além de fornecer informações úteis para avaliar a capacidade da entidade de gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades de liquidez.

A elaboração da DFC foi elaborada pelo método direto e tem por finalidade evidenciar as movimentações de caixa e de seus equivalentes, os fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Os fluxos de caixa das atividades operacionais estão relacionados com a atividade fim da organização, ou seja, são entradas e saídas de caixa que estão vinculadas à ação pública e os demais fluxos que não se qualificam em investimento ou financiamento. Os fluxos de caixa de investimentos compreendem os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, bem como recebimentos em dinheiro por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos e outras operações da mesma natureza. O fluxo de caixa dos financiamentos inclui os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos.

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa (Conta Única), a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa da DFC corresponde ao resultado financeiro

apurado no BF. No ano de 2019, a geração líquida de caixa da FUFSE ficou positiva em R\$ 1.735.431,29, decorrente da movimentação de caixa entre suas atividades operacionais e de investimentos. Comparando com o ano de 2018, houve uma variação negativa de R\$ 42.402.724,47, já que neste período a geração líquida de caixa foi positiva em R\$ 44.138.155,76, apresentando uma variação percentual negativa de 96,07%.

**Tabela 35 - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa – Saldo Inicial e Final**

Resultado Financeiro BF x DFC	2019	2018	AH
Caixa e equivalentes de caixa inicial	R\$ 55.661.091,08	R\$ 11.522.935,32	383,05%
Caixa e equivalente de caixa final	R\$ 57.396.522,37	R\$ 55.661.091,08	3,12%
Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa	R\$ 1.735.431,29	R\$ 44.138.155,76	-96,07%

Fonte: SIAFI, 2019.

Ressalta-se que a FUFSE depende de recursos federais para cumprir a sua missão pública e que a sua arrecadação própria, que tem origem em algumas atividades como serviços prestados ao longo do exercício, é insuficiente para sua manutenção.

Para subsidiar tal informação, verifica-se que, do total de entradas de caixa da FUFSE no ano de 2019 oriundas de suas atividades operacionais, aproximadamente 99,51% são decorrentes de Transferências Financeiras Recebidas e somente 0,27% são de arrecadação própria, o restante correspondendo aos Ingressos Extra Orçamentários, Arrecadação de Outra Unidade e Demais Recebimentos, conforme tabela abaixo:

**Tabela 36 - Composição dos Ingressos das Atividades Operacionais**

INGRESSOS	2019	2018	AV	AH
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>	<b>R\$ 2.402.396,21</b>	<b>R\$ 3.410.889,48</b>	<b>0,27%</b>	<b>-29,57%</b>
Receita Patrimonial	R\$ 485.904,99	R\$ 305.164,82	0,06%	59,23%
Receita Industrial	R\$ -	R\$ 33,50	0,00%	-
Receita de Serviços	R\$ 1.444.778,12	R\$ 2.129.604,07	0,16%	-32,16%
Outras Receitas Derivadas e Originárias	R\$ 471.713,10	R\$ 976.087,09	0,05%	-51,67%
<b>Outros Ingressos das Operações</b>	<b>R\$ 876.649.698,93</b>	<b>R\$ 859.571.121,13</b>	<b>99,73%</b>	<b>1,99%</b>
Ingressos Extraorçamentários	R\$ 1.455.923,77	R\$ 566.162,18	0,17%	157,16%
Restituições a Pagar	R\$ -	R\$ -	0,00%	-
Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 874.707.914,03	R\$ 858.511.390,55	99,51%	1,89%
Arrecadação de Outra Unidade	R\$ 485.861,13	R\$ 252.376,82	0,06%	92,51%
Demais Recebimentos	R\$ -	R\$ 241.191,58	-	-
<b>Total</b>	<b>R\$ 879.052.095,14</b>	<b>R\$ 862.982.010,61</b>	<b>100,00%</b>	<b>1,86%</b>

Fonte: SIAFI, 2019.

Vale destacar que 100% dos ingressos da FUFSE são decorrentes das Atividades Operacionais. Já em relação aos desembolsos, elas representam 97,67% de seu total enquanto 2,33% corresponde às Atividades de Investimentos, referente aquisição de Ativo Não Circulante. Abaixo, segue tabela da composição dos Desembolsos das Atividades Operacionais:

**Tabela 37 - Composição dos Desembolsos das Atividades Operacionais**

DESEMBOLSOS	2019	2018	AV	AH
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-R\$ 703.880.325,44</b>	<b>-R\$ 643.358.447,83</b>	<b>82,14%</b>	<b>9,41%</b>
Administração	-R\$ 7.811,00	-R\$ 10.700,00	0,001%	-27,00%
Segurança Pública	R\$ -	-R\$ 40.220,79	-	-
Previdência Social	-R\$ 143.693.425,30	-R\$ 123.417.363,73	16,77%	16,43%
Saúde	-R\$ 462.315,77	-R\$ 1.806.564,51	0,05%	-74,41%
Educação	-R\$ 557.432.762,57	-R\$ 507.863.126,72	65,05%	9,76%
Direitos da Cidadania	R\$ -	R\$ -	-	-
Gestão Ambiental	R\$ -	-R\$ 16.770,96	-	-
Organização Agrária	-R\$ 2.284.010,80	-R\$ 9.576.852,39	0,27%	-76,15%
Desporto e Lazer	R\$ -	-R\$ 626.848,73	0,00%	-100,00%
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	R\$ -	R\$ -	-	-
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-R\$ 85.092.090,04</b>	<b>-R\$ 81.991.373,15</b>	<b>9,93%</b>	<b>3,78%</b>
Intragovernamentais	-R\$ 85.035.110,56	-R\$ 81.925.719,94	9,92%	3,80%
Outras Transferências Concedidas	-R\$ 56.979,48	-R\$ 65.653,21	0,01%	-13,21%
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>	<b>-R\$ 67.917.388,17</b>	<b>-R\$ 64.958.891,00</b>	<b>7,93%</b>	<b>4,55%</b>
Dispêndios Extraorçamentários	-R\$ 1.457.930,64	-R\$ 579.538,66	0,17%	151,57%
Transferências Financeiras Concedidas	-R\$ 66.459.457,53	-R\$ 64.379.352,34	7,76%	3,23%
<b>Total</b>	<b>-R\$ 856.889.803,65</b>	<b>-R\$ 790.308.711,98</b>	<b>100,00%</b>	<b>8,42%</b>

Fonte: SIAFI, 2019.

Por se tratar de uma instituição de ensino, os desembolsos com Educação representam seu principal gasto, com 65,05% do total das Atividades Operacionais, seguido pela Previdência Social, que representa 16,77%.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manoel Correia de. A terra e o homem do Nordeste. Hucitec, São Paulo, Brazil, 1964.

ATKINSON, Anthony B. Desigualdade: o que pode ser feito. São Paulo: LeYa, 2015.

BROOKS-GUNN, Jeanne; DUNCAN, Greg J. The effects of poverty on children. **The future of children**, p. 55-71, 1997.

CAVALCANTI, Ivanessa Thaianne do Nascimento. Análise dos diferenciais de desempenho dos estudantes cotistas e não cotistas da UFBA pelo propensity score matching – Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/18125>.

COELHO, Jorge. As secas do Nordeste e a indústria das secas. Petrópolis: Vozes, 1985.

DE FERRANTI, David et al. Closing the gap in education and technology. The World Bank, 2003.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. Editora Companhia das Letras, 2009.

SANCHEZ-PARAMO, Carolina; SCHADY, Norbert; et al. 2003. *Closing the Gap in Education and Technology*. World Bank. Latin American and Caribbean Studies; Washington, DC. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/15168>. Acesso em: 15 mai. 2015.

SANDER, Richard H. A systemic analysis of affirmative action in american law schools. *Stanford Law Review*, v.57, n.367, p.57-367, nov. 2004.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TEACHMAN, Jay D. Family background, educational resources, and educational attainment. *American sociological review*, p. 548-557, 1987.